

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

FINEP

SUMÁRIO

1. Identificação
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos
- 2.1 Responsabilidades Institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas
- 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais
- 2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade
- 2.4 Desempenho Operacional
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
6. Demonstração sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício
7. Previdência Complementar Patrocinada
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos
9. Renúncias Tributárias
10. Operações de fundos
- 11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno
- 11B. Determinações e recomendações do TCU
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício.
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão
15. Informações Contábeis da Gestão
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins
17. Programas de Ações Especiais MCT/FINEP

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia

Luiz Antonio Rodrigues Elias

Diretoria Executiva

Luis Manuel Rebelo Fernandes

PRESIDENTE

Eduardo Moreira da Costa

DIRETOR

Eugenius Kaszkurewicz

DIRETOR

Fernando de Nielander Ribeiro

DIRETOR

Conselho de Administração

Luiz Antonio Rodrigues Elias

PRESIDENTE

Luis Manuel Rebelo Fernandes

CONSELHEIRO NATO

Newton Lima Neto

CONSELHEIRO

Cezar Santos Alvarez

CONSELHEIRO

Alexandre Cairo

CONSELHEIRO

João Alberto DeNegri

CONSELHEIRO

Conselho Fiscal

Joe Carlo Viana Valle

PRESIDENTE

Luiz Fernando Alves

CONSELHEIRO TITULAR

Raul pequeno de Sá Carvalho

CONSELHEIRO TITULAR

Sérgio Luiz Doshier da Fonseca

CONSELHEIRO SUPLENTE

Geraldo Teodoro Francisco Gonçalves

CONSELHEIRO SUPLENTE

Paulo Sérgio Bomfim

CONSELHEIRO SUPLENTE

Posição em 31/12/2009

Este Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com as seguintes orientações

normativas:

*Decisão Normativa TCU n.º 100 ,
de 07 de outubro de 2009,*

*Portaria TCU n.º 389,
de 7 de outubro de 2009, e*

*Decisão Normativa TCU n.º 102,
2 de dezembro de 2009*

Maio, 2010

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1.1 – Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência e Tecnologia			Código SIORG: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos			
Denominação abreviada: FINEP			
Código SIORG: 000001		Código LOA: 24202	Código SIAFI: 20502
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública do Poder Executivo Federal – (Sociedade por quotas de respons.Ltda)			
Principal Atividade: Outras atividades de intermediação financeira			Código CNAE: 64.99-9
Telefones/Fax de contato:		(061) 3035 7150	(061) 3035 7158
Endereço eletrônico: seac@finep.gov.br			
Página da Internet: www.finep.gov.br			
Endereço Postal: SCN – Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 CEP 70712-903 - Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Lei 8.172, de 18 de janeiro de 1991. ...			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998. Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007; Decreto 6.938, de 13 de agosto de 2009. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ;			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI-			
365001		FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	
365002		FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/BSB	
365004		FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/SP	
360001		FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS	
240131		PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS DO MCT/FINEP	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI - 36801		Nome - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	
Código SIAFI - 00001		Nome – TESOUREO NACIONAL	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
365001 – 365002 – 365004 – 360001		36801	
240131		00001	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP é uma empresa pública de direito privado constituída pelo Decreto n.º 61.056, de 24 de julho de 1967, que regulamentou a autorização disposta no art. 191 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei n.º 298, de 28 de fevereiro de 1967. Até 5 de março de 1985 foi vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, quando mediante Decreto n.º 91.146, passou a ser vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

No plano nacional a FINEP integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI. A visão integrada desde Sistema é reconhecida pelo Governo Federal no Decreto Nº 75.225, de 15 de Janeiro de 1975, quando pela primeira vez é instituído o plano nacional para área de C&T, e definido que os Ministérios com atuação significativa na área de Ciência e Tecnologia disporão de Órgãos Setoriais com a responsabilidade de gerir de forma integrada as entidades subordinadas que atuam no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Como agente de fomento do SNCTI o papel da FINEP é singular, inclusive se comparada a outras experiências internacionais, na medida em que se tem capacidade de financiar todos os segmentos que o compõem: universidades, institutos de pesquisas, instituições governamentais, organizações não governamentais, empresas e agentes repassadores de recursos, públicos e privados, que atuam no plano nacional ou federal, estadual e municipal.

Sua condição de empresa pública, instituição financeira, e de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT permite a captação de diferentes fontes de recursos financeiros: recursos do orçamento fiscal e do FNDCT, de terceiros públicos e privados, nacionais e internacionais.

Os recursos financeiros utilizados pela FINEP (Órgão 20.502 - CNPJ 33.749.086/0001-09) para o apoio a estudos, projetos e programas são

movimentados através do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. No SIAFI, a FINEP opera quatro Unidades Gestoras.

1. Três Unidades Gestoras que se referem aos três escritórios da Empresa FINEP, no Rio de Janeiro (UG 365001), em São Paulo (UG365002) e em Brasília (UG 365004). Nessas Unidades Gestoras são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros, através de operações de financiamento, como as do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), ou de depósitos, tais como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Nessas operações a FINEP arca com o risco de crédito e remunera-se com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas.

As operações de crédito para financiamento de empresas que desenvolvem projetos e atividades de P&D são realizados com recursos próprios, recursos captados de terceiros (principalmente do FAT, FND) e, do FUNTTEL, bem como do próprio FNDCT. Esta modalidade de financiamento pode incluir o instrumento de equalização de taxa de juros, com recursos do FNDCT, para reduzir os encargos totais a serem desembolsados pelas empresas. No caso específico do FUNTTEL, a FINEP atua apenas como gestora das operações, pois o risco de crédito é do próprio Fundo, cujo Conselho Gestor aprova cada operação.

2. Unidade Gestora Contratos e Convênios (UG 360001). Através desta UG a FINEP administra e repassa recursos de terceiros, normalmente através de convênios com órgãos governamentais, para financiamento e fomento de projetos, recebendo desses terceiros um montante que pelo menos cubra os custos administrativos dessa atividade. Dentre esses terceiros inclui-se o próprio FNDCT, para o qual a FINEP atua também como agência, e não apenas como Secretaria Executiva.

As receitas oriundas das Unidades Contratos e Convênios, FNDCT e Programas Ações Especiais/MCT apenas cobrem os custos administrativos das atividades relacionadas.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES

A FINEP é a Agência Brasileira de Inovação e, ao longo dos seus quarenta anos de existência, vem desempenhando papel preponderante na criação do ambiente propício à inovação hoje existente no País. Desde a sua criação vem gerando todo um arcabouço de instrumentos e de inter-relações entre atores do sistema de inovação, especificamente, empresas, institutos de pesquisa e universidades, o que lhe conferiu uma trajetória singular de resultados representativos.

Para o apoio financeiro a cada um desses atores, e dependendo da natureza das atividades de inovação por eles desenvolvidas, a FINEP vem procurando adequar a sua atuação utilizando-se do instrumento mais apropriado. Como financia projetos e atividades que cobrem todo o espectro desde a pesquisa básica, desenvolvimento de novos produtos e processos, infra-estruturas de pesquisa até a popularização da ciência, o risco inerente a cada uma dessas fases é muito diferenciado.

Por esta razão existe uma simetria entre o esforço que está sendo realizado na área da inovação, a instituição envolvida com a etapa desse esforço e as condições financeiras necessárias ao desenvolvimento. Portanto, existem atividades, como a pesquisa básica que se caracteriza como etapa ainda distante da apropriação dos seus resultados, que somente Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT's (entidades sem fins lucrativos, públicas ou privadas), sustentadas por subvenções sociais, são capazes de realizar. As empresas raramente desenvolvem essas atividades, e quando o fazem é porque dispõem de reservas financeiras ou estão subsidiadas pelo poder público. Por outro lado atividades que devem ser desenvolvidas por empresas, pelas suas características finalísticas e destinadas ao mercado, mas que sem a subvenção econômica, o capital de risco ou o crédito subvencionado não seriam realizadas. Em resumo quanto maior o risco tecnológico e financeiro maior a subvenção ou o subsídio.

Neste relatório de gestão o foco é a destinação dos recursos utilizados exclusivamente pela FINEP que se destinam basicamente às empresas, mas sem a apresentação de um quadro geral do apoio financeiro ao setor produtivo,

concedido também com recursos do FNDCT, fica limitada a compreensão da função complementar que instrumentos utilizados tem no contexto da política pública de inovação.

Todos os instrumentos utilizados para o financiamento às empresas estão previstos na Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT. A subvenção econômica, o capital de risco, empréstimo, equalização de taxa de juros e garantia de liquidez aos fundos de investimento. O FNDCT por ter uma arrecadação sustentável, proveniente dos Fundos setoriais, vem proporcionando também um crescimento sustentável à FINEP.

Portanto, para se compreender a estratégia de atuação da FINEP é indispensável a apresentação do quadro geral para a alocação de recursos no setor produtivo, onde se relaciona a cada uma das suas atribuições, como secretaria-executiva do FNDCT e como instituição financeira, os instrumentos e modalidades de financiamento operadas.

Operações com o Setor Produtivo em 2009 - R\$ Milhões

Instrumentos de Financiamento do Setor Produtivo	FNDCT			FINEP		TOTAL
	Subvenção Econômica - Não Reembolsável			Reembolsável		
	PAPPE 2007/2009 (1)	PRIME (2)	Áreas Estratégicas (3)	Investimento (4)	Crédito (5)	
Operações Indiretas – Fundos/Agentes	14	17	-	15	-	
Nº de Empresas Apoiadas	404	1.381	261	51	74	2.171
Recursos Comprometidos pela FINEP	123,2	165,7	466,0	281,9	1.678,9	2.715,7

(1) PAPPE - Programa de Subvenção à Pesquisa em Micro e Pequenas Empresas – Com faturamento até R\$ 2,4 milhões, e PAPPE Integração com foco nas regiões NO, NE, e CO, para desenvolverem novos produtos e processos. Recursos repassados por Fundações de Amparo às Pesquisas Estaduais. (2) PRIME- Programa Primeira Empresa, voltados para apoio ao desenvolvimento de tecnologia por empresas nascentes de alto valor agregado. Recursos Repassados por Incubadoras e ICT's, sem fins lucrativos. (3) Operações Diretas com a FINEP - Apoio às empresas de qualquer porte para o desenvolvimento de tecnologia em áreas estratégicas. (4) Empresas em Fase de Monitoramento e Due Diligence cujo capital já vem sendo integralizado ou serão integralizados nos próximos exercícios. (5) Empréstimos realizados diretamente pela FINEP a empresas para o desenvolvimento de projetos e planos de inovação.

No Relatório de Gestão do FNDCT 2009 são apresentados os resultados da alocação de recursos não-reembolsáveis relacionados às ações que se destinam a apoiar as empresas e ao setor produtivo, especialmente a ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico e a 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital - Investimento. Nestas ações estão concentradas as operações de maior risco tecnológico e financeiro, principalmente às micro e pequenas empresas, cujo risco de crédito tende a ser mais elevado.

A distribuição das empresas por Porte demonstra que 77,2 % dos recursos aprovados no edital da Subvenção Econômica em 2009 foram para às micro e pequenas empresas, ou seja esta prioridade foi inserida numa chamada pública que em anos anteriores não tinha como foco este segmento da indústria, como no caso do PAPPE e PRIME, que se destinam exclusivamente para esta área.

Esta política de alocação de recursos criou uma alternativa para as PME's que contribuiu para reduzir a demanda por crédito, e portanto diminuir o risco da carteira de operações da FINEP estruturada pelo seu Programa INOVA BRASIL.

Em 2008 a FINEP já tinha adequado às prioridades do Programa à PDP – Política do Desenvolvimento Produtivo pelo Governo Federal, mediante a Resolução da Diretoria RES/DIR/0054 de 13/04/2009. Com base nesta Resolução as novas condições de financiamento são as seguintes:

Programa Inova Brasil

Objetivo

Financiar Planos de Investimento em Inovação das empresas brasileiras, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento tomando como referência a PDP, cujas atividades estejam relacionadas às seguintes diretrizes:

- Aumento de sua competitividade nacional e internacional;
- Aumento nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D realizadas no País e cujos investimentos estejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam;
- Inovação com relevância regional ou inserida em Programas Prioritários do Governo Federal;
- Contribuição mensurável para o adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas;
- Parceria com universidades e/ou instituições de pesquisa do País.

Público Alvo – Empresas Brasileiras

Condições de Financiamento – RES/DIR/0054 de 13/04/2009
Custo do Capital FINEP - Taxa Básica TJLP (6,0 %aa) + Spread (5,0%aa)

Linhas de Financiamento	Redução de Taxa em Vigor	Taxa Líquida em Vigor
1. Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas	TJLP+0,75	4,25
2. Programas para Consolidar e Expandir a Liderança	TJLP+0,25	4,75
3. Programas para Fortalecer a Competitividade	TJLP - 0,25	5,25
4. Pré-Investimentos para Projetos Prioritários	TJLP+0,75	4,25
5. Outros Projetos Inovadores	TJLP - 3,25	8,25

As novas condições de financiamento foram significativamente marcadas pela expansão dos recursos autorizados pela LOA 2009, para equalização da taxa de juros de operações de crédito e para empréstimos do FNDCT para FINEP. Cabe ressaltar que os prazos de financiamento do FNDCT (5 anos de carência e 15 de amortização) são decisivos para a alavancagem da FINEP.

Esses recursos foram somados as fontes tradicionais de captação da FINEP, conforme se observa no quadro a seguir.

Evolução da Captação de Recursos – R\$ Milhões

Fontes de Recursos	2007	2008	2009
FAT	230,0	180,0	180,0
FND	120,0	120,0	0,0
FNDCT	38,0	225,0	619,2
Total	388,0	525,0	799,2
<hr/>			
Equalização da taxa de Juros (*)	78,8	89,6	97,8

(*) Valores da Execução Orçamentária – SIAFI

A expansão da captação de recursos e a geração própria de caixa contribuíram para que, em 2009, fosse alcançado um patamar de valor contratado superior ao dos anos anteriores. (Vide Gráficos 2.4.6.2a e 2.4.6.2b)

A estratégia de atuação contemplou ainda diversas medidas que visaram garantir a qualidade e a agilidade do processo operacional, considerando o crescimento sistemático do volume de recursos e o aumento e a diversidade de operações. Algumas dessas medidas vêm sendo implementadas desde 2004, entre elas podem ser destacadas as seguintes:

Captação de fontes de recursos para operações de crédito com prazos de amortização e taxas mais compatíveis com o tipo de operação da FINEP;

- Aprimoramento permanente do sistema de classificação de risco;
- Manutenção de reduzidos índices de inadimplência;
- Redução no número de empresas encaminhadas para cobrança judicial, bem como no número de ações em que a FINEP figura no pólo passivo, movidas por empresas, inadimplentes ou não, patrocinadas por escritórios especializados em advogar contra o sistema bancário.

Principais realizações e resultados da Agência FINEP em 2009:

EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Há 6 anos a FINEP vem mantendo resultados positivos e crescentes. Como se enquadra, de acordo com os critérios da DEST, como uma empresa estatal não dependente do Tesouro Nacional, necessita manter um equilíbrio no fluxo de caixa entre as receitas e despesas. Em 2009, a geração de caixa pelas receitas foi suficiente para cobrir os dispêndios correntes do PDG - Plano de Dispêndios Globais, as despesas financeiras decorrentes dos empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, permitindo a independência entre o fluxo de capitais (principal) e o fluxo de receitas e despesas.

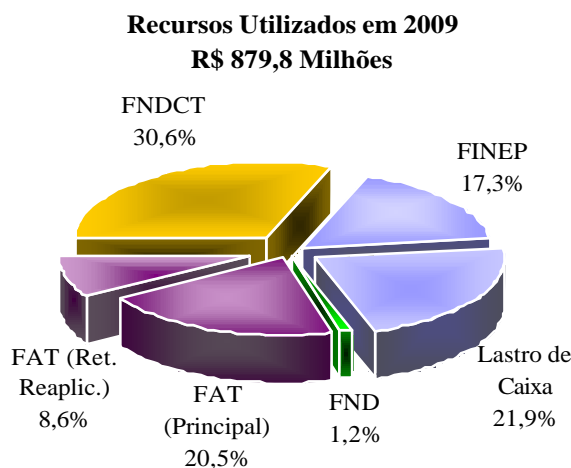
FINEP - Receitas, Dispêndios Correntes e Superávit – R\$ Milhões

Discriminação	Executado em 2007	Executado em 2008	Executado em 2009
Receitas	220,7	275,6	399,4
Dispêndios Correntes	(154,8)	(195,8)	(224,5)
Superávit no PDG	65,9	79,8	174,9
Crédito da TJLP aos depósitos do FAT	(43,5)	(52,1)	(59,1)
Superávit (déficit) global	22,4	27,7	55,8

Fonte: FINEP/AFC/SIAFI. O quadro acima considera os valores de fluxo de caixa, e não deve ser comparado com as informações do Demonstrativo de Resultados - DRE.

O risco de crédito das operações executadas com recursos de terceiros é assumido pela FINEP, ou seja: mesmo que as empresas financiadas fiquem inadimplentes, a dívida assumida pela FINEP com as fontes de recursos deve ser paga.

Na figura abaixo está ilustrada a distribuição percentual por origem dos recursos utilizados nas operações de crédito no ano de 2009. Para essas operações foram liberados R\$ 880,0 milhões. Observa-se que 29,1% das liberações foram feitas com recursos provenientes do FAT, 30,6% foram do empréstimo do FNDCT à FINEP, 1,2% foram provenientes do FND e 39,1% foram desembolsados com recursos próprios.



Não há vinculação nem de valor nem de prazo entre o recebimento da cobrança que a FINEP faz de cada operação de crédito específica e o pagamento da dívida que originou os recursos para essa operação. O cuidado com o casamento de prazos no fluxo de capitais é tomado em relação ao conjunto de pagamentos e recebimentos que compõem a previsão do fluxo de caixa e as orientações gerais para as novas operações são incluídas nos relatórios de Orientação Financeira para Operações de Crédito, emitidos trimestralmente pela Área Financeira e de Captação - AFC em trabalho conjunto com representantes da Área de Crédito - ACRD e da Área de Financiamento – AFI.

A FINEP prioriza a utilização dos recursos de terceiros nas operações de crédito porque é necessário manter um lastro de segurança com recursos próprios para eventuais inadimplências e flutuações do fluxo de caixa.

No Plano de Dispêndios Globais (PDG) 2009 da FINEP, considerou-se um valor de R\$ 530 milhões de aporte de capital (negociado a partir da extinção do FND), R\$ 619 milhões do FNDCT, por empréstimo de longo prazo, e R\$ 180 milhões de transferências do FAT, o que, somado com os recursos próprios, daria uma previsão de recursos de R\$ 1.237,5 milhões.

O fato de utilizar principalmente recursos de terceiros nas operações de crédito faz com que o monitoramento das projeções do fluxo de capitais seja um item crítico para a FINEP. Esse fluxo contém os ingressos de recursos por captação, as liberações de financiamentos, os recebimentos dos retornos de amortizações e o pagamento de amortizações aos fundos credores (FAT, FNDCT e FND).

Contudo a atenção sobre a elevada utilização de recursos de terceiros é mais importante no que diz respeito à inadimplência do que a prazos, pois os prazos dos empréstimos concedidos ao setor produtivo são em média menores do que a dívida contraída pela FINEP. Conforme já mencionado, o FNDCT empresta à FINEP com prazo de 20 anos enquanto as operações de crédito não ultrapassam 10 anos.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. RELAÇÃO DE PROGRAMAS

A FINEP, enquanto Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, foi responsável, em 2009, por 26 ações, de 05 programas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal geridos pelo MCT. Esses programas e ações são enumerados a seguir:

PROGRAMA 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ação 2113 - Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (Fundo Verde Amarelo) – Nacional.

Ação 2119 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral) – Nacional.

Ação 2189 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ) – Nacional.

Ação 2191 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte) – Nacional.

Ação 2997 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde) – Nacional.

Ação 4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia) – Nacional.

Ação 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio) – Nacional.

Ação 4053 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico) – Nacional.

Ação 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) – Nacional.

Ação 4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) – Nacional.

Ação 4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica – Na Região Norte.

Ação 8563 – Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário) – Nacional.

Ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) – nacional.

Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Recursos sob a supervisão FNDCT – MCT)

Ação 007Z – Subvenção à Remuneração de Pesquisadores Empregados em Atividades de Inovação Tecnológica em Empresas (Lei nº 11.196, de 2005) – Nacional.

Ação 7N34 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Áreas Estratégicas – Nacional.

Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Fundo Verde Amarelo) – Nacional.

Ação 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (Fundo Verde Amarelo) Nacional

Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez (Fundo Verde Amarelo - Lei nº 10.332, de 2001) – Nacional.

PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação 4947 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia.

Ação 4148 - Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos - Nacional.

Ação 2095 - Fomento a projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-Infra) - Nacional.

PROGRAMA 0464 – Programa nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Ação 2357 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial) – Nacional.

PROGRAMA 0471 – Ciência e Tecnologia para Inclusão e Desenvolvimento Social

Ação 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica – Nacional.

Ação 8976 - Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social – Nacional; e Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social – RN.

PROGRAMA 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Ação 2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro) – Nacional.

No item 2.3.2 apresenta-se informação detalhada sobre as quatro ações voltadas ao apoio financeiro a empresas, operadas diretamente pela FINEP.

2.3.2 – PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

PROGRAMA 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas

Tabela 2.3.2.1. Dados Gerais da Ação 0A37

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Contribuir para o aumento dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela PITCE, através de concessão de crédito de longo prazo com recursos do FNDCT, através da FINEP, para a execução de projetos de desenvolvimento tecnológico por empresas.
Descrição	Inversões Financeiras, sob a forma de empréstimo de longo prazo a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, através da FINEP.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Unidades executoras	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Base legal: Constituição Federal, art. 218; Lei 11.540, de 12/11/2007.

Esta ação é implementada através do repasse de recursos do FNDCT à FINEP, sob a forma de empréstimo de longo prazo, para atendimento ao financiamento reembolsável de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, aderentes à Política Industrial do Governo (atualmente a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP). As condições dos empréstimos da FINEP são condizentes com as condições aplicáveis aos projetos financiados através de programas estabelecidos.

Financiamento reembolsável para empresas é uma ação de caráter permanente da FINEP, que apóia, junto com outras fontes de recursos, projetos de P&D de empresas. Esses financiamentos são geralmente com encargos subsidiados através da equalização da taxa de juros concedida pela ação 0741.

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira da FINEP de projetos reembolsáveis contratada no exercício consistia de 74 projetos, no valor total de R\$ 1,7 bilhão.

O total de recursos liberados pela FINEP em 2009 para projetos reembolsáveis foi de R\$ 879,8 milhões para uma carteira de cerca de 156 projetos contratados e em desembolso no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Os recursos do orçamento de 2009 previstos para a ação 0A37 no valor de R\$ 269,2 milhões foram totalmente transferidos para a FINEP e liberados, representando apenas 30,6% do total de recursos liberados em 2009 para projetos reembolsáveis. Com estes recursos foram efetuadas 26 liberações para 23 projetos financiados (vide relação no **Anexo** – Liberações de Empréstimos) da carteira supracitada em desembolso (156 projetos).

A execução orçamentária e financeira da ação foi de 100%.

Em 30 de dezembro de 2009 foi aprovado um crédito suplementar para esta ação no valor de R\$ 350,0 milhões. Os recursos foram transferidos para a FINEP mas não houve tempo hábil para sua utilização ainda em 2009.

Tabela 2.3.2.2. Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$269.200.686,00	R\$269.200.686,00	100%
Física	90 Projetos	23 Projetos	25,6%

Os recursos captados pela FINEP (FAT, empréstimo FND, empréstimo FNDCT, recursos próprios etc.) para apoio as operações de financiamento reembolsáveis para empresas compõem uma cesta de moedas para apoio aos projetos contratados. No entanto, os projetos não são contratados por fonte específica de recursos captados. Os projetos contratados poderão, na fase de liberação, receber recursos disponíveis de quaisquer fontes disponíveis ao longo do seu cronograma financeiro.

Desta forma, considerando o exposto, e que o empréstimo do FNDCT compõe um fluxo de recursos sem correlação direta com o número de projetos reembolsáveis da FINEP, a meta física estabelecida não reflete a estratégia prevista em 2009.

Ao final de dezembro de 2009, a carteira potencial de projetos reembolsáveis da FINEP montava em 250 projetos no valor total de R\$ 4,4 bilhões, assim composta: 21 projetos reembolsáveis aprovados em contratação no valor total de R\$ 375 milhões, 18 projetos recomendados para aprovação no valor total de R\$ 271 milhões, 88 projetos em análise no valor total de R\$ 2,2 bilhões, 86 projetos aguardando o envio da Solicitação de Financiamento (SF) no valor total de R\$ 1,1 bilhão e mais 37 Consultas-Prévias em análise no valor de R\$ 427 milhões.

Ação 0741 – Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos à Inovação Tecnológica (Fundo Verde Amarelo - FVA)

Tabela 2.3.2.3. Dados Gerais da Ação 0741

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Reduzir o custo financeiro das operações de financiamento para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.
Descrição	Cobertura da diferença entre os custos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP cheia, utilizada nas operações reembolsáveis da FINEP, e os encargos compatíveis com a natureza de risco associada aos projetos de inovação tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Unidades executoras	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Base legal: Art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.

O objetivo dessa ação é reduzir o custo dos financiamentos à inovação tecnológica para as empresas. Assim, os recursos do Fundo Verde Amarelo cobrem a diferença entre os encargos compensatórios dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela FINEP, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII) encaminha, trimestralmente, para análise e aprovação do Ministro da Ciência e Tecnologia, parâmetros para aplicação dos recursos e limite máximo anual a ser utilizado para equalização de encargos pela FINEP, agência financeira do FNDCT; tendo como referência estes parâmetros e montante de recursos, a FINEP propõe à Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, procedimentos operacionais que serão utilizados na análise das operações candidatas à equalização, que serão submetidas à aprovação do Ministro da Ciência e Tecnologia.

No terceiro trimestre de 2009 a CTPII, através da Resolução nº 03/2008, de 01.07.2009, incluiu a concessão do benefício da equalização de juros, também, para projetos de pré-investimento e de engenharia consultiva enquadrados nas políticas governamentais prioritárias: Programa de Aceleração do Crescimento; Integração Regional do Mercosul; Copa do Mundo 2014; e Política Habitacional Minha Casa, Minha Vida; e outros projetos inovadores para financiamento de projetos aderentes aos eixos da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP do Governo Federal.

A concessão do benefício ficou dividida em cinco grupos:

I - Para os projetos aderentes ao eixo ‘Mobilizadores em Áreas Estratégicas’, que abrange os Complexos Industriais da Saúde e de Defesa, bem como as áreas temáticas de Tecnologias de Informação e Comunicação, de Nanotecnologia; de Biotecnologia e das Energias Nuclear e Renováveis, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4,0% a.a.;

II - Para os projetos aderentes ao eixo ‘Consolidar e Expandir a Liderança’, que abrange o Complexo Aeronáutico; de Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; de Celulose e Papel; de Mineração; de Siderurgia; e de Carnes, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4,5% a.a.;

III - Para os projetos aderentes ao eixo ‘Fortalecer a Competitividade’, que abrange os Complexos Automotivo e de Serviços; da Indústria Naval e

Cabotagem; de Têxtil e de Confecções; de Bens de Capital; de Couro, Calçados e Artefatos; de Madeira e Móveis; da Construção Civil; de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; de Plásticos; e do Sistema Agroindustrial; e outros, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 5,0%a.a.;

IV - Para os projetos de pré-investimento e de engenharia consultiva enquadrados nas políticas governamentais prioritárias, que abrange Programa de Aceleração do Crescimento; Integração Sulamericana; Copa do Mundo de 2014 e; Política Habitacional Minha Casa, Minha Vida, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4,0%a.a.;

V - Para outros projetos inovadores, não enquadrados nos itens anteriores, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 8,00%a.a.;

Para os projetos apresentados no âmbito do Programa Juro Zero que, enquadrados em pelo menos um dos itens anteriores, e que sejam executados por microempresas ou pequenas empresas, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 10% a.a.

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira da FINEP de projetos reembolsáveis contratados em 2009 consistiu de 74 operações de crédito contratadas, no valor de R\$ 1.678.946.178, sendo: 69 operações no Programa Inova Brasil, no valor total de R\$ 1.676.141.683 e 5 operações no Programa Juro Zero, no valor total de R\$ 2.804.495. Destes projetos, 73 foram contratados com o benefício da equalização de juros, no valor total de R\$ 1.668.887.435.

Os recursos do Fundo Verde Amarelo previsto para esta Ação na Lei Orçamentária de 2009 –LOA, R\$ 173.619.979, foram totalmente transferidos para a FINEP em 2009. A execução financeira e orçamentária da ação foi de 100%. A ação não possui meta física na LOA, referindo-se somente ao comprometimento dos recursos de forma global.

Analisando a disponibilidade de recursos verifica-se que o orçamento de 2009 para equalização já foi totalmente comprometido com a carteira de projetos reembolsáveis da FINEP que receberam esse benefício, formada de: contratados totalmente desembolsados, projetos contratados em desembolso e projetos aprovados em contratação apresentando ainda um déficit que será parcialmente coberto com o orçamento de 2010. Nesta ótica não há limite para novos comprometimentos em 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira de projetos reembolsáveis da FINEP apresentava 18 projetos recomendados para aprovação no valor total de R\$ 271 milhões, 88 projetos em análise no valor total de R\$ 2,2 bilhões e 86 propostas sendo aguardadas o envio da Solicitação de Financiamento (SF) que somavam cerca de R\$ 1,1 bilhão. Essa carteira indica uma necessidade potencial de recursos para equalização de juros superior a R\$ 700 milhões.

O Anexo – Equalização da taxa de juros - relaciona todos os projetos contratados em 2009 que foram beneficiados com recursos da equalização.

A tabela 2.3.2.4. apresentada a seguir contém o resumo das disponibilidades, aplicação dos recursos e necessidades de recursos para a ação de equalização de juros.

Tabela 2.3.2.4. Disponibilidade de Recursos (Saldos Corrigidos pela TJLP e Descontados pela SELIC¹)

31 de dezembro de 2009			
Saldo Anterior (30.09.09)		285.884.036,90	
Valor Aplicado (Recursos Transferidos)		70.385.340,89	
Rendimentos Apurados		(1.332.798,86)	
Total Resgatado		(27.430.354,43)	
Saldo Disponível em 31.12.09		327.506.224,50	327.506.224,50
Saldo Atual Garantido			327.506.224,50
Projetos Contratados Totalmente Desembolsados		136.335.284	
Projetos Contratados em Desembolso		424.620.244	
Projetos Aprovados em Contratação		77.334.970	
Programa Juro Zero (contratados)		7.844.809	
Total Comprometido a Equalizar		646.135.307	(646.135.307,00)
Saldo Líquido Atual			(318.629.082,50)
Recursos no Orçamento para Equalização - FNDCT-FVA	2010		
		210.700.000,00	210.700.000,00
Limite para Novos Comprometimentos			(107.929.082,50)
Projetos em Análise (SF em Análise)		458.959.900	
Projetos Aguardando SF		258.554.805	
Programa Juro Zero (em análise)		20.675.619	
Demanda Potencial		738.190.324,00	738.190.324,00

(1) - Taxa de desconto utilizada é de 7,00% a.a., que corresponde à SELIC de 8,75% a.a. descontada a contribuição do IR de 20%.

Fonte: FINEP/AFC/DCOB

Tabela 2.3.2.5. Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 173.619.979	R\$ 173.619.979	100%
Física	-	-	-

Ação 0745 – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (Fundo Verde Amarelo - FVA)

Tabela 2.3.2.6. Dados Gerais da Ação 0745

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Estimular os investimentos das Empresas de Base Tecnológica mediante participação de capital de risco aportado diretamente pela FINEP ou indiretamente através de parceria com Fundos de Investimentos Privados.
Descrição	Subscrição de ações para constituição de empresas de base tecnológica ou aquisição de cotas de participação em fundos de investimentos, regulamentados pela CVM, que objetivem capitalizar empresas de base tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Unidades executoras	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Base Legal: art. 218, CF; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.

Os recursos alocados a essa ação poderão ser aplicados na participação minoritária da FINEP no capital de microempresas, de empresas de pequeno porte de base tecnológica, em fundos de investimento e no desenvolvimento de mecanismos de operacionalização da reserva técnica.

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa INOVAR que é constituído do INOVAR Fundos, o INOVAR Semente, o Venture Fórum FINEP e o Seed Fórum FINEP.

Através do INOVAR Fundos, a FINEP apóia empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de *Venture Capital* (VC) e fundos de *private equity* (PE).

O Programa Inovar Semente foi lançado pela FINEP, em dezembro de 2005, a partir da constatação de que havia escassez de capital semente, isto é, recursos para empresas inovadoras nas fases iniciais de seu crescimento. Desta forma, o Inovar Semente objetiva a capitalização de fundos, preferencialmente locais, voltados para o investimento de microempresas e empresas de pequeno porte inovadoras.

Em 2009, foram lançadas duas chamadas de fundos para capitalização: a 10ª Chamada do INOVAR Fundos, em maio 2009, com banca de avaliação realizada em junho, que selecionou sete fundos de *venture capital* para a etapa de *due diligence* (análise aprofundada) e dez fundos de *private equity*; e a 4ª Chamada Pública do Inovar Semente em janeiro de 2009, com uma banca de avaliação em junho, que selecionou cinco fundos de capital semente para a etapa de *due diligence*.

Em 2009, a FINEP aprovou investimentos em três fundos. Destes, um se classifica como fundo local de capital semente e dois como *private equity*. Este fundo representa um patrimônio comprometido FINEP total em torno de R\$ 76.000.000,00, que deverá ser investido em cerca de 34 empresas inovadoras.

Considerando o resultado acumulado 2001-2009, a carteira de investimentos da FINEP possui 22 fundos aprovados (sendo doze de *venture capital*, quatro de *private equity* e seis fundos semente) dos quais treze estão em operação, oito estão em fase de captação e um já foi encerrado. O volume total de recursos desses fundos (patrimônio) é da ordem de R\$ 2.966,2 milhões, com uma participação média da FINEP de R\$ 281,9 milhões (9,5%). Isso representa um multiplicador de recursos no mercado da ordem de 9,32, ou seja, para cada R\$ 1,00 que a FINEP aporta em fundos de investimento, R\$ 9,32 está sendo investido por outros investidores em inovação. A tabela a seguir apresenta o resumo dos fundos apoiados pela FINEP.

Tabela 2.3.2.7: Fundos de Investimentos apoiados pela FINEP

Fundos Finep	Categoria	Status	Comprometido	Comprometido FINEP
GP Tecnologia	Venture Capital	Desinvestido	115.000.000,00	5.750.000,00
RB Investech II	Venture Capital	Fase de Desinvestimento	35.300.000,00	5.000.000,00
FIPAC FMIEE	Venture Capital	Fase de Investimento	102.020.000,00	14.000.000,00
RB Nordeste II	Venture Capital	Fase de Investimento	137.800.000,00	15.000.000,00
SPTec FMIEE	Venture Capital	Fase de Desinvestimento	24.000.000,00	3.200.000,00
Novarum FMIEE	Capital Semente	Fase de Desinvestimento	12.750.000,00	3.800.000,00
CRP Venture VI	Venture Capital	Fase de Investimento	61.500.000,00	10.000.000,00
JB VC I	Venture Capital	Fase de Investimento	100.000.000,00	10.000.000,00
Stratus GC	Venture Capital	Fase de Desinvestimento	24.050.000,00	4.800.000,00
Stratus GC III	Venture Capital	Fase de Investimento	60.000.000,00	12.000.000,00
FIR Fundotec II	Venture Capital	Fase de Investimento	77.400.000,00	14.000.000,00
CapitalTech	Venture Capital	Fase de Investimento	31.400.000,00	9.000.000,00
HorizonTI	Capital Semente	Fase de Investimento	20.000.000,00	8.000.000,00
Terra Viva	Private Equity	Fase de Investimento	300.000.000,00	20.000.000,00
Fundo SC	Capital Semente	Em captação	15.000.000,00	7.350.000,00
Performa	Capital Semente	Em captação	15.000.000,00	6.000.000,00
Brasil Governança	Private Equity	Fase de Investimento	600.000.000,00	30.000.000,00
RB Investech III	Venture Capital	Em captação	200.000.000,00	20.000.000,00
FCSRec	Capital Semente	Em captação	20.000.000,00	8.000.000,00
FINTECH I	Capital Semente	Em captação	15.000.000,00	6.000.000,00
CRP VII	Private Equity	Fase de Investimento	200.000.000,00	30.000.000,00
Brasil Agronegócio FIP	Private Equity	Fase de Investimento	800.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL			2.966.220.000,00	281.900.000,00

Fonte: AINV/FINEP

A Ação 0745 – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (Fundo Verde Amarelo - FVA) no ano de 2009 aprovou três fundos de investimento, dos quais dois já estão registrados na Comissão de Valores Mobiliário - CVM, se aproximando da meta estabelecida. Importante ressaltar que o 3º fundo aprovado já se encontra em fase de captação de recursos, após o que providenciará seu registro na CVM.

Do orçamento aprovado para a ação em 2009, foram empenhados R\$ 34.635.158,49 obtendo-se uma execução orçamentária de 97,4%.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de investimento era de R\$ 167.017.800,54, inclusive aplicações financeiras, saldo necessário para honrar os compromissos assumidos pelos fundos contratados em fase de investimento.

Tabela 2.3.2.8. **Metas e resultados da ação no exercício**

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 35.559.641,00	R\$ 34.635.158,49	97,4 %
Física	3 contratos de risco registrados	2 contratos de risco registrados	66,7%

A seguir encontram-se apresentadas outras ações da FINEP complementares à ação 0745: INOVAR – *Venture Forum FINEP* e *Seed Forum FINEP* e Programa INOVAR II.

INOVAR – *Venture Forum FINEP* e *Seed Forum FINEP*

O Inovar possui dois processos de estímulo à capitalização de empresas de base tecnológica, o *Venture Forum FINEP* e o *Seed Forum FINEP*. Trata-se de processo de capacitação empresarial consolidado em eventos nos quais empreendedores têm a oportunidade de apresentar seus planos de negócios a investidores de *venture capital*.

A FINEP seleciona as empresas, orienta-as em seus planos de negócios e formata suas propostas de valor para que possam ser levadas aos investidores.

Em 2009 foram realizados dois eventos: o 17º *Venture Forum FINEP* e o 6º *Seed Forum FINEP*.

O *Venture Forum* de 2009 foi realizado em abril – em São Paulo e contou com 380 empresas cadastradas, das quais 9 passaram pelo processo de capacitação empresarial e destas, 5 foram selecionadas para se apresentarem aos investidores no evento.

O que diferencia o *Seed Forum* do *Venture Forum* é basicamente o porte dos empreendimentos apresentados, assim como suas necessidades de investimento. Os *Seed Foruns* se justificam porque as empresas em estágio nascente são as menos assistidas no mercado de *Venture Capital*. Identificada esta lacuna, a FINEP mais uma vez busca atuar nas duas pontas.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos Fóruns realizados em 2009:

Tabela 2.3.2.9: **Resumo dos eventos organizados pela FINEP**

Fórum	LOCAL	DATA	Empresas na Banca	Empresas capacitadas	Empresas no Evento
17º VC	São Paulo	ABRIL	20	9	5
6º SF	São Carlos	DEZEMBRO	28	14	13

Nas 17 edições do *Venture* Forum e 6 do Seed Forum, o portal *Venture* Capital FINEP (www.venturecapital.gov.br) recebeu cerca de 4.000 cadastros, sendo que 254 empresas foram capacitadas, e 229 participaram do evento que reúne empresários e investidores.

Programa INOVAR II

O Programa INOVAR II é uma parceria entre FINEP e BID/FUMIN realizada por meio da Cooperação Técnica FINEP/BID ATN -ME 10588/BR - “Consolidação do Setor de Capital Empreendedor no Brasil e Apoio ao Desenvolvimento do Capital Empreendedor na América Latina e no Caribe através do Programa INOVAR II”. Esta cooperação foi firmada entre as partes em 31 de julho de 2008 e está organizada em torno dos seguintes componentes:

Componente I: INOVAR Semente

Objetivo: fomentar o espírito empresarial, promover os fóruns locais de capital empreendedor e as redes de investidores “anjo” em todo o país. Outro ponto é a assistência técnica, capacitação e apoio aos gestores de fundos sementes, com os seguintes focos: a) doações a fundos selecionados na banca inovar semente; b) due diligence em fundos semente.

Componente II: INOVAR América Latina

Objetivo: O objetivo deste componente é compartilhar a metodologia e os processos do INOVAR com instituições interessadas, a fim de apoiar sua adaptação à situação específica do setor em seu país de origem. Além destes

objetivos, este componente do INOVAR II, tem também como foco a conferência latino-americana bienal.

Componente III: **Investidores INOVAR**

Objetivo: promover o interesse e refinamento dos investidores institucionais e a alocação de recursos em fundos de capital empreendedor e de capital de participações e promovem a indústria (prêmio inovar).

Componente IV: **Desenvolvimento Institucional**

Objetivo: fortalecer a capacidade da FINEP para executar o Programa, e assegurar que a entidade conte com a equipe adequada para executar as atividades com sucesso.

O Programa está em implementação.

Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez (Fundo Verde Amarelo - FVA - Lei nº 10.332 de 2001)

Tabela 2.3.2.10. Dados gerais da ação 0748

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Reduzir o Risco Financeiro da FINEP associado ao investimento nas atividades de inovação, realizado direto ou indiretamente, mediante parceria com Fundos de Investimentos Privados, na área de capital de risco.
Descrição	Constituição de Fundo de Garantia de Liquidez com a finalidade de adequar a operação de investimento nas atividades de inovação, implementadas direta e indiretamente, por fundos de investimentos, através da criação de uma reserva financeira técnica com capacidade de cobertura de liquidez na carteira de contratos de risco.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Coordenador nacional da ação	Luis Manuel Rebelo Fernandes
Unidades Executoras	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Base legal: Lei nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.

O Fundo de Garantia de Liquidez foi criado para incentivar investidores privados a investir através de fundos de investimentos para empresas nascentes inovadoras, de forma que esses investidores possam ter garantia de retorno do principal investido ao término do período de vida do fundo ao qual participam.

Os recursos alocados nessa ação são do Fundo Verde Amarelo – FVA e a rentabilidade obtida através de aplicação no extramercado do Banco Central, compõem um Fundo de Reserva Técnica, com o objetivo de dar liquidez aos investimentos privados em empresas emergentes de base tecnológica, através de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes ou de Fundos de Investimentos em Participações.

O Fundo de Garantia de Liquidez vem sendo utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente para garantir o retorno do principal investido por

investidores privados ao término do período de vida do Fundo, até o limite de 20% (vinte por cento) do patrimônio total comprometido do Fundo.

A partir da 2ª Chamada do Programa Inovar Semente, tal mecanismo foi restrito aos investidores privados do tipo pessoa física.

Durante o exercício de 2009 contabilizou-se um fundo de capital semente aprovado pela FINEP, com patrimônio total estimado de R\$ 15 milhões. Além disto existe mais um fundo em fase avançada de análise com patrimônio total de R\$ 30 milhões. Somados aos 5 fundos anteriormente aprovados pelo programa, o patrimônio comprometido total é da ordem de R\$ 127 milhões. Esse patrimônio demanda um volume de recursos para o mecanismo de liquidez de cerca de R\$ 25,4 milhões (20% do patrimônio).

Em 2009, do orçamento aprovado para esta ação, foram empenhados R\$ 6.611.314,00. O saldo do Fundo em 31 de dezembro de 2009, inclusive rendimentos líquidos no extramercado era de R\$ 21.737.606,40. Não houve saques no exercício de 2009.

A execução orçamentária e financeira dessa ação foi de 97,1%. A ação não requer meta física, referindo-se apenas ao comprometimento de recursos.

Tabela 2.3.2.11. Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.809.293,00	R\$ 6.611.314,21	97,1%
Física	-	-	-

2.3.3. PROGRAMA PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO

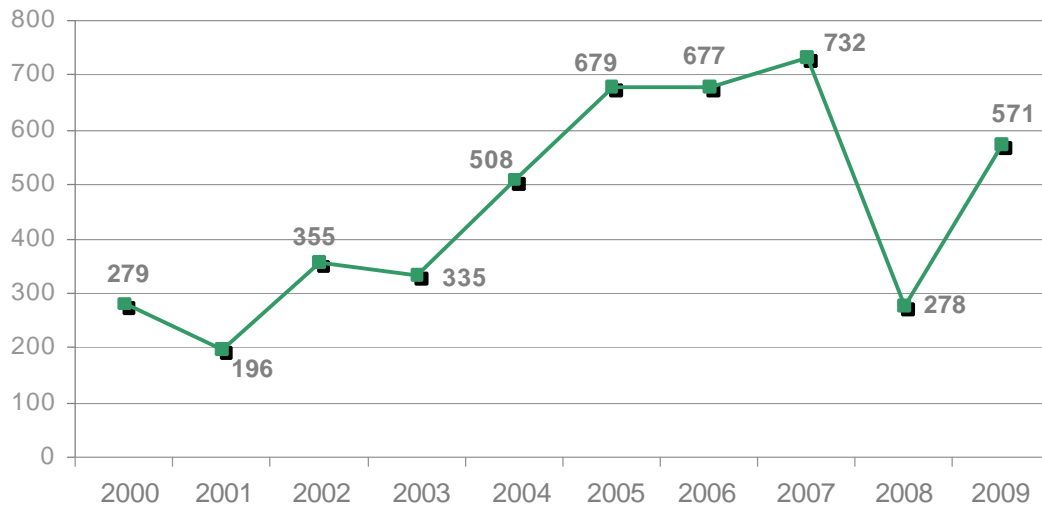
O Prêmio FINEP de Inovação é uma iniciativa da FINEP criada para estimular a inovação nas empresas, compatível com os objetivos do Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Foi criado em 1998, na região Sul, para identificar, divulgar e premiar os esforços inovadores desenvolvidos e aplicados no País. Em 2000, foi estendido às demais regiões, tendo a final nacional realizada no Palácio do Planalto e prestigiada pelo presidente da República. Nesses 12 anos de existência, o Prêmio FINEP reconheceu os esforços inovadores de quase 300 empresas e instituições de ciência e tecnologia, vencedoras das etapas regional e nacional.

De 2005 a 2007, o Prêmio contou com seis categorias: Produto; Processo; Pequena Empresa; Média e Grande Empresa; Instituição de C&T; e Inovação Social, além da categoria especial Inventor Inovador, realizada em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável por selecionar os inventores que já possuam patente concedida.

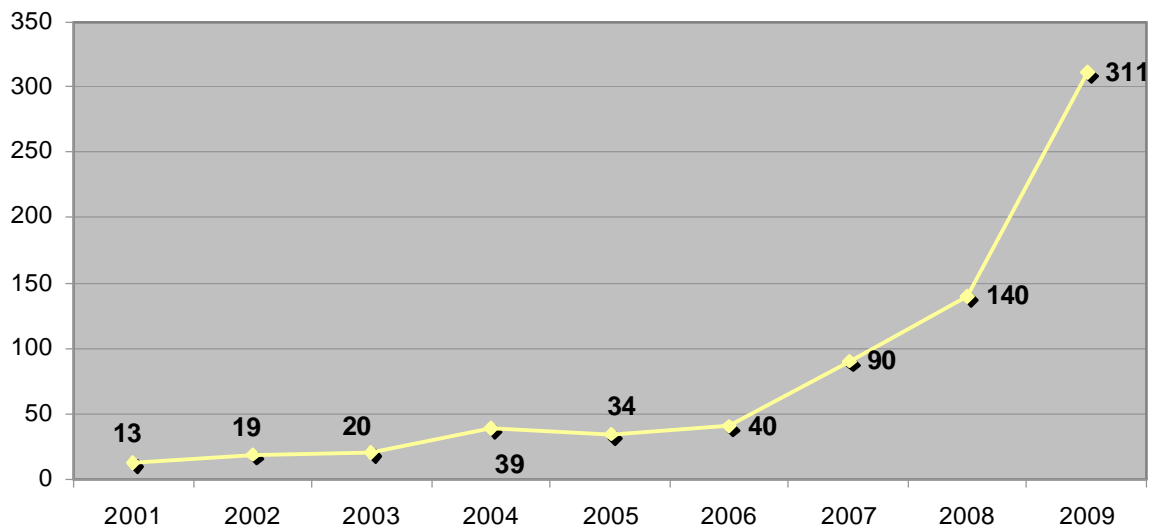
Em 2008, seguindo deliberação da Diretoria, o Prêmio abandonou o eixo puramente tecnológico, voltando-se à inovação no sentido mais amplo. As categorias Produto e Processo foram extintas e as inscrições foram restritas às categorias Micro/Pequena Empresa, Média Empresa, Grande Empresa, Instituição de Ciência e Tecnologia, Tecnologia Social e Inventor Inovador. Em 2009, o mesmo formato foi seguido, e o número de inscrições, que haviam caído para 278 em 2008, chegaram a 571 no ano seguinte.

Prêmio FINEP – Evolução de Inscrições – 2000 a 2009



A exemplo do ano anterior, em 2009 foi expressivo o aumento do número de inscrições na categoria Pequena Empresa: o crescimento foi de aproximadamente 123%.

Prêmio FINEP – Evolução de Inscrições – Categoria Pequena Empresa



Em 2009, observa-se um aumento considerável nas inscrições advindas da região Sudeste, que alcançaram quase 37% do total das inscrições recebidas em todo País. No ano anterior, o percentual havia sido de 24%.

Distribuição Regional da Participação no Prêmio FINEP - %

REGIÃO / ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	18,2	10,0	7,8	9,9	11,6	13,0	12,6
NORDESTE	9,9	15,9	11,6	17,0	17,4	23,8	19,3
CENTRO-OESTE	13,1	13,2	9,9	15,4	17,1	16,8	12,8
SUDESTE	30,5	29,3	40,2	38,0	29,2	24,1	36,8
SUL	28,4	31,5	30,5	19,8	24,7	22,2	18,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Para ver os ganhadores do Prêmio FINEP 2009, ver **Anexo Item 2.3.2.** – Vencedores Prêmio FINEP 2009.

2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A FINEP é uma empresa não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	24202	20502

Programação das Despesas Correntes

Não Aplicável

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Programação das Despesas de Capital

Não Aplicável

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Não Aplicável

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não Aplicável

Despesas Correntes

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Despesas de Capital

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

A FINEP é uma empresa não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social. Portanto, integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais.

A.1 Despesas por Modalidade de Contratação

A FINEP é uma empresa não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, integra apenas o orçamento de investimentos das empresa estatais. Não obstante apresentamos o Anexo Item 2.4.2.1. – Despesas pagas por modalidade de contratação, com o objetivo de dar transparência às despesas pagas pela FINEP.

Não Aplicável

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

A.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não Aplicável

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

A.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não Aplicável

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

B. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

B.1 Despesa por Modalidade de Contratação

A FINEP é uma empresa não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais. Não obstante, apresentamos o **Anexo Item 2.4.2.1. – Despesas pagas por modalidade de contratação**, com o objetivo de dar transparência às despesas pagas pela empresa.

Não Aplicável

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

B.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não Aplicável

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

B.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não Aplicável

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

C. Execução Orçamentária por Programa de Governo

A FINEP é uma empresa não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social. Portanto, integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Não Aplicável

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

D. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Segue abaixo a execução das ações do orçamento de Investimento, que é o único do qual a FINEP faz parte.

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010*
23	122	0807	4101	0001		unidade	1	1	1
23	122	0807	4102	0001		unidade	95	10	90
23	122	0807	4103	0001		unidade	806	30	66

Fonte: AFC

(*) Conforme PDG aprovado para o ano de 2010

2.4.3. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	676.133	885.135	885.757
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	422.524	475.199	459.471
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	12.720.415	14.550.749	16.135.930
3.1 Publicidade	6.960	200.000	230.000
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.113.299	846.475	895.552
3.3 Tecnologia da informação	191.966	324.533	32.303
3.4 Outras terceirizações	11.408.190	13.179.741	14.978.075
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL			
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS			
TOTAIS	13.819.072	15.911.083	17.481.158

Fonte: AFC

2.4.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

2.4.4.1 - EXECUÇÃO

Segue abaixo a execução das ações do orçamento de Investimento, que é o único do qual a FINEP faz parte.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira Em R\$ mil		
							Meta Prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010*
23	122	0807	4101	0001		unidade	1	1	1	6.700	6.500	6.500
23	122	0807	4102	0001		unidade	95	10	90	1.150	144,6	800
23	122	0807	4103	0001		unidade	806	30	66	5.350	202,6	850

Fonte: AFC

(*) Conforme PDG aprovado para o ano de 2010

2.4.4.2. PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Desde 2003 a FINEP tem intensificado as atividades de recuperação de crédito, cobrança e renegociação das dívidas das empresas apoiadas através de operações reembolsáveis. Além da atividade de renegociar as dívidas das empresas que apresentaram dificuldades de caixa, buscou-se estreitar o relacionamento com as empresas que estavam em cobrança judicial, visando à recuperação dos valores liberados, através de acordos extrajudiciais.

Como resultado, o índice de inadimplência, que é a relação entre a soma dos valores em atraso, em renegociação ou em contencioso dividido pelo Ativo Realizável Total, tem apresentado queda ano após ano. Em dezembro de 2009, esse índice foi de 3,6%, contra 6,1%, em dezembro de 2008. Cabe observar que essa redução se deveu tanto à redução do valor da Inadimplência quanto ao crescimento do Realizável Total. Outro ponto que deve ser destacado é que o índice de inadimplência ainda é fortemente contaminado pela inadimplência da carteira antiga da FINEP, conforme se pode verificar na tabela de Valores Liberados e Inadimplência, como mostra o índice de inadimplência x valor liberado/ano, desde 2004, que é praticamente nulo.

Tabela 2.4.4.2.1 - Índice de Inadimplência

Valores em R\$ mil

Descrição	12/2008	12/2009	Var. %
Inadimplência	118.844	88.103	-25,87%
Realizável Total	1.941.778	2.450.922	26,22%
Índice de inadimplência	6,1%	3,6%	-24,7%

Fonte: FINEP/ACRD

Tabela 2.4.4.2.2. - VALORES LIBERADOS E INADIMPLÊNCIA

Valores em R\$ mil

Ano de Contratação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Inadimplência (a)	0	10.424	11.370	513	0	0
Total Liberado (b)	122.495	550.825	620.492	528.816	853.133	1.391.909
Índice de inadimplência (a/b)	0,00%	1,89%	1,83%	0,10%	0,00%	0,00%

Fonte: FINEP/ACRD

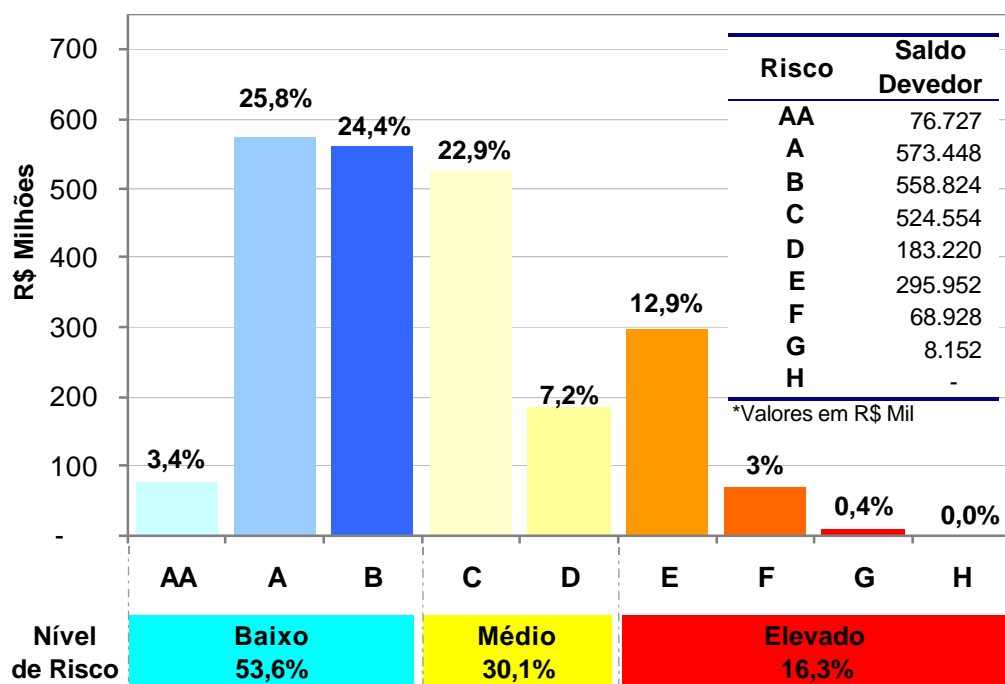
No início de 2009 havia 17 empresas em análise no Departamento de Recuperação de Crédito – DREC, cujo saldo devedor totalizava R\$ 44 milhões nominais. Já em Dezembro de 2009, essa carteira em renegociação contemplava 14 empresas, totalizando R\$ 37 milhões de saldo devedor nominal.

Em 2009 o total de depósitos recebido pela FINEP através de renegociação resultou no montante de R\$ 20.520 mil, sendo R\$ 6.698 mil oriundos de empresas que estavam em renegociação nesse ano e, R\$ 13.822 mil de empresas que já tiveram suas dívidas renegociadas em períodos anteriores.

2.4.4.3 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CARTEIRA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31/12/2009, a carteira de acompanhamento era composta por 198 empresas e 254 contratos em vigor, totalizando um saldo devedor de R\$ 2.289,8 milhões, o que representa 96% do Realizável Total da FINEP. Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias A e B, que são associadas ao nível de risco baixo, como mostra o gráfico 2.4.4.3.1.

Gráfico 2.4.4.3.1. – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2009



Fonte: FINEP/ACRD

Ao comparar esse resultado com o apresentado no final de 2008, pode-se perceber o aumento no risco da carteira em virtude de uma maior participação do risco classificado como “Elevado”, que representava 11,4% da carteira e passou a representar 16,3%. Este fato está relacionado à crise financeira mundial iniciada em 2008, que teve como consequência a piora dos resultados econômico-financeiros de grande parte das empresas brasileiras, principalmente a partir do último trimestre de 2008. Uma boa parte das empresas financiadas pela FINEP também sofreu os efeitos da crise, o que contribuiu para o quadro apresentado.

Como parte da atividade de acompanhamento, foi realizado ainda um trabalho de caracterização da carteira de acordo com a localização, porte e setor das empresas financiadas. Neste trabalho ficou evidente o predomínio de empresas de grande porte, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Já no tocante aos setores de atividade, a carteira de crédito é caracterizada por uma grande diversidade de segmentos. Dentre estes, os setores de Comércio Varejista, Madeira e Móveis, Informática e Indústria Farmacêutica foram os que apresentaram maior percentual de níveis de risco elevado. Em relação ao porte das empresas, as que concentraram riscos de nível mais alto foram as de pequeno porte.

2.4.4.4 ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Um dos pontos críticos para viabilização dos contratos de financiamentos reembolsáveis é a questão das garantias, haja vista a cultura de exigência de garantias reais que dominam o setor financeiro. O Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias – DAAG vem consolidando uma rotina de análise e acompanhamento das garantias dos financiamentos reembolsáveis, que inclui verificação de consistência dos laudos apresentados, controle das apólices de seguros, análise de Bancos aptos a fornecer fianças bancárias e análise de bloqueio de contas.

Com o objetivo de encontrar soluções que favoreçam a apresentação de garantias pelas empresas, são necessários estudos constantes que procurem formas alternativas de garantias. Estes, ao tempo em que devem viabilizar a operação de crédito, não devem representar insegurança quando da necessidade de recebimento dos valores emprestados.

No intuito de se buscar uma atualização constante dos normativos referentes ao tema de garantias, foi criado um grupo de trabalho que se reúne sistematicamente. Inicialmente, este grupo procurou adequar a norma de garantias à realidade pós-crise financeira. Em seguida, o grupo vem procurando elaborar Instruções de Trabalho internas objetivando padronizar ações e fortalecer os canais processuais.

Em 2009, o DAAG atendeu a 50 demandas de avaliação, além de haver emitido parecer em 14 Cartas de Fiança Bancária e 18 análises de bloqueio de contas.

2.4.4.5. – AÇÕES JUDICIAIS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2009, foram ajuizadas dez demandas visando a recuperação do crédito da Finep. O valor que se busca recuperar alcança o montante global de R\$ 6.233.928, 23 em valores de petição inicial.

Diante disso e somando-se as outras ações em que a Finep figura tanto no pólo ativo, quanto no pólo passivo, chega-se a um número pouco superior a 800 demandas, todas acompanhadas pelo Departamento Jurídico de Contencioso (DJCT).

No âmbito do Convênio MinC – FINEP, em 2009 foram definidos pelo Ministério da Cultura os critérios para renegociação dos débitos oriundos dos contratos de financiamento celebrados. Tal definição permitiu a convocação dos devedores para renegociações que serão formalizadas em 2010. Nos casos em que houve repasse de recursos com previsão de pagamento através de retorno variável (percentual da renda), foi definida a documentação para a aferição de débitos e a expedição de carta de quitação, o que permitiu a regularização da situação de dezoito empresas cinematográficas ainda em 2009.

Por fim, destacamos que a FINEP responde a mandados de segurança e ações diversas e que estas tiveram um aumento significativo em 2009, totalizando, no segundo semestre do ano, seis respostas em Juízo defesa do interesse público.

Também merecem destaque a elaboração de relatórios de atividade e a disponibilização de informações na intranet e no diretório virtual compartilhado "I:\Corporativo-Finep\DJCT-Publico", que permitem um melhor acesso de parte da Direção e de outros departamentos, a dados relacionados às ações judiciais supracitadas e viabilizam, também, um atendimento mais rápido às solicitações freqüentemente formuladas pela auditoria interna e por auditorias externas.

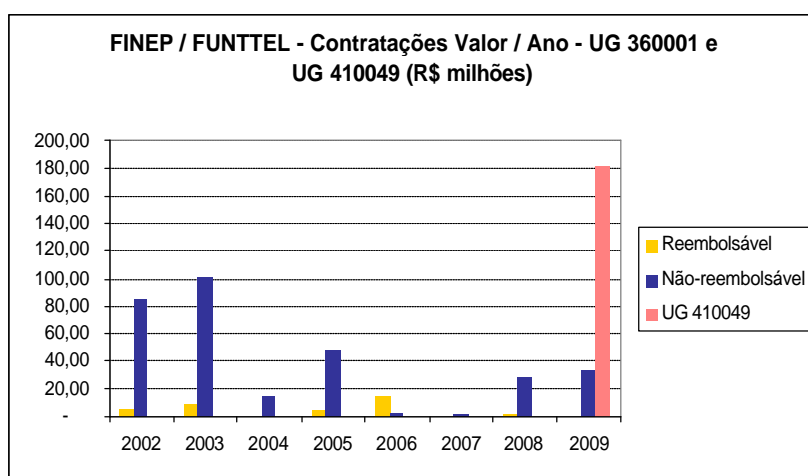
2.4.4.6. – OPERAÇÕES DA FINEP JUNTO AO FUNTTEL

Em 2009, a Finep realizou duas chamadas públicas, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas prioritárias para o setor de telecomunicações, definidas pelo Conselho Gestor do Funttel (CGF). A elas, foram destinados recursos no valor total de R\$ 110.000.000,00, sendo R\$ 95.000.000,00 para apoio a projetos cooperativos entre ICTs e empresas e R\$ 15.000.000,00 a projetos de prospecção tecnológica. Ao todo, foram aprovados 31 projetos, dos quais cinco foram contratados em 2009 e os demais serão em 2010.

Também, a partir de 2009, a Finep passou a operar as transferências de recursos do Funttel para a Fundação CPqD, previstas na Lei 10.052 de 2000. Foram analisados e contratados três projetos que fazem parte do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) de 2009, aprovado pelo CGF.

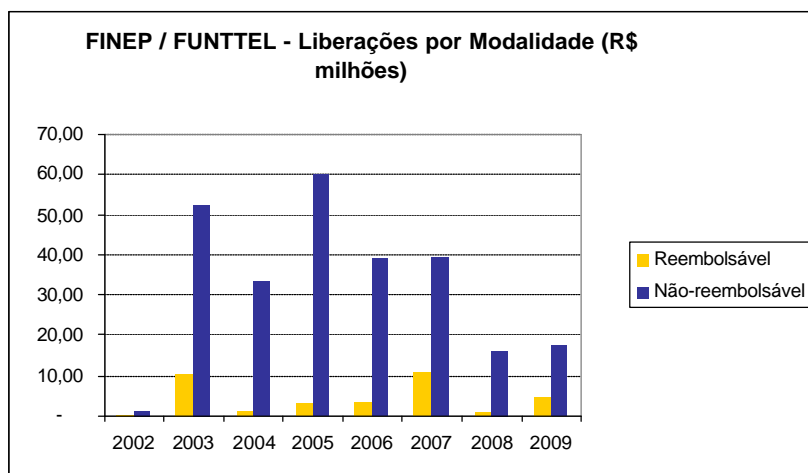
Foi criada uma nova UG/Gestão do Funttel para o agente financeiro Finep (410049/00001). As transferências de recursos para os novos convênios, aprovados a partir de 2009 passam a ocorrer por meio desta nova UG.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores contratados. Em 2009, foram contratados quatro projetos não-reembolsáveis, no valor de R\$ 32.293.934,59, na UG Contratos e Convênios 360001, e oito na nova UG 410049, no valor de R\$ 181.970.309,71.



O aumento no valor contratado em 2009, em relação aos anos anteriores é em grande parte explicada pela operação das transferências legais para a Fundação CPqD que, por decisão do CGF, passaram a ocorrer por intermédio da Finep. Até 2008, essas transferências ocorriam por meio de convênios entre o Ministério das Comunicações e o CPqD.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das liberações ocorridas de 2002 a 2009.



Foram empenhados, contratados e liberados recursos para diversos convênios e contratos, em andamento e que foram aprovados em anos anteriores. A maioria foi aprovada nas chamadas públicas para Áreas Temáticas Prioritárias e Plataformas para Conteúdos Digitais realizadas em 2007. Para estes, foram utilizados os recursos recebidos do Ministério das Comunicações no final de 2007.

No comparativo de liberações por modalidade, estão incluídas todas as liberações feitas no período, tanto para as novas operações contratadas quanto para as relativas a contratos e convênios anteriores, no total de R\$ 4.721.678,95 milhões reembolsáveis e R\$ 17.659.543,49 não-reembolsáveis, também na UG Contratos e Convênios.

O quadro a seguir apresenta os recursos do Funttel recebidos pela Finep, a cada ano.

FUNTTEL - Recursos recebidos do MC por ano e modalidade (R\$)

	2005	2006	2007	2008	2009
Fomento	66.223.042,78	51.030.104,60	60.136.171,24	22.859.867,00	39.998.085,60
Financiamento	6.224.642,00	14.417.573,90	13.171.366,00	-	-
TOTAL	72.447.684,78	65.447.678,50	73.307.537,24	22.859.867,00	39.998.085,60
Remanejament os Autorizados	2.999.679,00	2.004.602,40	-	7.934.535,87	3.185.484,91*

FONTE: DORC

O quadro a seguir apresenta um resumo das operações realizadas em 2009, demonstrando as movimentações orçamentárias e financeiras.

BALANÇO RESUMIDO DE OPERAÇÕES EM 2009

Posição em 31/12/2009 - em R\$ 1,00	Financiamento		Fomento	
	Em 2009	No mês	Em 2009	No mês
Saldo Anterior (1)	28.393.631,69	31.325.283,65	53.395.939,74	39.736.697,48
Recursos Recebidos (+)	-	-	40.013.466,38	39.998.085,60
Rendimentos Líquidos Auferidos (+)	2.070.684,22	166.467,40	3.388.458,58	210.574,20
Retorno dos Financiamentos (+)	6.240.984,76	491.870,67	-	-
Devoluções de Saldos (+)	-	-	243.187,98	-
Limite de Recursos (2)	36.705.300,67	31.983.621,72	97.041.052,67	79.945.357,28
Empenhos a Projetos (-)	4.721.678,95	-	58.823.496,99	37.482.615,90
Empenho a Eventos (-)	-	-	-	-
Empenho para Despesas (-)	-	-	23.954,28	11.910,28
Empenhos para o Agente Finep (-)	-	-	745.140,02	729.759,24
Total de Empenhos (3)	4.721.678,95	-	59.592.591,29	38.224.285,42
Saldo Disponível para Empenhos (2)-(3)	31.983.621,72	N/A	37.448.461,38	N/A
Pagamentos a Projetos (-)	4.721.678,95	-	17.659.543,39	585.462,28
Pagamentos a Eventos (-)	-	-	-	-
Pagamentos para Despesas (-)	-	-	18.143,78	11.910,28
Pagamentos para o Agente Finep (-)	-	-	15.380,78	-
Total de Pagamentos (4)	4.721.678,95	-	17.693.067,95	597.372,56
Empenhos a Pagar (3)-(4)	-	N/A	41.899.523,34	N/A
Saldo Disponível em Caixa (2)-(4)	31.983.621,72	N/A	79.347.984,72	N/A

FONTE: DORC / Portal AFC

São relacionados os recursos recebidos, sua utilização e os respectivos saldos no exercício de 2009, bem como as transferências das amortizações dos financiamentos recebidas pela FINEP e os rendimentos líquidos da aplicação dos recursos recebidos no fundo extramercado do Banco do Brasil.

2.4.4.7. OPERAÇÕES COM RECURSOS DE CONVÊNIOS

Para cumprir a sua missão de agência federal de financiamento à inovação, a FINEP participa da formulação e execução de ações e programas de âmbito nacional em parceria com Ministérios e Órgãos de Governo.

Os projetos financiados no âmbito dessas parcerias são acompanhados pelas áreas competentes da FINEP por meio de visitas in loco, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria ad-hoc quando necessário.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Em novembro de 2003, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, assinou o convênio Nº 32/2003 com o extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA para implementação do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Combate à Fome e à Miséria, com a aplicação de um montante de R\$ 33 milhões, sendo R\$ 20 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (recursos não-reembolsáveis transferidos à FINEP) e R\$ 13 milhões de contrapartida da FINEP para financiamento a empresas (recursos reembolsáveis). O convênio teve o seu prazo de execução física e financeira finalizado em 8/7/2009 e a Prestação de Contas Final foi apresentada pela FINEP ao MDS em 8/9/2009.

O compromisso estabelecido com a assinatura do referido convênio resultou na celebração de 85 convênios, firmados pela FINEP com instituições que realizam atividades de pesquisa científica e tecnológica, extensão e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. A maioria desses projetos é focada nos processos locais de inovação e na sistematização de experiências a partir da adequação do conhecimento científico e tecnológico e do conhecimento tácito (incorporado ou não a insumos, equipamentos, formas de organização da produção e processos de trabalho) às atividades desenvolvidas. Integra, portanto, os saberes populares e acadêmicos com a utilização de Metodologias Participativas.

Merece destaque que a execução do conjunto das ações previstas vem

contribuindo para a consolidação da política pública de segurança alimentar e nutricional, tanto pelo avanço do conhecimento científico e tecnológico, quanto pela implementação e sistematização de soluções para os problemas de Inclusão Produtiva de populações em situação de maior insegurança alimentar ou aquelas economicamente deprimidas. Os projetos apoiados no âmbito deste convênio permitiram o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos em importantes dimensões estabelecidas no artigo 4º da Lei Nº 11.346/06, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o SISAN, quais sejam:

- “A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar (...)”.
- “A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população (...)”.
- “A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional, e tecnológica dos alimentos (...)”.
- “A produção de conhecimento e o acesso à informação”.
- “A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos (...)”.

Ministério da Saúde - MS

A FINEP elaborou em 2009, em parceria com o Ministério da Saúde – MS as seguintes chamadas públicas:

- a) Chamada Pública - Ação transversal - MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIS -- Fármacos (com ênfase nos antiretrovirais) para comprometimento de R\$ 75,5 milhões sendo R\$ 34,0 milhões recursos do FNS para aplicação em três anos (preparada no final d 2009 terá lançamento em 2010); e
- b) Chamada Pública - Ação transversal - MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIS - Equipamentos e Materiais em Saúde - para comprometimento de R\$ 20,0 milhões sendo R\$ 10,0 milhões recursos do FNS (preparada no final de 2009 terá lançamento em 2010).

Além disso, foram realizadas as seguintes encomendas para projetos estratégicos;

- c) Encomenda Vertical - Continuidade do Estudo Longitudinal de Saúde do

- Adulto – ELSA para comprometimento de R\$ 13,0 milhões sendo R\$ 5,0 milhões recursos do FNS;
- d) Encomenda Vertical - Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos - para comprometimento de R\$ 12,0 milhões sendo R\$ 6,0 milhões de recursos do FNS;
 - e) Encomenda Vertical - Aquisição de Equipamentos para a Planta de Protótipos - para comprometimento de R\$ 12,0 milhões sendo R\$ 6,0 milhões de recursos do FNS visando equipar as instalações técnicas na FIOCRUZ para produção de vacina inativada contra a febre amarela em BPF; e
 - f) Encomenda Transversal - Aquisição de equipamentos para a planta piloto de desenvolvimento de vacina combinada contra Leishmania e Raiva para uso em cães - comprometimento de R\$ 12,0 milhões sendo R\$ 6,0 milhões de recursos do FNS.

Ministério das Cidades - MCIDADES

Em 2009 não foram realizadas novas ações em parceria envolvendo recursos financeiros do Ministério das Cidades - MCIDADES, mantendo-se o acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas em anos anteriores.

Em 2005 a FINEP estabeleceu parceria com o MCIDADES para a constituição de Núcleos Regionais da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental - ReCESA. A implementação dessa parceria se deu com o financiamento de 4 (quatro) projetos aprovados no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Hidro - Capacitação - 01/2005, no valor total de R\$ 5,9 milhões, dos quais R\$ 2,3 milhões oriundos do Ministério das Cidades e R\$ 3,6 milhões do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro. O objeto desses projetos é a constituição dos Núcleos Regionais da ReCESA, nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste, cujos Relatórios Técnicos Finais foram aprovados em 2009.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Em 2009 as ações da FINEP em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE / Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES foram concentradas na execução de metas e atividades previstas no Convênio firmado em 2007. O objeto desse Convênio é a implementação de ações de desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações aplicadas à Economia Solidária, por meio do apoio a incubadoras universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, no contexto do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - PRONINC, formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de EES, desenvolvimento e ampliação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES e produção de estudos e pesquisas que visem à geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

As ações implementadas em 2009 foram as seguintes: no que se refere ao apoio a incubadoras universitárias de EES, foram contratados 5 (cinco) novos projetos, no valor total de aproximadamente R\$ 900 mil. Quanto ao apoio ao SIES, através da Chamada Pública MCT/MTE/FINEP - SIES - 01/2008 foram contratados 5 (cinco) projetos, no valor total de R\$ 4,1 milhões. Sobre a formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de EES, no contexto da Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal - PNI/PRONINC 03/2009 foram aprovados 5 (cinco) projetos de redes de incubadoras de EES, no valor total de R\$ 3,5 milhões.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Em 2009 não foram realizadas novas ações em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, mantendo-se o acompanhamento técnico e financeiro das operações vigentes e a prestação de contas de operações encerradas.

Nos anos de 2005 e 2006 a CAIXA realizou parceria com a FINEP na execução do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB, Programa de Tecnologia de Habitação - HABITARE e, também, na Rede de Tecnologia Social - RTS, visando apoiar o desenvolvimento de tecnologias em

temas prioritários estabelecidos nas Chamadas Públicas dos referidos programas. A parceria abrangeu, ainda, o apoio logístico e de divulgação de resultados dos projetos de C,T&I.

Ministério do Turismo - MTUR

Em 2009 as ações da FINEP em parceria com o Ministério do Turismo - MTUR foram concentradas na execução de metas e atividades previstas no Convênio firmado em 2007. O objeto desse Convênio é fomentar a geração de trabalho e renda através da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na Cadeia Produtiva do Turismo, em áreas prioritárias definidas pelo Ministério do Turismo. Essa parceria visa, também, a construção de referencial conceitual e metodológico sobre os processos de incubação dos EES na Cadeia Produtiva do Turismo.

As ações implementadas em 2009 foram as seguintes: contratação de 3 (três) projetos decorrentes da Chamada Pública MCT/MTUR/FINEP - EES na Cadeia do Turismo - 01/2008, no valor total de aproximadamente R\$ 1,6 milhões; e contratação de 2 (dois) novos projetos de incubação de EES na Cadeia Produtiva de Turismo oriundos de Encomendas, no valor total de R\$ 900 mil.

MCT x FINEP – Ciência para Todos

Os recursos desta ação, implementada em parceria com o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS do MCT, teve por objetivo o financiamento de projetos inovadores voltados para a aplicação de metodologias, processos e produtos que contribuam para a melhoria de ensino-aprendizagem de ciências - Ciência para Todos 2004/2005. A ação apoiou 50 projetos envolvendo o montante de R\$ 11,5 milhões.

Em 2009 foi realizada a 2ª e última avaliação dessa Ação e o resultado final indicaram que a maioria dos projetos concluiu as etapas previstas, com impactos muito positivos na infra-estrutura das escolas participantes e na capacitação de professores e alunos envolvidos nos projetos. A parceria entre as universidades, escolas de ensino médio e Secretarias Estaduais de Educação foi considerada

bem sucedida. Os coordenadores afirmaram que os recursos aportados pela FINEP contribuíram em muito para intensificar as atividades de extensão e a criação de novos cursos de pós-graduação na Área de Ensino de Ciências nas universidades. Existe uma forte disposição de se avançar nessas atividades, uma vez que a infra-estrutura está montada, as equipes estão mobilizadas e há demandas de novos municípios para participar dos projetos.

MCT – AEB X FINEP - Reconstrução da Torre Móvel

A transferência destes recursos para a FINEP foi realizada por solicitação do MCT para atender à reconstrução da Torre Móvel de lançamento de foguetes da Base de Alcântara. O contrato foi prorrogado e a primeira liberação ocorreu em maio/2009.

MCT – INPE X FINEP - Programa Sino-Brasileiro CBERS

Iniciado em 1988, o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*) é um projeto conjunto entre o Brasil e a China para a construção de uma família de satélites de sensoriamento remoto de múltiplas aplicações. O primeiro satélite, CBERS-1, foi lançado em 14 de outubro de 1999 e operou com sucesso até 2003, quando então um segundo satélite, CBERS-2, foi colocado em órbita.

Esta ação tinha por objetivo auxiliar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do MCT na implementação dos acordos e compromissos para a fase 2 do Programa, que prevê o lançamento dos satélites CBERS-3 e CBERS-4.

O projeto foi encerrado em 26 de agosto de 2008.

MD – INFRAERO X FINEP – Água em Aeroportos

O objetivo da Chamada Pública MCT/FINEP/INFRAERO 03/2005, conhecida como Águas em Aeroportos, era a seleção de projetos para pesquisa em tecnologia de uso e conservação de recursos hídricos em ambientes aeroportuários nos temas de engenharia, arquitetura, otimização do consumo, reciclagem, tratamento de esgoto, reuso, drenagem de pistas e de pátios e áreas

externas – macrodrenagem, aquíferos e ainda tecnologia e ferramentas de apoio à gestão. Foram selecionados 9 projetos no valor total de R\$ 2,7 milhões, dos quais R\$ 466,8 mil destinados a bolsas de estudo.

O Termo de Convênio de Cooperação Técnica Científica e Financeira foi posteriormente alterado para R\$ 1.836.693,82, em função da não contratação de um dos projetos entre os 9 aprovados, por decurso de prazo no atendimento a exigências formuladas por esta Financiadora. Deste valor, R\$ 1.094.537,84 foram destinados à FINEP.

Os prazos do Instrumento Contratual com a Infraero foram prorrogados.

A relação das operações com Recursos de Convênios encontra-se apresentada no **Anexo Item 2.4.4.7. – Operações com Recursos de Terceiros**

2.4.4.8. OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS COM RECURSOS TRANSFERIDOS À FINEP PELO FNDCT

De acordo com a Lei 10.934/2004 – LDO, a FINEP, como agência financeira oficial de fomento, pode repassar recursos oriundos do Tesouro. No caso do FNDCT, tal procedimento ficou conhecido internamente na empresa como PTF (Proposta de Transferência Financeira).

As primeiras PTF's foram criadas no final do exercício de 2003 e a última foi criada em 2008 objetivando atender projetos dos Fundos Setoriais. Ao todo, descontando as devoluções de saldo ao FNDCT, foram R\$ 586 milhões transferidos em 67 PTF's, sendo que algumas dessas foram encerradas e outras ainda se encontram em fase de desembolso.

A agência FINEP, ao abrir um processo de PTF, fica responsável por todo o acompanhamento dos projetos, desde a transferência de recursos do FNDCT para a FINEP até a prestação de contas dos projetos contratados e a devolução dos saldos restantes ao Fundo, caso haja saldo financeiro ao término da PTF.

Atualmente não estão sendo abertas novas PTF's, em obediência ao Acórdão nº 3081/2008 do Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, nenhum recurso de fomento do FNDCT é transferido para a FINEP sem que haja operações de financiamento de projetos contratadas que justifiquem o repasse.

Informações Consolidadas

O Quadro Financeiro Consolidado a seguir detalha a situação financeira de todas as PTF's, separadas em dois blocos: PTF's Ativas e PTF's Encerradas, ou seja, PTF's que já realizaram todas as suas liberações previstas e devolveram recursos residuais ao FNDCT.

Quadro Financeiro Consolidado

R\$ Mil			
Descrição	PTFs Ativas	PTFs Encerradas	TOTAL
Total de Recursos (A)	505.245,5	81.195,8	586.441,3
Recursos Transferidos do FNDCT para FINEP	468.430,7	78.558,1	546.988,8
Rendimentos*	36.814,8	9.075,6	45.890,4
Devolução ao FNDCT**	0,0	(6.437,9)	(6.437,9)
Transferências entre PTF's (B)	375,7	(375,7)	0,0
Pagamentos Efetuados (C)	424.420,4	80.820,1	505.240,5
Valor Liberado	437.389,3	82.548,9	519.938,2
Devolução de Saldo de Convênios	(12.968,9)	(1.728,8)	(14.697,7)
Saldo Disponível (A+B-C)	81.200,8	0,0	81.200,8
Compromissos a Pagar	78.529,0	0,0	78.529,0
Operações Contratadas	73.957,0	0,0	73.957,0
Operações em Contratação	4.572,0	0,0	4.572,0

(*) Rendimentos referentes a 31/12/2009

(**) São devoluções de recursos residuais existentes na PTF após o pagamento de todos os seus respectivos compromissos com projetos. Tais recursos devem ser devolvidos ao FNDCT após o encerramento da PTF

(B) As "Transferências entre PTF's" são aquelas pertencentes a um mesmo Fundo Setorial. Elas ocorreram poucas vezes desde que as PTF's foram criadas.

Até o 4º trimestre de 2009, 26 PTF's já haviam sido encerradas. Assim, das 67 criadas, 41 ainda estão em atividade, como demonstra o quadro a seguir:

PTF's	Total de PTF's Criadas	PTF's Encerradas	PTF's Ativas
PTF's de 2003	29	14	15
PTF's de 2004	1	1	-
PTF's de 2005	30	11	19
PTF's de 2006	4	-	4
PTF's de 2007	2	-	2
PTF's de 2008	1	-	1
TOTAL	67	26	41

A tabela abaixo mostra a quantidade total de projetos apoiados com os recursos transferidos do FNDCT para as PTF's.

Descrição	R\$ Mil	
	PTF's Ativas *	PTF's Encerradas
Quantidade de Projetos Contratados	512	222
Valor Total dos Projetos Contratados	505.753,67	80.820,12
Média de Valor por Projeto Contratado	987,80	364,05

(*) Estão contabilizados somente os projetos contratados até 31/12/2009.

O Quarto Trimestre de 2009

O quadro seguinte apresenta algumas informações sobre a execução financeira das PTF's no quarto trimestre de 2009.

Descrição	R\$ Mil		
	PTFs Ativas	PTF's Encerradas	TOTAL
Recursos Transferidos do FNDCT	1.250,00	0,00	1.250,00
Total Devolvido ao FNDCT*	0,00	2.229,52	2.229,52
Total Liberado	7.287,57	104,54	7.392,11
Total de Devolução de Saldo de Convênios	277,76	296,78	574,54

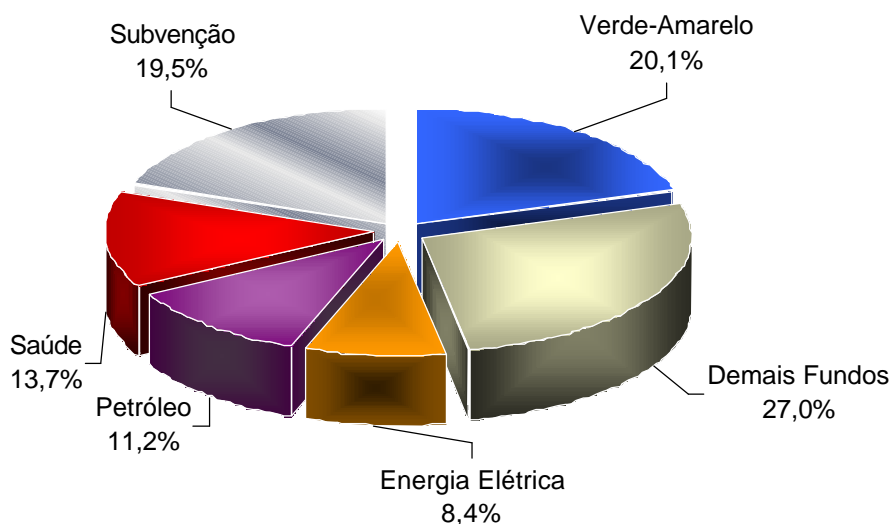
(*) Até o final do 4º trimestre de 2009, nem todas as PTF encerradas nesse trimestre haviam devolvido seus saldos residuais ao FNDCT. Portanto, este valor somente foi totalmente devolvido ao FNDCT no 1º trimestre de 2010.

Entrada de Recursos

As PTF's recebem recursos de duas formas: transferência do FNDCT e rendimentos de recursos aplicados no fundo BB Extramercado. As transferências de recursos do FNDCT foram responsáveis, até o quarto trimestre de 2009, por aproximadamente 92% do total de recursos.

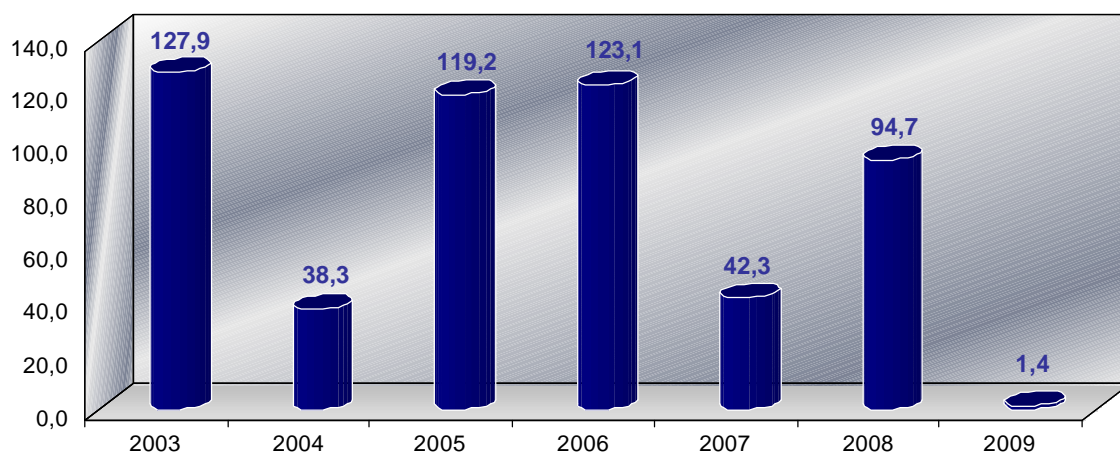
O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual por Fundos Setoriais dos valores transferidos do FNDCT, e o total transferido às PTF's até o final de 2009. Observa-se que, juntos, o Fundo Verde-amarelo e Subvenção são responsáveis por quase 40% do total de recursos transferidos do FNDCT para as PTF's.

**Recursos Transferidos do FNDCT para Finep
através dos Fundos Setoriais
R\$ 547 Milhões**



O gráfico a seguir revela os valores anuais transferidos do FNDCT desde 2003, quando as primeiras PTF's foram criadas.

**Valor Anual Transferido do FNDCT para a FINEP
R\$ Milhões**

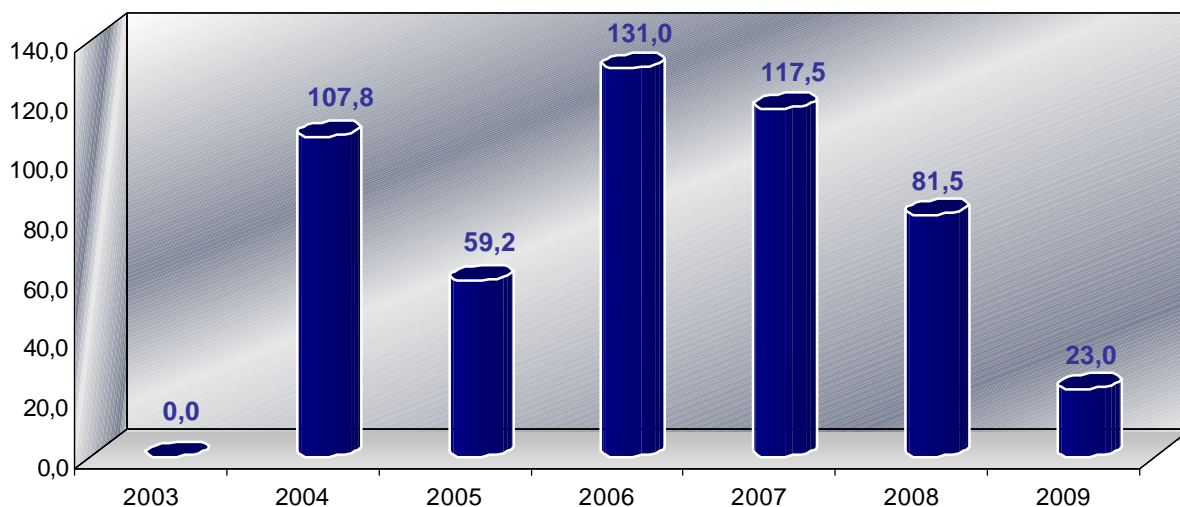


Outra forma de entrada de recursos é feita através dos rendimentos de aplicações no fundo Extramercado Banco do Brasil. Os recursos aplicados são constituídos pelos saldos em caixa que as PTF's exibem em um determinado momento. Enquanto os recursos oriundos do FNDCT não são utilizados em liberações aos projetos, eles são aplicados, gerando

Saída de Recursos

De acordo com os seus objetivos de criação, as PTF's repassam recursos oriundos das transferências do FNDCT aos seus respectivos projetos enquadrados. Assim, as saídas de recursos das PTF's são constituídas de liberações, de acordo com o cronograma de pagamento de cada projeto aprovado. Os quadros seguintes apresentam os valores dos recursos liberados pelas PTF's, a partir de 2003.

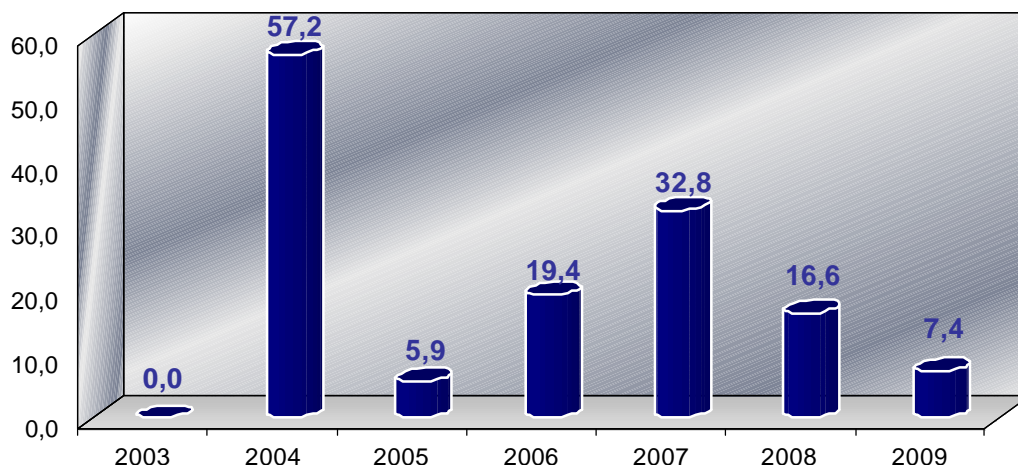
Valor Anual Liberado pelas PTF's
R\$ Milhões



Nota-se que foi no ano de 2006 que ocorreu o maior valor liberado, em comparação com os outros anos. Como as PTF's estavam em processo de criação em 2003, o gráfico mostra valor nulo para aquele ano.

O próximo gráfico compara os valores liberados somente no quarto trimestre de cada ano de existência das PTF's. Observa-se que foi no quarto trimestre de 2004 que mais recursos foram liberados aos projetos. Esse valor corresponde a quase dez vezes o menor valor liberado, ocorrido em 2005.

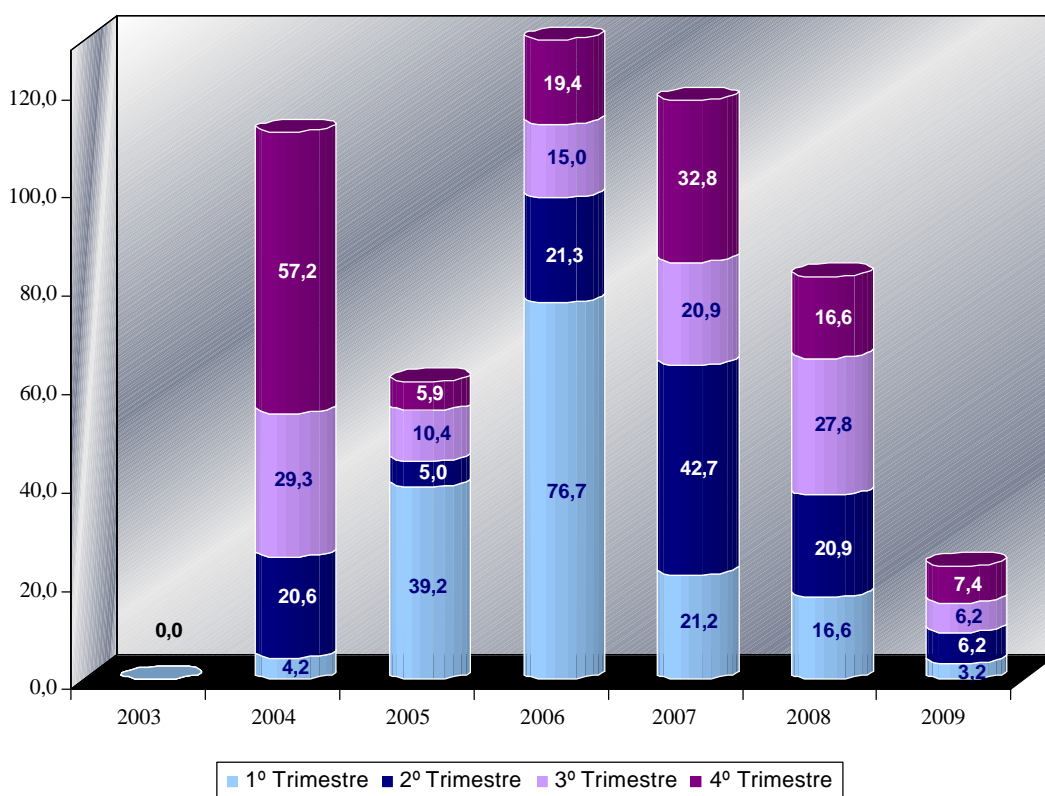
Valor Liberado no 4º Trimestre R\$ Milhões



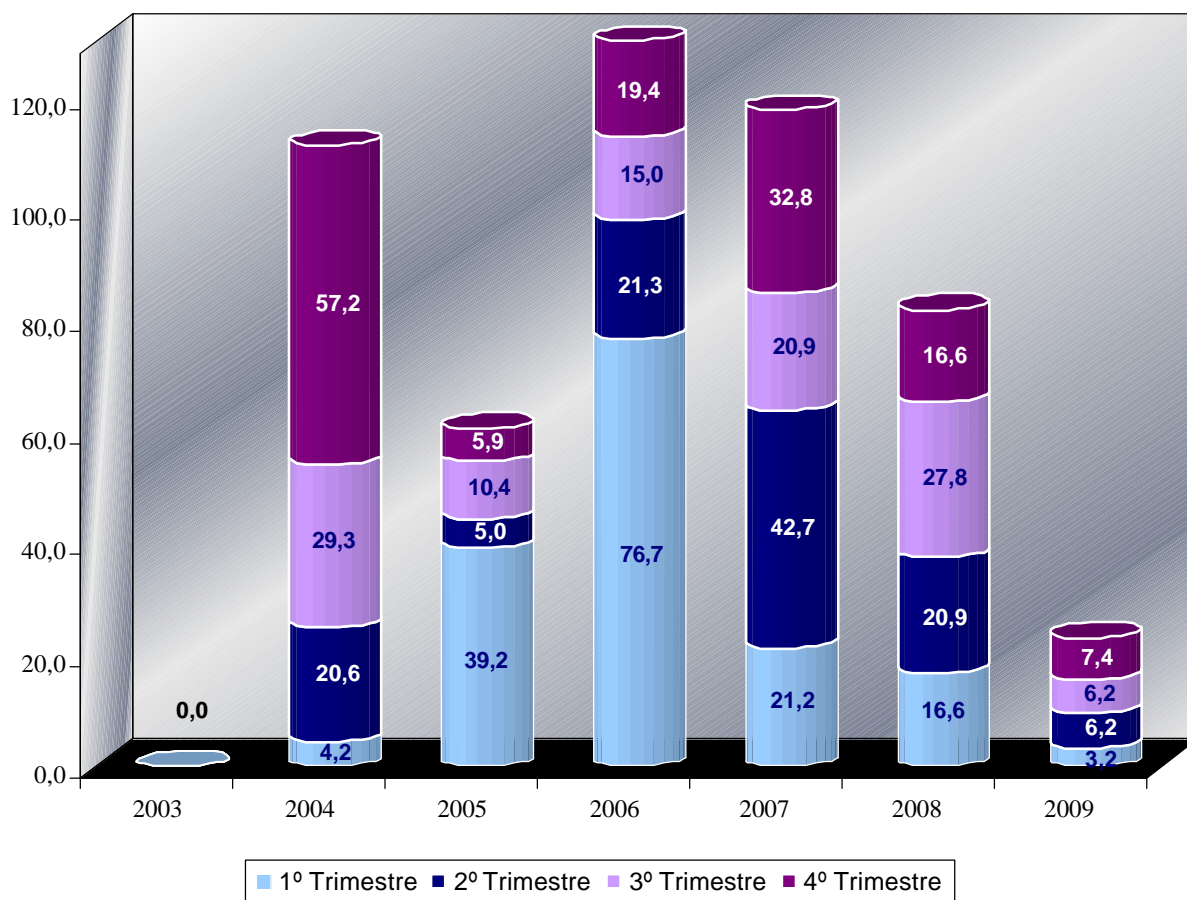
No gráfico anterior, observa-se que foi no quarto trimestre de 2004 que mais recursos foram liberados aos projetos. Esse valor corresponde a quase dez vezes o menor valor liberado, ocorrido em 2005.

Apresentam-se abaixo os recursos liberados pelas PTF's até o final de cada ano. Neste gráfico, os valores liberados estão divididos por trimestre.

Valor Liberado até o 4º Trimestre RS Milhões



Valor Liberado até o 4º Trimestre RS Milhões



As PTF's foram criadas com o objetivo de repassar recursos oriundos do FNDCT a projetos relacionados às atividades fins dos Fundos Setoriais. Desta forma, o agente financeiro FINEP, através das PTF's, fica igualmente responsável pela análise e o acompanhamento de tais projetos, desde a transferência de recursos do FNDCT até a prestação de contas dos projetos contratados e a devolução dos saldos restantes ao Fundo.

O que pode ser observado nos gráficos de evolução anual de transferências e pagamentos é que de 2003 a 2006 houve crescimento nos valores envolvidos nas PTFs. Entretanto, a partir de 2006 observa-se uma queda considerável nessa movimentação.

Das 67 PTFs criadas, 26 foram extintas por já haverem realizado todos os pagamentos previstos aos projetos e quaisquer saldos restantes foram devolvido à UG do FNDCT.

No momento não existem PTF's ativas com previsão de encerramento, pois as que possuíam essa previsão já tiveram suas movimentações encerradas no quarto trimestre de 2009.

A relação dos projetos ainda em fase de desembolso está demonstrada no **Anexo Item 2.4.4.8 - PTFS**.

2.4.4.9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2009 a Diretoria da FINEP efetivou um aperfeiçoamento em sua estrutura, visando o necessário e contínuo alinhamento da arquitetura organizacional às necessidades da instituição.

O foco desta alteração foi a Diretoria de Inovação (DRIN) que direciona seu apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação através de financiamento, subvenção econômica, investimento e o incentivo ao empreendimento voltado para as empresas individualmente, ou para estas em cooperação com instituições científicas e tecnológicas.

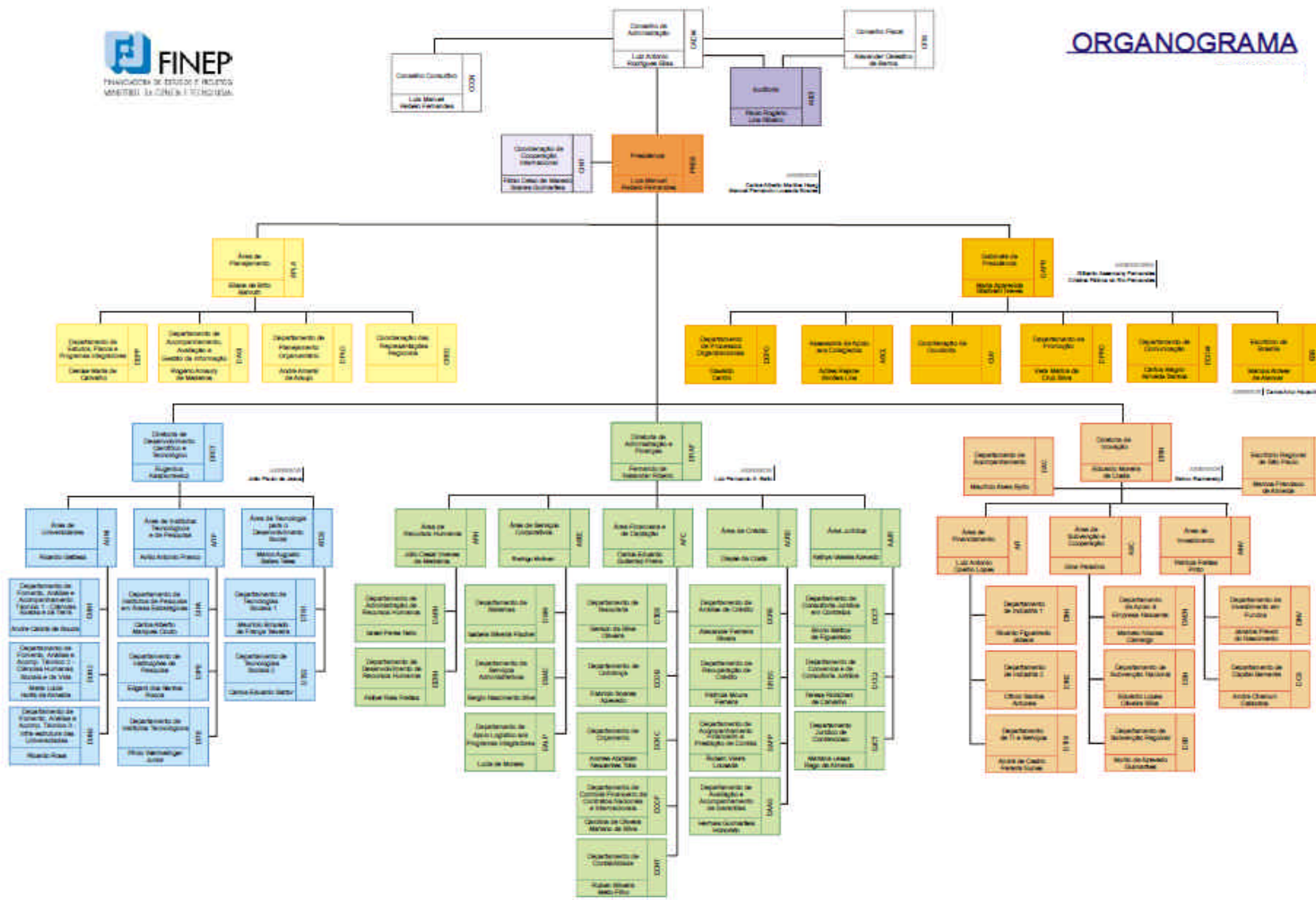
A orientação básica para esta revisão foi concentração dos instrumentos similares nas unidades organizacionais redefinidas, de forma a propiciar a aderência dos produtos às particularidades dos segmentos e características dos clientes atendidos pela FINEP.

Neste mesmo sentido foi redefinida a posição do Escritório de São Paulo na estrutura da organização, que passou a ser diretamente subordinado a DRIN. Esta Diretoria passou a contar ainda com o Departamento de Acompanhamento, criado com a atribuição de promover a gestão estratégica de informações da carteira de projetos empresariais e acompanhar os indicadores de desenvolvimento dos projetos, programas, empresas e cadeias apoiadas.

As Resoluções de Diretoria, RES/DIR/032/09 e RES/DIR/033/09 definiram a nova estrutura organizacional da Diretoria de Inovação da seguinte forma:

DRIN – nova estrutura	DRIN – antiga estrutura
ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO	ÁREA DE INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL
Departamento de Acompanhamento	Departamento de Indústria de Bens de Capital e de Produtos
ÁREA DE FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO	Departamento de Processos Industriais
Departamento de Indústria I (inovação em produtos)	Departamento de Agronegócio
Departamento de Indústria II (inovação em processos)	ÁREA DE PEQUENAS EMPRESAS INOVADORAS
Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços	Departamento de Financiamento
ÁREA DE SUBVENÇÃO E COOPERAÇÃO	Departamento de Projetos e Programas
Departamento de Subvenção Nacional	Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços
Departamento de Subvenção Regional	ÁREA DE INVESTIMENTO
Departamento de Apoio à Empresa Nascente	Departamento de Investimentos em Fundos
ÁREA DE INVESTIMENTO	Departamento de Novos Negócios
Departamento de Investimentos em Fundos	
Departamento de Capital Semente	

A Estrutura Organizacional vigente em 31/12/2009 é apresentada a seguir:

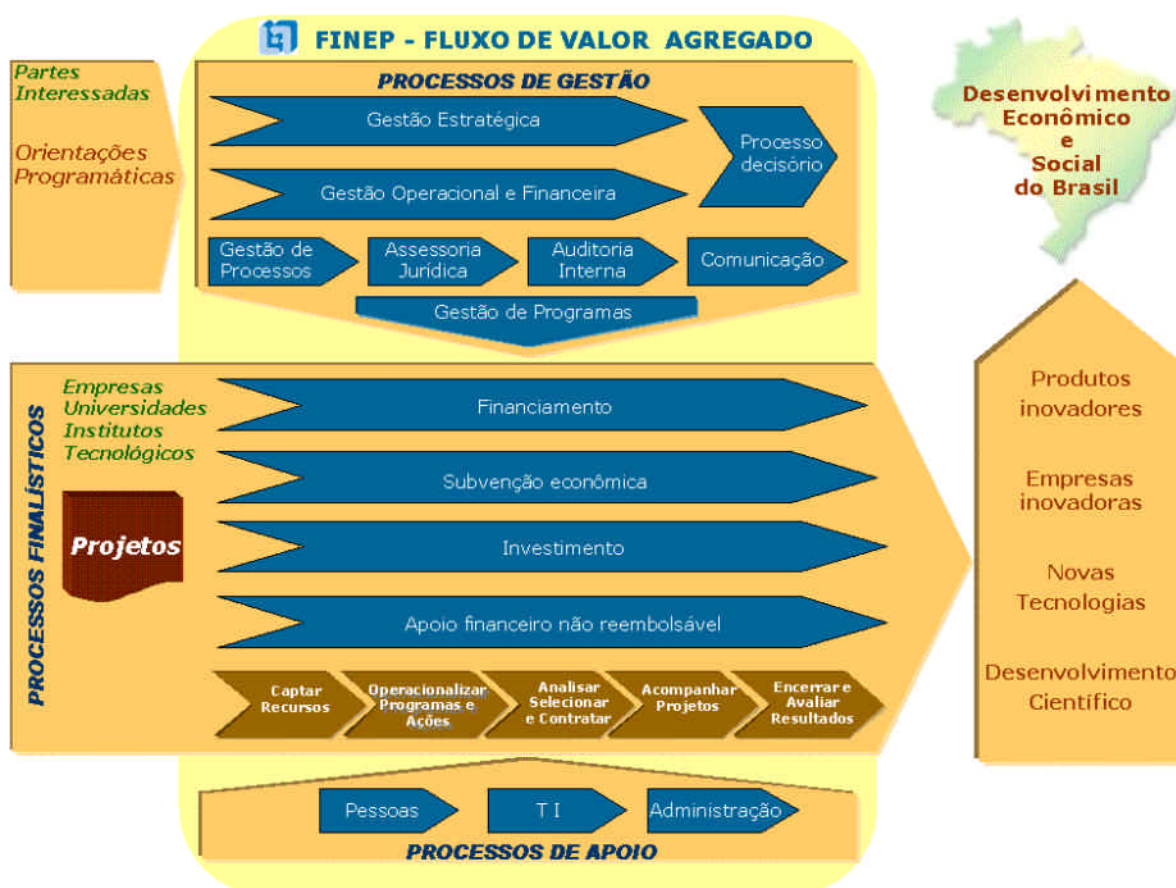


GESTÃO DE PROCESSOS

A FINEP promoveu, em 2009, um esforço de criar instrumentos para a gestão de seus processos. O Departamento de Processos Organizacionais (DEPO), subordinado ao Gabinete da Presidência, coordenou a identificação da cadeia de valor e dos macro-processos organizacionais, mobilizando mais de 200 funcionários em workshops.

O trabalho trouxe como resultado uma visão exhaustiva e integrada, além de detalhada em três diferentes níveis dos processos funcionais executados pela FINEP, possibilitando intervenções seguras no seu aperfeiçoamento e o desenvolvimento de instrumentos para o monitoramento e gestão.

A Cadeia de Valor e seus respectivos macro-processos identificados neste trabalho é apresentada a seguir:



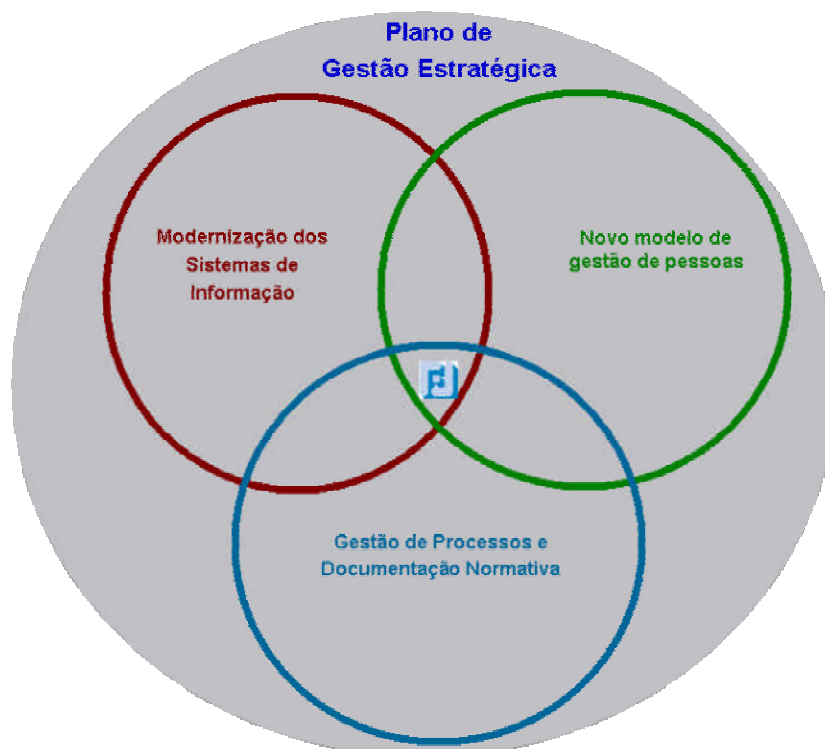
GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO NORMATIVA

Também em 2009 o Departamento de Processos Organizacionais (DEPO) iniciou a revisão dos modelos de documentação da FINEP, englobando os documentos normativos.

Através de reuniões envolvendo gestores e funcionários indicados foram identificados 128 documentos críticos para a execução das atividades e que deverão passar por atualização na sua modelagem e conteúdo.

O trabalho já iniciado é correlato às atividades de aperfeiçoamento de processos e de desenvolvimento de sistemas e tem como objetivo a institucionalização de processos e procedimentos, bem como a transparência organizacional, contribuindo, em última instância, para o alcance da missão institucional e o aperfeiçoamento contínuo da instituição.

As iniciativas desenvolvidas pelo DEPO encontram-se inseridas e integradas nas ações integradas para o aperfeiçoamento da gestão promovidas pela administração da FINEP, conforme exposto abaixo:



2.4.4.10. GESTÃO DE PROCESSOS E SISTEMAS

Os principais investimentos na área de sistemas, que fica sob a responsabilidade do Departamento de Sistemas – DSIS, realizados em 2009 foram:

- Continuação dos investimento no parque de servidores da FINEP. O projeto em andamento engloba todos os servidores da FINEP, tais como servidores de arquivos, servidores de banco de dados, servidores de e-mail, servidores de Internet e Intranet, entre outros. O total investido foi de cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de Reais).

Quanto à área de documentação foram feitos investimentos para:

- Adquirir arquivos deslizantes.
- Para ampliação no 3º andar de suas instalações.

A área de sistemas realizou, em parceria com as áreas operacionais os seguintes trabalhos:

- Manutenção do sistema de Controle de Frequência.
- Desenvolvimento e implantação das fases de envio e análise de projetos da Chamada Pública Subvenção Econômica 2009.
- Manutenção do Sistema Fórum para atender a uma demanda específica da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.
- Manutenção do Sistema de Capacitação para atender a demandas internas da FINEP para pesquisas de satisfação e substituição de apresentação em Power Point.
- Desenvolvimento e implantação do Formulário de Apresentação de Propostas – FAP, ANCINE, para permitir o encaminhamento de propostas do Fundo Audiovisual de 2009.
- Manutenção do projeto FINEP INOVA BRASIL que contempla o fim da Consulta Prévia.
- Melhorias e novas implementações no Formulário de Apresentação de Propostas - FAP.
- Melhorias e criação de novas consultas e módulos de geração de relatórios.
- Melhorias contínuas nos módulos do sistema de análise e acompanhamento de projetos.

- Estudo e elaboração de uma Norma para tratamento de demandas de sistemas (ainda não aprovada pela Diretoria).
- Continuação de programa de Capacitação da equipe através da participação em diversos treinamentos.
- O DSIS ainda realizou o atendimento de 1447 solicitações de serviços, sendo destas 1396 atendidas (96,48%) e apenas 51 (3,52%) não atendidas.
- Suporte ao Grupo de Trabalho do Novo Sistema que especificará a modernização do sistema administrativo e operacional da FINEP.

2.4.4.11. MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

a) Visão Geral

Dada a importância da FINEP no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) - na condição de principal agência brasileira da inovação - e a necessidade de dotá-la com as melhores práticas de gestão, com processos e sistemas mais ágeis e robustos, foi criado, a partir da Resolução de Diretoria RES/DIR/0182/08, o Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas, o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP.

O objetivo do projeto é prover uma SOLUÇÃO INTEGRADA à FINEP, aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O projeto pretende, ainda, contribuir para (1) o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e (2) para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação.

O empreendimento busca obter as seguintes vantagens e benefícios:

- Visão de trabalho orientada por processos;
- Aumento da eficácia administrativa e operacional;
- Redução de prazos e riscos operacionais;
- Redução de burocracia;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Criação de condições mais favoráveis para a adoção de ferramentas de apoio à tomada de decisões;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno;
- Incorporação das melhores práticas de mercado;
- Otimização da aplicação e do desenvolvimento das competências das pessoas;
- Redução de interfaces entre sistemas isolados;
- Disponibilização tempestiva de informações;
- Redução do retrabalho e inconsistências;
- Melhoria no atendimento aos clientes;
- Adoção de um sistema de melhoria contínua;

- Constituição e aperfeiçoamento de governança de tecnologia da informação e de processos.

Com estimativa de investimento global da ordem de R\$ 90 milhões e cerca de 6 anos de duração, o projeto, iniciado em outubro de 2008, tem 6 Fases, apresentadas a seguir:

Fase 1 - Definição do Modelo Conceitual. Encerrada em julho de 2009, consistiu, essencialmente, num período para estudos de alternativas e de riscos, a definição dos grandes marcos, da ordem de grandeza do orçamento, além de preparação da equipe. Funcionou, portanto, como um pré-projeto;

Fase 2 - Elaboração de Editais. É a Fase em que se encontra o empreendimento. Trata da elaboração, conforme a norma legal vigente e as recomendações de instâncias e unidades internas, como a Comissão de Licitação e Áreas Jurídica e de Auditoria, dos documentos necessários aos processos licitatórios para a contratação de empresa de uma Consultoria em Gestão e TI e de uma Auditoria Independente. O papel da Auditoria Independente será o de auxiliar a FINEP a averiguar a completude e qualidade dos produtos e serviços produzidos pela Consultoria;

Fase 3 - Licitações. Cuidará da publicação dos editais e de todas as atividades necessárias ao andamento dos processos licitatórios, incluindo o tratamento de possíveis questionamentos e do rito de contratação;

Fase 4 - Preparação Interna para a Fase Subseqüente. Programada para ocorrer paralelamente à Fase 3, consistirá, fundamentalmente, em preparar o ambiente para a chegada da Consultoria em Gestão e TI e da Auditoria Independente, tratando, por exemplo, de questões como a disponibilização de estrutura física e os preparativos para a divulgação do início dos trabalhos da Fase seguinte;

Fase 5 - Definição da Solução Integrada. É o momento onde serão construídos o modelo da SOLUÇÃO INTEGRADA FINEP e os planos de implementação da solução, baseados em diagnósticos e avaliações de diversas naturezas;

Fase 6 - Implementação da Solução Integrada. Refere-se à execução dos planos estabelecidos, com a assessoria da Consultoria. Entre os serviços empreendidos pela Consultoria estarão: o apoio à gestão do projeto; o detalhamento dos novos processos, a assessoria para a elaboração de editais e acompanhamento das licitações e a definição e implementação do modelo de gestão da continuidade do negócio.

b) Entregas do Projeto - Situação até 31 de Dezembro de 2009:

Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Levantamento da situação atual de TI	100% concluído
Visitas técnicas	100% concluído
Consultas a grandes consultorias de negócios	100% concluído
Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Consulta fornecedores e implementadores de <i>ERPs (Enterprise Resource Planning)</i>	100% concluído
Consultas a fornecedoras e implementadoras de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) e <i>Workflow</i>	100% concluído
Avaliação de necessidades e diretrizes do Banco Central (BACEN)	100% concluído
Avaliação das Necessidades e Diretrizes SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse)	100% concluído
Viabilidade legal de possíveis atalhos para contratação de consultorias, serviços especializados em geral e aquisições	100% concluído
Treinamento básico da equipe	100% concluído
Modelo conceitual	100% concluído

Entregas da FASE 2 - Elaboração de Editais	Situação
Treinamento Básico Equipe	100% concluído
Reserva Orçamentária Prévia e Autorização de Abertura do Procedimento Licitatório	50% concluído
Versão Zero do Edital e seu conjunto de anexos	75% concluído
Consulta Interna	100% concluído
Consulta ao Mercado	75% concluído
Versão Final do Edital e seu conjunto de anexos	0% concluído

2.4.4.12. GESTÃO ADMINISTRATIVA

No que se refere à melhoria das instalações e serviços da FINEP, em 2009, pode-se listar:

- Finalização do Edital de reforma do 4º andar para criação de salas de realização de eventos de pequeno e médio porte, para licitação de execução em 2010.
- Finalização do Edital de reforma do 13º andar para licitação de execução em 2010.
- Manutenção e modernização do mobiliário da FINEP.
- Realização de 238 compras através da utilização do sistema de cotação eletrônica do governo Federal – Comprasnet para aquisições de materiais dentro do limite de dispensa, mantendo a transparência das aquisições da Empresa.
- Aquisição de mais um andar para utilização da FINEP. Esta operação permitiu melhoria das condições de trabalho.
- Início de projeto de remanejamento de áreas para otimização dos espaços. Áreas atendidas em 2009: Arquivo, Almoxarifado, Manutenção e a Área de Recursos Humanos.
- Realização de Registro de Preços para Piso e Divisórias.
- Realização de licitação e contratação de consultoria de arquitetura para layout e ergonomia das instalações da FINEP.
- Realização de mais um Leilão de materiais em desuso.

O gerenciamento de contratos administrativos está centralizado no Departamento de Serviços Administrativos – DSAD que, no exercício de 2009, administrou 79 contratos.

Apresenta-se a seguir os demonstrativos, respectivamente, segundo as modalidades licitatórias.

Tabela 2.4.4.12. - Despesas com Contratos Administrativos no exercício 2009

Termos Aditivos e Contratos Remanescentes		
Origem	Quant.	Valor (R\$)
Dispensa	9	4.374.477,70
Inexigibilidade	9	1.021.061,78
Pregão	28	11.930.713,28
Total	46	17.326.252,76

Fonte: FINEP/ASEC/DSAD

Contratos Novos		
Origem	Quant.	Valor (R\$)
Adesão à ata de registro de preço	5	945.485,24
Dispensa	4	716.828,98
Inexigibilidade	5	70.711,81
Pregão	19	2.141.852,25
Total	33	3.874.878,28

Fonte: FINEP/ASEC/DSAD

- Em parceria entre o Departamento de Apoio Logístico a Programas Integradores - DALP, Departamento de Serviços Administrativo e o Departamento de Promoções - DPRO foram realizadas as licitações de Eventos para o Cerimonial e Reuniões Internas e de Chamadas Públicas.
- O DALP operacionalizou juntamente com a Área Financeira a liberação para o CNPq de **R\$ 288.866.612,90** no total, proveniente de duas operações feitas em 2008 e 4 feitas em 2009.

O DALP ainda coordenou a realização das reuniões das Chamadas Públicas 2009 e diversas outras reuniões de Planejamento em ambientes externos e internos conforme **Anexo Item 2.4.4.12 – Chamadas Públicas.**

2.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO

A FINEP está desenvolvendo atividades para implementação do Plano de Gestão Estratégica (PGE). Neste sentido, será elaborado um conjunto de indicadores de performance aderente à empresa.

A partir de um estudo, serão levantados os indicadores utilizados, a nível nacional e internacional, para que seja avaliada sua adequação. Para tanto, já se encontra em andamento o contrato de realização de um estudo para a construção de metodologia de avaliação operacional a partir de indicadores econômicos, a ser realizado pela própria FINEP, junto ao CGEE.

No entanto, para fins de uma primeira aproximação, pode-se apresentar como indicador de desempenho a evolução dos números da FINEP, enquanto volume de recursos captados pela empresa.

Tabela 2.4.5.1a **FINEP – EVOLUÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSO**
Em R\$ milhões corrente

	2007	2008	2009
FAT	230,0	180,0	180,0
FND	120,0	120,0	-
FNDCT	38,0	225,0	619,2
Total	388,0	525,0	799,2

Fonte: FINEP/APLA

Tabela 2.4.5.1b **Taxa de Crescimento** - Em percentagem

	2008/2007	2009/2008	2009/2007
FAT	-22%	0%	-22%
FND	0%	-	-
FNDCT	492%	175%	1529%
Total	35%	52%	106%

Fonte: Tabela 2.4.5.1a

A expansão da captação de recursos, em 2009, de mais de 50% em relação ao ano anterior e de mais de 100% em relação a 2007, permitiu que no ano, fosse alcançado um patamar do valor contratado superior ao dos anos anteriores.

Tabela 2.4.5.2a FINEP – EVOLUÇÃO DO VALOR CONTRATADO E DO DESEMBOLSO DAS OPERAÇÕES - Em R\$ milhões corrente

	2007	2008	2009
Valor Contratado	575,0	872,0	1.679,0
Desembolso	401,0	741,0	880,0

Fonte: FINEP/APLA

Tabela 2.4.5.2b Taxa de Crescimento - Em percentagem

	2008/2007	2009/2008	2009/2007
Valor Contratado	52%	93%	192%
Desembolso	85%	19%	119%

Fonte: Tabela 2.4.5.2a

Desta forma, em 2009, o montante de valor contratado foi 93% superior ao ano do ano anterior, e quase 200% superior ao de 2007. Além disso, o desembolso das operações reembolsáveis acompanha esta evolução, apresentando um crescimento de 19% em relação a 2008, e de 119% em relação a 2007.

Adicionalmente, a eficiência, eficácia e efetividade da FINEP podem ser demonstradas através da evolução da relação: (i) recursos avaliados/demandados e a força de trabalho total; e a custos de serviços e recursos avaliados/demandados, considerando-se o total do esforço operacional da FINEP em operações de crédito e operações não reembolsáveis.

Com os já vistos crescentes recursos operados pela empresa (considerando recursos próprios, de terceiros e do FNDCT), em 2009, a FINEP elevou sua eficiência na relação de

montante analisado por empregado. E para tanto, não ocorreu apenas uma redução do número de empregados, o montante analisado também se elevou.

Na Tabela 2.4.5.3 pode se observar a eficiência do quadro de pessoal com relação ao montante de recursos solicitados à FINEP examinados por trabalhador, em 2009, que foi cerca de 54% maior ao operado em 2007, e 38% maior que o de 2008.

Tabela 2.4.5.3 - Evolução do Montante de Recursos Examinados por Empregado 2007-2009

Ano	Empregados em atividade ¹	Funcionários Terceirizados	Força de Trabalho Total	Operações Analisadas Valores (R\$ milhões)	R\$ milhões por/Empregado
2007	511	124	635	7.709	12,1
2008	593	93	686	9.266	13,5
2009	586	95	681	12.767	18,7

(1) Na categoria “Empregados em atividade”, conforme definição do TCU, estão incluídos os empregados do quadro permanente da FINEP, os requisitados e os contratados, excluindo-se os empregados afastados. Esta alteração implicou mudança nos números apresentados em anos anteriores que não incluíam os empregados requisitados e contratados.

(2) Não inclui análise de prestação de contas e candidaturas ao Prêmio FINEP

Fonte: FINEP/APLA/ARH

A relação entre os custos dos serviços e o montante de recursos solicitados reduziu-se, estando em patamar inferior ao de 2007, o que indica um aumento da eficiência dos gastos da empresa na sua atividade principal.

Tabela 2.4.5.4 – Relação entre os Custos Totais e Montante de Recursos Analisados -%

Ano	Volume de Recursos Analisados R\$ milhões (A)	Custo dos Serviços R\$ milhões (B)	Eficiência dos Serviços (B / A) %
2007	7.709	103,6	1,3
2008	9.266	139,5	1,5
2009	12.767	140,9	1,1

Fonte: FINEP/AFC/ARH

A variável “custo de serviço” utilizada no indicador de efetividade refere-se ao item 3 do Demonstrativo de Resultados da FINEP (DR-FINEP), denominado Outras Receitas (Despesas) Operacionais, que abrange: despesas com pessoal (proventos, benefícios sociais, honorários da Diretoria e Conselhos, encargos sociais, assistência-médica); depreciação; amortização e exaustão, despesas tributárias; e despesas administrativas (locação e arrendamento mercantil, manutenção e conservação de bens, serviços de telefonia e energia, serviços profissionais e contratados – pessoas físicas e jurídicas, material de consumo, transporte de pessoal).

Note-se que, no relatório de Gestão de 2008, foi questionada a utilização do parâmetro “Volume de Recursos Analisados”, ou seja, o valor demandado pelo mercado à FINEP, por se tratar de uma variável exógena às atividades e o controle da Empresa.

No entanto, tendo em vista que ainda se encontra em elaboração a construção de indicadores de desempenho, conforme dito acima, optamos por apresentar estas evoluções, considerando que essas informações servem de referência para uma análise evolutiva da FINEP.

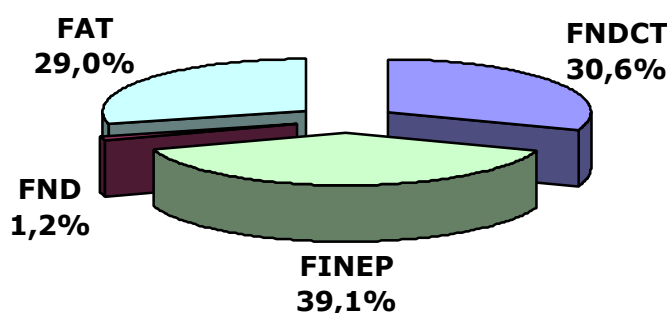
2.4.6. ANÁLISE DE DESEMPENHO

2.4.6.1 MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE RECURSOS

A FINEP executa suas operações de crédito quase exclusivamente com recursos captados de terceiros por empréstimo. Nessas operações o risco de crédito é assumido pela FINEP, ou seja, mesmo em caso eventual de inadimplência da empresa com a FINEP, a dívida assumida com as fontes deve ser paga.

No exercício de 2009 a distribuição percentual da participação por origem das fontes captadas pela FINEP para as operações de crédito encontra-se apresentado abaixo.

Contribuição das Fontes para Crédito em 2009



Para essas operações foram liberados R\$ 879,8 milhões. Observa-se que 29,0% das liberações foram feitas com recursos provenientes do FAT, 30,6% foram do empréstimo do FNDCT à FINEP, 1,2% foram provenientes do FND e 39,1% foram desembolsados com recursos próprios. Essa distribuição de recursos foi bem diferenciada de anos anteriores considerando o aporte mostrando expressivo aumento dos recursos próprios, que passou de

8,2% para 39,1%, e diminuição dos recursos do FND que passou de 20,4% para 1,2% e do FAT que passou de 39,1% para 29,1%. Esse novo equilíbrio foi atingido com alguns fatos importantes ocorridos em 2009: o aporte de capital e o empréstimo complementar do FNDCT no final do exercício.

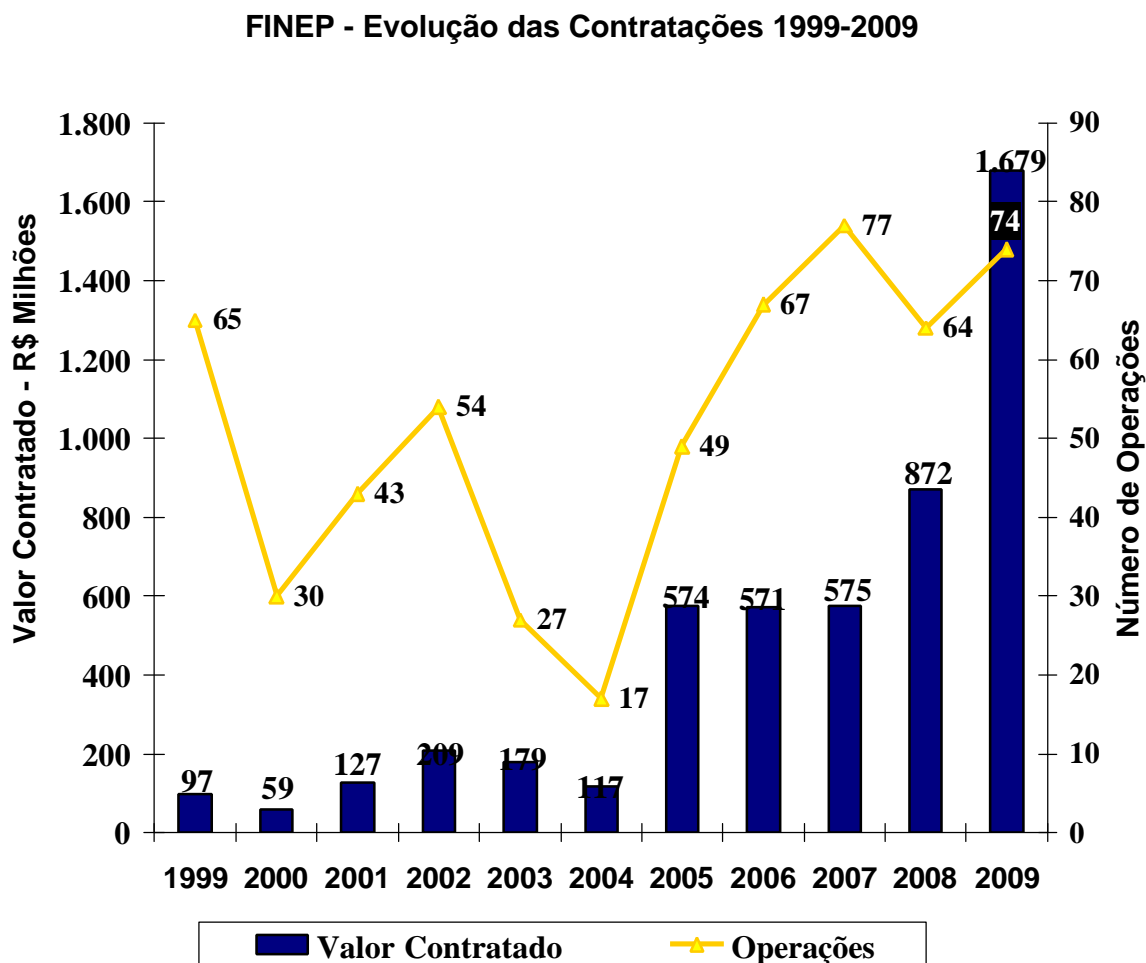
A liberação nominal em 2009 foi da ordem de R\$ 880 milhões o que representa um crescimento significativo em relação ao valor de R\$ 741 milhões liberados em 2008. Esse volume só foi possível porque a FINEP mantém um lastro de caixa com liquidez diária, aplicado em títulos públicos federais suficiente para cobrir os riscos de crédito e de mercado.

No Plano de Dispêndios Globais (PDG) 2009 da FINEP, considerou-se um valor de R\$ 530 milhões de aporte de capital (negociado a partir da extinção do FND), R\$ 619 milhões do FNDCT, por empréstimo de longo prazo, e R\$ 180 milhões de transferências do FAT, o que, somado com os recursos próprios, daria uma previsão de recursos de até R\$ 1.237,5 milhões.

2.4.6.2 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES

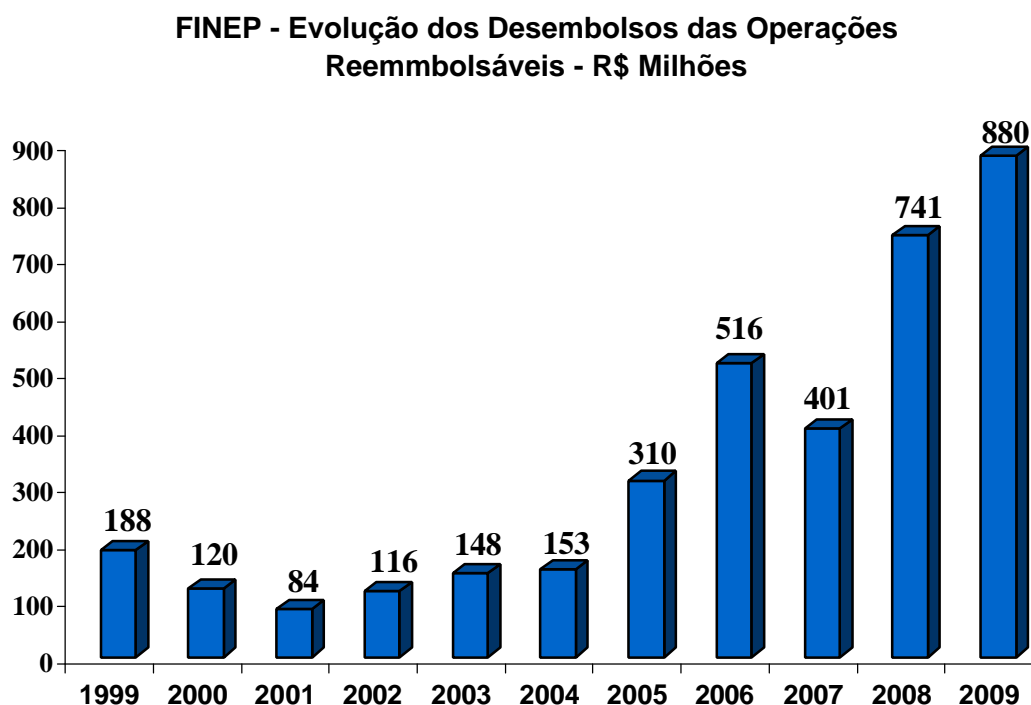
Em 2009 o montante de financiamento contratado para apoiar as atividades inovações nas empresas foi 92,5% maior do que o de 2008. Em número de operações o crescimento foi de 15,6 %, conforme demonstrado no gráfico 2.1.

Gráfico 2.4.6.2.a Evolução das Operações Contratadas – 1999/2009



Os desembolsos operacionais no exercício atingiu um patamar recorde: R\$ 880 milhões. Este volume também apresentou um crescimento acentuado representando um crescimento de 18,7 % se comparado a 2008, conforme demonstrado no gráfico 2.2.

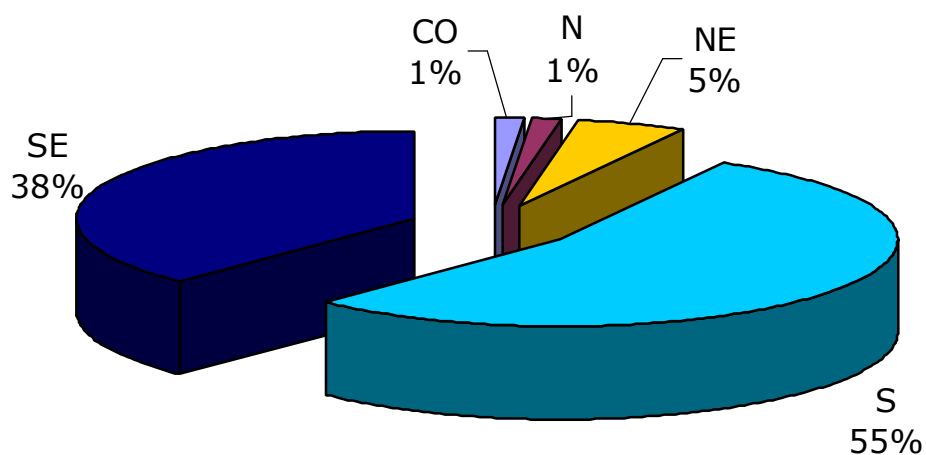
Gráfico 2.4.6.2.b Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis – 1999/2008



Se em 2008 foram aprovadas 67 no valor de R\$ 1,246 bilhão, em 2009 foram aprovadas 69 operações no valor de R\$ R\$ 1,733 bilhão. O crescimento mostra que as condições dos programas da FINEP tem sido atrativas e o valor médio das operações aprovadas passou de R\$ 18,6 para R\$ 25,1 milhões.

Em relação à distribuição regional das operações de crédito contratadas continua havendo uma concentração de operações nas regiões Sul e Sudeste conforme figuras abaixo. Os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo tiveram cada um 18 operações contratadas em 2009, sendo o valor total dessas contratações, respectivamente, R\$ 406 milhões e R\$ 873 milhões.

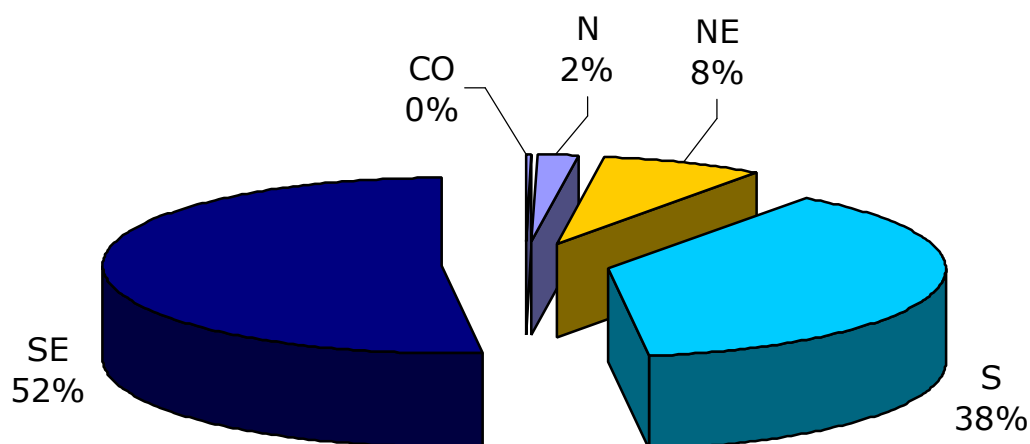
Distribuição regional do numero de Operações de Crédito contratadas em 2009



Fonte: FINEP/APLA

Em relação ao valor das operações contratadas a concentração maior foi na região Sudeste, seguida da região Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Distribuição regional do valor das Operações de Crédito contratadas em 2009



Fonte: FINEP/APLA

Esta concentração é típica da economia brasileira e o esforço da FINEP tem sido estabelecer programas em parceria para a promoção da inovação em empresas nas demais regiões e com foco em empresas de menor porte. Este é o caso dos programas de subvenção econômica inovação em suas modalidades PAPPE Subvenção, PAPPE Integração e PRIME – Programa Primeira Empresa Inovadora.

2.4.6.3. ESFORÇO OPERACIONAL BRUTO

A tabela **2.4.6.3.a** a seguir mostra que a FINEP processou 4.275 solicitações de financiamento, no exercício de 2009, incluindo as demandas do FNDCT para ICTs, a demanda da Subvenção Econômica, as operações de crédito e as demandas oriundas da parceria com a ANCINE. Além disso, foram processadas 1.398 prestações de contas, 380 candidaturas de empresas aos fóruns de *Venture* e *Seed* e 571 candidaturas de empresas e instituições ao Prêmio FINEP.

Tabela 2.4.6.3.a – Esforço Operacional Total 2009

Não-Reembolsável	OFERTA	DEMANDA		APROVAÇÃO	
	Nº Convocações	Nº de Projetos	Valor Solicitado	Nº de Projetos	Valor Aprovado
FNDCT					
Projetos de Pesquisa ICTs		1.129	3.732,3	384	1.717,5
Chamadas e Convites	12	948	2.351,7	290	675,9
Encomendas		181	1.380,6	94	1.041,6
Eventos		11	3,3	9	2,4
Subvenção Econômica		2.558	5.202,0	261	466,0
Projetos de Inovação	1	2.558	5.202,0	261	466,0
TOTAL	13	3.698	8.937,6	654	2.185,9
FINEP					
Operações de Crédito (INOVA BRASIL+ Juros Zero)		278	3.587,9	69	1.733,0
Fundo Setorial Audiovisual – FSA (Parceria ANCINE)					
	4	299	241,9	38	29,5
Operações de Investimentos em Fundos					
Venture Fórum - VF e Seed Fórum - SF	2	380	-	18	-
Fundos de Investimentos (INOVAR & Semente)	2			3	76,0
Premio FINEP					
Análise de Candidatos	1	571	-	30	-
Prestações de Contas					
Análise de Prestações de Contas		1.398		572	
Fonte: FINEP/APLA					

A maior demanda continua sendo oriunda da chamada de Subvenção Econômica Nacional destinada a empresas, que recebeu 2.558 propostas, quase 40% das solicitações, e terminou com a aprovação de 261 projetos, pouco mais de 10% da demanda.

Tabela 2.4.6.3.b - Subvenção Econômica 2009

Valores em R\$ milhões

Chamada de Subvenção Econômica	Nº de Projetos	% do Nº	Valor Solicitado	% da Demanda de Projetos
Solicitado	2.558	100%	5.202,0	100%
Qualificado	1.241	49%	2.365,6	45%
Aprovado	261	10%	466,0	9%

Fonte: FINEP/APLA

As chamadas públicas e convites direcionadas para as ICT's totalizaram uma demanda de 948 projetos de pesquisa que foram processados ao longo do exercício.

Tabela 2.4.6.3.c - Processamento de Chamadas e Convites 2009

Valores em R\$ milhões

Fomento de Chamadas Pública e Convites	Nº de Projetos	% do Nº	Valor Solicitado	% da Demanda de Projetos
Solicitado	948	100%	2.351,7	100%
Qualificado	681	72%	1812,7	77%
Aprovado	290	31%	675,9	29%

Fonte: FINEP/APLA

Tabela 2.4.6.3.d- Contratados FNDCT em 2009

Valores em R\$ milhões

Operações FNDCT Contratadas	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Bolsas	Valor Total
Projetos de Pesquisa	341	917,4	29,8	947,2
Chamadas e Cartas-Convite	242	502,9	14,6	517,4
Encomendas	99	414,5	15,23	429,8
Transferências	23	622,8	0,00	622,8
Eventos	9	2,4	0,00	2,4
Subvenção Econômica	210	429,0	0,00	429,0
Projetos de Inovação	210	429,0	0,00	429,0
TOTAL	560	1.348,8	29,8	1.378,6

Observações:

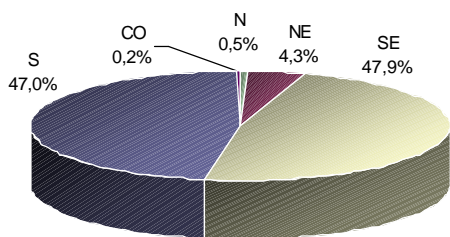
1. Chamadas e Convites inclui projetos das parcerias com FUNTTEL e ANCINE
2. Transferências inclui as descentralizações para o MCT, CNPq, IBGE, ANP, dentre outros
3. Subvenção Econômica - Projetos de Inovação refere-se à contratação da demanda do edital 2008

Fonte: FINEP/APLA

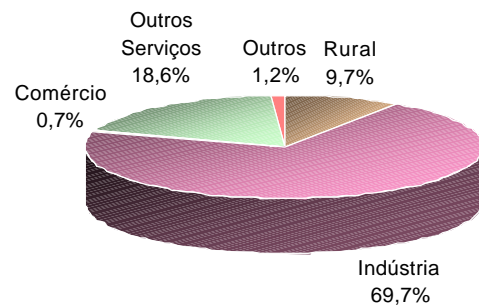
2.4.6.4. AVALIAÇÃO DO PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG

Os gráficos que se seguem mostram a distribuição da carteira da FINEP (saldo aplicado = total da dívida das empresas financiadas) por porte, setor da economia e região. O que se percebe é a concentração dos recursos nas indústrias de grande porte das regiões Sul/Sudeste.

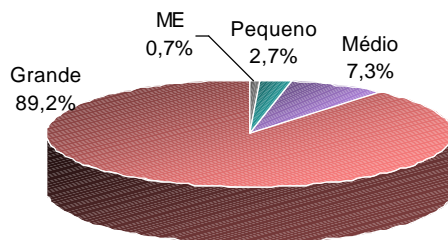
Saldo a Receber (31/12) - por Região
R\$2.491 Milhões



Saldo a Receber (31/12) - por Setor
R\$2.491 Milhões



Saldo a Receber (31/12) - por Porte
R\$2.491 Milhões



- **Evolução do Disponível da FINEP**

Os valores disponíveis na FINEP, em sua maior parte são valores que não pertencem a ela ou estão reservados para finalidades específicas. Dentre esses há:

- Recursos do FNDCT depositados em garantia da concessão do benefício de equalização de taxa de juros a empresas financiadas, ao longo do período de cobrança das operações de crédito.
- Recursos do FNDCT depositados para aplicação em aquisição de quotas de fundos de investimento em empresas emergentes.
- Recursos do FNDCT depositados para formação de um fundo de garantia de liquidez para utilização conjunta com os fundos de investimentos em empresas emergentes.
- Fundo de reserva de participantes do Programa Juro Zero.
- Recursos do Sebrae depositados em garantia de operações antigas com micro e pequenas empresas.
- Recursos captados já comprometidos com operações de crédito com desembolsos previstos para 2009.

Tabela 5.2.4.6.1

2009	
Disponível Bruto	968,5
Recursos do FNDCT	515,1
<i>Equalização</i>	325,8
<i>Capital de risco</i>	167,6
<i>Garantia de liquidez</i>	21,7
Outras garantias de terceiros	2,6
Saldo dos Recursos captados para operações de crédito	388,6
Lastro para pagamento de três meses de despesas administrativas	62,2
Disponível Líquido	0,0

O disponível líquido que havia na FINEP foi desembolsado em operações de crédito como recursos próprios. A demanda por financiamentos em 2009 sofreu grande expansão e os R\$350 milhões adicionais esperados do FNDCT só foram recebidos no último dia útil do ano. Estas foram as razões para o disponível líquido ter sido zerado e o saldo de recursos captados para as operações de crédito ter encerrado em R\$388,6 milhões (inclui a parcela do FAT de R\$38,6 milhões). A principal finalidade do saldo disponível livre é servir de lastro de segurança para as flutuações do fluxo de caixa em função da incerteza quanto ao fluxo de captações de recursos para fazer frente às liberações dos financiamentos, necessidade de manter os pagamentos às fontes mesmo no caso de ocorrência de inadimplência, manutenção dos pagamentos dos gastos fixos, como pessoal e encargos, aluguéis e serviços contratados, mesmo em caso de quebra na expectativa de receitas.

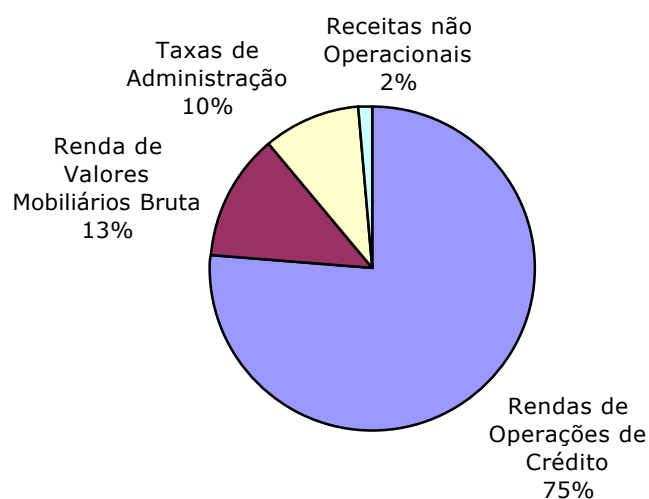
- **Distribuição Consolidada das Principais Receitas**

Item de Receita	Valor Executado em 2008	Valor Executado em 2009	% de variação sobre 2008
Rendas de Operações de Crédito	173,0	304,7	76,1%
<i>Carteira em Cobrança</i>	157,3	210,6	33,9%
<i>Juros Capitalizados</i>	15,7	3,5	-77,7%
Renda de Valores Mobiliários Bruta	60,8	50,4	-17,1%
<i>Crédito de Juros aos Depósitos de Terceiros</i>	32,6	30,4	-6,7%
Taxas de Administração	36,6	38,2	4,4%
Receitas não Operacionais	5,1	6,0	17,6%
Total	275,5	399,3	44,9%

Obs. Nos totais não foram deduzidos os créditos de juros aos depósitos de terceiros para facilitar a comparação com os quadros do PDG, pois lá esses créditos estão compondo as despesas correntes.

Valores em R\$ milhões
Fonte: FINEP/AFC

Distribuição das Principais Receitas Brutas 2009

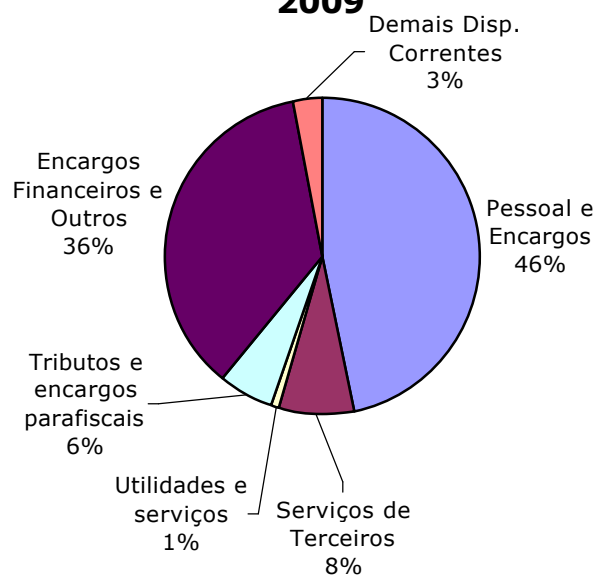


- Distribuição Consolidada dos Principais Itens de Dispêndios**

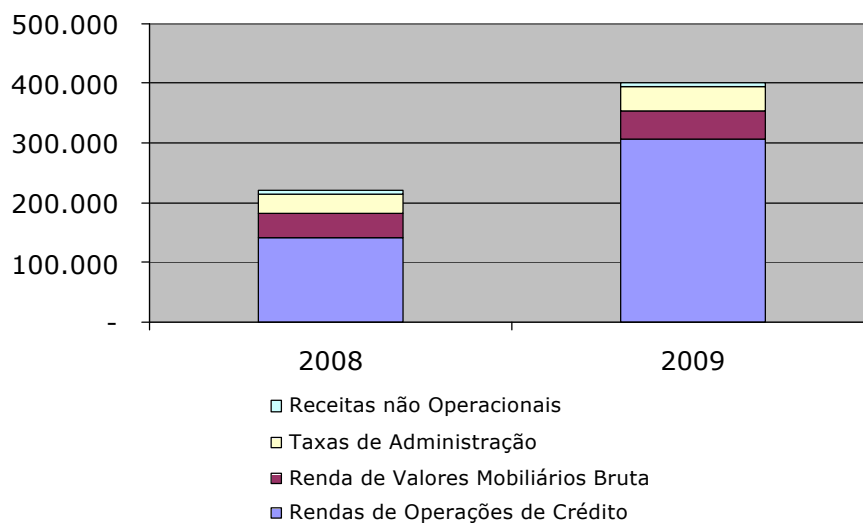
Item de Dispêndio	Valor Executado em 2008	Valor Executado em 2009	% de variação sobre 2008	Previsão para 2010
Pessoal e Encargos Sociais	96,6	104,7	8,3%	139,5
Serviços de Terceiros	15,9	17,5	10,0%	28,2
Utilidades e Serviços	1,3	1,6	23,1%	2,0
Tributos e Encargos Parafiscais	9,8	12,5	27,5%	21,7
Encargos Financeiros	68,0	81,5	19,9%	147,4
Outros Dispêndios Correntes	4,2	6,7	59,5%	7,5
Total	195,8	224,5	14,7%	346,3

Valores em R\$ milhões
Fonte: FINEP/ AFC

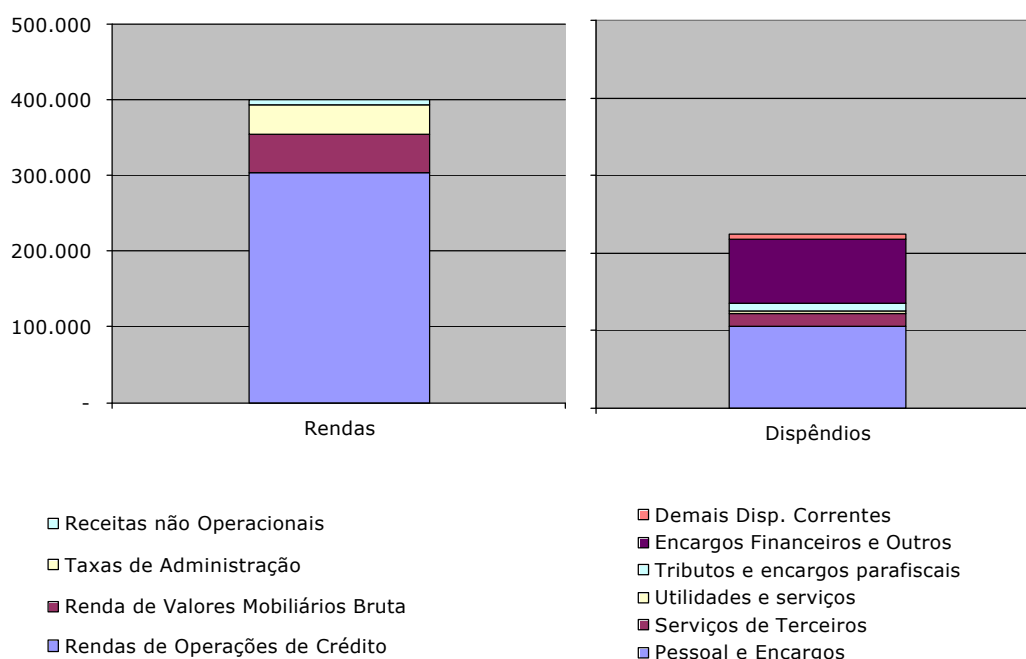
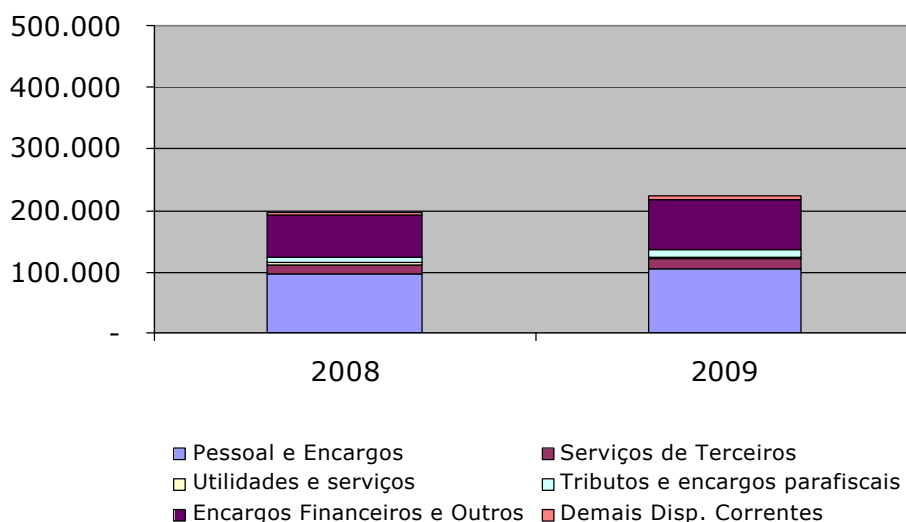
Distribuição dos Principais Itens de Dispêndio 2009



Evolução das Rendas Brutas



Evolução dos Dispêndios Correntes



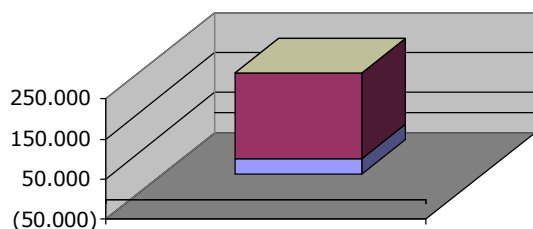
No gráfico acima, as rendas líquidas da intermediação financeira correspondem ao total de juros recebidos menos o total de juros pagos; as taxas de administração correspondem à soma dos valores recebidos do FNDCT e do FUNTTEL; As rendas não operacionais se referem principalmente a ressarcimentos recebidos do FNDCT por custos de infraestrutura operacional.

**Demonstrativo do PDG, conforme aprovado pelo Decreto nº 6.647,
de 18 de novembro de 2008**

USOS	2008	2009		
	Realizado	Previsto	Realizado	% de Exec
Dispêndios de Capital	237.104.263	728.230.251	657.696.125	90%
Investimentos	337.304	13.200.000	6.847.169	52%
Inversões Financeiras	9.730.000	70.000.000	22.379.682	32%
Amortizações Principais	227.036.959	645.030.251	628.469.274	97%
<i>Operações Internas</i>	30.351	30.251	26.976	89%
<i>Demais Obrigações</i>	227.006.608	645.000.000	628.442.298	97%
Dispêndios Correntes	195.804.189	255.218.505	224.524.426	88%
Pessoal e Encargos	96.587.775	122.777.000	104.754.853	85%
Locação de Equip. Proc. Dados	43.994	12.000	8.460	71%
Serviços de Terceiros	15.911.083	20.875.000	17.481.158	84%
Utilidades e serviços	1.328.647	1.600.000	1.611.824	101%
Tribuos e encargos parafiscais	9.838.048	27.314.000	12.472.066	46%
Encargos Financeiros e Outros	68.035.853	75.023.505	81.502.070	109%
Demais Disp. Correntes	4.058.789	7.617.000	6.693.995	88%
TOTAL dos Dispêndios	432.908.452	983.448.756	882.220.551	90%
Aplicações em Op. de Crédito	479.763.720	900.000.000	536.768.940	60%
Total dos USOS	912.672.172	1.883.448.756	1.418.989.491	75%

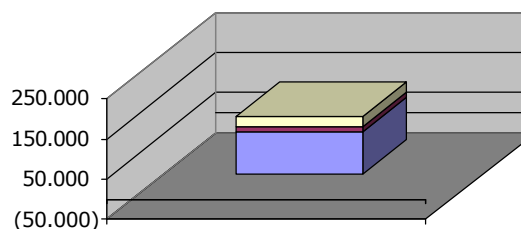
FONTES	2008	2009		
	Realizado	Previsto	Realizado	% de Exec
Recursos Para Aumento do PL		530.000.000	524.000.000	99%
Receita	275.562.086	347.000.074	399.360.767	115%
Receita Operacional	270.433.832	341.500.000	393.317.085	115%
Receita não Operacional	5.128.254	5.500.074	6.043.682	110%
Demais Obrigações	525.000.000	869.200.686	821.580.368	95%
FND	120.000.000			
FAT	180.000.000	180.000.000	180.000.000	100%
Outras	225.000.000	689.200.686	641.580.368	93%
Total das FONTES	800.562.086	1.746.200.760	1.744.941.135	100%
Outras Variações Patrimoniais	109.087.872	42.320.000	(44.060.212)	-104%
Variação do Disponível	(3.022.214)	(94.927.996)	281.891.432	-297%
Total Líquido das FONTES	912.672.172	1.883.448.756	1.418.989.491	75%

Comparativo de Rendas Líquidas e Dispêndios – R\$ milhões



Rendas

- Rendas não Operacionais
- Rendas Líquidas da Intermediação Financeira
- Taxas de Administração



Dispêndios

- Outros Dispêndios Administrativos
- Tributos e encargos parafiscais
- Pessoal e Encargos

PERSPECTIVAS PARA 2010

A tabela abaixo mostra a expectativa de captação de recursos em 2010 para atender uma carteira potencial de R\$1,8 bilhões.

PDG 2010 - Original

Tabela de recursos disponíveis para crédito em 2010

	PDG 2010
FNDCT	700
FAT	180
Outros recursos de 3º	980

Portanto o ano de 2010, assim como o ano de 2009, será marcado pela busca de soluções para o aumento na captação de recursos, para que a FINEP possa dar continuidade ao crescimento nas suas operações de crédito observado nos últimos anos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composição do quadro de Recursos Humanos ¹

Situação Apurada em 31/12/2009

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal ²
Estatutário	8		
Própria	0		
Requisitados	8		
Celetistas	611	642	
Cargos de livre provimento			
Estatutário			
Não Estatutário			
Terceirizados	96	3	
Total	715	642	

Obs:

¹ Conforme orientação do DEST, expressa no DOU de 09/12/2009, o quadro de pessoal próprio é composto pelos empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos e os empregados que estão afastados por doenças, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão.

² Não há estudos em relação ao quantitativo de pessoal ideal para a FINEP.

³ Não limite autorizado para este tipo de contratação.

Quadro Próprio e Terceirizados

QUADRO PRÓPRIO												
Tipologia	Qtd	Vencimentos e Vantagens fixas		Retribuições		Gratificações		Adicionais		Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)												
2007												
2008												
2009	8	993.852,10										
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)												
2007	537	66.218.119,86										
2008	608	87.000.098,28										
2009	611	88.364.661,08										
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)												
2007	13	2.183.933,20										
2008	14	2.839.335,91										
2009												
Requisitados com ônus a UJ												
2007	9	815.550,31										
2008	9	1.038.375,55										
2009	8	993.852,10										
Requisitados sem ônus a UJ												
2007												
2008												
2009												
QUADRO TERCEIRIZADO (*)												
Finalidade	Vigilância		Conservação		Apoio administrativo		Atividades de Área - fim		Estagiários Nível Superior		Estagiários Nível Médio	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	18	604.103,82	32	472.007,44	124	5.013.945,69	-	-	71	692.936,19	18	107.547,45
2008	23	633.415,08	37	458.477,00	93	3.731.565,94	-	-	81	871.231,87	27	140.695,82
2009	23	849.665,02	41	591.393,64	96	3.252.519,63	-	-	83	1.056.689,56	31	148.625,19

(*) No exercício 2009 além de 160 profissionais indicados nas categorias "Vigilância", "Conservação" e "Apoio Administrativo" (23+41+96) a FINEP contou com mais 40 (quarenta) profissionais que atuaram nas dependências da empresa amparados em outros contratos administrativos cujos objetos não se referiam a terceirização de Mão de Obra. A lista no [ANEXO Item 3](#) -Relação de Terceirizados, identifica as empresas contratadas, o objeto e a quantidade de profissionais que atuaram na execução dos objetos pactuados. Os 40 profissionais não registrados na planilha acima referem-se aos contratos firmados com: CM Couto, CNC, Promotional, Rigicar, Rijan, MGI, Fipecq Vida e Fipecq. Este quantitativo não foi adicionado às categorias contempladas na planilha acima pois não há separação do valor contratual de forma a permitir a identificação específica do custo dos profissionais que atuaram na FINEP. Por outro lado, incorporar o valor total dos contratos, como sendo custo de terceirização, distorceria os custos de terceirização. Frise-se que na DN TCU 100/2009 (Anexo II - Letra A - item 3) é solicitado informações sobre "contrato de terceirização de mão de obra" o que não incluiria os demais objetos.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A FINEP realizou em 2009 o quarto Concurso Público de sua história, desde o estabelecimento, pela Constituição Federal de 1988, da exigência de aprovação prévia em concurso público para a investidura em cargo ou emprego público. O certame, organizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília, teve seu edital de abertura publicado em 21/05/2009, sendo as provas realizadas em 09/08/2009 e seu resultado divulgado em 13/10/2009. Para as suas 16 Áreas de Conhecimento – 13 de nível superior e 3 de nível técnico –, houve um total de 22.429 inscrições, o que representa um acréscimo de 132% em relação ao concurso anterior. Em 2009 ingressaram 18 novos empregados oriundos deste concurso.

No segundo semestre de 2009, Área de Recursos Humanos – ARH recebeu manifestação do Departamento de Coordenação e Governança da Empresas Estatais – DEST de que no limite determinado para o quadro de pessoal da FINEP devem estar incluídos os profissionais contratados ou requisitados que ocupam cargos comissionados de livre nomeação e exoneração, o que não ocorria até então. Diante desta manifestação, a ARH subsidiou a Diretoria Executiva na solicitação enviada ao DEST de ampliação do quadro próprio em 23 empregados, de forma a recompor a força de trabalho da Empresa. A ampliação foi autorizada em 09/12/2009 e imediatamente foram iniciadas as convocações de candidatos aprovados no concurso público.

De forma a tornar a gestão de pessoas na FINEP alinhada à estratégia da FINEP, integrada em suas diversas ações e capaz de conciliar as expectativas dos empregados com as necessidades da Empresa, a ARH iniciou estudos e discussões de forma a apresentar à Diretoria Executiva proposta de um modelo integrado de gestão por competências a ser implementado na FINEP. A proposta elaborada foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tendo sido realizado processo de seleção e contratação de consultoria especializada para a realização do projeto, que terá início no primeiro semestre de 2010.

É importante o registro de que a FINEP firmou Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro,

referente a setembro/2008. Além disso, foram realizadas com o referido sindicato negociações para o acordo coletivo do ano de 2009, que culminaram com a entrega da proposta no DEST, em dezembro, para análise e autorização para sua assinatura. Destaca-se ainda que, de acordo com cláusula incluída na proposta do acordo, a FINEP compromete-se a pagar a seus funcionários Participação dos Lucros e Resultados – PLR, referente ao exercício de 2009, fato que ocorrerá pela primeira vez desde a criação da Empresa.

A FINEP tem apresentado ao longo dos últimos 8 anos aumento expressivo no montante de recursos de suas operações realizadas, seja nas operações executadas pela empresa pública seja nas operações efetuadas quando na função de Secretaria Executiva do FNDCT. A evolução do seu quadro de pessoal não tem acompanhado o aumento de suas atividades. Desde 2001, a FINEP obteve autorização para elevar o limite de seu quadro próprio de pessoal em 3 ocasiões, passando de 539 para 642 empregados. Porém, efetivamente, a força de trabalho cresceu em apenas 30 pessoas, visto que os demais acréscimos foram para ajuste do quadro de pessoal, seja para substituição de terceirizados ou devido à interpretação do DEST para a composição do quadro próprio. Diante do exposto e considerando que as operações da Empresa tendem a manter a sua elevação; a necessidade de cumprimento de metas de trabalho estabelecidas com os órgãos de controle; e a substituição do restante de prestadores de serviços, conforme entendimentos com o Ministério Público do Trabalho, será necessária uma nova solicitação de ampliação do quadro de pessoal, a ser definida e encaminhada ao DEST até o final de 2010.

Força de Trabalho - Posição em Dezembro

	2007		2008		2009	
Quadro Próprio	559	100%	631	100%	619	100%
Quadro Permanente	537	96,1%	608	96,4%	596	96,3%
Requisitado	9	1,6%	9	1,4%	8	1,3%
Contratado	13	2,3%	14	2,2%	15	2,4%
Afastados	48	8,6%	38	6,0%	33	5,3%
Em Atividade	511	91,4%	593	94,0%	586	94,7%

Fonte: FINEP/DARH

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Em 2009, não houve a inscrição de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. Todos os trabalhistas, provisão para devedores duvidosos e demais continências estão registrados e atualizados até 31.12.2009, conforme relatório dos advogados externos, como também não há passivos previdenciários, conforme parecer dos auditores externos da HLB Audilink e parecer baseado na Resolução CVM/371 do escritório Jesse Montello (HLB Audilink-31-dez-09.doc e JM04012010-CVM 371-finep.doc)

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não Aplicável.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

A FINEP é uma empresa pública de direito privado não dependente e, portanto, não recebe e não faz transferências orçamentárias e financeiras, uma vez que não pertence ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS. Contudo, a título de transparência, apresenta-se no ANEXO Item 6, a relação de operações vigentes, registrados na Unidade Gestora (UG) Contratos e Convênios (360001), que contaram com liberações em 2009. Esta relação identifica convênios em que a FINEP atua como concedente, aplicando recursos de outros convênios nos quais é conveniente.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Durante o período de 2009, a FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (CNPJ 00.529.958/0001-74), com mesmo nome e mesma razão social, registrou no Plano de Previdência Complementar – PPC as seguintes operações:

Concessão de:

- 6 Aposentadoria por Tempo de Serviço e 4 Pensões;
- 6 Pecúlios por Morte; e
- 27 Auxílios Doença.

Benefícios extintos:

- 2 Aposentadorias por Tempo de Serviço;
- 1 Aposentadoria por Idade;
- 21 Auxílios Doença.

Adesões ao Plano: 9 novas adesões.

Pedido de Cancelamento:

- 15 por motivo de rescisão de contrato com a Patrocinadora;
- 3 cancelamentos a pedido;
- 3 falecimentos;
- 1 por falta de pagamento; e
- 6 solicitaram aposentadoria.

Devolução de 22 reservas individuais (15 cancelamentos em 2009, e 7 reservas retidas em anos anteriores).

As Receitas Previdenciárias do PPC somaram no período R\$ 11.466.430,00, enquanto que as Despesas Previdenciárias em dezembro de 2009 alcançaram R\$ 9.315.737,00.

As receitas previdenciárias são formadas pelas contribuições do PPC – Plano de Previdência Complementar (Participante mais Patrocinadora). Os custos previdenciários correspondem aos pagamentos de benefícios mais devolução de reserva de poupança.

Os ativos financeiros, ao final de 2009, encontravam-se alocados no segmento de Renda Fixa no valor de R\$ 558 milhões, que correspondia a 70,6% dos investimentos, seguidos do segmento de Renda variável com R\$ 190 milhões, que representava 24% das aplicações, os imóveis com R\$ 4 milhões e participação de 0,4%, a carteira de empréstimos em R\$ 36 milhões e outros realizáveis com R\$ 3 milhões, respectivamente, 4,6% e 0,4% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira líquida de R\$ 136 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 20,7% a.a. O segmento renda fixa apresentou uma rentabilidade de 12,4% a.a., o segmento de renda Variável – mercado de Ações e Fundos de Investimentos em Ação de 53,1% a.a., o segmento de Empréstimos aos Participantes com 18,1% a.a., e os Imóveis uma rentabilidade de 7,9% a.a.

DEMONSTRATIVO ANUAL - 2009

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	<u>R\$ 48.029.313,81</u>
2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	<u>R\$ 4.082.219,14</u>
2.1 Contribuição Participante	3.896.715,06
2.2 Jóia	183.759,88
2.3 FIPECqPREV	1.744,20
3. Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	<u>R\$ 4.074.801,15</u>
3.1 Contribuição Patronal	3.900.240,26
3.2 Contribuição Relativa ao PDA	152.958,91
3.3 Rateio/FIPECq	21.601,98
4. Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	<u>R\$ 4.132.272,52</u>
4.1 Empréstimos de participantes	4.132.272,52
5. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	<u>R\$ 715.009.778,04</u>
1.1 Renda Fixa	502.552.518,41
1.2 Renda Variável	170.855.228,71
1.3 Investimentos Imobiliários	3.664.849,40
1.4 Operações com participantes	35.037.535,72
1.5 Outros Realizáveis	2.899.645,80

Obs: Aplicações do Plano de previdência Complementar – PPC efetuadas em conformidade ao estabelecido na Resolução nº 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, constituem-se em empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à fundação, descontados em Folha de pagamento pela Patrocinadora.

A manifestação da Secretaria de Previdência Complementar deverá ser emitida após análise do balanço.

Registre-se que não há manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC com relação ao Balanço Patrimonial da Fundação. Além disso, a Fundação não sofreu fiscalização pelos órgãos reguladores e fiscalizadores da Previdência Complementar, no exercício de 2009.

No **Anexo Item 7a a 7d – Previdência Complementar Patrocinada** encontra-se: i) a Política de Investimento de cada plano à PREVIC, encaminhadas ao Ministério da Previdência Social, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Resolução CMN nº 3.792/2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar; ii) Parecer dos Auditores Independentes; e (iii) Demonstrativo de Resultado Atuarial – DRAA dos Planos.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A FINEP tem obrigações de longo prazo em relação a empréstimos tomados junto a bancos estrangeiros, conforme informações abaixo (Ver Anexo Item 15b – Finep Exercício 2009).

Obrigações	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	2009	2008
Mercado Externo – Clube de Paris	EURO	8,25% a. a.	31/12/2024	269.391	393.621

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não Aplicável

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não Aplicável

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Ver Anexo Item 11.A

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Ver Anexos Item 11.B

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Em 2009, foram efetuados registros no SISAC referentes às admissões e demissões ocorridas desde 2001.

Atos	Quantidade	Registros no Sisac
Admissão	20	407
Desligamento	32	146
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

SIASG

Compete a Área de Serviços Corporativos - ASEC inserir no SIASG os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. Esta atividade é realizada pelo setor de contratos e de compras do Departamento de Serviços Administrativos - DSAD. Seu produto pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

Anexo Item 13 - DECLARAÇÃO

SICONV

Para garantir o cumprimento do Decreto 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008, especialmente quanto ao registro dos convênios e contratos de repasse no SICONV, a Diretoria Executiva da FINEP instituiu, em julho de 2008, (POR/PRES/073/08), um Grupo de Trabalho (GT-SICONV), para estudar o novo marco legal e o próprio SICONV.

Para cumprir sua missão institucional, que é a de apoiar projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, com alto nível de complexidade e características específicas como redes de pesquisa e projetos cooperativos entre Instituições de Ciência e Tecnologia –ICT e empresas, a FINEP dispõe de um sistema informatizado, de uso próprio, para a recepção, análise, contratação, liberação, acompanhamento e prestação de contas dos projetos apoiados pela agência, o que inclui convênios e termos de repasse. Com a publicação da Lei de Inovação (lei nº 10.973/2004) o trabalho em redes e a parceria entre o setor produtivo e as instituições de ciência e tecnologia têm sido incentivados, resultando em convênios com vários executores trabalhando em rede e onde empresas privadas participam como intervenientes co-financiadores, aportando recursos em benefício do projeto. Convênios com essas características também exigem definições sobre a forma de gestão da propriedade intelectual e confidencialidade das informações. O principal desafio é registrar as informações no SICONV considerando esse contexto operacional e as limitações de funcionalidade encontradas no referido sistema, bem como ao mesmo tempo manter o sistema de gestão da carteira de projetos da FINEP e suas funcionalidades, fundamentais ao processo de análise e acompanhamento de projetos.

A elevada demanda de projetos é um dos pontos críticos para a gestão da carteira de convênios. A FINEP recebe uma demanda na faixa de 3.000 a 4.000 projetos por ano, em diferentes modalidades de apoio. Das propostas aprovadas, cerca de 800 convênios e termos de repasse são firmados em cada ano. Uma vez que os convênios têm prazos de vigência superiores a 12 meses, a carteira ativa de convênios e termos de repasse é de cerca de 2.000 operações. Para a administração da carteira, o sistema de informação da FINEP permite, entre outras funções, identificar a carteira de projetos por departamento, os técnicos responsáveis por cada convênio e função (análise, acompanhamento técnico, acompanhamento financeiro), os empenhos, liberações, prorrogações de prazo e remanejamentos efetuados, assim como todo o histórico do convênio e *workflow* das atividades. Até o momento, o SICONV não dispõe de várias dessas funcionalidades, o que traz potenciais problemas para administrar a recepção e o registro de um volume expressivo de operações, aspecto que foi considerado na definição da estratégia de migração informatizada de dados.

Com a publicação do novo marco legal (Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial nº 127/2008) a primeira ação foi identificar as mudanças na legislação, de forma a ajustar as minutas de convênio e orientar funcionários e proponentes. A equipe do Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica da FINEP identificou as principais modificações introduzidas pelos referidos Decreto e Portaria, comparando-os com a IN STN 01/97. Em seguida houve reunião na FINEP com a Dra. Ana Maria Vieira dos Santos, técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Nesta ocasião foram discutidas as peculiaridades da FINEP, levantadas diversas dúvidas e, em consequência foram encaminhados ofícios e correios eletrônicos ao Comitê de Coordenação do SICONV com questionamentos quanto à interpretação do novo marco legal e sua aplicação.

Em paralelo, a FINEP buscou conhecer o funcionamento detalhado dos recursos de informática do SICONV. Os componentes do GT-SICONV e outros funcionários selecionados participaram de um treinamento no MPOG, realizado em Brasília, no dias 19 e 20 de agosto de 2008. O treinamento demonstrou um conjunto de lacunas nos módulos do SICONV. Dentre as principais, foram verificadas:

- Alocação de carteira de projetos por técnico: associação de cada proposta com o analista responsável pela análise/acompanhamento do convênio.
- Fluxo de tramitação de projeto e inclusão de pareceres (Workflow)

- Alterações nos Planos de trabalho pelos analistas
- Identificação de metas qualitativas (sem valor)
- Inclusão de subprojetos e vários executores.
- Impossibilidade de registro de contrapartida financeira de empresas intervenientes e registro de bolsas de pesquisa
- Diferenças no processo decisório: no SICONV as propostas são aprovadas por um Gestor de Convênios, enquanto a FINEP possui decisão colegiada.
- Registro da equipe executora, metodologia, relação de bolsas. Essas informações seriam armazenadas através de documentos PDF, impossibilitando a comparação e atualização de dados.
- Confidencialidade/ sigilo das operações

O treinamento demonstrou claramente que as funcionalidades do SICONV não substituiriam as ferramentas disponíveis no sistema de gestão de projetos da FINEP. Um segundo treinamento, exclusivamente para os funcionários da FINEP, foi realizado nas dependências da empresa entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 e teve a participação de 88 analistas. O curso teve por objetivo capacitar um número maior de funcionários e permitir o conhecimento dos módulos do SICONV desenvolvidos até então. Este treinamento evidenciou que o Sistema continuava a apresentar lacunas quanto à inserção de dados de forma ágil e confiável, bem como no que se refere a funcionalidades importantes para o gerenciamento da FINEP, o que perdura até hoje.

Desde o início de 2009 o grupo de trabalho contatou outras instituições públicas com características semelhantes à FINEP para troca de informações sobre o sistema. Foram realizadas reuniões de trabalho com técnicos do Fundo Nacional da Saúde – FNS, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e finalmente, com técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Em reunião com o MPOG, a equipe de informática daquele ministério apresentou a possibilidade de intercâmbio informatizado de dados. As ferramentas para isso, denominadas de *web service*, estão em fase de desenvolvimento pelo MPOG e, quando finalizadas, permitirão que as instituições concedentes migrem os dados das propostas e planos de trabalho e recuperem os dados dos convênios e termos de repasse por meio

informatizado.

O uso da ferramenta de migração de dados permite uma série de vantagens. O processo de migração é gerenciado pelo concedente, o que permite total controle da qualidade e consistência dos dados registrados no SICONV. A FINEP poderá manter o seu sistema informatizado, registrando e utilizando as informações que são peculiares ao cumprimento de sua missão institucional. Não menos importante, a migração de dados dispensa o re-trabalho dos convenientes e da própria FINEP, dando maior eficácia a todo o processo.

Em consequência do trabalho realizado pelo GT-SICONV, identificando as limitações do SICONV no tratamento adequado de projetos de P,D & I e a inexistência de funcionalidades inerentes a um processo de gestão de convênios pela empresa, a Diretoria Executiva da FINEP decidiu pela estratégia de intercâmbio informatizado de dados entre o sistema da FINEP e o SICONV.

Em agosto de 2009, o Secretário Executivo do MCT, apoiando a decisão da FINEP, encaminhou ofício ao Secretário de Logística e Tecnologia de Informação do MPOG solicitando estabelecimento de agenda de trabalho entre a FINEP e aquele órgão para a implementação das ferramentas de migração nos moldes do que foi feito com o FNDE.

Como resultado da interação com o MPOG e das especificidades da FINEP exaustivamente discutidas com aquele ministério os projetos da Lei de Inovação foram excepcionalizados da Portaria Interministerial nº 127/2008 e, portanto, do SICONV. Este entendimento foi formalizado pelo MPOG através do Ofício nº10 / DLSG-MP de 06/01/2010 confirmando a não obrigatoriedade da FINEP em implementar o SICONV.

Desta forma, considerando que todos os projetos apoiados pela FINEP estão inseridos na Lei de Inovação, a empresa vem trabalhando no desenvolvimento de marco regulatório próprio aplicável aos instrumentos apoiados com recursos do FNDCT.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

1. GESTÃO ESTRATÉGICA

Durante o ano de 2009 toda a empresa esteve engajada no desenvolvimento do Plano de Gestão Estratégica da FINEP (PGE), cujo início ocorreu em meados do ano anterior. Os desafios impostos à FINEP em decorrência do aumento significativo do volume de recursos geridos pela Empresa nos últimos anos, sem alterações nos processos organizacionais e de gestão, levaram à Diretoria da FINEP a conduzir um processo estruturado de reflexão sobre o futuro. Este processo teve por finalidade obter subsídios e estratégias consistentes e de longo prazo, para aprimorar a gestão estratégica da FINEP, no cumprimento de sua missão institucional no contexto do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I), onde ela desempenha um papel de destaque.

No ano de 2008 foram desenvolvidos estudos e um amplo processo de debate e análise, envolvendo atores internos e externos. Fruto deste processo foi possível, já em 2009, a construção de uma visão compartilhada de futuro para a FINEP e o estabelecimento de diretrizes estratégicas para o alcance desta visão, no cumprimento de sua missão institucional. “Transformar o Brasil por meio da Inovação” é sem dúvida uma visão desafiadora para a FINEP na qualidade de uma agência pública de fomento a inovação, mesmo considerando que seu alcance somente seria atingido em até quinze anos.

Para orientar as atividades da FINEP para os próximos quinze anos foram estabelecidas doze diretrizes estratégicas, como desdobramento de cinco dimensões priorizadas no processo – Ambiente Político-Institucional, Sistema Nacional de C,T&I, Sustentabilidade Financeira, Gestão Operacional, Gestão Organizacional e Gestão Humana. Estas dimensões foram trabalhadas no contexto da ambiência da “Política” e da “Gestão”. Enquanto a ambiência “Política” está voltada ao tratamento de questões relacionadas do ambiente externo à FINEP, onde a FINEP ao tempo em que é afetada por este ambiente também pode influenciá-lo, a ambiência “Gestão” busca trabalhar questões internas para a melhoria de sua efetividade no cumprimento de sua missão e para o alcance da visão de futuro desejada.

Durante o desenvolvimento do PGE a declaração da missão da FINEP foi reavaliada com vistas a adequá-la aos novos marcos referenciais estabelecidos – Visão e Diretrizes Estratégicas de longo prazo. Desta forma, a missão da FINEP passou à seguinte redação: “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas”.

Cabe mencionar que não houve alteração em seu conteúdo. Foi, contudo, reforçado o seu papel de agência de fomento público, cobrindo toda cadeia de valor da inovação e atendendo a todos os tipos de clientes que atuam neste campo. Esta questão foi fortemente valorizada durante todo processo, tanto pelos seus funcionários quanto pelos atores externos envolvidos.

Mais um elemento referencial estratégico do processo de desenvolvimento do PGE foi o “Perfil de Atuação”, que definiu os espaços preferenciais de atuação, vinculados à sua missão e às suas competências institucionais: “Atuar em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto, para o desenvolvimento sustentável do Brasil”. O perfil de atuação da FINEP ao mesmo tempo em que considera sua proposta de atuação ampla em toda a cadeia de inovação – C,T&I – dá o foco necessário ao estabelecer como prioritárias as ações estratégicas, estruturantes e de maior impacto para a sociedade brasileira. Destaca, ainda, o seu compromisso como o binômio desenvolvimento e sustentabilidade.

Os marcos estratégicos referenciais da FINEP definidos no PGE estão dispostos no Mapa Estratégico apresentado no Quadro 14.1, que fornece aos tomadores de decisão os meios para identificar, avaliar e selecionar alternativas/ações estratégicas para atingir as metas e objetivos definidos.

Quadro 14.1 : Mapa Estratégico da FINEP

Dimensões		Diretrizes	Situação em 2025	Visão de Futuro
Política	Político Institucional	Atuar para o aperfeiçoamento e consolidação do marco legal e regulatório no seu ambiente de atuação, visando maior efetividade no apoio à inovação.	Marco regulatório favorece a atuação de instituições de CT&I.	Transformar o Brasil através da inovação
		Atuar por programas integrados à Política Nacional de C,T&I e a projetos estratégicos para o desenvolvimento nacional.	FINEP participa da formulação da política de CT&I e atua de forma integrada com diferentes atores governamentais.	
		Atuar de forma proativa na formulação de políticas públicas aderentes à sua missão.		
	SNCTI	Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional através da inovação.	FINEP com arranjos financeiros e parcerias nacionais e internacionais adequados atende a demanda de sistemas inovadores.	
		Atuar em parcerias e alianças estratégicas, nacionais e internacionais.	FINEP é uma instituição financeira sólida.	
Sustentabilidade Financeira	Garantir fontes de captação e capitalização para a sua consolidação como instituição financeira sólida.			
Gestão	Operação	Aumentar a abrangência e capilaridade de seus programas, ações e instrumentos.	A FINEP atua efetivamente em todos os elos da cadeia de inovação, por meio de redes de parceiros, viabilizando o apoio a ações de grande porte e longo prazo.	
		Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo		
	Gestão Organizacional	Inovar continuamente sua gestão garantindo agilidade operacional, administrativa e transparência interna e externa.	A FINEP é uma instituição de excelência e referência em termos de gestão.	
		Assegurar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação como atividades prioritárias.		
Capital Humano	Consolidar internamente políticas estratégicas integradas de gestão do conhecimento, comunicação e marketing, recursos humanos, infraestrutura física e sistemas de informação.			
		Valorizar e capacitar os recursos humanos como principal ativo da empresa.	FINEP é uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil.	

A partir do Mapa Estratégico foram definidas quarenta e sete ações vinculadas às doze diretrizes estabelecidas (**Anexo Item 14 - Diretrizes**), decorrentes da avaliação de diferentes oportunidades e ameaças, frente às lacunas da situação presente, no âmbito de uma estratégia global da situação desejada de futuro.

Ao final de 2009, ficou estabelecido o Plano de Ação 2010-2011 que priorizou treze das 47 ações estabelecidas para início no curto prazo, conforme marcação no anexo.

Cumprir registrar que o modelo de gerenciamento do PGE vem adotando as premissas estabelecidas durante seu desenvolvimento, notadamente quanto a manter o processo participativo, com envolvimento da Direção e funcionários, bem como o comprometimento da alta direção, tanto com o processo quanto aos resultados obtidos. Assim, a priorização de ações integrantes do Plano de Ação 2010-2011 foi feita no âmbito de uma negociação entre a Diretoria da FINEP e seu corpo gerencial da FINEP, após um detalhamento que contou com participação voluntária de funcionários.

Por fim, registre-se que todas as atividades desenvolvidas no âmbito do PGE foram coordenadas pela Área de Planejamento da FINEP, sob a orientação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, e em estreita cooperação com os dirigentes e técnicos da FINEP e apoio de consultores externos. A contratação do CGEE foi efetivada no âmbito do Contrato de Gestão firmado entre o Centro e a União por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, com a interveniência da FINEP. A parceria com o CGEE deverá se estender até meados de 2010 em função da necessidade de detalhamento de indicadores para todos os marcos referenciais constantes do Quadro 14.1, bem como coordenar discussão interna para escalonamento, no tempo, das demais ações estratégicas definidas no PGE.

2. CAPITALIZAÇÃO DA FINEP

Outro fato da maior relevância para o cumprimento dos objetivos institucionais da FINEP em 2009 foi a capitalização ocorrida no final do exercício conforme o Decreto s/nº de 15.12.2009 que em seu artigo 1º autorizou o aumento do Capital Social em R\$ 524 milhões. Esse aporte de capital permitiu que a empresa FINEP fizesse a reversão dos prejuízos acumulados em seu balanço e quitasse antecipadamente a totalidade de sua dívida com o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND. A quitação dessa dívida elimina uma pressão sobre o fluxo de caixa da FINEP nos próximos 4 anos que seria da ordem de R\$ 120 milhões anuais em amortizações e juros.

Esse conjunto de movimentos mencionados acima permitiu a elevação do Patrimônio Líquido da empresa de R\$ 382,3 milhões em 2008 para R\$ 942,1 milhões ao final de 2009 tornando-a uma instituição bem mais sólida financeiramente.

Detalhes adicionais encontram-se descritos no item 5 do anexo item 15 b - Notas Explicativas relativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2009.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

- Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Não aplicável

- Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas.

Não aplicável

- Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Ver Anexos Item 15a a 15f – Demonstrações contábeis

- a) Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação; e b) Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Ver Anexos Item 15g – Composição Acionária do Capital Social em 31 12 2009

Ver Anexos Item 15h - Composição do Capital Social em 2009

- Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a Legislação dispuser a respeito.

Ver Anexo Item 15i – Auditoria Independente

Ver Anexo Item 15j – Parecer Auditoria

Ver Anexo Item 15k - Pareceres FINEP

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

ITEM C DO ANEXO II – ITEM 4 –

A FINEP é uma empresa pública de direito privado não dependente e, portanto, não dispõe de dotação orçamentária e Programas de Trabalho para publicidade e patrocínio. No entanto, como integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM foram realizadas algumas despesas de patrocínio pagas com recursos próprios.

Em relação à publicidade legal foram feitos pagamentos com recursos próprios à Empresa Brasileira de Comunicação - EBC relativo a publicações de extrato de chamadas, editais e concursos.

Informamos, ainda, que no Relatório de Gestão da FINEP 2009 a interpretação das áreas competentes foi de que por não dispor de dotação orçamentária específica este item não deveria ser preenchido. Os valores discriminados na tabela abaixo descritos acima fazem parte do item Serviços de Terceiros do Demonstrativo do PDG apresentado na pág 104, item 2.4.6.4 - Avaliação do Plano de Dispêndios Globais.

Descrição	Favorecido	Valor
2ª Parcela do Patrocínio do Projeto de Edição do Livro "40 anos Essenciais da MPB mais recente"	04364740/0001-68	100.000,00
Pagamento do Patrocínio parcial do Filme "Utopia e Barbárie" de Sílvio Tendler.	27651181/0001-72	100.000,00
Pagamento de Patrocínio para Instauração do Fórum das Empresa Estatais Federais sobre Inovação	08874532/0001-60	30.000,00
Publicidade Legal - Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	115406/20415	19.386,75

ITEM C DO ANEXO II – ITEM 13

Ver Anexo Item 16a – Remuneração Paga

Ver Anexo Item 16b – Docs à disposição – Administrativo

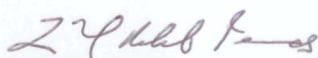
Ver Anexo Item 16c – Docs à disposição – Fiscais

17. PROGRAMAS DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP 2009

A Unidade de Programa de Ações Especiais MCT/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro nacional – STN, para execução do orçamento a partir de 1993.

A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados: (i) a entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União; (ii) a saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios; e (iii) o lucro do exercício, composto pelo resultado da atualização monetária e execução judicial dos financiamentos concedidos com recursos do convênio firmado entre a FINEP e o Ministério da Cultura. **Ver Anexo Item 15e – Programas de Ações Especiais MCT-FINEP – Demonstrações Contábeis**

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010



Luis Manuel Rebelo Fernandes

ANEXO ITEM 2.3.2

Ação OA37

Anexo Item 2.3.2 Liberações de Empréstimo 2009 Ação OA37



Liberações Efetuadas em 2009 com recursos do FNDCT (orçamento de 2009) - Posição 31/12/2009

CONTRATO	EMPRESA	UF	DATA	VALOR LIBERADO
02.07.0516.00	MONTEIRO BRAGA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	BA	18/03/09	R\$ 317.964,60
02.08.0186.00	ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	PR	18/03/09	R\$ 20.921.198,54
02.08.0661.00	COQUE SUL BRASILEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SC	20/03/09	R\$ 1.599.954,00
02.06.0438.00	INTELBRÁS S/A IND. TELECOMUNICAÇÕES ELETRÔNICA	SC	26/03/09	R\$ 5.534.653,00
02.08.0590.00	CBPO ENGENHARIA LTDA	SP	31/03/09	R\$ 3.006.585,00
02.08.0121.00	LECOM TECNOLOGIA S/A	SP	01/04/09	R\$ 7.066.602,00
02.06.1198.00	OXITENO S A INDUSTRIA E COMERCIO	SP	13/04/09	R\$ 4.441.211,85
02.07.0100.00	DI UNO INFORMÁTICA LTDA	RS	22/04/09	R\$ 1.450.044,01
02.08.0467.00	QUIRIOS PRODUTOS QUIMICOS S/A	SP	29/04/09	R\$ 10.685.704,00
02.08.0322.00	CERTISIGN S/A CERTIFICADORA DIGITAL	SP	26/05/09	R\$ 24.780.931,40
02.08.0297.00	ALTUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S/A	RS	29/05/09	R\$ 14.117.254,57
02.08.0437.00	CHEMYUNION QUIMICA LTDA	SP	05/06/09	R\$ 20.661.681,19
02.08.0437.00	CHEMYUNION QUIMICA LTDA	SP	26/06/09	R\$ 30.469.174,00
02.07.0422.00	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	PR	29/06/09	R\$ 15.387.574,00
02.09.0010.00	WHB FUNDIÇÃO S/A	PR	01/07/09	R\$ 5.325.308,00
02.08.0198.00	SAUR EQUIPAMENTOS S/A	RS	01/07/09	R\$ 1.250.000,00
02.06.0976.00	BIOTÉCNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	MG	03/07/09	R\$ 4.294.492,62
02.08.0574.00	ZEN S/A INDÚSTRIA METALÚRGICA	SC	13/07/09	R\$ 7.232.768,58
02.09.0016.00	LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA.	SC	14/07/09	R\$ 1.591.066,00
02.08.0291.00	KOL SOLUÇÕES EM GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA	SC	20/07/09	R\$ 25.000.000,00
02.07.0572.00	DESENVIX S/A	SP	22/07/09	R\$ 7.066.608,00
02.07.0573.00	DESENVIX S/A	SP	31/07/09	R\$ 2.725.809,00
02.08.0197.00	VINÍCOLA MIOLO LTDA	RS	28/08/09	R\$ 6.498.857,00
02.07.0496.00	CAVALO MARINHO CRIAÇÃO E BENEFIC. DE FRUTOS DO MAR LTDA	SC	17/09/09	R\$ 14.694.600,00
02.09.0009.00	TAURUS MÁQUINAS - FERRAMENTA LTDA	RS	24/09/09	R\$ 30.004.909,00
02.08.0257.00	MARISOL INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO LTDA	SC	09/10/09	R\$ 3.075.735,64
TOTAL				R\$ 269.200.686,00

Fonte: FINEP/AFC

ANEXO ITEM 2.3.2

Ação 0741

Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos à Inovação Tecnológica
Projetos Contratados 2009

CONTRATO	EMPRESA	DATA CONTR.	UF	VALOR
02.09.0065.00	SAN MARINO ÔNIBUS E IMPLEMENTOS LTDA	12-jan-09	RS	R\$ 22.588.465,00
02.09.0016.00	LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA.	12-jan-09	SC	R\$ 4.994.014,88
02.09.0068.00	SAYBOLT CONCREMAT INSPEÇÕES TÉCNICAS LTDA	12-jan-09	RJ	R\$ 1.732.129,00
02.09.0010.00	WHB FUNDAÇÃO S/A	16-jan-09	PR	R\$ 54.621.942,00
02.09.0031.00	KARSTEN S/A	16-jan-09	SC	R\$ 10.057.382,10
02.09.0018.00	GSI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	19-jan-09	RS	R\$ 4.362.730,00
02.09.0009.00	TAURUS MÁQUINAS - FERRAMENTA LTDA	21-jan-09	RS	R\$ 50.144.962,50
02.09.0015.00	MARCOPOLO S.A	29-jan-09	RS	R\$ 18.180.272,00
02.09.0017.00	PCE - PAPEL CAIXAS E EMBALAGENS S/A.	04-fev-09	AM	R\$ 34.943.841,00
02.09.0011.00	PETROFISA DO BRASIL LTDA	16-fev-09	PR	R\$ 1.957.800,00
02.09.0095.00	METALÚRGICA TRAPP LTDA	16-fev-09	SC	R\$ 2.997.169,17
02.09.0077.00	IRMÃOS FISCHER S/A IND. E COM.	02-mar-09	SC	R\$ 21.681.670,00
02.09.0075.00	FAVILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	09-mar-09	PR	R\$ 2.500.191,00
02.09.0090.00	COLORMINAS COLORIFICIO E MINERAÇÃO S/A	16-mar-09	SC	R\$ 1.500.000,00
02.09.0094.00	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	20-mar-09	RS	R\$ 10.085.315,98
02.09.0098.00	KEKO ACESSÓRIOS LTDA	20-mar-09	RS	R\$ 4.106.466,50
02.09.0113.00	PLASC - PLÁSTICOS SANTA CATARINA LTDA	23-mar-09	SC	R\$ 5.258.554,58
02.09.0093.00	SS INDUSTRIAL S/A	30-mar-09	SP	R\$ 35.615.063,00
02.09.0118.00	VALE SOLUÇÕES EM ENERGIA S.A. - VSE	29-abr-09	RJ	R\$ 100.000.000,00
02.09.0193.00	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LEITE BOMBARDELLI LTDA	30-abr-09	PR	R\$ 1.044.100,00
02.09.0144.00	SIERRA MÓVEIS LTDA	07-mai-09	RS	R\$ 6.893.200,96
02.09.0150.00	FLEURY S/A	08-mai-09	SP	R\$ 7.098.385,66
02.09.0190.00	SAGA NORDESTE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA	20-mai-09	BA	R\$ 616.479,45
02.09.0191.00	SOFTEXPERT SOFTWARE S.A.	20-mai-09	SC	R\$ 782.887,00
02.09.0198.00	MARCOPOLO S/A	01-jun-09	RS	R\$ 81.819.728,00
02.09.0216.00	RENNER SAYERLACK S/A	04-jun-09	RS	R\$ 16.190.012,68
02.09.0243.00	FORJASUL ELETRIK S.A.	10-jun-09	RS	R\$ 18.463.676,00
02.09.0271.00	BRASILATA S A EMBALAGENS METALICAS	08-jul-09	SP	R\$ 14.346.962,00
02.09.0293.00	Operacional Textil Ltda	14-jul-09	SC	R\$ 857.330,00
02.09.0280.00	SULMAQ INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	15-jul-09	RS	R\$ 5.205.131,38
02.09.0282.00	MILÊNIA AGROCIÊNCIAS S.A.	20-jul-09	PR	R\$ 17.689.502,50
02.09.0288.00	MALWEE MALHAS LTDA	23-jul-09	SC	R\$ 28.396.860,00
02.09.0300.00	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.	03-ago-09	SP	R\$ 51.744.760,65
02.09.0303.00	NEXXERA TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.	03-ago-09	SC	R\$ 5.322.839,68
02.09.0310.00	OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	19-ago-09	SP	R\$ 80.486.559,00
02.09.0320.00	GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAgens LTDA.	19-ago-09	MG	R\$ 3.881.960,10
02.09.0329.00	CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.	27-ago-09	RJ	R\$ 21.499.639,35
02.09.0332.00	CONCER - COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA-RIO	27-ago-09	RJ	R\$ 11.413.968,50
02.09.0328.00	SULCROMO REVESTIMENTOS INDUSTRAIS LTDA	27-ago-09	RS	R\$ 4.304.722,52
02.09.0330.00	COMPANHIA BRASILEIRA DE ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS COBRAPAR	27-ago-09	DF	R\$ 3.610.006,31
02.09.0333.00	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E SISTEMAS AUTOMOTIVOS	28-ago-09	RS	R\$ 95.147.959,00
02.09.0403.00	TROMBINI INDUSTRIAL S/A	31-ago-09	SP	R\$ 13.700.000,00
02.09.0355.00	TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	01-set-09	SP	R\$ 37.409.955,98
02.09.0357.00	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	02-set-09	SP	R\$ 46.617.201,00
02.09.0408.00	INVIT INFORMATION SERVICES LTDA.	09-set-09	MG	R\$ 346.701,03

Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos à Inovação Tecnológica
Projetos Contratados 2009

CONTRATO	EMPRESA	DATA CONTR.	UF	VALOR
02.09.0407.00	TOOLING EQUIPAMENTOS OTICOS LTDA	09-set-09	PR	R\$ 201.097,94
02.09.0386.00	CNCS INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA	11-set-09	RS	R\$ 3.289.647,00
02.09.0507.00	OXFORD S/A	14-set-09	SC	R\$ 5.644.053,00
02.09.0418.00	MEDABIL SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A	17-set-09	RS	R\$ 15.649.628,00
02.09.0410.00	BORRACHAS VIPAL S/A	22-set-09	RS	R\$ 6.909.821,00
02.09.0411.00	A. GUERRA S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS	22-set-09	RS	R\$ 31.874.456,82
02.09.0414.00	CALÇADOS AZALÉIA S/A	22-set-09	RS	R\$ 29.162.758,00
02.09.0469.00	COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	14-out-09	RN	R\$ 21.349.047,56
02.09.0470.00	COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14-out-09	BA	R\$ 63.000.000,00
02.09.0473.00	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	14-out-09	PE	R\$ 44.209.233,21
02.09.0482.00	IOCHPE-MAXION S/A	19-out-09	SP	R\$ 5.016.038,18
02.09.0483.00	PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	20-out-09	RJ	R\$ 78.412.053,33
02.09.0515.00	CONDUSPAR CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA	03-nov-09	PR	R\$ 12.438.227,20
02.09.0509.00	ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	04-nov-09	SP	R\$ 100.000.000,00
02.09.0532.00	LABTEST DIAGNÓSTICA S.A.	10-nov-09	MG	R\$ 1.055.266,20
02.09.0540.00	BRASCOOPER CBC BRASILEIRA DE CONDUTORES LTDA	16-nov-09	SP	R\$ 9.584.000,23
02.09.0533.00	BF UTILIDADES DOMÉSTICAS SA	17-nov-09	SP	R\$ 30.343.326,84
02.09.0541.00	FOCA CONTROLES DE ACESSOS LTDA	23-nov-09	RS	R\$ 2.784.659,00
02.09.0549.00	OMNISYS ENGENHARIA LTDA	26-nov-09	SP	R\$ 7.003.064,70
02.09.0556.00	BRF - BRASIL FOODS S.A	03-dez-09	SP	R\$ 100.000.000,00
02.09.0589.00	CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A	04-dez-09	SP	R\$ 5.342.184,00
02.09.0575.00	PERKONS S.A.	07-dez-09	PR	R\$ 4.419.378,58
02.09.0581.00	TRENDS ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA	07-dez-09	SP	R\$ 1.612.235,20
02.09.0578.00	DIGITEL S.A. INDÚSTRIA ELETRÔNICA	08-dez-09	RS	R\$ 5.000.000,00
02.09.0613.00	TECNICARE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	14-dez-09	PR	R\$ 5.237.685,00
02.09.0624.00	COLORMINAS COLORIFICIO E MINERAÇÃO S/A	16-dez-09	SC	R\$ 9.791.159,70
02.09.0599.00	ALUPAR INVESTIMENTO SA	17-dez-09	SP	R\$ 72.840.822,74
02.09.0594.00	BRASCAN ENERGÉTICA SA	22-dez-09	PR	R\$ 34.499.094,00
TOTAL				R\$ 1.668.887.434,89

ANEXO ITEM 2.3.2

Prêmio FINEP

ANEXO 2.3.2 PRÊMIO FINEP

Vencedores nacionais da 12ª edição do Prêmio FINEP

Categoria Instituição de Ciência e Tecnologia

Fundação Certi (SC)

Categoria Tecnologia Social

Embrapa Clima Temperado (RS)

Categoria Pequena Empresa

Angelus Indústria de Produtos Odontológicos (PR)

Categoria Média Empresa

Opto Eletrônica (SP)

Categoria Grande Empresa

Natura Cosméticos (SP)

Categoria Inventor Inovador

Roberto Zagonel (SC)

Estatísticas do Prêmio FINEP de Inovação 2009

Após o encerramento das inscrições em 2009, foi feita uma análise comparativa das inscrições iniciadas, mas não finalizadas com as das inscrições finalizadas em todas as categorias do Prêmio e os resultados são apresentados a seguir.

Na categoria Empresas, na região Sudeste o número das Empresas que iniciaram e não finalizaram a inscrição foi levemente superior ao das Empresas que finalizaram e efetivamente concorreram ao Prêmio.

Informações para a tabela “Esforço Operacional Total 2009”:

Prêmio FINEP

Análise de Candidatos – Empresas/ICTs

Oferta – Nº de convocações: 1

Demanda – Nº de projetos: 571

Aprovação – Nº de projetos: 30

ANEXO

ITEM 2.4.2.1

Despesas Pagas

Anexo Item 2.4.2.1. Despesas Pagas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Pagas	
	2008	2009
Licitação	11.483.816,43	11.246.877,52
Convite	0,00	82.946,84
Tomada de Preços	51.937,98	29.426,74
Concorrência	5.933.085,28	24.097,46
Pregão	5.498.793,17	11.110.406,48
Concurso		
Consulta		
Contratações Diretas	8.196.674,05	18.467.262,00
Dispensa	2.674.368,17	13.400.736,97
Inexigibilidade	5.522.305,88	5.066.525,03
Regime de Execução Especial	26.053,46	0,00
Suprimento de Fundos	26.053,46	0,00
Pagamento de Pessoal		
Pagamento em Folha		
Diárias		
Outros	990.974.554,91	1.139.421.896,42

ANEXO ITEM 2.4.4.7

Recursos de Terceiros

Departamento de Controles Financeiros dos Contratos Nacionais e Internacionais - DC **ANEXO 2.4.4.7.**

Posição em:

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS													
Convênio/ assinatura	Área Operacional	Nº SIAFI	Objetivo	Vigência/ Prestação de Contas	Valores em R\$								DCOF
					Valor do Convênio	Recursos transferidos à FINEP	SALDO	Recursos repassados pela FINEP			Saldo Total à Repassar		
								Total Repasse	Saldo a Repassar do Principal	Rendimento		Despesas Administrativas	
MS x FINEP Port.763/2006 12/dez/06	DTS 1 Maura r. 795	0280575499	Estudo e Pesquisa para avaliação do impacto da iodação do sal produzido no Brasil	30-abr-10 29-jun-10	2.500.000,00	1.666.666,66	833.333,34	1.294.233,10	372.433,56	133.202,50	0,00	505.636,06	Marcelo
MS x FINEP Port.889/2006 12/dez/06	DTS 1 Maura r. 795	0280575501	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	30-dez-09 28-fev-10	36.059.480,00	36.059.480,00	0,00	35.654.747,78	404.732,22	818.466,57	43.846,37	1.179.352,42	Marcelo
MS x FINEP Port.1371/2007 31/dez/07	DTS 1 Maura r. 795	0280620316	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	25-mar-11 24-mai-11	8.367.990,00	5.578.660,00	2.789.330,00	1.156.630,00	4.422.030,00	719.681,36	16.299,18	5.125.412,18	Marcelo
MS x FINEP Port.130/2007 31/dez/07	DTS 1 Maura r. 795	0280620317	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	25-mar-11 24-mai-11	43.039.746,07	28.693.164,06	14.346.582,01	7.232.523,23	21.460.640,83	3.240.705,37	127.908,79	24.573.437,41	Marcelo
MS x FINEP Port.689/2007 31/dez/07	DTS 1 Maura r. 795	0280620318	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	30-set-10 29-nov-10	6.932.153,00	4.621.435,34	2.310.717,66	0,00	4.621.435,34	637.514,80	14.336,91	5.244.613,23	Marcelo
MS x FINEP Port.423/2008 11/set/08	DTS 1 Maura r. 795	632110	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde	28-ago-09 27-out-09	22.665.194,00	0,00	22.665.194,00	0,00	22.665.194,00	0,00	0,00	22.665.194,00	Marcelo
MS x FINEP Port.424/2008 11/set/08	DTS 1 Maura r. 795	632109	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	29-ago-09 28-out-09	16.704.965,00	0,00	16.704.965,00	0,00	16.704.965,00	0,00	0,00	16.704.965,00	Marcelo
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	não definida	0280517883	Reconstrução da Torre móvel de lançamento do VLS no Centro de lançamento de Alcântara	31-dez-10 31-mar-11	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00	25.077.977,22	4.922.022,78	17.944.429,28	0,00	22.866.452,06	Aparecida
MCT INPE x FINEP 20.05.0019.00 30/dez/04	-	0280517890	Implementação do Programa Sino Brasileiro CBERS-2B	27-jun-08 26-ago-08 encerrado	51.000.000,00	0,00	51.000.000,00	56.843.077,39	-5.843.077,39	5.859.552,71	0,00	16.475,32	Nelson
INFRAERO x FINEP Cód.Finep 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001 01/dez/06	DUF1/AUPE André Cabral r.498	0280368094	Água em Aeroportos	01-fev-10 30-abr-10	1.836.653,82	742.115,98	1.094.537,84	457.620,66	284.495,32	28.138,46	0,00	312.633,78	Aparecida
FINEP / SENAES / MTE Memo Gab.SENAES 1057/05	DTS2 Rodrigo Rodrigues r.584	0280368092	Ciência, Tecnologia e Inovação para Economia Solidária	31-dez-09	1.812.000,00	1.812.000,00	0,00	1.699.005,52	112.994,48	276.069,50	0,00	389.063,98	Aparecida

Departamento de Controles Financeiros dos Contratos Nacionais e Internacionais - DC **ANEXO 2.4.4.7.**

Posição em:

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS														
Convênio/ assinatura	Área Operacional	Nº SIAFI	Objetivo	Vigência/ Prestação de Contas	Valores em R\$									DCOF
					Valor do Convênio	Recursos transferidos à FINEP	SALDO	Recursos repassados pela FINEP			Saldo Total à Repassar			
								Total Repasse	Saldo a Repassar do Principal	Rendimento		Despesas Administrativas		
FINEP / SENAES / MTE RES/DIR/0359/07 26/11/2007	DTS2 Rodrigo 584 Vinicius 257 Marcio 278	0280600999	Desenvolv. Tecnológico e Disseminação de Informações aplicadas à Economia Solidária	26-out-10 25-dez-10	21.300.000,00	13.300.000,00	8.000.000,00	7.138.512,64	6.161.487,36	585.122,62	70.238,39	6.676.371,59	Solange	
FINEP / MTUR Conv.nº 599/2007 14/dez/2007	DTS2 Vinicius 257	0280600366	Incubação de Empreend// Econômicos Solidários para Inclusão Social na Cadeia Produtiva do Turismo	31-dez-10 01-mar-11	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	987.882,30	5.012.117,70	834.212,35	34.566,36	5.811.763,69	Solange	
Caixa - PROSAB - Conv. 21.03.0295.00	DTS2	0280368033	Promover através de diferentes tipos de mídia a divulgação das pesquisas e dos resultados obtidos no Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB	24-nov-03 27-nov-12	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	1.375.000,00	0,00	29.182,21	0,00	29.182,21	Raposo	
Caixa - PROSAB - Conv. 40.06.0041.00			Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB	22-jun-06 22-jun-09	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	0,00	17.596,59	0,00	17.596,59	Raposo	
Caixa - HABITARE Conv. 21.03.0005.00	DTS2	0280368037	Programa de Tecnologia de Habitação	29-dez-04 29-dez-07	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Raposo	
Caixa - HABITARE Conv. 21.03.0294.00			Programa de Tecnologia de Habitação	24-nov-03 27-nov-07	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	10.505,04	0,00	10.505,04	Raposo	
Caixa - Rede Tecnologia Social Conv.40.05.0098.00	DTS2	0280368083	Objetivo principal é conjugar esforços visando a implementação de projetos no âmbito de Rede de Tecnologia Social - RTS	09-dez-05 09-dez-07	895.187,52	895.187,52	0,00	895.187,52	0,00	26.831,91	0,00	26.831,91	Raposo	

ANEXO

ITEM 2.4.4.8

PTF's

ANEXO - PTF's - Projetos em Desembolso

Posição: 31/12/2009

Em R\$ 1,00

PTF Nº	Referência	Valor Aprovado	Valo Pago	A Pagar
003/2003	0433/04	168.930,00	88.466,00	80.464,00
003/2003	0470/04	254.891,40	136.496,00	118.395,40
011/2003	2697/03	269.900,00	226.900,00	43.000,00
011/2003	2699/03	300.000,00	-	300.000,00
017/2003	1367/04	390.894,70	257.000,00	133.894,70
017/2003	1376/04	500.000,00	457.160,00	42.840,00
017/2003	1389/04	360.000,00	288.224,00	71.776,00
022/2003	1427/03	567.207,00	507.962,00	59.245,00
024/2003	0126/04	172.800,00	130.650,00	42.150,00
026/2003	2178/09	65.000,00	-	65.000,00
027/2003	1624/03	309.000,00	245.500,00	63.500,00
029/2003	3804/04	3.166.218,00	2.036.290,32	1.129.927,68
029/2003	3805/04	1.054.382,00	291.580,27	762.801,73
030/2003	1779/03	257.000,00	212.200,00	44.800,00
030/2003	1406/03	410.280,00	370.500,00	39.780,00
030/2003	1407/03	467.552,78	429.052,78	38.500,00
030/2003	1408/03	391.100,00	316.800,00	74.300,00
031/2003	1002/04	849.716,00	752.223,50	97.492,50
037/2003	1671/03	2.000.000,00	1.471.305,00	528.695,00
037/2003	1687/03	800.000,00	588.522,00	211.478,00
037/2003	1691/03	20.000.000,00	14.712.564,00	5.287.436,00
037/2003	1686/03	1.600.060,00	1.177.105,00	422.955,00
040/2005	SEBRAE	47.717.620,78	41.641.392,69	6.076.228,09
041/2005	3648/05	249.973,35	198.520,00	51.453,35
041/2005	3641/05	202.250,00	124.850,00	77.400,00
041/2005	3639/05	214.500,00	164.900,00	49.600,00
041/2005	3646/05	249.758,00	185.303,00	64.455,00
041/2005	3655/05	142.813,40	118.650,05	24.163,35
041/2005	3654/05	232.359,53	170.234,27	62.125,26
042/2005	3375/05	385.685,48	375.879,74	9.805,74
043/2005	2726/05	464.500,00	232.250,00	232.250,00
044/2005	4243/05	1.718.713,97	1.461.754,88	256.959,09
044/2005	4241/05	1.817.262,45	1.441.077,37	376.185,08
044/2005	4242/05	1.381.546,63	1.367.431,33	14.115,30
044/2005	4240/05	961.297,44	802.499,68	158.797,76
047/2005	2880/05	409.440,72	279.640,72	129.800,00
047/2005	2958/05	200.000,00	100.000,00	100.000,00
048/2005	1555/05	2.499.999,00	1.973.199,00	526.800,00
048/2005	1667/05	2.250.140,00	1.812.368,00	437.772,00
049/2005	3632/05	89.664,00	39.664,00	50.000,00
051/2005	3863/05	4.632.280,00	4.290.000,00	342.280,00
053/2005	1070/05	161.260,00	-	161.260,00
055/2005	3717/05	2.500.000,00	1.184.665,00	1.315.335,00
058/2005	4251/05	2.360.200,00	1.330.200,00	1.030.000,00
058/2005	0018/09	1.000.000,00	545.443,00	454.557,00
058/2005	0688/09	958.352,22	-	958.352,22
058/2005	2046/09	100.000,00	-	100.000,00
Total a Pagar Parcial				22.718.125,25

ANEXO - PTF's - Projetos em Desembolso

Posição: 31/12/2009

Em R\$ 1,00

PTF Nº	Referência	Valor Aprovado	Valo Pago	A Pagar
059/2005	3458/05	1.336.815,00	1.176.815,00	160.000,00
059/2005	3559/05	336.000,12	237.483,69	98.516,43
065/2005	4202/05	503.303,90	434.489,00	68.814,90
065/2005	4203/05	689.019,70	207.691,52	481.328,18
065/2005	4204/05	919.123,18	345.264,00	573.859,18
066/2005	4175/05	150.000,00	-	150.000,00
067/2005	0516/09	1.600.000,00	1.400.000,00	200.000,00
069/2005	3439/05	1.717.038,08	1.626.400,00	90.638,08
070/2005	0799/07	217.805,68	76.958,34	140.847,34
072/2006	3502/06	2.400.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
072/2006	5206/06	2.793.000,00	2.133.000,00	660.000,00
072/2006	3689/06	751.558,00	-	751.558,00
072/2006	5137/06	199.347,46	-	199.347,46
073/2006	5120/06	1.714.756,00	1.000.000,00	714.756,00
073/2006	5139/06	350.000,00	172.000,00	178.000,00
073/2006	5064/06	240.828,00	142.953,00	97.875,00
073/2006	0339/07	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	0327/07	215.900,00	159.600,00	56.300,00
073/2006	0384/07	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	0313/07	398.000,00	218.000,00	180.000,00
073/2006	5033/06	496.604,00	327.690,95	168.913,05
073/2006	0306/07	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	3498/06	1.236.000,00	618.000,00	618.000,00
073/2006	5226/06	312.500,00	268.500,00	44.000,00
073/2006	5227/06	247.500,00	175.000,00	72.500,00
073/2006	5228/06	237.500,00	125.000,00	112.500,00
073/2006	0009/07	1.030.000,00	780.000,00	250.000,00
073/2006	3696/06	898.275,00	612.775,00	285.500,00
073/2006	3622/06	861.314,00	624.900,00	236.414,00
073/2006	5225/06	237.499,94	125.000,00	112.499,94
073/2006	2991/06	3.486.478,56	1.912.323,00	1.574.155,56
073/2006	5202/06	312.250,00	237.583,00	74.667,00
073/2006	5146/06	177.784,30	163.534,30	14.250,00
073/2006	5175/06	312.500,00	200.000,00	112.500,00
073/2006	0023/07	4.096.000,00	2.145.524,00	1.950.476,00
073/2006	5212/06	247.500,00	126.750,00	120.750,00
073/2006	5213/06	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	5214/06	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	5215/06	218.100,00	105.600,00	112.500,00
073/2006	0103/07	312.500,00	200.000,00	112.500,00
073/2006	5216/06	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	5217/06	246.875,00	133.575,00	113.300,00
073/2006	5218/06	247.500,00	135.000,00	112.500,00
073/2006	5220/06	247.500,00	175.000,00	72.500,00
073/2006	5176/06	247.500,00	135.000,00	112.500,00
Total a Pagar Parcial:				13.059.766,12

ANEXO - PTF's - Projetos em Desembolso

Posição: 31/12/2009

Em R\$ 1,00

PTF Nº	Referência	Valor Aprovado	Valo Pago	A Pagar
074/2006	4691/06	638.416,00	504.302,00	134.114,00
074/2006	4717/06	392.559,00	150.000,00	242.559,00
074/2006	4255/06	780.372,00	417.322,00	363.050,00
074/2006	4033/06	2.558.636,00	749.185,82	1.809.450,18
074/2006	4029/06	834.586,00	604.912,00	229.674,00
074/2006	4020/06	2.597.650,00	1.851.510,00	746.140,00
074/2006	3980/06	15.765.999,76	6.040.610,40	9.725.389,36
074/2006	3966/06	3.579.461,28	2.780.868,78	798.592,50
074/2006	3956/06	503.783,60	290.961,20	212.822,40
074/2006	3941/06	1.952.251,00	1.626.875,00	325.376,00
074/2006	3919/06	971.999,80	755.199,90	216.799,90
074/2006	4045/06	553.110,00	454.310,00	98.800,00
074/2006	3853/06	1.043.908,00	849.207,82	194.700,18
074/2006	3750/06	1.269.600,00	1.026.200,00	243.400,00
074/2006	3792/06	4.276.800,00	3.564.000,00	712.800,00
074/2006	3800/06	508.274,00	204.461,00	303.813,00
074/2006	3842/06	3.000.968,00	2.777.984,00	222.984,00
074/2006	3852/06	622.494,00	641.196,90	(18.702,90)
074/2006	3903/06	300.000,00	200.000,00	100.000,00
074/2006	3875/06	1.154.932,00	230.986,40	923.945,60
074/2006	3847/06	3.525.562,38	775.529,38	2.750.033,00
074/2006	4641/06	656.348,80	282.584,40	373.764,40
074/2006	4520/06	1.294.800,00	567.120,00	727.680,00
074/2006	4494/06	3.326.720,00	2.958.572,00	368.148,00
074/2006	4466/06	906.800,00	341.800,00	565.000,00
074/2006	4439/06	875.000,00	290.000,00	585.000,00
074/2006	4399/06	569.623,32	114.103,32	455.520,00
074/2006	4326/06	456.084,00	198.872,00	257.212,00
074/2006	4293/06	2.789.700,00	731.000,00	2.058.700,00
074/2006	4234/06	9.720.832,00	5.326.245,06	4.394.586,94
074/2006	4232/06	358.740,00	213.130,00	145.610,00
074/2006	4131/06	4.339.837,47	1.976.326,99	2.363.510,48
074/2006	4138/06	6.108.440,00	3.610.720,00	2.497.720,00
074/2006	4162/06	2.288.625,00	1.476.845,00	811.780,00
074/2006	4265/06	1.976.750,00	1.337.350,00	639.400,00
074/2006	4321/06	6.345.804,18	3.082.898,98	3.262.905,20
074/2006	4744/06	2.154.278,00	-	2.154.278,00
075/2007	0927/07	1.186.721,72	1.098.721,72	88.000,00
077/2008	1866/07	21.543,80	-	21.543,80
077/2008	1865/07	31.584,00	-	31.584,00
077/2008	1856/07	613.423,97	-	613.423,97
Total a Pagar Parcial:				42.751.107,01

Total a Pagar Geral: 78.528.998,38

ANEXO

ITEM 2.4.4.12

Chamadas Públicas

ANEXO ITEM 2.4.4.12. Chamadas Públicas 2009

Data	Tema	Unidade Demandante	Local	Nº de Participantes externos
8 a 16 JAN	Avaliação de Mérito da Chamada Pública MCT/FINEP - Subvenção Econômica 01/2008.	DSBV	Hotel Mar Palace	21
15 e 16 JAN	Reunião para Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/MTE/FINEP - SIES - 01/2008	DTS2	Hotel Mar Palace	34
12 FEV	Seminário de Avaliação dos Projetos do Fundo Aquaviário	DEPP	Instituto de Pesquisas da Marinha	39
16 a 20 MAR	Reunião de Avaliação de Mérito das Chamadas Públicas Prodecine 1, 2 e 3 e PRODAV	DSR	Sala de Reuniões do 1º andar - FINEP	-
30 e 31 MAR	Reunião de Estruturação das Redes da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Fundação Israel Pinheiro - BSB	193
28 e 29 ABR	Regulamentação do FNDCT	DCCJ	Hotel Novo Mundo	-
4 a 8 MAI	Reunião para Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2008	DUN3	Hotel Novo Mundo	90
6 MAI	Reunião FINEP 2014-BIS	DRIN	Hotel Marriot	-
8 MAI	Workshop Gestão de Projetos CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Espaço Cultural - FINEP	-
19 MAI	Repasso de Informações para os Coordenadores das Redes da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Copacabana Mar	20
20 MAI	Reunião da Rede de Sangue e Hemoderivados da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Espaço Cultural - FINEP	8
27 MAI	Reunião da Rede de Componentes e Produtos da Área da Defesa e de Segurança da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Espaço Cultural - FINEP	6
28 MAI	Reunião da Rede de Radioproteção e Dosimetria da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Espaço Cultural - FINEP	8
27 e 28 MAIO	Reunião de Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – REDES DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA - SIBRATEC - 03/2008	DITE	Hotel Novo Mundo	40
28 e 29 MAI	Reunião da Rede de Biocombustíveis da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Novo Mundo	3
29 MAI	Reunião da Rede de Instalações Prediais e Iluminação Pública da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC -	DIPE	Espaço Cultural - FINEP	4

	01/2008			
8 e 9 JUN	Reunião das Redes de Produtos para Saúde; Insumos Farmacêuticos, Medicamentos e Cosméticos; Transformados Plásticos; Saneamento e Abastecimento D'água; Biotecnologia; da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Novo Mundo	52
15 e 16 JUN	Reunião das Redes de Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicáveis às Novas Mídias; Gravimetria, Orientação Magnética, Intensidade de Campo Magnético e Compatibilidade Eletromagnética; Produtos de Setores Tradicionais: têxtil, couro e calçados, madeira e móveis; Produtos e Dispositivos Eletrônicos; Monitoramento Ambiental e Geração, Transmissão e Distribuição de Energia da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Everest	39
18 JUN	Reunião das Redes de Manufatura Mecânica e de Equipamentos de Proteção Individual da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Everest	17
18 e 19 JUN	Reunião da Rede de Análise Físico-química e Microbiológica para Alimentação Humana da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Chapecó (SC) - só passageiros	7
22 JUN a 3 JUL	Reunião para Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA - MCT/FINEP SUBVENÇÃO ECONOMICA 1/2009	DSBV	Hotel Everest	57
24 e 25 JUN	Reunião Grupo Orientador para " Fatos Portadores de Futuro" - PGE/FINEP	APLA	Hotel Everest	-
25 e 26 JUN	Reunião Momento Governo e Momento Cliente - PGE	APLA	Hotel Everest	-
30 JUN	Reunião da Rede de Radioproteção e Dosimetria da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	CNEN	10
2 e 3 JUL	Oficina Questões Centrais - PGE	APLA	Hotel Novo Mundo	-
6 a 8 JUL	Reunião para Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA - MCT/FINEP/Ação Transversal - TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 1/2009	DTS1	Hotel Scorial	9
7 a 10 JUL	Reunião para Avaliação de Mérito da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA 02/2008 - NOVOS CAMPI	DUN3	Hotel Novo Mundo	20
9 e 10 JUL	Reunião das Redes de Instalações Prediais e Iluminação Pública e de Sangue e Hemoderivados da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DIPE	Hotel Novo Mundo	15
15 a 16 JUL	Oficina FINEP do Futuro - PGE	APLA	CANCELADA	-
13 à 17 JUL	Reunião para Avaliação de Mérito da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-ENERG 01/2009	DUN1	Hotel Novo Mundo	11

17JUL	Reunião para Acompanhamento da Rede Nacional de Pesquisa Clínica	DEPP	Hotel Guanabara	30
28 JUL	Reunião Interna preparatória para o Seminário do PACTI	APLA	Hotel Novo Mundo	-
27 à 30 JUL	Reunião para reavaliação dos pareceres das áreas 2 e 3 da Chamada Publica Subvenção Economica 01/2009	DIN1	Hotel Novo Mundo	6
30 e 31JUL	Plano de Gestão Estratégico - Oficina de Gestões Centrais	APLA	Hotel Everest	-
3 a 5 AGO	Reunião para Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/Ação Transversal - PNI/PRONINC 03/2009	DTS2	Hotel Novo Mundo	12
6 e 7 AGO	Reunião da Rede Produtos para a Saúde da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DITE	INT (só passagens)	5
11 e 12 AGO	Plano de Gestão Estratégico - Oficina FINEP do Futuro	APLA	Hotel Everest	-
13 AGO	Reunião de Planejamento da DRIN	DRIN	Hotel Novo Mundo	-
20 AGO	5º Laboratório de Aprendizagem em Inovação Brasil – EUA 2009	GABI	Espaço Cultural - FINEP	-
20 e 21 AGO	Reunião da Rede Produtos para a Saúde da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - SIBRATEC - 01/2008	DITE	INT (só passagens)	24
25 à 27 AGO	Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – Ação Transversal - Rotas Biotecnológicas – 2/2009	DIPE	Hotel Scorial	10
9 SET	Mini Curso - Oficina de Projetos - NIT	DIPE	Hotel Novo Mundo	10
29 à 01 OUT	Reunião de Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP – AÇÃO TRANSVERSAL – REDES DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA - SIBRATEC - 03/2008	DIPE	Hotel Novo Mundo	11
30 a 09 OUT	Avaliação de Mérito da Chamada Pública SUBVENÇÃO 1/2009 - Áreas 1(Tecnologias da Informação e Comunicação) e 3 (Saúde)	DSBV	Hotel Flórida	11
28 a 01 OUT	Avaliação de Mérito da Chamada Pública SUBVENÇÃO 1/2009 - Áreas 2 (Biotecnologia) e 4 (Defesa Nacional e Segurança Pública)	DSBV	Hotel Novo Mundo	8
9 OUT	Avaliação de Mérito da Chamada Pública SUBVENÇÃO 1/2009 -Áreas 5 (Energia) e 6 (Desenvolvimento Social)	DSBV	Hotel Novo Mundo	10
12 NOV	Reunião Projetos de Conteúdo Tecnológico para a Revitalização do Porto do Rio - Capital da Imaginação	DRIN	Restaurante Aprazível	-
09 à 13 NOV	1º Etapa do Julgamento dos Projetos das Chamadas Públicas 2009 do FUNTTEL	DTIS	Hotel Novo Mundo	2
18 NOV	Treinamento do PRIME	DAEN	Hotel Everest	-
16 à 19 NOV	Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-PETRO - PROMOPETRO - 02/2009	DUN2	Hotel Novo Mundo	17

18 e 19 NOV	Reunião para Avaliação dos Resultados dos projetos da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/Ação Transversal – LOGÍSTICA DE TRANSPORTE - 02/2007	DUN1	Hotel Novo Mundo	18
26 e 27 NOV	Reunião para Avaliação dos Resultados dos Projetos do Programa de C, T & I para a Economia do Hidrogênio - PROH2	DIPE	Hotel Flórida	37
30 a 4 DEZ	2º Etapa do Julgamento dos Projetos das Chamadas Públicas 2009 do FUNTTEL	DTIS	Sala de Reuniões do 1º andar - FINEP	3
01 DEZ	Reunião de Avaliação dos resultados dos projetos da Chamada Pública MCT/FINEP/FVA-01/2004 - RECARCINE	DUN1	Hotel Everest	-
08 à 11 DEZ	Avaliação de Mérito da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-PETRO - Redes Temáticas - 01/2009	DUN2	Hotel Everest	26
10 a 12 DEZ	Avaliação de Mérito da CHAMADA PÚBLICA MCT/MTUR/FINEP – EES na Cadeia do Turismo – 01/2008		Hotel Mar Palace	7
Quantidade de eventos total: 56		Quantidade de SDVs feitas		950

ANEXO

ITEM 3

ANEXO Item 3

RELAÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Posição: Dez/09

Contratos	Quant	Objeto Contratual
VPAR	41	prestação de serviços de limpeza, copeiragem e conservação nos escritórios da FINEP do RJ e SP
HOPEVIG	23	prestação do serviço de segurança e vigilância nas dependências da FINEP
Higiterc	45	contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizadora de mão-de-obra, em regime de execução indireta - Assistente de Administração
Higiterc	5	contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizadora de mão de obra, em regime de execução indireta - Técnico em Manutenção
Personal Service	35	contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizadora de mão de obra, em regime de execução indireta
Imperial Security	10	contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizadora de mão de obra, em regime de execução indireta - Técnico de Suporte a Usuários
Imperial Security	1	contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizadora de mão de obra, em regime de execução indireta - Arquiteto
C. M. Couto	1	Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos de prevenção e combate a incêndio
CNC - Centro Nacional de Cópias Ltda	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e cópias incluindo insumos (exceto papel), locação, assistência técnica, manutenção e peças de reposição para os equipamentos, bem como software de gerenciamento e bilhetagem de cópias e impressões
Promotional Travel Viagens e Turismo Ltda	3	Contratação de empresa para emissão de passagens e apoio à realização de eventos
Rígicar Transportes e Locação de Veículos Ltda	4	Contratação de empresa para locação de 2 veículos com 4 motoristas, com franquia global mensal de 1.500Km, por veículo, e ainda a manutenção de 1 carro de propriedade da FINEP
Rijjan	2	Contratação de empresa especializada em manutenção de central PABX
MGI	21	Contratação de empresa especializada para os serviços de gestão integrada de documentos do arquivo central da FINEP
FIPECqVIDA	4	Gerenciamento e prestação dos serviços de atendimento médico ambulatorial da Finep
FIPECqVIDA	3	Representantes da FIPECqVida para atendimento aos funcionários da FINEP, a respeito dos produtos oferecidos pela Caixa de Assistência
FIPECq	1	Representante da FIPECq para atendimento aos funcionários da FINEP, a respeito dos produtos oferecidos pela Fundação
Total	200	-

ANEXO

ITEM 6

UG CONCEDENTE 36001

ANEXO ITEM 6				Data / Hora: 10/06/2010 - 14:58				37.308.137,56
				Exercício: 2009				
Transferência		Número do Processo	Número Original	Convenente		Esfera Administrativa	Valor Liberado em 2009	
298460	PRODUTO: ADCT/FNDCT-FONTE:FINEP/INFRAERO-ÁGUAS EM AEROPORTOS 03/200	01.07.0128.00	3677/05	14645162000191	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E	4 PRIVADA	97.220,00	
509885	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: FNDCT/CT-ENERGPTF: 011/03	01.04.0293.00	2702/03	49607336000106	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA	4 PRIVADA	78.600,00	
511485	PRODUTO:ADCT/FNDCT-APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	01.04.0447.00	1755/03	64037492000172	FUNDAÇÃO CASIMIRO MONTENEGRO F	4 PRIVADA	104.540,00	
512033	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF 003/03	0444/04	01.04.0513.00	68314830000127	FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDA	4 PRIVADA	175.920,00	
512571	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF 003/03 (0280.365.083)	01.04.0563.00	0428/04	60633674000155	INSTITUTO DE PESQUISAS TECN DO	4 PRIVADA	48.700,00	
514449	ADCT/FNDCT APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICOFONTE E	01.04.0828.00	1145/03	05527341000133	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA	1 ESTADUAL	175.000,00	
518807	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF 017/03	01.04.1092.00	1343/04	05527341000133	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA	1 ESTADUAL	23.094,19	
532467	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: FINEP/FNS 2005	1110/05	01.05.0802.00	07885809000197	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL	1 ESTADUAL	50.000,00	
553644	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF: 041/05	01.06.0061.00	3643/05	04845150000157	FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVI	4 PRIVADA	48.080,57	
555281	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICOFONTE	01.06.0115.00	4243/05	56577059000100	FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA	4 PRIVADA	59.990,89	
555452	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF 041/05	01.06.0140.00	3644/05	05572870000159	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLV	4 PRIVADA	126.500,00	
555663	ADCT/FNDCT- APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO.PTF 0	01.06.0150.00	3655/05	74704008000175	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSID	4 PRIVADA	24.163,35	
557658	PRODUTO: ADCT/FNDCTFONTE: PTF 048/05	01.06.0210.00	1555/05	02776669000103	FUNDAÇÃO DE APOIO E DE DESENVOL	1 ESTADUAL	671.700,00	
557659	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO.PTF	01.06.0212.00	4238/05	14645162000191	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E	4 PRIVADA	541.192,61	
563751	ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 046/050 OBJETIVO DO PROJETO É MONITORAR VA	01.06.0367.00	3498/05	82895327000133	FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARI	4 PRIVADA	41.855,00	
566748	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FINEP/FNS 2005 E PTF: 065/05ESTE PROJE	01.06.0503.00	4204/05	03507661000104	INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO	4 PRIVADA	989.010,00	
568261	PRODUTO: DES.TECNOLOGICVO - FONTE: FINEP/MIN.DES.SOCIALCRIAR O NÚC	01.06.0574.00	0079/06	01318855000128	FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITARIA DE	4 PRIVADA	51.258,00	
570915	PRODUTO:DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO FONTE:FINEP/SENAES/MTEOBJ:IMPLE	01.06.0656.00	0059/06	82804642000108	FUNDAÇÃO UNIVERSITARIA DO DESE	4 PRIVADA	29.000,00	
572656	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 041/050 OBJETIVO CENTRAL DA PRESEN	01.06.0730.00	3639/05	37116704000134	FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CI	4 PRIVADA	112.200,00	
590321	PRODUTO: ADCT/FNDCT FONTE: FUNDO NACIONAL DE SAUDES RECURSOS SOLIC	01.06.0759.00	2305/06	61189445000156	FUNDAÇÃO BUTANTAN	4 PRIVADA	504.383,64	
590441	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FNS-281506996APOIO A PROJETO PARA ANÁL	01.07.0034.00	2301/06	60191244000120	FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSI	4 PRIVADA	519.450,00	
590498	PRODUTO: ADCR/FNDCT - FONTE: FUNDO NACIONAL DE SAUDEDAR PROSSEGUIME	01.06.1058.00	3475/06	02385669000174	FIOTEC - FUNDAÇÃO PARA O DESEN	4 PRIVADA	180.774,92	
590897	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE? FUNDA NACIONAL DE SAUDEESSE PROJETO VI	01.07.0082.00	3480/06	03585986000105	INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULA	4 PRIVADA	637.180,00	
591332	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FINEP/FNS 0281506996DESENVOLVER AÇÕES	01.07.0117.00	1168/06	07077756000188	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA COORD	4 PRIVADA	93.000,00	
591384	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 072/06PROMOVER A APLICAÇÃO DOS CON	01.07.0137.00	4962/06	03226149000181	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSS	4 PRIVADA	228.450,00	
591386	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 073/06ESTE PROJETO TEM ÊNFASE NA F	01.07.0135.00	5162/06	74704008000175	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSID	4 PRIVADA	13.350,00	
591839	PRODUTO: EDUCAÇÃO PARA COMPETIVIDADE - FONTE: PTF 073/06GERAL; CONS	01.07.0165.00	3731/06	33555921000170	FACULDADES CATOLICAS	4 PRIVADA	179.815,22	
597053	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 0730 PROJETO TEM COMO PRINCIPAL OE	01.07.0560.00	5025/06	92959006000109	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	4 PRIVADA	158.434,85	
597055	PROJETO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 073/06POTENCIALIZAR AÇÕES EDUCATIV	01.07.0571.00	5035/06	89252431000159	FUNDAÇÃO DE APOIO A TECNOLOGIA	4 PRIVADA	131.708,00	
597781	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.CONT	01.07.0579.00	3703/05	04153540000166	FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE	4 PRIVADA	113.850,00	
602973	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF: 073/060 OBJETIVO DA PROPOSTA É PR	01.07.0767.00	2424/06	51619104000110	FUNDAÇÃO DE CIENCIA APLICACOES	4 PRIVADA	600.000,00	
620311	ADCT/FNDCT - FONTE FUNTEL.ESTE PROJETO SE PROPÓE A IMPLANTAR UMA E	0316/07	01.08.0038.00	60967551000150	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKEN	4 PRIVADA	264.515,52	
622339	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PRO	01.08.0075.00	2025/07	05643772000165	INSTITUTO CERTI AMAZONIA	4 PRIVADA	748.176,90	
622943	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: PTF 076/07DESCREVEMOS AQUI OS OBJETIVO	01.08.0123.00	0514/07	40226946000195	FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PES	4 PRIVADA	402.928,20	
622944	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 2008ATENDENDO À DETE	01.08.0120.00	2013/07	96499728000189	VENTURUS CENTRO DE INOVACAO TE	4 PRIVADA	458.780,09	
623773	FONTE: FUNTELO PROJETO VISA À REALIZAÇÃO DA PESQUISA E DESENVOLVIM	01.08.0153.00	1926/07	83566299000173	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA	4 PRIVADA	190.560,00	
625050	FONTE: CONVÊNIO FINEP/FNS 0130/07 - PRODUTO: ADCT/FNDCTCOMPARAR A E	01.08.0187.00	1864/07	14645162000191	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E	4 PRIVADA	192.147,99	
626094	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 2008DESENVOLVER UMA	01.08.0220.00	2014/07	74877226000101	ASSOCIACAO SUL RIOGRANDENSE DE	4 PRIVADA	650.000,00	
626095	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 20080 PROJETO ATUM T	01.08.0227.00	2042/07	04614281000123	INSTITUTO ATLANTICO	4 PRIVADA	226.240,00	
626097	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 20080 OBJETIVO DO PR	01.08.0219.00	1979/07	01955808000276	FUNDAÇÃO PARA INOVACOES TECNOL	4 PRIVADA	651.834,15	
626098	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 2008ESTUDO E DESENVOL	01.08.0217.00	1945/07	83476911000117	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA	4 PRIVADA	289.508,00	
629324	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: CONVÊNIO FINEP/FNS 0130/07AVALIAR A EF	01.08.0283.00	1858/07	04534053000143	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	1 ESTADUAL	312.130,00	
629875	ADCT/FNDCT- APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO.PTF 0	01.06.1125.00	3646/05	48031918000124	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	1 ESTADUAL	43.053,00	
631654	PRODUTO: ADCT/FNDCT - FONTE: FUNTEL - FOMENTO 20080 PROJETO TEM CO	01.08.0340.00	1998/07	01955808000195	FUNDAÇÃO PARA INOVACOES TECNOL	4 PRIVADA	507.276,00	
635909	PRODUTO: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - FONTE: CONVENIO MINISTERIO E	01.08.0468.00	0295/08	01250754000162	PANGEA - CENTRO DE ESTUDOS SOC	4 PRIVADA	117.137,50	
636458	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICOSTE	01.08.0466.00	1995/07	01955808000195	FUNDAÇÃO PARA INOVACOES TECNOL	4 PRIVADA	943.801,00	
636496	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICOSTE	01.08.0483.00	0424/08	02168943000153	FUNDAÇÃO DE EDUCACAO TECNOLÓGI	4 PRIVADA	100.000,00	
636791	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. OOB	01.08.0413.00	1956/07	72060999000175	FUNDAÇÃO COORDENACAO DE PROJET	4 PRIVADA	359.222,28	
636825	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICOAMPLIFICAR O ALCANCE DAS ATIVIDADES DO N	01.08.0501.00	0417/08	32210650000158	CAPINA COOPERACAO E APOIO A PR	4 PRIVADA	150.000,00	
636826	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICOIMPLEMENTAR O PROGRAMA DE INCUBADORA SOC	01.08.0502.00	0406/08	01587609000171	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	4 PRIVADA	100.000,00	

UG CONCEDENTE 36001

ANEXO ITEM 6				Data / Hora: 10/06/2010 - 14:58		37.308.137,56		
				Exercício: 2009				
Transferência	Número do Processo	Número Original	Conveniente	Esfera Administrativa	Valor Liberado em 2009			
636851	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO OBJ	01.08.0519.00	1973/07	68314830000127	FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDA	4	PRIVADA	489.400,90
636906	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO INCUE	01.08.0521.00	1809/07	12449880000167	FUNDACAO UNIVERSITARIA DE DESE	4	PRIVADA	258.993,38
637280	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO FORMA	01.08.0534.00	0426/08	10847747000133	CONGREGACAO DE SANTA DOROTEIA	4	PRIVADA	120.000,00
637456	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO OBJETIVO GERAL DO PROJETO É A CONSOLID	01.08.0559.00	1842/07	92238914000103	SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTE	4	PRIVADA	149.962,00
637740	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO A PRO	01.08.0575.00	0306/08	72060999000175	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJET	4	PRIVADA	108.000,00
637741	CONTRIBUIR PARA A CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIAS SOLIDÁ	01.08.0584.00	0422/08	92741990000137	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	4	PRIVADA	148.996,00
637762	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO OBJE	01.08.0586.00	0436/08	42429480000150	FUNDACAO UNIVERSITARIA JOSE BO	4	PRIVADA	197.310,80
637933	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PROMET	01.08.0598.00	0446/08	05463366000110	FUNDACAO AJURI DE APOIO AO DES	4	PRIVADA	119.998,00
637934	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NÓS E	01.08.0600.00	0429/08	88630413000109	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E	4	PRIVADA	125.000,00
638108	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DESEN	01.08.0616.00	1954/07	02641663000110	FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQ	4	PRIVADA	487.209,93
638322	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AMPLI	01.08.0607.00	1372/08	88630413000109	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E	4	PRIVADA	776.407,32
639979	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONSOLIDAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA D	01.08.0642.00	0407/08	01440615000100	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLV	4	PRIVADA	130.000,00
639990	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONSTITUIR INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EME	01.08.0643.00	0461/08	14645162000191	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E	4	PRIVADA	199.880,00
639992	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AVALI	01.08.0563.00	1862/07	79151312000156	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARIN	1	ESTADUAL	211.870,00
639993	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DESENVOLVER AÇÕES QUE POSSIBILITEM A PRO	01.08.0652.00	1835/07	75045104000111	FUNDACAO DE PESQUISAS FLORESTA	4	PRIVADA	135.000,00
639994	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO QUAM	01.08.0650.00	0296/08	75045104000111	FUNDACAO DE PESQUISAS FLORESTA	4	PRIVADA	123.700,00
648692	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO FORTALECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA INCUBAD	01.09.0020.00	0404/08	91693531000162	ASSOCIACAO PRO ENSINO SUPERIOR	4	PRIVADA	143.560,32
651518	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO OBJE	01.09.0097.00	1965/07	02641663000110	FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQ	4	PRIVADA	801.700,00
651762	O PROJETO GIGA FASE 2 É UM PROJETO MOBILIZADOR E INOVADOR, CUJO OBJE	01.09.0108.00	1646/08	02641663000110	FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQ	4	PRIVADA	9.248.000,00
652358	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CAPACITAR ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE FORMA	01.09.0215.00	0427/08	74704008000175	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSID	4	PRIVADA	147.837,80
652389	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PROMOVER A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA S	01.09.0202.00	0334/08	05572870000159	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLV	4	PRIVADA	108.725,00
652417	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EXECUTAR O PROJETO DE MAPEAMENTO NA REGI	01.09.0250.00	1709/08	93851400000191	FUNDEPE FUNDACAO UNIVERSITARIA	4	PRIVADA	560.692,80
652419	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REUNI	01.09.0253.00	0010/09	52643251000198	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PR	4	PRIVADA	1.320.000,00
652487	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REUNI	01.09.0255.00	0076/09	52643251000198	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PR	4	PRIVADA	750.000,00
652488	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO QU	01.09.0256.00	0018/09	33555921000170	FACULDADES CATOLICAS	4	PRIVADA	545.443,00
652564	O OBJETIVO É PROPORCIONAR INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES, ACADÊMICOS E F	01.09.0261.00	0628/09	08182245000199	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RELAC	4	PRIVADA	195.576,36
652761	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONTRIBUIR PARA QUE AS INICIATIVAS DE EC	01.09.0279.00	0299/08	08961997000158	FUNDACAO APOLONIO SALES DE DES	4	PRIVADA	101.877,60
652771	ESTE PROJETO VISA O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE REDEMULTIS	01.09.0281.00	1387/08	02641663000110	FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQ	4	PRIVADA	850.056,00
652810	ASE/FNDCT - APOIO A SEMINÁRIOS E EVENTOS XIII ICOP VISA PESQUISAD	01.09.0289.00	0006/09	32365512000148	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROTOZ	4	PRIVADA	59.336,00
652930	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AMPLIAR A BASE DE DADOS PARA O SIES MEDI	01.09.0297.00	1714/08	00532332000117	ASS.NAC.DE TRAB.EM EMPR.DE AUT	4	PRIVADA	418.040,00
653040	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONTRIBUIR PARA A ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇ	01.09.0325.00	1712/08	01319754000171	ASSOCIACAO VIDA BRASIL	4	PRIVADA	658.250,00
653041	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AMPLIAR A BASE DE DADOS PARA O SIES MEDI	01.09.0327.00	1713/08	00532332000117	ASS.NAC.DE TRAB.EM EMPR.DE AUT	4	PRIVADA	825.490,00
653149	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO INCUE	01.09.0365.00	1680/08	02806229000143	FUNDACAO DE APOIO INSTITUCIONA	4	PRIVADA	120.000,00
653184	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DISSEMINAR A CULTURA EMPREENDEDORA E O F	01.09.0376.00	0431/08	14485841000140	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAH	1	ESTADUAL	140.000,00
653196	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONTRIBUIR PARA A INSERÇÃO SÓCIO-ECONÔM	01.09.0391.00	1262/07	14485841000140	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAH	1	ESTADUAL	169.470,96
653310	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO A CO	01.09.0446.00	1736/08	33555921000170	FACULDADES CATOLICAS	4	PRIVADA	184.000,00
653328	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO ATUALIZAR A BASE DE DADOS DO SIES COM IN	01.09.0457.00	1710/08	07060718000112	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO	4	PRIVADA	769.358,90
653342	ADCT/FNDCT - APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DESEN	01.09.0467.00	0516/09	33555921000170	FACULDADES CATOLICAS	4	PRIVADA	1.400.000,00
653492	A IDÉIA-CHAVE DESSE PROJETO DE PESQUISA É INTRODUIR UMA NOVA ARQUIT	01.09.0499.00	1655/08	72060999000175	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJET	4	PRIVADA	493.262,62

ANEXO ITEM 7a

Previdência Privada

Secretaria de Previdência Complementar - SPC

Sair

Menu

Protocolo nº 014510049043-09

Historia de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Os dados referentes ao ano 2009 estão na base de dados da Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

Data de aprovação do Conselho Deliberativo: 21/11/2008

Planos de Benefício com dados informados

1979001618

1991000529

2006002929

Planos de Benefício com dados não informados

1991000456

Planos de Benefício com dados alterados após o prazo

1979001618

26/12/2008 12:29:48

1991000529

26/12/2008 13:06:49

2006002929

26/12/2008 13:25:43

HISTÓRICO DE EMISSÃO DO PROTOCOLO

Data

Responsável pelas Informações

26/12/2008 - 13:35:04

Roberto Teixeira de Carvalho

Brasília, 26/12/2008 - 13:35:04

Voltar

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 2006002929-PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECQPREV

Exercício: 2009

Data de Geração: 26/12/2008 13:25:57



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2009 a 12/2009	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 015/2008

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/11/2008

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	Baixo Risco de Crédito	40,00%	80,00%	74,00%
RENDA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	10,00%	5,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Alocação dos Recursos	
Derivativos	
Limite Máximo para Proteção: 100,00 %	Limite Máximo para Exposição: 0,00 %

Limites Máximos de Diversificação

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 0,00%

Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	2,00%	0,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	3,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	0,00%	0,00%

Companhias Abertas		
Por Capital Volante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	Por Capital Total: 20,00%

Sociedades de Propósito Específico	
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%

Imóveis	
Por Imóvel: 0,00%	PL do Fundo: 0,00%

Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Interna

Periodicidade da Avaliação:

Quantidade de Gestores:

Crítérios de Avaliação:

Critério para Contratação	
Qualitativos	Quantitativos

Estratégia de Formação de Preço:

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Não

Participação em Assembléias de Acionistas

Participação em Assembleias de Acionistas

Não participa

Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

Cenário Macroeconômico

	2009	2010	2011	2012	2013
PIB %	3,65	4,15	4,27	4,32	5,00
SELIC md.%	13,95	11,89	11,03	10,82	10,50
IPCA%	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
Juros Reais%	9,04	7,07	6,25	6,05	5,74

Observações

Diante dos indicadores macroeconômicos projetados, o cenário para os investimentos apresenta um maior grau de incerteza no curto prazo para a gestão das carteiras, sobretudo para o mercado acionário.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 1991000529-PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL

Exercício: 2009

Data de Geração: 26/12/2008 13:07:44



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2009 a 12/2009	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 015/2008

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/11/2008

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	Baixo Risco de Crédito	40,00%	80,00%	59,00%
RENDA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	10,00%	5,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	8,00%	2,00%

Alocação dos Recursos				
Período de Referência: 01/2009 a 12/2009				
Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	1,00%	1,00%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	4,00%	4,00%

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009	
Derivativos	
Limite Máximo para Proteção: 100,00 %	Limite Máximo para Exposição: 0,00 %

Limites Máximos de Diversificação

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 0,00%

Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	2,00%	0,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	3,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	0,00%	0,00%

Companhias Abertas		
Por Capital Volante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	Por Capital Total: 20,00%

Sociedades de Propósito Específico	
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%

Imóveis	
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%

Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Interna

Periodicidade da Avaliação:

Quantidade de Gestores:

Critérios de Avaliação:

Critério para Contratação	
Qualitativos	Quantitativos

Critério para Contratação	
Qualitativos	Quantitativos

Estratégia de Formação de Preço:

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Não

Participação em Assembléias de Acionistas

Não participa

Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas					
Cenário Macroeconômico					
	2009	2010	2011	2012	2013
PIB %	3,65	4,15	4,27	4,32	5,00
SELIC md.%	13,95	11,89	11,03	10,82	10,50
IPCA%	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
Juros Reais%	9,04	7,07	6,25	6,05	5,74
Observações					
Diante dos indicadores macroeconômicos projetados, o cenário para os investimentos apresenta um maior grau de incerteza no curto prazo para a gestão das carteiras, sobretudo para o mercado acionário.					

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 1979001618-PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2009

Data de Geração: 26/12/2008 12:30:28



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2009 a 12/2009	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 015/2008

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/11/2008

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	Baixo Risco de Crédito	40,00%	80,00%	67,00%
RENDA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	10,00%	5,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	10,00%	50,00%	26,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	8,00%	2,00%

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	1,00%	1,00%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	4,00%	4,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	0,00%	15,00%	7,00%

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Derivativos

Limite Máximo para Proteção: 100,00 %

Limite Máximo para Exposição: 0,00 %

Limites Máximos de Diversificação

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 0,00%

Ativos de Renda Fixa

	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	2,00%	0,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	3,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	0,00%	0,00%

Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	Por Capital Total: 20,00%
-----------------------------	-----------------------------------	---------------------------

Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%
---------------------	--

Imóveis

Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%
-------------------	---------------------

Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Interna

Periodicidade da Avaliação:

Quantidade de Gestores:

Crerios de Avaliação:

ANEXO ITEM 7b

Previdência Privada

Critério para Controle	
Qualitativos	Quantitativos
Estratégia de Formação de Preço:	

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desmentidas: Não

Participação em Assembleias de Acionistas

Não participa

Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas					
Cenário Macroeconômico					
	2009	2010	2011	2012	2013
PIB %	3,85	4,15	4,27	4,32	5,00
SELIC real %	13,85	11,89	11,03	10,82	10,50
IPCA%	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
Juros Real %	9,04	7,07	6,25	6,05	5,74
Observações					
<p>Diante dos indicadores macroeconômicos projetados, o cenário para os investimentos apresenta um maior grau de incerteza no curto prazo para a gestão das carteiras, sobretudo no mercado acionário.</p>					

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES


03 de março de 2010.

Aos Senhores Membros da Diretoria Executiva

FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA

Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e do fluxo financeiro referentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto. Os procedimentos de auditoria aplicados sobre o ativo realizável, provisões técnicas, reservas e fundos constituídos no passivo atuarial foram planejados e executados considerando a posição consolidada dos diversos planos de benefícios administrados pela entidade e, portanto, não contemplam um exame individual de cada plano.
3. A partir do terceiro trimestre de 2008, a carteira de renda variável da Fundação passou a ter reflexos negativos de uma crise financeira internacional que reduziu o valor das empresas e das suas ações na Bolsa de Valores do Brasil. Em decorrência desta situação considerada conjuntural, a FIPECq registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 um déficit de R\$ 44.405 mil. Em 2009, tais investimentos apresentaram reflexos positivos decorrente da melhora substancial da economia mundial, tendo a FIPECq apresentado um superávit técnico de R\$ 46.424 mil.



Rua Paraíba, 1352 - 12º andar
Belo Horizonte - MG, Brasil
CEP: 30130-144
Fone: 3282-9929 - Fax: 3282-9939

4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado consolidado de suas operações e o seu fluxo financeiro consolidado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. A Fundação administrou até 2003 um plano de benefício assistencial cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento adotado não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar, em 16 de junho de 2003, para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada, mas cujo posicionamento daquele órgão normativo ainda se encontra pendente. Em 31 de dezembro de 2009 este déficit totaliza R\$ 3.412 mil (R\$ 3.413 mil até 31/12/2008), tendo em vista que, desde a extinção do plano, a Fundação vem, aos poucos, recuperando parte do mesmo, através de recebimentos de contribuições em atraso. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por estes montantes e, no momento, é incerto o desfecho deste assunto e os seus conseqüentes reflexos nas demonstrações contábeis da FIPECq.
6. Encontra-se em processo de análise para aprovação pelo órgão regulamentador e fiscalizador – Secretaria de Previdência Complementar, o regulamento do Plano de Previdência Especial – PPE, administrado pela Fundação, muito embora o mesmo esteja inscrito no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios deste órgão. No momento, é incerto o desfecho deste assunto, bem como os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

Teixeira & Associados
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes



Domingos Xavier Teixeira
DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio Diretor
Contador CRC MG-14.105-0/5 -S-DF-103

Adriano Rezende Thomé
ADRIANO REZENDE THOMÉ
Diretor
Contador CRC MG-77.874-0/6-S-DF



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

JM/0541/2010

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2010

Ilmo. Sr.
Dr. Roberto Teixeira de Carvalho
M.D. Diretor Presidente da
FIPECq

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, em anexo, os DRAA's da FIPECq do Plano de Previdência Complementar – PPC (Anexo JM/0541/2010-1), do Plano de Previdência Especial – PPE (Anexo JM/0541/2010-2) e do Plano FIPECq PREV (Anexo JM/0541/2010-3) na posição de 31/12/2009, conforme previsto na Portaria SPC do MPAS nº 140, de 13/10/95, bem como, também em anexo, os Desempenhos Atuariais (Balanços Atuariais Completos) do Plano de Previdência Complementar – PPC (Anexo JM/0541/2009-4) e do Plano de Previdência Especial – PPE (Anexo JM/0541/2010-5) solicitados pela FIPECq.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V.Sa. para maiores esclarecimentos, reiteramos, na oportunidade, protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Td.



Ronaldo Pignatelli Rocha
Assistente Administrativa
FIPECq

ANEXO ao JM.0541/2010-1
 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DO
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE

SÍMBOLO: FIPECQ 1 CÓDIGO: 01451

RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA

NÚMERO DE PLANOS: 01 (UM)

PLANOS	DATAS								FOLHA SALÁRIO PATROCNADORA
	5	6	7	8	9	10	11		
PREV. SUPL. À PREV. SOCIAL (PPC)	31/05/79		01/08/79	12/2000	29.665.189,80	675 (*)		5.956.755,04	

Observações: (*) Inclui os que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único, permaneceram na condição de autônomos e excluiu os que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único, solicitaram inscrição no Plano de Previdência Especial (PPE).

ENTIDADE

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
 NOME: Roberto Teixeira de Carvalho
 CARGO: Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras

Reservado à Coordenadoria de Orientação Atuarial/SPC

CA tu-

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PL 110

ENTIDADE

BOLA: FIPEC-q 1 CODIGO: 01451 2
RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OIJ SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA - FIPEC-q 3
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - FPC / CNPB: 19790116-18
PATROCINADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPEC-q 4
5

MOTIVO DA AVALIAÇÃO: X AVALIAÇÃO ANUAL 6
OUTROS:

ATUARIO RESPONSÁVEL:
NOME: JOSÉ ROBERTO MONTELLO 7 **MTb: 426** 8 **WIBA: 426** 9 **FONE CONT: (21) 2553-0900** 10
EMPRESA: JESSÉ MONTELLO SERV. TÊC. EM ATUARIA E ECON. LTDA. 11 **COCOPP: 30.020.016-0001-06** 12

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2009 13 **DATA BASE: 30/11/2009** 14 **MOEDA: R\$ 1,00** 15

SITUAÇÃO DO PLANO: EM MANUTENÇÃO (X) 16
 EM EXTINÇÃO () 17
 DE DESATIVACÃO ()

BENEFÍCIOS	18	NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19	CARACTERÍSTICAS DO PLANO		20	REGIME FINANCEIRO	21	MÉTODO	22
				MODALIDADE DO BENEFÍCIO	SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVACÃO					
Aposentadoria em Geral				Benefício Definido			Capitalização			Crédito Limitado Projetado
Pensão por Morte		60% a 100% das Aposent. em Geral		Benefício Definido			Capitalização			Crédito Limitado Projetado
Pecúlio por Morte		13 x SRB		Benefício Definido			Capitalização			Crédito Limitado Projetado
Auxílio Reclusão		60% a 100% das Aposent. em Geral		Benefício Definido			Resgatada			Capital de Cobertura
Auxílio Doença		(SRB - INSS)		Benefício Definido			Resgatada			Simplex

Observações:

NOTA: Os benefícios de prestação continuada tem uma mensalidade adicional no último mês do ano do valor igual a tantos 1/12 (um caso avos) quantos forem os meses em que o beneficiário no ano, do valor do benefício de mês de dezembro do último ano. **At**


 Q / H - D. 11/12/09

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SIGLA: FIPECq	1	CÓDIGO: 01651	2
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC / CNPB: 19790016-18			
PATROCNADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPECq			
ITEM	R\$	ITEM	CUSTO
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (NOTA)	313.196.822,63	24	
PROMISSÕES MATEMÁTICAS	456.446.482,00	25	6,61%
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	137.438.029,00	26	1,64%
Benefícios do Plano	137.438.029,00	27	1,60%
Contribuições de Patrocinadora sobre os benefícios	-	28	0,65%
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29	0,70%
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30	0,38%
BENEFÍCIOS A CONCEDER	319.008.453,00	31	
Benefícios do Plano com a Geração Atual	409.306.165,00	32	
Contribuições de Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-	33	
Outras Contribuições da Geração Atual	(90.357.713,00)	34	11,78%
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35	
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36	
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37	2,08%
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-	38	13,80%
Benefício Passivo	-	39	
Déficit Equacionado	-	40	6,95%
DEFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	41	6,93%
SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	56.750.340,63	42	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56.750.340,63	43	6,93%
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	-	44	6,93%
		45	
		46	
		47	
		48	
		49	
		50	
		51	
		52	
		53	
		54	
		55	
		56	
		57	
		58	
		59	
		60	
		61	
		62	
		63	
		64	
		65	
		66	
		67	
		68	
		69	
		70	
		71	
		72	
		73	
		74	
		75	
		76	
		77	
		78	
		79	
		80	
		81	
		82	
		83	
		84	
		85	
		86	
		87	
		88	
		89	
		90	
		91	
		92	
		93	
		94	
		95	
		96	
		97	
		98	
		99	
		100	

Observações: VIGÊNCIA DO PLANO: JANEIRO/2010

(*) Inclui auxílio-reclusão.

(**) 1,5% das contribuições previdenciárias.

(*) Expresso em percentagem do total da folha de benefícios de aposentadoria.

IMPORTANTE: A diferença entre o custo das aposentadorias avaliada sem rotatividade e avaliada com rotatividade de 1% ao ano, deduzida do custo apropriado como resgates (Campo 50), está incorporada ao custo das aposentadorias (Campo 45).

NOTA: Esse Ativo Líquido só inclui os recursos disponíveis para dar cobertura às Provisões Matemáticas, portanto não inclui o Fundo Previdenciário de R\$ 197.146.802,26 e o Fundo de Investimentos de R\$ 1.787.150,97, que também integram o Ativo Líquido Total do PPC.

Handwritten signature and initials

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARCELA ATUARIAL

1) O Plano de Previdência Complementar da FIFEQ, que concede benefícios em base no Regime de Previdência Complementar da FIFEQ, incluindo os Benefícios Saldaados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições dos participantes, que não operam pelo Regime de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único - RJU, para conceder benefícios saldaados aos mesmos), avaliado pelos meios regulamentados de financiamento e pelas mesmas hipóteses atuariais ocorridas na avaliação atuarial do exercício anterior, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 56.730.340,63, equivalente a 11,06% do Ativo Líquido, então existente, do R\$ 513.196.822,63.

2) A parte do referido Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldaados), foi constituído e seguiu Fundo Previdencial, em 31/12/2009:

Fundo Previdencial constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, (incluindo os referidos Benefícios Saldaados) e, subsidiariamente, a desvios decorrentes das hipóteses atuariais, especificamente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autarquias competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes cristãos, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 197.146.802,26 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIFEQ não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com a Reserva para Revisão do Plano, com o Fundo de Seguro - Emprestimos / Financiamentos).

NOTA: As informações da área contida na FIFEQ aos dias da existência, em 31/12/2009, do Fundo Seguro-Emprestimos / Financiamentos (Investimento)

* Fundo de Seguro - Emprestimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 1.787.150,97.

NOTA: A parte, fora do Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldaados) e do Fundo Previdencial apresentado neste item 3, foi constituída uma Provisão de R\$ 3.806.838,28 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

3) Tendo em vista ter sido realizado o registro do Plano de Previdência Especial - PPE da FIFEQ, que oferece benefícios complementares aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU, o Fundo Previdencial em qual tenha sido acumulada a arrecadação líquida das respectivas contribuições previdenciárias sujeitas de correspondente rentabilidade líquida, passiva, desde o encerramento do exercício de 2005, a constituir um Ativo Líquido específico desse Plano Previdenciário, com a consequente anulação, a partir do referido exercício, do correspondente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA relativo a esse Plano.

4) Portanto, considerando o valor do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluindo os Benefícios Saldaados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não operam pelo Regime de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único - RJU, para conceder benefícios saldaados aos mesmos) de R\$ 513.196.822,63 somado aos Fundos Previdencial e de Seguro - Emprestimos - Financiamentos (Investimento) discriminados no item 2 deste Parecer Atuarial de respectivamente R\$ 197.146.802,26 e R\$ 1.787.150,97, alcançou, em 31/12/2009, o R\$ 712.130.775,86.

(consta na folha seguinte)

RIO DE JANEIRO, 25 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

JOSE ROBERTO MONTELEONE
ATUARJO - MIBA Nº 426

Roberto Teodoro de Carvalho
DIRETOR-GERENTE DE AVALIAÇÃO E FINANÇAS
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO

Raimundo Otávio Piccasso Filho
Representante da IRPA

Acfoll Antonio Dillio
Representante do INPE

Pérsio Vasco Antonio de Aguiar
Representante do IPEA

Carlos Roberto Silva
Coordenador do Departamento
ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
NOME - CARGO

Rubem Silveira Mello Filho
Representante da FINEP

9) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídas os Benefícios Saldaos (VER FATO RELEVANTE AO FINAL DESTE ITEM 10), apresentadas de forma aberta no item 5 deste Parecer Atuarial, é ao decorrer do valor do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, bem como com relação ao valor do Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os métodos foram avaliados por nossos Consultores Atuariais Independentes, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na ficha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIEPCq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual rubricamos a análise da FIEPCq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

FATO RELEVANTE: Conforme Nota Técnica do FRS, apresentada em anexo ao IM/1260/91, o Benefício Saldao tomou por base um Benefício Mínimo de 20% do Salário Real de Benefício, devidamente proporcionalizado ao tempo de filiação ao Plano de Previdência Complementar - PPC existente em 01/01/1991, sendo que um Benefício Saldao avaliado por esse procedimento (Benefício Mínimo / Proporcionalidade ao Tempo de Filiação) objetivou assegurar que as contribuições das participantes, com as devidas restituições obrigatorias, fossem suficientes para o custeio desse Benefício Saldao, sem necessidade de utilizar-se das parcelas contributivas vertidas pela Patrocinadora em relação aos que foram absorvidos pelo RJB, que aconteceria se o Benefício Saldao tomasse por base o valor do Benefício Total (Mínimo + Parte Excedente ao Mínimo) e não apenas o Benefício Mínimo.

Portanto, pode-se afirmar que nas Provisões Matemáticas do PPC da FIEPCq não há Benefício Saldao financiado com base em contribuições patronais, mas (de somente financiadas por contribuições de participantes, com as respectivas restituições obrigatorias).

10) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 56.750.340,63, existente em 31/12/2009, devidamente registrado como Reserva de Contingência, é a cobertura à derrota desinvestíveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação ao retorno dos investimentos ou seja em relação às Tábua Biométricas no que se refere a outros fatores, não sendo previsto de crescimento real de salário e epocativa de Retorno de Investimentos. Subsidiariamente, o Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, tem idêntica destinação.

(continua na folha seguinte)

RIO DE JANEIRO, 25 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

Roberto Talveira de Carvalho
 Diretor-Previdenciário de Aplicações Financeiras
 ASS REPRESENTANTES DA ENTIDADE
 NOME - CARGO

Raimundo Otávio Franco Filho
 Representante do IPEA

CIENTE

Aciolel Antonio Ojiva
 Representante da IPEP

Pérrado Marto Antonio Davison
 Representante do IPEA

JOSE ROBERTO MONTELO
 ATUARJO - MBA nº 426

Carlos Roberto de Silveira Silva
 Representante do CNP
 ASS REPRESENTANTES DA PATROCINADORA
 NOME - CARGO

Roberto Monteiro Montello
 Ruben Silveira Mello Filho
 Representante dos FINEP

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PARECER ATUARIAL

11) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas a vigiar a partir de 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 desta DBAA, apresentadas a seguir situação:

2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos			137.438.029,00	137.438.029,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização				
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assalados			106.033.999,00	
2.3.1.1.01.02.03	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assalados			31.382.030,00	
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder				319.008.453,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado				
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados			409.369.165,00	
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores			(45.148.856,00)	
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes			(45.148.856,00)	
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado				0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados			33.762.596,00	
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores			(16.881.273,00)	
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes			(16.881.273,00)	
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repatrimônio de Capital de Cobertura				0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repatrimônio Simples				0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir				(0,00)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado				
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores			0,00	
2.3.1.1.03.01.02	Participantes			0,00	
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas				426.446.482,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado				36.750.340,63
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência				0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano				36.750.340,63
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano				333.196.822,63
2.3.2.0.00.00.00	Fundos				198.933.953,23 (*)
(*) Inclui o valor do Fundo Previdencial de R\$ 197.146.802,26 e o valor do Fundo de Investimentos de R\$ 1.791.150,97.					

RIO DE JANEIRO, 25 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA
 Roberto Teixeira de Carvalho
 Diretor - Previdência Complementar Financeiras
 ASS. REPRESENTAÇÃO PATROcinadora
 NOME
 CARGO
 Rafael de Jesus
 Pêreio Marco Antonio Davleom
 Representante do INPA

ASSINATURA
 JOSÉ ROBERTO MONTEILLO
 ATUARIO - MIBA Nº 226
 Catino Roberto
 Representante da IPBA
 ASS. REPRESENTAÇÃO PATROcinadora
 NOME
 CARGO
 Ruben Silveira Mello Filho
 Representante da IPBEP

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: FIPECq	1	CÓDIGO: 01451	2
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PRC / CNPB: 19790016-18			
PATROCINADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPECq			
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	5%	INFORMAÇÕES GERAIS	
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (AQ ANQ) (*1)	Média de 3,18% (1.988)	A-1 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO (*3)	260 A-18
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-2 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO (*3)	296 A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-3 TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	14 A-18
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS	-	A-4 SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO (BASE 888)	7.961,07 A-19
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	-	A-5 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS (*2)	16 A-20
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	98%	A-6 IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS (*2)	52 A-21
HIPÓTESE SOBRE SENAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-7 QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	169 A-22
HIPÓTESE SOBRE SOTAATIVIDADE	-	A-8 FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (BASE 878)	4.436.311,86 A-23
TÁBULA DE MORTALIDADE GERAL	NUCA	A-9 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	1 A-24
	SB de AT-2000	A-10 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	4.296,06 A-25
	$1 + \frac{1}{2}(1 + \frac{1}{2} \text{ de AT-40})$	A-11 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	37 A-26
TÁBULA DE MORTALIDADE DE INVALIDEZ	-	A-11 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	142 A-27
TÁBULA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT (MÉDIA)	A-12 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	4.192,99 A-28
OUTRAS TÁBUAS SIMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-13 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	71 A-28
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	EXCEB REGIONAL	A-14 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	27 A-29
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-15 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	3.117,46 A-30
		A-16 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	63 A-32
		A-17 QUANTIDADE - PENSÕES	124 A-32
		A-18 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	1.729,44 A-34
		A-19 QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A-35
		A-20 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A-36
		A-21 QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-37
		A-22 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-38
		A-23 QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-39
		A-24 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-40
		A-25 QUANTIDADE - COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-41

Observações: INDEXADOR DO PLANO: INPC de IBGE

(*1) $= (A + B \log X)^{\frac{1}{n-1}}$ onde $A = 8.335$, $B = 3.841$ e $Prod = 2\%$ ao ano.

(*2) Includidos também como participantes ativos (Campos A-16 / A-17 / A-18 / A-19 / A-23)

(*3) Não estão incluídos os 15 participantes não assistidos do PBS. **NOTA:** A idade média dos participantes ativos do Plano é de 49 anos.

14/11/2011

JOSE ROBERTO MONTELLI
ATUARIO - MIBA N° 401

DE ACORDO

ASS REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME: Roberto Ferreira de Carvalho
cargo: Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Reinaldo Otávio Silveira Filho
Representante do INPA

ASS REPRESENTANTE DO PLANO
NOME: Carlos Roberto Silveira Silva
cargo: Representante do INPE

Roberto Antonio de Fátima
Representante do IPEA

ASS REPRESENTANTE DO PLANO
NOME: Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP



Anexo ao JM/0541/2010-4 de 25/02/2010

Demonstrativo Atuarial (Balanço Atuarial Completo) do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (incluindo as coberturas relativas aos Benefícios Saldados, ou seja, ao PBS) ao longo de 2009, bem como o plano de custeio a vigorar ao longo de 2010:

A) Custo do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq avaliado pelo Regime Financeiro de Capitalização (*) no que se refere aos Benefícios de Aposentadoria e Pensão por Morte, ao Benefício Proporcional Diferido (B.P.D.) e ao Benefício de Pecúlio por Morte, avaliado, por Repartição Simples () no que se refere ao benefício de Auxílio-Doença e avaliado por Repartição de Capital de Cobertura (***) no que se refere ao benefício de Auxílio-Reclusão, na posição de 31/12/2009:**

(*) na versão de Crédito Unitário Projetado (em inglês, Projected Unit Credit)

(**) em inglês, este método é denominado "pay as you go".

(***) em inglês, este método é denominado "terminal method".

IMPORTANTE: No Aditivo nº 1, encontram-se detalhados os Regimes Financeiros de Capitalização (inclusive na versão do Crédito Unitário), de Repartição Simples e de Repartição de Capital de Cobertura, adotados na Avaliação Atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq.

QUADRO I

TIPO DE BENEFÍCIO	Custo em % da folha de salário de participação
(1) Aposentadorias Não Decorrente de Invalidez (VIDE NOTA 1)	6,81%
(2) Aposentadoria por Invalidez	1,64%
(3) Pensão por Morte: Cota Familiar: 50%/Cota Individual: 10% (VIDE NOTA 2)	1,60%
(4) Auxílio-Doença (*)	0,65%
(5) Pecúlio por Morte	0,70%
(6) Resgate de Contribuições	0,38%
(7) Custo Normal Puro (sem sobrecarga para despesas administrativas) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)-(6)	11,78%
(8) Custo relativo à Sobrecarga Administrativa (**)	2,08%
(9) Custo Normal Carregado (com sobrecarga para despesas administrativas) = (7)+(8)	13,86%

(*) Inclui Auxílio-Reclusão.

(**) Igual a 15% das contribuições previdenciárias.

NOTA: Inclui 0,38% relativo a estimativa de custo normal dos resgates de contribuições.



B) Plano de Custeio do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq destinada a dar cobertura aos Custos apresentados no Quadro I do item 1 anterior:

1. Contribuição das Patrocinadoras:

A Contribuição da patrocinadora se destina a custear parte do custo relativo ao Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, inclusive no que se refere ao custeio administrativo.

Contribuições mensais iguais às contribuições dos participantes ativos (excusive às destinadas à cobertura da Jôia Atuarial) do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, sendo 15% (quinze por cento) dessas contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas.

2. Contribuição dos Participantes:

A contribuição dos participantes se destina a custear parte do custo relativo ao Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, inclusive no que se refere ao custeio administrativo.

2.1. Participantes Ativos:

- Iguais as estabelecidas na avaliação atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, com os descontos ou os acréscimos estabelecidos em reavaliações atuariais desse Plano, incidentes sobre os Salários de Participação dos participantes ativos.

2.2. Participantes Assistidos:

- Iguais as estabelecidas na avaliação atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, com os descontos ou os acréscimos estabelecidos em reavaliações atuariais desse Plano, incidentes sobre os Salários de Participação dos participantes assistidos.

C) Provisões Atuariais do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq:

1. Definições das Provisões Atuariais constantes do plano de contas em vigor:

- 1.1. Provisões Matemáticas: igual ao somatório das Provisões de Benefícios Concedidos, com as Provisões de Benefícios a Conceder e com a Provisão Matemática a Constituir, a seguir definidos.**



- 1.1.1.) Provisão de Benefícios Concedidos:** registra o somatório de valor atual dos Benefícios já em fase de pagamento, devidamente deduzidos das contribuições, que incidem sobre os salários de participação dos participantes assistidos, destinadas ao custeio do Plano, feitas por esses participantes assistidos e, quando for o caso, pela Patrocinadora.
- a) **Benefícios de Plano:** registra o somatório do valor atual dos Benefícios já em fase de pagamento, devidamente deduzidos das contribuições, que incidem sobre os salários de participação dos participantes assistidos, destinadas ao custeio do Plano, feitas tão-somente por esses participantes assistidos.
 - b) **Contribuição da patrocinadora sobre os benefícios:** registra, quando for o caso, o valor atual das contribuições realizadas pela Patrocinadora, incidentes sobre os salários de participação dos que já são participantes assistidos.
- 1.1.2.) Provisão de Benefícios a Conceder:** registra o somatório do valor atual dos Benefícios que ainda não estão em fase de pagamento, devidamente deduzidos das contribuições da patrocinadora e dos participantes ativos que incidirão sobre os salários de participação desses participantes ativos até a concessão dos benefícios e das contribuições desses mesmos participantes ativos e, quando for o caso, da Patrocinadora, após a entrada em gozo dos benefícios.
- a) **Benefícios do Plano com a Geração Atual:** registra o somatório do valor atual dos Benefícios que ainda não estão em fase de pagamento, devidamente deduzidos das contribuições que incidirão sobre os salários de participação dos participantes ativos quando os mesmos se tomarem assistidos, feitas tão-somente por esses participantes.
 - b) **Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual:** registra, quando for o caso, o valor atual das contribuições que serão realizadas pela Patrocinadora, incidentes sobre os salários de participação dos participantes ativos quando os mesmos se tornarem participantes assistidos.
 - c) **Outras Contribuições da Geração Atual:** registra o valor atual das contribuições da Patrocinadora e dos participantes ativos que incidirão sobre os salários de participação desses mesmos participantes ativos até a concessão dos Benefícios.

ANEXO ITEM 7c

Previdência Privada



1.1.3.) Provisão Matemática a Constituir: registra o valor atual das contribuições extraordinárias, devidamente comprometidas com a amortização de tempo de serviço passado ou com a amortização de Déficit Técnico já equacionado, estabelecidas no Plano de Custeio do Plano, não incluídas no cálculo das Provisões de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder.

1.2. Resultado Técnico Acumulado: registra a diferença (se positiva, Superávit, e, se negativa, Déficit) entre o Ativo Líquido do Plano e o valor das Provisões Matemáticas do Plano, com as aberturas a seguir apresentadas, em caso desse Resultado Acumulado ser positivo (ou seja, de existir Superávit Técnico Acumulado):

a) **Reserva de Contingência:** registra o excesso do Ativo Líquido do Plano em relação ao montante das Provisões Matemáticas do Plano, até o máximo do correspondente a 25% (vinte e cinco) por cento dessas Provisões Matemáticas, tendo como objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais, observando o que for atuarialmente estabelecido com base na legislação aplicável.

b) **Reserva para Revisão do Plano:** registra a parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite do Superávit Técnico Acumulado passível de ser registrado como Reserva de Contingência, tendo como objetivo, respeitado o estabelecido na legislação aplicável, realizar revisão no Plano de Custeio ou no Plano de Benefício.

1.3. Fundo Atuarial Previdencial : constituído no âmbito do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores de Benefícios (incluindo os Benefícios Saldados), dar cobertura, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente às relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, para dar cobertura, em virtude das autoridades competentes terem não se posicionado durante tantos anos, de eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas deste Plano, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força da Lei, de Regime Celetista (CLT) para Regime Jurídico Único (RJU).



2. Valores das Provisões Matemáticas e Fundo (Atuarial) Previdencial na posição de 31/12/2009 definidos no item 1 deste inciso C (em reais):

I. Provisões Matemáticas	456.446.482,00
1. Provisão de Benefícios Concedidos	137.438.029,00
1.1. Benefícios do Plano	137.438.029,00
1.2. Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios	(-----)
2. Provisão de Benefícios a Conceder	319.008.453,00
2.1. Benefícios do Plano	409.306.165,00
2.2. Contribuições da Patrocinadora Sobre Benefícios Geração Atual	(-----)
2.3. Outras Contribuições Geração Atual	(90.297.712,00)
II. Déficit Técnico Acumulado	-
III. Reserva de Contingência	56.750.340,63
IV. Reserva Especial para Revisão do Plano	-
V. Ativo Líquido do Plano em 31/12/2009	513.196.822,63

IMPORTANTE: Com relação ao Fundo (Atuarial) Previdencial, em 31/12/2009, seu valor era de R\$ 197.146.802,26.

NOTA 1: O Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, registra ainda o seguinte Fundo na posição de 31/12/2009, fora do Ativo Líquido do Plano e do referido fundo (Atuarial) Previdencial:

- Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento), no valor de R\$ 1.787.150,97.

NOTA 2: Também, fora do Ativo Líquido do Plano e do referido Fundo (Atuarial) Previdencial, o Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq registra, na posição de 31/12/2009, uma Provisão no valor de R\$ 3.606.838,28, relativa a questionamento de expargos inflacionários envolvendo valores pagos como Resgate de Contribuições.



D) Rentabilidade Líquida do Ativo Líquido Previdencial, constituído de Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluídos os Benefícios Saldados, do Fundo (Atuarial) Previdencial desse Plano, do início do mês de Janeiro de 2009 até o final do mês de Dezembro de 2009 pelo Método da Taxa Interna de Retorno (TIR) :

Pelo Método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a rentabilidade nominal Líquida obtida pelo Ativo Líquido Previdencial, constituído do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluídos os Benefícios Saldados, do Fundo (Atuarial) Previdencial desse Plano, do início do mês de Janeiro de 2009 até o final do mês de Dezembro de 2009, foi de mais 19,95%.

Deve-se destacar que a Meta Atuarial de Rentabilidade Nominal Líquida ao longo do exercício de 2009, correspondeu ao INPC do IBGE (aplicado sem qualquer defasagem) acrescido de juros reais equivalentes a 5% ao ano, o que corresponde a 9,32%.

Comentários: A Rentabilidade Nominal Líquida, obtida do início de janeiro de 2009 até o final de dezembro de 2009, de mais 19,95% ultrapassou a Meta Atuarial de Rentabilidade Nominal Líquida desse mesmo período de 9,32%, o que, em termos reais, representou obter Rentabilidade Líquida de mais 15,21% ao ano contra uma Meta Atuarial de Rentabilidade Líquida de +5% ao ano.

E) Parecer sobre o Desempenho financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (incluindo as coberturas aos Benefícios Saldados, ou seja, ao PBS), ao longo de 2009 e sobre a situação financeiro-atuarial dessa Entidade em 31/12/2009:

- 1) O Plano de Previdência Complementar da FIPECq, que concede benefícios com base no Regulamento do Plano de Previdência Complementar da FIPECq, incluindo os Benefícios Saldados (que consistiram em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU, para conceder benefícios saldados aos mesmos), avaliado pelos mesmos regimes/métodos de financiamentos e pelas mesmas hipóteses atuariais adotados na avaliação atuarial do exercício de 2008, apresentou, em 31/12/2009, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 56.750.340,63, equivalente a 11,06% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 513.196.822,63.



- 2) À parte do referido Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados), foi constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2009:

Fundo Previdencial constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 197.146.802,26 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com a Reserva para Revisão do Plano, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamentos).

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2009, do Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 1.787.150,97.

NOTA 2: À parte, fora do Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados) e do Fundo Previdencial apresentado neste item 2, foi constituída uma Provisão de R\$ 3.606.838,28 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

- 3) Tendo em vista ter sido realizado o registro do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, que oferece benefícios complementares aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, o Fundo Previdencial no qual vinha sendo acumulada a arrecadação líquida das respectivas contribuições previdenciárias acrescida da correspondente rentabilidade líquida, passou, desde o encerramento do exercício de 2005, a constituir num Ativo Líquido específico desse Plano Previdenciário, com a conseqüente emissão, a partir do referido exercício, do correspondente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA relativo a esse Plano.
- 4) Portanto, considerando os valores do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados (que consistiram em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU, para conceder benefícios saldados aos mesmos) de R\$ 513.196.822,63 e dos Fundos Previdencial e de Seguro – Empréstimos / Financiamentos (Investimentos) discriminados no item 2 deste Parecer Atuarial de respectivamente R\$ 197.146.802,26 e R\$ 1.787.150,97, o total dos mesmos alcançou, em 31/12/2009, a R\$ 712.130.775,86.



- 5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados (que consistiram em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU para conceder benefícios saldados aos mesmos), em 31/12/2009, apresentavam as seguintes aberturas:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 137.438.029,00
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 319.008.453,00
• <u>Provisão Matemática a Constituir</u>	R\$ (0,00)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 456.446.482,00
• <u>Resultado Técnico Acumulado</u>	<u>R\$ 56.750.340,63 *1</u>
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 513.196.822,63

*1: Se negativo, é Déficit Técnico Acumulado e, se positivo, é Superávit Técnico Acumulado.

NOTA: Como é positivo, trata-se de Superávit Técnico Acumulado que, por ser inferior a 25% das Provisões Matemáticas, será integralmente registrado como Reserva de Contingência.

- 6) Nos termos do Parecer Atuarial constante do JM/1602/94, em 31/12/90, subsiste um saldo não amortizado do Compromisso Especial (Custo Suplementar Não Amortizado), cuja amortização foi suspensa pelos Patrocinadores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU tão logo esse Regime entrou em vigor, no valor original de Cr\$ 393.618.554,10 (IPEA: Cr\$ 191.600.976,15 / CNPq: Cr\$ 160.546.158,45 / INPE: Cr\$ 34.313.408,10 / INPA: Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2009 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos dos participantes celetistas, alcançou a R\$ 23.434.090,47. A FIPECq ajuizou ação de cobrança contra cada uma das patrocinadoras devedoras.
- 7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do seu Ativo Líquido Previdencial (constituído do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC), incluídos os Benefícios Saldados e o Fundo Previdencial do próprio PPC ao longo de 2009, foi de mais 19,95% contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 9,32% o que em termos reais, representou obter mais 15,21% contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, tendo sido a obtenção de rentabilidade líquida bem acima da meta atuarial de rentabilidade o fato que possibilitou o aumento significativo do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2008 para 31/12/2009.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2009, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de mais 20,71%.



- 8) Informações recebidas da **FIPECq**, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.
- 9) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluídos os Benefícios Saldados (VER FATO RELEVANTE AO FINAL DESTES ITEM 9), apresentadas de forma aberta no item 5 deste Parecer Atuarial, e ao decorrente valor do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, bem como com relação ao valor do Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela **FIPECq** e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da **FIPECq** para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

FATO RELEVANTE: Conforme Nota Técnica do PBS, apresentada em anexo ao JM/1266/91 de 28/05/1991, o Benefício Saldado tomou por base um Benefício Mínimo de 20% do Salário Real de Benefício, devidamente proporcionalizado ao tempo de filiação ao Plano de Previdência Complementar – PPC existente em 01/01/1991, sendo que um Benefício Saldado avaliado por esse procedimento (Benefício Mínimo / Proporcionalidade ao Tempo de Filiação) objetivou assegurar que as contribuições dos participantes, com as devidas rentabilidades obtidas, fossem suficientes para o custeio desse Benefício Saldado, sem necessidade de utilizar-se das parcelas contributivas vertidas pela Patrocinadora em relação aos que foram alcançados pelo RJU, que aconteceria se o Benefício Saldado tomasse por base o valor do Benefício Total (Mínimo + Parte Excedente ao Mínimo) e não apenas o Benefício Mínimo.

Portanto, pode-se afirmar que nas Provisões Matemáticas do PPC da **FIPECq** não há Benefício Saldado financiado com base em contribuições patronais, mas tão somente financiados por contribuições de participantes, com as respectivas rentabilidades obtidas.

- 10) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 56.750.340,63, existente em 31/12/2009, devidamente registrado como Reserva de Contingência, é a cobertura à desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação ao Retorno dos Investimentos ou seja em relação às Tábuas Biométricas ou seja em relação a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de retorno de investimentos. Subsidiariamente, o Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, tem idêntica destinação.



F) Bases Técnicas adotadas no presente estudo atuarial

As bases técnicas adotadas compreendem:

1) Bases Econômico-Financeiras:

- Índice de Preços: INPC do IBGE.
- taxa real de juros: 5% ao ano.
- taxa real de crescimento salarial: (média de 3,14% ao ano): obtida considerando-se duas componentes:
 - a primeira, devido ao mérito pessoal, foi obtida através de uma "cross section" das distribuições do salário médio por idade, representando, em média, cerca de 1,116% ao ano; e
 - a segunda, devida à produtividade geral, considerada na taxa anual de 2%, pois trata-se de uma projeção que deverá abranger um horizonte de planejamento de 20 a 40 anos.
- fator de capacidade dos Salários e dos Benefícios preservarem seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes sucessivos ao longo dos anos futuros: 0,98 ou 98%.
- rotatividade (saída de filiados com direito somente à devolução das contribuições por eles realizadas): considerada nula, de forma a ficar plenamente compatível com as opções mais vantajosas para o participante, que são o autopatrocínio e o enquadramento no Benefício Proporcional Diferido (BPD).

2) Bases Biométricas:

- mortalidade geral (valores de q_x): AT-2000.
- mortalidade de inválidos (valores de q_x^i): AT-83.
- entrada em invalidez (valores de i_x): LIGHT- MÉDIA
- mortalidade de ativos (valores de q_x^{aa}): obtida pelo método de Hamza a partir das 3 tábuas anteriores.
- composição de família (expressa pelos valores de $H_x^{(12)}$):
essa composição média foi obtida para cada idade a partir de observação direta em empresas similares e permitiu que se calculasse as anuidades de grupo de pensionistas ($H_x^{(12)}$) na taxa real de juros de 5% ao ano.

NOTA: As bases biométricas (técnicas) adotadas encontram-se no Aditivo nº 2 ao presente desempenho atuarial.



G) Resumos dos Dados Cadastrais utilizados no presente desempenho atuarial:

1) Estatísticas dos Participantes que ainda não estão em gozo de benefício na data base de 30/11/2009:

Referência	Participantes Ativos (Não Assistidos) (Exclusivo os em Benefício Proporcional Saldado)	Participantes Não Assistidos enquadrados em Benefício Proporcional Saldado
Quantidade Total	556	16
Quantidade Total Homens	296	16
Quantidade Total Mulheres	260	-
Idade Média em anos	49	58
Total do Salário de Participação	R\$ 4.426.353,86	-


2) Estatísticas dos Participantes que já estão em gozo de benefício na data base de 30/11/2009:

Referência	Participantes Assistidos sem ser por Invalidez	Participantes Assistidos por Invalidez	Famílias de Pensionistas
Quantidade Total	143	27	124
Idade Média em anos	71	63	75 (*1)
Benefício Mensal (Total)	R\$ 656.443,84	R\$ 84.171,42	R\$ 214.450,56

(*1) Idade média em anos que o filiado falecido que deu origem ao pagamento da pensão por morte teria se ainda estivesse vivo.

NOTA: Os arquivos relativos a essas estatísticas nos foram fornecidos pela FIPECq.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2010


JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426



Aditivo n°1 ao Desempenho Atuarial (Balanço Atuarial Completo) do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (incluindo as coberturas relativas aos Benefícios Saldados, ou seja, ao PBS), ao longo de 2009, bem como o plano de custeio a vigorar ao longo de 2010:

ALGUMAS FORMAS USUAIS DE MODELAGEM DE FINANCIAMENTOS DE PLANOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES: *(Fundamentos, Concepções e definições básicos referentes a diferentes Regimes/Métodos de Financiamento de Planos de Aposentadoria e Pensão).*

- BASEADO NO TEXTO – “FUNDAMENTOS DE FINANCIAMENTO DE APOSENTADORIAS”

- AUTOR C.L., TROWBRIDGE

1) Introdução:

Vamos supor a existência de uma população estacionária, ou seja, de uma população que recebe no início de cada ano uma quantidade constante de novos entrados e que tem seus componentes sujeitos a decrementos que permanecem constantes ao longo do tempo, de tal forma que, em números absolutos e relativos, o quantitativo de pessoas a cada idade será sempre constante.

Nesta situação, se dará a seguinte situação de equilíbrio ao longo do tempo, dentro de cada ano t :

$$C_t + J_t = B_t$$

onde: C_t é a contribuição previdenciária a ser recebida no ano t ;

J_t é o juros do Fundo Previdenciário (esse Fundo, por definição, terá valor exatamente igual à Reserva Suplementar necessária ao equilíbrio do Plano) a serem auferidos no ano t ;

B_t é a despesa com benefício a ser paga no ano t .

Portanto, em decorrência de que $C_t + J_t = B_t$, o Fundo Previdenciário aqui referido, assumirá, em regime permanente, um valor constante ao longo do tempo.



2) Regimes/Métodos de Financiamento a serem considerados:

2.1.) Regime de Financiamento de Repartição Simples:

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária ao pagamento das despesas (liquidas de contribuições descontadas do benefício) com aposentadoria (benefícios) relativas ao ano presente.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar, por concepção, é zero (nula).
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Não há condições para continuar pagando os benefícios já concedidos e, por mais razão ainda, os benefícios a conceder da geração atual e das gerações futuras. (Colapso total e imediato para todos os segurados).

2.2.) Regime de Financiamento de Repartição de Capital de Cobertura:

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária para que seja constituído um capital igual ao valor atual do que se espera pagar aos segurados que estão entrando em aposentadoria (benefício) no ano presente até que o pagamento desse benefício venha a ter fim (liquido das contribuições descontadas do benefício).
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao que se espera pagar aos que entraram em aposentadoria (benefício) até o ano anterior ao presente.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Só há condições de continuar pagando os benefícios já concedidos até o ano anterior ao presente e não há condições para pagar qualquer parcela dos benefícios a conceder da geração atual e das gerações futuras. (Não há qualquer colapso para os segurados que tiveram seus benefícios concedidos até o ano anterior ao presente, porém há colapso total e imediato para todos os demais segurados).

2.3.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Crédito Unitário (Projetado):

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária para constituir no ano presente a proporção $1/(r-a)$ do valor atual das aposentadorias (benefícios) a conceder aos segurados da geração atual, sendo a a idade inicial de atividade e r a idade inicial de inatividade (aposentadoria normal), tomando por base o benefício líquido das contribuições.



- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual à 100% (cem por cento) do valor atual dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados até o ano anterior ao presente e aos segurados que já tenham condições para se aposentar, acrescido da proporção $(x-a)/(r-a)$ do valor atual dos benefícios que se espera pagar aos segurados da geração atual que ainda não tenham condições para se aposentar, sendo x a idade atual do segurado.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Há condições para se continuar pagando de forma integral os benefícios já concedidos e os benefícios a serem concedidos aos segurados que já têm condições para se aposentar, bem como há condições de se vir a pagar, quando a idade normal de aposentadoria for atingida, a proporção $(x-a)/(r-a)$ dos benefícios relativos aos segurados da geração atual que ainda não têm condições para se aposentar.

2.4.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método da Idade à Entrada Normal:

- **Custo Normal:** corresponde ao somatório da quantia contributiva nivelada anual, individualmente calculada, que cada segurado, que ingresse na atividade com a idade a , terá de pagar ao longo dos anos contados desde o do ingresso, para constituir, previamente à concessão do benefício, o capital equivalente ao valor atual do que se espera pagar a esses segurados como aposentadoria (benefício), tomando por base o benefício líquido das contribuições.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao valor atual da totalidade dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados e aos segurados ainda não aposentados, deduzido do valor atual da totalidade das contribuições destinada a financiar esses benefícios.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Há condições para se continuar pagando de forma integral os benefícios já concedidos e os benefícios a serem concedidos aos segurados que já têm condições para se aposentar, bem como para pagar a proporção existente entre a Reserva Suplementar e o valor atual da totalidade do benefício futuro de cada segurado da geração atual que ainda não tem condições de se aposentar.



2.5.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Financiamento Inicial:

- **Custo Normal:** corresponde à contribuição única a ser feita pela totalidade dos segurados em relação aos que estão ingressando no ano em curso para que estes, desde já, independente de novas contribuições, tenham assegurado o recebimento da totalidade do benefício quando alcançarem a idade normal de aposentadoria.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao valor atual da totalidade dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados e aos segurados ainda não aposentados.

• **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Todos os segurados inativos e ativos da geração atual têm condições de receber a partir da idade normal de aposentadoria a integralidade dos seus benefícios.

2.6.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Financiamento Completo:

- **Custo Normal:** corresponde, por definição, a Zero.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, um Capital tal que os juros por ele propiciados no ano presente é igual à totalidade dos benefícios a serem pagos nesse mesmo ano, sem necessidade de qualquer nova contribuição.

• **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Todos os segurados inativos e ativos da geração atual e das gerações futuras têm condições de receber a partir da idade normal de aposentadoria a integralidade dos seus benefícios.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2010

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO NERA 426

ENTIDADE											
SIGLA: FIPECq		1		CÓDIGO: 01451						2	
RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA - FIPECq										3	
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL - PPE / CNPB: 19.910.005-29										4	
PATROCINADORAS: IPEA, CNPq, INPE E INPA										5	
MOTIVO DA AVALIAÇÃO:		X		AVALIAÇÃO ANUAL		IMPLANTAÇÃO DE PLANO		OUTROS:		6	
ATUARIO RESPONSÁVEL											
NOME: JOSÉ ROBERTO MONTELLO		7		MTB: 426		8		MIBA: 426		9	
EMPRESA: JESSÉ MONTELLO SERV. TÊC. EM ATUÁRIA E ECON. LTDA.		11		CGC/CNPJ: 30.020.036/0001-06		10		FONE CONT.: (21) 2553-0900		12	
AVALIAÇÃO DA ENTIDADE											
DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2009		13		DATA BASE: 30/11/2009		14		MOEDA: R\$ 1,00		15	
DADOS DO PLANO											
SITUAÇÃO DO PLANO:		EM MANUTENÇÃO (X)		EM EXTINÇÃO ()		16		SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVACÃO		17	
CARACTERÍSTICAS DO PLANO											
BENEFÍCIOS		18		NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO		19		MODALIDADE DO BENEFÍCIO		20	
COMPL. APOS. INVALIDEZ		(SRB) MENOS P (*1) VEZES (SRB)		BENEFÍCIO DEFINIDO		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		21	
COMPL. PENSÃO POR MORTE		60% A 100% DA COMPL. APOS. INVALIDEZ		BENEFÍCIO DEFINIDO		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		22	
PECÚLIO POR MORTE		10 VEZES (SRB)		BENEFÍCIO DEFINIDO		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		23	
OBSERVAÇÕES:											
(*) É a Proporcionalidade que for aplicada quando da concessão dos proventos de aposentadoria por invalidez, quando essa aposentadoria for concedida de forma proporcional pelo Regime Jurídico Único											
NOTA: Os benefícios de Prestação Continuada tem uma mensalidade adicional no último mês do ano de valor igual a 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses em gozo de benefício no ano, do valor do benefício do mês de dezembro do mesmo ano.											

Handwritten signature and initials: *Handwritten signature and initials*

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SIGLA: FIPECq		1		2	
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL-PPE / CNPB: 19.910.005-29		CÓDIGO: 01451			
PATROCINADORAS: IPEA, CNPq, INPE E INPA.					
ITEM	R\$	ITEM	CUSTO		
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (NOTA)	35.654.901,08	24			2
PROVISÕES MATEMÁTICAS	35.654.901,08	25			4
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.701.459,74	26			3
Benefícios do Plano	5.701.459,74	27		0,25%	45
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-	28		0,10%	46
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29		-	47
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30		0,50%	48
BENEFÍCIOS A CONCEDER	25.953.441,34	31		-	49
Benefícios do Plano com a Geração Atual	25.953.441,34	32		---	50
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-	33		---	51
Outras Contribuições da Geração Atual	-	34		---	52
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35		0,85%	53
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36			54
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37			55
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-	38		0,15%	56
Serviço Passado	-	39		1,00%	57
Déficit Equacionado	-	40			58
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	41			59
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	42			60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	43		1,00%	61
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	-	44		1,00%	62
					63
					64
				1,00% (*)	65
					66

Observações: VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO: JANEIRO/2016.

IMPORTANTE: COMO TODOS OS BENEFÍCIOS SÃO AVALIADOS PELO REGIME DE REPARTIÇÃO, TODO O EXCESSO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO EM RELAÇÃO AO VALOR DAS PROVISÕES (MATEMÁTICAS) DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ENCONTRA-SE REGISTRADO COMO PROVISÕES (MATEMÁTICAS) DE BENEFÍCIOS A CONCEDER.

(*)1 DESTINADA INTEGRALMENTE AO CUSTEIO DO BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE (E A SOBRECARGA ADMINISTRATIVA).

NOTA: ESSE ATIVO LÍQUIDO SÓ INCLUI OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA DAR COBERTURA ÀS PROVISÕES MATEMÁTICAS, PORTANTO NÃO INCLUI O FUNDO DE INVESTIMENTOS DE R\$ 64.367,41, QUE TAMBÉM INTEGRA O ATIVO LÍQUIDO TOTAL DO PPE.

ANEXO ITEM 7d

Previdência Privada



Anexo ao JM/0541/2010-5 de 25/02/2010

Demonstrativo Atuarial (Balanço Atuarial Completo) do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq ao longo de 2009, bem como o plano de custeio a vigorar ao longo de 2010:

A) Custo do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq avaliado pelo Regime Financeiro de Repartição de Capital de Cobertura (*) no que se refere aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte e avaliado por Repartição Simples (**) no que se refere ao benefício de Pecúlio por Morte, na posição de 31/12/2009:

(*) em inglês, este método é denominado "Terminal method".

(**) em inglês, este método é denominado "pay as you go".

IMPORTANTE: No Aditivo nº 1, encontram-se detalhados todos os Regimes Financeiros, inclusive os de Repartição de Capital de Cobertura e de Repartição Simples, adotados na Avaliação Atuarial do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq.

QUADRO I

TIPO DE BENEFÍCIO	Custo em % da folha do salário de participação
(1) Aposentadoria por Invalidez	0,25%
(2) Pensão por Morte	0,10%
(3) Pecúlio por Morte	0,50%
(4) Custo Normal Puro (sem sobrecarga para despesas administrativas) (4) = (1)+(2)+(3)	0,85%
(5) Custo relativo à Sobrecarga Administrativa (*)	0,15%
(6) Custo Normal Carregado (com sobrecarga para despesas administrativas) (6) = (4) + (5)	1,00%

(*1): Igual a 15% das contribuições previdenciárias.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

1) O presente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), apresenta a avaliação em separado do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, destinado a dar continuidade às coberturas adicionais, que eram dadas em relação ao Regime Geral de Previdência Social pelo Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, mas que não estão contempladas na cobertura previdenciária dada pelo Regime Unívoco - RU1, aos servidores alcançados por esse Regime Jurídico.

2) Até o exercício de 2004, as Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Especial - PPE vinham sendo registradas num Função Previdencial, porém, com a obtenção do registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), tornou-se necessário a realização da constituição das Provisões Matemáticas específicas e a emissão de um Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA específico para o PPE.

3) A situação atuarial do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, em 31/12/2009, encontra-se atuarialmente equilibrada, podendo ser mantido ao longo do ano de 2010, o Plano de Custeio vigente ao final do exercício de 2009.

NOTA: As informações das áreas contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2009, do Fundo Seguro - Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 64.367,41.

4) Portanto, considerando o valor do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial - PPE de R\$ 35.654.901,08 arrojado no Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamentos (Investimento) discriminado no item 3 deste Parecer Atuarial de R\$ 64.367,41, alcançou, em 31/12/2009, o R\$ 35.719.268,49.

5) C) Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano, em 31/12/2009, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 9.701.459,74
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 25.953.441,34
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (.....)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 35.654.901,08
• Superávit Técnico Acumulado	R\$
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 35.654.901,08

NOTA: Como todos os benefícios são avaliados pelo Regime de Regatização, todo o excesso do Ativo Líquido do Plano em relação ao valor das Provisões (Matemáticas) de Benefícios Concedidos encontra-se registrado como Provisões (Matemáticas) de Benefícios a Conceder.

6) A rentabilidade nominal líquida obtida pela FIPECq na aplicação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial - PPE, ao longo de 2009, foi de mais 19,82%, contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação, tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 9,32%, o que, em termos reais, representou obter mais 15,09% ao ano contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq, obtida ao longo de 2009, medida também pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, foi de mais 20,71%.

RIO DE JANEIRO, 25 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

Roberto Telveira de Carvalho
Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO

Raimundo Otáide Picanço Filho
Representante do INPA

ASS. REPRESENTANTE DO INPE
Acácio Antonio Olive

Pérola Marco Antônio Davison
Representante do INPA

JOSÉ ROBERTO MONTELLI
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

Carlos Roberto Silveira Mello Filho
Representante do INPA
ASS. REPRESENTANTE DA PATRONADORA
NOME - CARGO
Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP



B) Plano de Custeio do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq destinado a dar cobertura aos Custos apresentados no Quadro I do item 1 anterior:

1. Contribuição das Patrocinadoras:

Considerando que, com o advento do Regime Jurídico Único (RJU), as coberturas previdenciárias do Regime de Previdência Estatal foi ampliado em relação às coberturas dadas pela Previdência Social (representada pelo INSS), tal ampliação justifica o fato do Plano de Custeio do Plano de Previdência Especial da FIPECq não estabelecer contribuição patronal.

2. Contribuição dos Participantes:

A contribuição dos participantes se destina a custear todo o custo relativo ao Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, inclusive no que se refere ao custeio administrativo.

2.1. Participantes:


- Iguais as estabelecidas na avaliação atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, com os descontos ou os acréscimos estabelecidos em reavaliações atuariais desse Plano, incidentes sobre os Salários de Participação dos participantes.

2.2. Assistidos:

- Iguais as estabelecidas na avaliação atuarial do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, com os descontos ou os acréscimos estabelecidos em reavaliações atuariais desse Plano, incidentes sobre os Salários de Participação dos assistidos.

C) Provisões Atuariais do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq:

1. Definições das Provisões Atuariais constantes do plano de contas em vigor:

- 1.1. Provisões Matemáticas:** igual ao somatório das Provisões de Benefícios Concedidos, com as Provisões de Benefícios a Conceder e com a Provisão Matemática a Constituir, a seguir definidos. 



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

- 1.1.1.) **Provisão de Benefícios Concedidos:** registra o somatório do valor atual dos Benefícios já em fase de pagamento.
- a) **Benefícios do Plano:** registra o somatório do valor atual dos Benefícios já em fase de pagamento.
 - b) **Contribuição da patrocinadora sobre os benefícios:** Não há.
- 1.1.2.) **Provisão de Benefícios a Conceder:** registra a diferença, não negativa, entre o valor do Ativo Líquido do Plano e o valor da Provisão de Benefícios Concedidos deduzidos das contribuições dos participantes ativos que incidirão sobre os salários de participação desses participantes ativos até a concessão dos benefícios.
- a) **Benefícios do Plano com a Geração Atual:** registra, também, a diferença, não negativa, entre o valor do Ativo Líquido do Plano e o valor da Provisão de Benefícios Concedidos.
 - b) **Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual:** Não há.
 - c) **Outras Contribuições da Geração Atual:** em razão de se adotar tão-somente o Regime de Repartição, não há valores a serem aqui registrados.
- 1.1.3.) **Provisão Matemática a Constituir:** em razão de se adotar tão-somente o Regime de Repartição, não há valores a serem aqui registrados.
- 1.2. **Resultado Técnico Acumulado:** registra a diferença entre o Ativo Líquido do Plano e o valor das Provisões Matemáticas, sendo que, pela forma de se registrar o valor da Provisão de Benefícios a Conceder, em função de se estar adotando, tão-somente, o regime da Repartição, esse resultado será sempre nulo ou negativo.
- 1.3. **Fundo Atuarial Previdencial :** poderá vir a ser constituído, no âmbito do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores de Benefícios ou que também tenham implicações com as coberturas dadas por esse Plano.



2. Valores das Provisões Matemáticas e Fundo (Atuarial) Previdencial na posição de 31/12/2009 definidos no item 1 deste inciso C (em reais):

I. Provisões Matemáticas.....		35.654.901,08
I. Provisão de Benefícios Concedidos.....	9.701.459,74	
I.1. Benefícios do Plano.....	9.701.459,74	
I.2. Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios.....	(—)	
II. Provisão de Benefícios a Conceder.....	25.953.441,34	
2.1. Benefícios do Plano.....	25.953.441,34	
2.2. Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios Geração Atual.....	(—)	
2.3. Outras Contribuições Geração Atual.....	(—)	
II. Reserva de Contingência.....		
III. Reserva Especial para Revisão do Plano.....		
IV. Ativo Líquido do Plano em 31/12/2009.....		35.654.901,08

NOTA: O Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, registra ainda o seguinte Fundo na posição de 31/12/2009, fora do Ativo Líquido do Plano:

- Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento) no valor de R\$ 64.367,41.

D) Rentabilidade Líquida do Ativo Líquido Previdencial, constituído de Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial – PPE do início do mês de Janeiro de 2009 até o final do mês de Dezembro de 2009 pelo Método da Taxa Interna de Retorno (TIR):

Pelo Método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a rentabilidade nominal Líquida obtida pelo Ativo Líquido Previdencial, constituído do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial – PPE desse Plano, do início do mês de Janeiro de 2009 até o final do mês de Dezembro de 2009, foi de mais 19,82%.

Deve-se destacar que a Meta Atuarial de Rentabilidade Nominal Líquida ao longo do exercício de 2009, correspondeu ao INPC do IBGE (aplicado sem qualquer defasagem) acrescido de juros reais equivalentes à 5% ao ano, o que corresponde a 9,32%.

Comentários: A Rentabilidade Nominal Líquida, obtida do início de janeiro de 2009 até o final de Dezembro de 2009, foi de mais 19,82% ultrapassando a Meta Atuarial de Rentabilidade Nominal Líquida desse mesmo período de 9,32%, o que, em termos reais, representou obter Rentabilidade Líquida de mais 15,09% ao ano contra uma Meta Atuarial de Rentabilidade Líquida de + 5% ao ano.



E) Parecer sobre o Desempenho financeiro-atuarial do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq ao longo de 2009 e sobre a situação financeiro-atuarial desse Plano em 31/12/2009:

- 1) O presente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), apresenta a avaliação em separado do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, destinado a dar continuidade às coberturas adicionais, que eram dadas em relação ao Regime Geral de Previdência Social pelo Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, mas que não estão contempladas na cobertura previdenciária dada pelo Regime Jurídico Único – RJU, aos servidores alcançados por esse Regime Jurídico.
- 2) Até o exercício de 2004, as Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Especial - PPE vinham sendo registradas num Fundo Previdencial, porém, com a obtenção do registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), tornou-se necessário a realização da constituição das Provisões Matemáticas específicas e a emissão de um Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA específico para o PPE.
- 3) A situação atuarial do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, em 31/12/2009, encontra-se atuarialmente equilibrada, podendo ser mantido ao longo do ano de 2010, o Plano de Custeio vigente ao final do exercício de 2009.

NOTA: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2009, do Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento) no valor de R\$ 64.367,41.

- 4) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano, em 31/12/2009, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 9.701.459,74
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 25.953.441,34
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (-----)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 35.654.901,08
• Superávit Técnico Acumulado	R\$ -----
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 35.654.901,08

NOTA: Como todos os benefícios são avaliados pelo Regime de Repartição, todo o excesso do Ativo Líquido do Plano em relação ao valor das Provisões (Matemáticas) de Benefícios Concedidos encontra-se registrado como Provisões (Matemáticas) de Benefícios a Conceder.



- 5) A rentabilidade nominal líquida obtida pela FIPECq na aplicação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial – PPE), ao longo de 2009, foi de mais 19,82%, contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, com qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação, tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 9,32%, o que, em termos reais, representou obter mais 15,09% ao ano contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq, obtida ao longo de 2009, medida também pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, foi de mais 20,71%.

- 6) Informações recebidas da FIPECq, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.
- 7) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial), apresentadas de forma aberta no item 4 deste Parecer Atuarial, atestamos que as mesmas foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.

F) Bases Técnicas adotadas no presente estudo atuarial:

As bases técnicas adotadas compreendem:

1) bases econômico-financeiras:

- Índice de Preços: INPC do IBGE.
- Taxa Real de juros: 5% ao ano.
- Taxa Real de crescimento salarial: Não utilizado dadas as características das coberturas desse Plano só incluem benefícios de risco.
- Fator de Capacidade dos Salários e dos Benefícios preservarem seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes sucessivos ao longo dos anos futuros: 0,98 ou 98%.
- Rotatividade (saída de filiados com direito somente à devolução das contribuições por eles realizadas): -



ii) bases biométricas:

- mortalidade geral (valores de q_x): AT-2000.
- mortalidade de inválidos (valores de q_x^i): AT-83.
- entrada em invalidez (valores de i_x): LIGHT- MÉDIA
- mortalidade de ativos (valores de q_x^{aa}): obtida pelo método de Hamza a partir das 3 tábuas anteriores.
- composição de família (expressa pelos valores de $H_x^{(1,2)}$):
essa composição média foi obtida para cada idade a partir de observação direta em empresas similares e permitiu que se calculasse as anuidades de grupo de pensionistas ($H_x^{(1,2)}$) na taxa real de juros de 5% ao ano.

NOTA: As bases biométricas (técnicas) adotadas encontram-se no Aditivo nº 2 ao presente desempenho atuarial.

G) Resumos dos Dados Cadastrais utilizados no presente desempenho atuarial:

1.) Estatísticas dos que ainda não estão em gozo de benefício na data base de 30/11/2009:

Referência	Participantes
Quantidade Total	2.186
Quantidade Total Homens	1.322
Quantidade Total Mulheres	864
Idade Média em anos	55
Total do Salário de Participação	R\$ 12.823.611,95

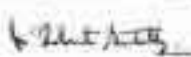
2.) Estatísticas dos que já estão em gozo de benefício na data base de 30/11/2009:

Referência	Participantes Assistidos por Invalidez	Famílias de Pensionistas
Quantidade Total	34	4
Idade Média em anos	56	67 (*1)
Benefício Mensal Total	R\$ 45.548,44	R\$ 5.333,12

(*1) Idade média em anos que o filiado falecido que deu origem ao pagamento da pensão por morte teria se ainda estivesse vivo.

NOTA: Os arquivos relativos a essas estatísticas nos foram fornecidos pela FIPECq.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2010


JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426



Aditivo nº1 ao Desempenho Atuarial (Balanço Atuarial Completo) do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, ao longo de 2009, bem como o plano de custeio a vigorar ao longo de 2010:

ALGUMAS FORMAS USUAIS DE MODELAGEM DE FINANCIAMENTOS DE PLANOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES: (Fundamentos, Concepções e definições básicos referentes a diferentes Regimes/Métodos de Financiamento de Planos de Aposentadoria e Pensão)

- BASEADO NO TEXTO – “FUNDAMENTOS DE FINANCIAMENTO DE APOSENTADORIAS”

- AUTOR C.L., TROWBRIDGE

1) Introdução:

Vamos supor a existência de uma população estacionária, ou seja, de uma população que recebe no início de cada ano uma quantidade constante de novos entrados e que tem seus componentes sujeitos a decrementos que permanecem constantes ao longo do tempo, de tal forma que, em números absolutos e relativos, o quantitativo de pessoas a cada idade será sempre constante.

Nesta situação, se dará a seguinte situação de equilíbrio ao longo do tempo, dentro de cada ano t :

$$C_t + J_t = B_t$$

onde: C_t é a contribuição previdenciária a ser recebida no ano t ;

J_t é o juros do Fundo Previdenciário (esse Fundo, por definição, terá valor exatamente igual à Reserva Suplementar necessária ao equilíbrio do Plano) a serem auferidos no ano t ;

B_t é a despesa com benefício a ser paga no ano t .

Portanto, em decorrência de que $C_t + J_t = B_t$, o Fundo Previdenciário aqui referido, assumirá, em regime permanente, um valor constante ao longo do tempo.



2) Regimes/Métodos de Financiamento a serem considerados:

2.1.) Regime de Financiamento de Repartição Simples:

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária ao pagamento das despesas (líquidas de contribuições descontadas do benefício) com aposentadoria (benefícios) relativas ao ano presente.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar, por concepção, é zero (nula).
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Não há condições para continuar pagando os benefícios já concedidos e, por mais razão ainda, os benefícios a conceder da geração atual e das gerações futuras. (Colapso total e imediato para todos os segurados).

2.2.) Regime de Financiamento de Repartição de Capital de Cobertura:

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária para que seja constituído um capital igual ao valor atual do que se espera pagar aos segurados que estão entrando em aposentadoria (benefício) no ano presente até que o pagamento desse benefício venha a ter fim (líquido das contribuições descontadas do benefício).
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao que se espera pagar aos que entraram em aposentadoria (benefício) até o ano anterior ao presente.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Só há condições de continuar pagando os benefícios já concedidos até o ano anterior ao presente e não há condições para pagar qualquer parcela dos benefícios a conceder da geração atual e das gerações futuras. (Não há qualquer colapso para os segurados que tiveram seus benefícios concedidos até o ano anterior ao presente, porém há colapso total e imediato para todos os demais segurados).



2.3.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Crédito Unitário (Projetado):

- **Custo Normal:** corresponde à quantia necessária para constituir no ano presente a proporção $1/(r-a)$ do valor atual das aposentadorias (benefícios) a conceder aos segurados da geração atual, sendo a a idade inicial de atividade e r a idade inicial de inatividade (aposentadoria normal), tomando por base o benefício líquido das contribuições.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual à 100% (cem por cento) do valor atual dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados até o ano anterior ao presente e aos segurados que já tenham condições para se aposentar, acrescido da proporção $(x-a)/(r-a)$ do valor atual dos benefícios que se espera pagar aos segurados da geração atual que ainda não tenham condições para se aposentar, sendo x a idade atual do segurado.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Há condições para se continuar pagando de forma integral os benefícios já concedidos e os benefícios a serem concedidos aos segurados que já têm condições para se aposentar, bem como há condições de se vir a pagar, quando a idade normal de aposentadoria for atingida, a proporção $(x-a)/(r-a)$ dos benefícios relativos aos segurados da geração atual que ainda não têm condições para se aposentar.

2.4.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método da Idade à Entrada Normal:

- **Custo Normal:** corresponde ao somatório da quantia contributiva nivelada anual, individualmente calculada, que cada segurado, que ingresse na atividade com a idade a , terá de pagar ao longo dos anos contados desde o do ingresso, para constituir, previamente à concessão do benefício, o capital equivalente ao valor atual do que se espera pagar a esses segurados como aposentadoria (benefício), tomando por base o benefício líquido das contribuições.



- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao valor atual da totalidade dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados e aos segurados ainda não aposentados, deduzido do valor atual da totalidade das contribuições destinada a financiar esses benefícios.

- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Há condições para se continuar pagando de forma integral os benefícios já concedidos e os benefícios a serem concedidos aos segurados que já têm condições para se aposentar, bem como para pagar a proporção existente entre a Reserva Suplementar e o valor atual da totalidade do benefício futuro de cada segurado da geração atual que ainda não tem condições de se aposentar.

2.5.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Financiamento Inicial:

- **Custo Normal:** corresponde à contribuição única a ser feita pela totalidade dos segurados em relação aos que estão ingressando no ano em curso para que estes, desde já, independente de novas contribuições, tenham assegurado o recebimento da totalidade do benefício quando alcançarem a idade normal de aposentadoria.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, igual ao valor atual da totalidade dos benefícios que se espera pagar aos segurados já aposentados e aos segurados ainda não aposentados.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Todos os segurados inativos e ativos da geração atual têm condições de receber a partir da idade normal de aposentadoria a integralidade dos seus benefícios. R



2.6.) Regime de Financiamento de Capitalização – Método Financiamento Completo:

- **Custo Normal:** corresponde, por definição, à Zero.
- **Reserva Suplementar:** como consequência da definição dada ao Custo Normal, a Reserva Suplementar é, por concepção, um Capital tal que os juros por ele propiciados no ano presente é igual à totalidade dos benefícios a serem pagos nesse mesmo ano, sem necessidade de qualquer nova contribuição.
- **Consequência de um eventual cessamento de contribuições já no ano presente:**

Todos os segurados inativos e ativos da geração atual e das gerações futuras têm condições de receber a partir da idade normal de aposentadoria a integralidade dos seus benefícios.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2010

JOSE ROBERTO MONTELLO

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

1	2	3
SGLA: FIPECq	CÓDIGO: 01.451	
NOME DO PLANO: Plano FIPECqPREV / CNPB: 20.060.029-19		
INSTITUIDOR: Caixa de Assistência Social da FIPECq – FIPECqVIDA		
ITEM	ITEM	CUSTO
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	24	1.310.260,23
PROVISÕES MATEMÁTICAS	25	1.310.260,23
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	26	-
Benefícios do Plano	27	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	28	-
Outras Contribuições da Geração Atual	29	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	30	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	31	1.310.260,23
Benefícios do Plano com a Geração Atual	32	1.310.260,23
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	33	-
Outras Contribuições da Geração Atual	34	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	35	-
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	36	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	37	-
PROMISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	38	-
Serviço Passado	39	-
Déficit Equacionado	40	-
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	41	-
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	42	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43	-
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	44	-
CONTRIBUIÇÕES		
PATROCINADORAS	45	(1)
NORMAL	46	(1)
AMORTIZANTE	47	(1)
PARTICIPANTES ATIVOS	48	(1)
NORMAL	49	(1)
AMORTIZANTE	50	(1)
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	51	(1)
AMORTIZANTE	52	(1)
Observações: (1) Por ser Plano Instituidor não existe custeio definido (exceto no que se refere ao custo administrativo).		
(2) Contribuição Mensal e Obrigatória por parte dos participantes Ativos e Assistidos de, no máximo, em R\$ 17,13.		
(3) Não aplicável por tratar-se de Plano Instituidor (sendo permitida realização de contribuição voluntária por parte do Instituidor).		
(4) Exceto no que se refere ao custeio administrativo, referido em (2), a contribuição é livre, dependendo da escolha do interessado, de acordo com Emissões estabelecidas no Regulamento do Plano.		

A E H R

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PARECER ATUARIAL

Fl. 3/3

1) Face as características inerentes a um Plano Instituidor não existirem riscos atuariais envolvidos e, dessa forma, a situação atuarial desse Plano, por definição, seja em 31/12/2009 ou seja, em qualquer dia, estar em equilíbrio, sem apresentar Superavit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado, já que o Resultado Técnico Acumulado será sempre igual a R\$ 0,00.	
2) A variação minimal da cota do Plano PIPECq PREV, obtida de janeiro a dezembro de 2009, foi de mais 20,13176%, na obtenção do referido percentual de rentabilidade.	
3) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas a vigorar a partir de 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 desse DRAA, apresentaram a seguinte situação:	
2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos	0,00
2.3.1.1.01.01.00 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00 Benefícios a Conceder	1.310.260,23
2.3.1.1.02.01.00 Contribuição Definida	1.310.260,23
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	0,00
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.310.260,23
2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00 Provisão Matemática a Constituir	0,00
2.3.1.1.04.00.00 Provisões Matemáticas	1.310.260,23
2.3.1.2.01.01.00 Superavit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.310.260,23

RIO DE JANEIRO, 25 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

Roberto Teixeira de Carvalho
 Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras
 ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
 NOME - CARGO

JOSE ROBERTO MONTELO
 ATUARIO - MIBA Nº 426

Sônia Cristina de Moura Seabra
 Diretora Presidente
 ASS. REPRESENTANTE DA INSTITUIDORA
 NOME - CARGO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO A

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: FIPECq	1	CÓDIGO: 01451	2
NOME DO PLANO: PLANO FIPECqPREV / CNPB: 20.060.029-29			
INSTITUIDOR: CAIXA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FIPECq - FIPECqVIDA			
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			
TAXA REAL ANUAL DE JUROS		INFORMAÇÕES GERAIS	
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	*1	A-1 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	208 A-16
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	*1	A-2 QUANTIDADES DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	173 A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	*1	A-3 TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	- A-18
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS	*1	A-4 SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO	*1 A-19
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	*1	A-5 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	1 A-20
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	*1	A-6 IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	52 A-21
IPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADORES	*1	A-7 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	- A-22
IPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	*1	A-8 FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	*1 A-23
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	*1	A-9 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	- A-24
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	*1	A-10 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	- A-25
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	*1	A-11 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	- A-26
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	*1	A-12 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	- A-27
IPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	*1	A-13 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	- A-28
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	*1	A-14 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	- A-29
		A-15 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	- A-30
		A-16 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	- A-31
		A-17 QUANTIDADE - PENSÕES	- A-32
		A-18 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	- A-33
		A-19 QUANTIDADES - BENEFÍCIOS DIFER DOS	- A-34
		A-20 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A-35
		A-21 QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-36
		A-22 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-37
		A-23 QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-38
		A-24 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-39
		A-25 QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-40
		A-26 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-41

Observações: *1 Não aplicável por tratar-se de Plano Instituidor.

NOTA: O indexador de referência adotado por este plano é o INPC do IBGE e como base de referência, os juros reais de 5% ao ano.

JOSE ROBERTO MORTELLO
ATUARIO - MIBA N° 426
DE ACORDO

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME: Roberto Teixeira de Carvalho
CARGO: Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras

ASS. REPRESENTANTE DA INSTITUIDORA
NOME: Sonia Cristina de Moura Seabra
CARGO: Diretora Presidente

Caixa de Assistência Social da FIPECq
FIPECq Vida

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ITEM 11.A

Recomendações CGU

ANEXO ITEM 11.A

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
ÁREA DE AUDITORIA INTERNA - AUDI

CONSOLIDAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

CÓDIGO: 365001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 224918

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1.1.1.1	Falhas da FINEP no acompanhamento da execução de contratos de financiamento de obras cinematográficas sob a modalidade de retorno variável, impactando na dificuldade em obter o saldo devedor das produtoras inadimplentes	001	Agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes, principalmente no que se refere aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável, visando obter as informações necessárias a aferir o montante das obrigações inadimplidas, de forma que seja possível realizar sua cobrança	ACRD	<p>O Departamento de Recuperação de Crédito – DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, com relação aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável e de entrega do filme, em julho do ano corrente, vem realizando reuniões com representantes da Secretaria de Audiovisual – SAV, do Ministério da Cultura, visando obter junto a ANCINE e a Cinemateca Brasileira, informações com as quais seja possível aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar a cobrança e/ou aplicar as penalidades.</p> <p>No que concerne aos contratos de financiamentos sob as modalidades de recurso variável e de entrega do filme, foi encaminhada correspondência, em 30 de junho de 2009, solicitando novamente à SAV o envio dos documentos necessários para o encerramento dos contratos vinculados à entrega dos filmes e seus direitos, bem como encaminhamento das informações sobre o faturamento dos filmes para os contratos com retorno variável.</p>	Indeterminado	Em Andamento	Em 18 de setembro de 2009, a Secretária do Audiovisual (SAV) emitiu Ofício de aprovação expressa da renegociação com as produtoras inadimplentes junto ao Convênio FINEP/MinC (Anexo III) com a devida especificação dos termos da renegociação ora aprovada. <p>A partir do posicionamento do Ministério da Cultura, a Diretoria Executiva desta Financiadora, através da RES/DIR/0231/09, de 21/09/2009, resolveu aprovar a realização de acordos, visando a regularização da situação das produtoras de cinema inadimplentes com a FINEP, determinando às Áreas de Crédito, Financeira e Jurídica providências cabíveis (Anexo IV). Isto posto, em outubro de 2009, o Departamento de Recuperação de Crédito/ACRD, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, convocou as produtoras inadimplentes no sentido de tornar público os termos do acordo aprovado pelo Ministério da Cultura.</p>
		002	Realizar gestões junto ao Ministério da Cultura para obter informações relativas à entrega do filme por parte das produtoras que firmaram contratos de financiamento sob a modalidade de entrega do filme, visando aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar sua cobrança e/ou aplicar as penalidades cabíveis	ACRD	<p>Já com relação aos contratos de retorno convencional, a Diretoria de Administração e Finanças desta Financiadora, em maio de 2009, encaminhou à SAV, a contraproposta de algumas produtoras inadimplentes. Nessa mesma correspondência foram enviados "Nota Técnica" e "Parecer Jurídico", os quais demonstram a posição da FINEP quanto ao referido pleito das produtoras.</p> <p>Assim sendo, o Sr. Silvio Da-Rin, Secretário do Audiovisual, informou que a área jurídica do Ministério da Cultura deverá analisar a documentação encaminhada, emitindo parecer, permitindo que a FINEP, de posse do citado parecer, possa agir de acordo com as devidas instruções do órgão que originou os recursos.</p>	Indeterminado	Em Andamento	Com relação aos contratos de retorno convencional, aguarda-se pronunciamento da Secretária do Audiovisual quanto à escolha dos filmes indicados pelas produtoras de acordo com o item "a" do citado Ofício da SAV. Já no que se refere aos contratos de retorno variável, as produtoras vêm apresentando as declarações solicitadas, de acordo com item "b" também do citado Ofício da SAV. Tal documentação está sendo validada pelo Departamento Jurídico de Contencioso e após validação será encaminhada ao Departamento de Cobrança para emissão do termo de encerramento ou apuração de saldo devedor.
1.1.1.2	Falhas no processo de subvenção econômica quanto aos aspectos da publicidade, da motivação e da garantia de petição	001	Incorporar aos normativos e aos editais de subvenção econômica elementos que resguardem a observância dos princípios do direito de petição, da publicidade e da motivação	AICE	<p>A Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT – Subvenção Econômica à Inovação – 01/2009 já atende integralmente aos princípios de petição, da publicidade e da motivação. O princípio da petição é atendido pelo Item 9 do Edital ("Recurso"), que incorpora, no processo de seleção das propostas, uma fase formal de interposição de recursos pelos clientes, estabelecendo:</p> <p><i>"eventual recurso ao resultado preliminar desta seleção pública deverá ser apresentado por escrito, diretamente ou pelo correio [...], informando o código de identificação do projeto e dirigido ao Presidente da FINEP. [...] O recurso deverá obedecer aos requisitos dos artigos 58, inciso I e II, da Lei nº 9.784/1999. No texto do pedido de recurso, não serão aceitas informações técnicas adicionais que modifiquem a proposta original."</i></p> <p>O princípio da motivação é atendido pelo Item 8 do Edital ("Resultados"), que determina:</p> <p><i>"cada empresa proponente terá acesso eletrônico individual às suas notas em cada critério e aos respectivos pareceres técnicos"</i>.</p> <p>O princípio da publicidade está atendido na medida em que essas determinações estão expressamente formalizadas no Edital de Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT – Subvenção Econômica à Inovação – 01/2009, que teve divulgação oficial em 19 de janeiro de 2009.</p> <p>Em relação aos normativos, está em fase de elaboração o Manual da Subvenção, onde serão incorporados os elementos necessários à observância dos princípios do direito de petição, da publicidade e da motivação.</p>	31/12/2009	Em Andamento	Um "Manual Operacional e de Orientação ao Cliente – Subvenção Econômica" encontra-se em fase de elaboração, em trabalho liderado pela equipe do Departamento de Subvenção Nacional (DSN) junto com o Departamento de Processos Organizacionais (DEPO) da FINEP. O objetivo desse documento normativo é fornecer informações básicas sobre o instrumento da Subvenção Econômica, seus conceitos e definições, informações e orientações ao Cliente, instruções e procedimentos internos para os analistas da FINEP. Esse grupo vem adotando uma estratégia que permita colher as informações relevantes, passando todos os departamentos envolvidos nesta ação, a fim de permitir a redação, consulta, revisão e finalização do documento. Esta estratégia envolve a interlocução com outras áreas da FINEP (por exemplo, a Área Jurídica, o Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de contas e o Departamento de sistemas), que possuem atividades inerentes ao Processo de Subvenção Econômica à Inovação.
		002	Identificar os desclassificados nas Etapa 1 e 2 dos processos de Subvenção Econômica, quanto à possibilidade de obtenção de esclarecimentos adicionais, de cópia dos pareceres e manifestações sobre a desclassificação de suas propostas, de acesso a informações não protegidas por sigilo, bem como de interposição de recurso.	AICE	<p>Segundo o DSBV, a Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT – Subvenção Econômica à Inovação – 01/2009 prevê uma 5ª etapa de seleção das propostas, conforme o Item 6 ("Seleção das Propostas"):</p> <p><i>"as propostas serão analisadas no mérito por comitês de especialistas, constituídos por analistas da FINEP e por consultores externos."</i></p> <p>Os critérios que servem de base para o julgamento e seleção de propostas foram formalmente definidos nesse Item, a saber: (1) efetividade do projeto na solução dos problemas definidos no tema específico; (2) grau de inovação do projeto em relação a outros projetos ou soluções existentes; (3) impacto do produto/serviço no mercado e/ou importância estratégica para a sociedade; (4) viabilidade técnica e financeira e adequação do orçamento do projeto proposto; (5) capacitação técnica da equipe executora e capacidade/experiência anterior da empresa.</p> <p>O já citado Item 8 do Edital ("Resultados") estabelece que "cada empresa proponente terá acesso eletrônico individual às suas notas em cada critério e aos respectivos pareceres técnicos".</p> <p>De fato, a partir do dia 5 de agosto de 2009, cada cliente terá acesso, no próprio Formulário Eletrônico Subvenção Econômica 2009 (numa aba chamada "Resultado"), a uma resposta individualizada, onde serão apresentadas as informações que motivaram a decisão da FINEP, seja de aprovação como de eliminação, à exceção daquelas informações referentes a aspectos potencialmente sigilosos de projetos e/ou empresas.</p> <p>Nessa resposta, o cliente será mais uma vez informado acerca da possibilidade de interposição de recursos quanto ao resultado preliminar da Seleção Pública, nas condições definidas no Item 9 do Edital.</p>	Imediato	ACEITA PELA CGU	Recomendação atendida
1.2.1.1	Falhas na definição das variáveis utilizadas para aferir eficiência e economicidade, comprometendo a confiabilidade e a consistência dos indicadores apresentados no Relatório de Gestão	001	Na construção de indicadores de desempenho, avaliar a utilização de variáveis homogêneas, que dependam de fatores externos, conceitualmente estáveis e de fácil acesso às informações primárias.	APLA	<p>O indicador "Esforço operacional" procura mostrar o desempenho da Agência e seus empregados. O item "volume de recursos analisados" utilizado representa a soma dos valores solicitados na demanda de propostas recebidas pela FINEP.</p> <p>No entanto, tendo em vista o entendimento da CGU sobre a interferência externa no montante desses recursos, e dadas as características da FINEP de agente tomador de dinheiro – Orçamento Geral da União e da política de aplicação dos recursos de vários Ministérios, propõem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazer um levantamento dos indicadores utilizados, a nível nacional e internacional, e avaliar sua adequação para a FINEP; - Analisar a possibilidade de realização de estudo para a construção de metodologia de avaliação operacional a partir de indicadores econômicos a ser realizado pela própria FINEP, ou por empresa de consultoria especializada; <p>O prazo proposto é compatível com o término das atividades de desenvolvimento no Plano de Gestão Estratégica (PGE) em curso. (...)</p>	Indeterminado	Em Andamento	Em 04/09/2009, a APLA reuniu-se com o BNDES para discutir os indicadores utilizados por aquela instituição antes da implementação do planejamento estratégico. O BNDES apresentou a tabela de indicadores de desempenho utilizados nas áreas gerenciais e, a APLA ficou de estudar os dados recebidos. Em 05/09/2009, houve uma nova reunião no BNDES onde se discutiu, mais uma vez, a adequação para a FINEP dos indicadores elaborados pelo BNDES. <p>Em 17/11/2009, foi realizado na FINEP, seminário com o Dr. Eduardo Jardim, especialista em indicadores na gestão pública. O processo de desenvolvimento do PGE sofreu atraso em função da manutenção da premissa de consecução de um processo participativo. Embora já tenhamos definidas as referências básicas - visão, diretrizes estratégicas e valores – ainda não foram definidos os macro-indicadores e respectivas metas. Desta forma, a posição da APLA é de que é necessário, em primeiro lugar, definir os macro-indicadores para, posteriormente, escolher quais os indicadores de gestão mais adequados. A APLA entende que enquanto estão sendo estudados os novos indicadores</p>
		002	Quando os resultados dos indicadores refletirem decréscimo no que concerne à eficácia, eficiência, economicidade ou efetividade, informar no Relatório de Gestão as razões e as providências adotadas pela Entidade	APLA	<p>A FINEP analisará e comentará os resultados dos indicadores utilizados, sejam eles de crescimento ou de decréscimo, bem como apontará as medidas cabíveis, se for o caso, no próximo Relatório de Gestão.</p>	Próximo Relatório de Gestão	Em Andamento	A FINEP observará esta recomendação no próximo Relatório de Gestão.
4.1.1.3	Registro insipiente dos atos de movimentação de pessoal no Sistema SISAC	001	Realizar o registro no SISAC de todas as ocorrências de admissão e desligamento pendentes: i) iniciar os registros pelos atos ocorridos entre 2001 e 2009 e concluir os lançamentos até 05/07/2009 e ii) apresentar a previsão de lançamentos dos atos anteriores a 2001 na atualização do Plano de Providências.	ARH	<p>i) Foram realizados os lançamentos no SISAC de todas as admissões realizadas a partir de 01/06/2001, no total de 384 atos. Os atos de desligamento referentes aos funcionários ingressos a partir da mesma data, que totalizam 141, serão lançados até o final do mês de agosto/2009.</p> <p>ii) O lançamento dos atos de admissão dos funcionários ingressos antes de 01/06/2001, terá início no mês de setembro/2009.</p>	31/12/2009	Parcialmente atendida	Até o MEMO/DARH/195/09, o DARH informou que: <p>i) Foram lançados no SISAC todos os atos de admissão e demissão realizados a partir de 01/06/2001;</p> <p>ii) Não teve início o lançamento dos atos de admissão dos funcionários ingressos antes de 01/06/2001, devido à dificuldade de obtenções necessárias para o devido registro. O DARH entrará em contato com a CGU para expor a situação e solicitar orientações.</p>
		002	Atentar para a tempestividade dos registros relativos à movimentação de pessoal no Sistema SISAC.	ARH	<p>A FINEP observará a recomendação da CGU.</p>	Imediato	Ok (Área)	O DARH informou, através do MEMO/DARH/195/09, que a providência já está implementada.

4.1.1.5	Falta de adoção de ações previstas para obtenção do ressarcimento de valores devidos por entescessionários – Reincondição	001	Proceder à imediata cobrança dos créditos decorrentes de cessão de pessoal junto às entidades que não integram a Fazenda Pública, conforme parecer jurídico constante do MEMO/AJUR/096/2008, de 08/12/2008.	ARH	O DARH solicitou à Área Jurídica o encaminhamento da cobrança dos débitos através do MEMO/DARH/128/09. Informamos ainda que, conforme acordo com a Companhia de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN, a empresa efetuará o pagamento dos débitos existentes com a FINEP em 5 parcelas, sendo a primeira parcela será no mês de agosto, conforme cobrança realizada pelo DARH.	31/12/2009	Parcialmente atendida	O DARH informou, em 14/12/2009, que a CLIN pagou até o momento 3 parcelas referentes ao débito existente com a FINEP. O DARH também encaminhou à CEASA/RJ, em 18/12/09, carta de cobrança (CTA/DARH/094/09), com os valores atualizados da dívida.
		002	Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ n.º 208046, no sentido de realizar gestões junto ao MCT e ao MTE, de modo a alterar a responsabilidade pelo ônus da remuneração do empregado de mat. 1321, que deve ser assumida pelo ente cessionário. Retificada a situação, efetuar cobrança junto ao ente cessionário do ressarcimento dos valores relativos à remuneração do referido empregado, a contar do início de vigência da cessão	ARH	Ainda não foi realizada a alteração na responsabilidade do ônus da remuneração. O DARH irá reiterar a solicitação ao MCT e MTE até o dia 21 de agosto.	21/8/2009	Ok (Área)	O DARH realizou entendimentos com os Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Trabalho e Emprego, no sentido de regularizar a situação do funcionário. Como não houve resultado e a situação permaneceu, o funcionário retornou à FINEP no mês de novembro/09.
		003	Realizar gestões junto ao MCT, de modo a alterar a responsabilidade pelo ônus da remuneração do empregado de mat. 129, que deve ser assumida pelo ente cessionário. Retificada a situação, efetuar cobrança junto ao ente cessionário do ressarcimento dos valores relativos à remuneração do referido empregado, a contar do início de vigência da cessão.	ARH	O DARH providenciará o encaminhamento da questão à Diretoria Executiva até o dia 31 de agosto e posteriormente encaminhará a solicitação da alteração ao MCT	31/8/2009	Ok (Área)	A Diretoria da FINEP determinou o retorno da funcionária, por meio da RES/DIR/194/09 e após entendimentos com o LNCC, acordou-se que o retorno ocorrerá em 04.01.2010.
4.2.1.1	Persistência de fragilidades no registro e controle do serviço extraordinário.	001	Agilizar a implantação do novo sistema de controle de frequência e avaliar se ele será capaz de eliminar as impropriedades apontadas referentes à totalização das horas trabalhadas por dia.	ARH	A FINEP implantou novo sistema de controle eletrônico de frequência que realiza as apurações e cálculos necessários das ocorrências diárias, previstas na norma específica da FINEP.	Imediato	Ok (Área)	O DARH informou, através do MEMO/DARH/195/09, que a providência já está implementada.
		002	Somente permitir a realização de mais de duas horas extras por dia em casos excepcionais e devidamente justificados.	ARH	Tal procedimento já está sendo observado pelo Departamento de Administração de Recursos Humanos da FINEP.	Imediato	Ok (Área)	O DARH informou, através do MEMO/DARH/195/09, que a providência já está implementada.
		003	Consultar a área jurídica da Empresa sobre a alternativa adequada à legislação para os casos em que os servidores fazem suas refeições nas dependências da FINEP, considerando o risco de futuras demandas trabalhistas baseadas na regra do art. 71 da CLT.	ARH	Através do MEMO/DARH/129/09, o DARH formalizou a consulta junto à Área Jurídica da FINEP.	Imediato	Ok (Área)	O DARH informou, através do MEMO/DARH/195/09, que a providência já está implementada.
5.1.3.2	Incompleta de enquadramento de hipótese de inexistência de licitação no contrato n.º 20.08.0010.00, no valor de R\$24.990,00, e ausência de justificativa de preços nos contratos n.º 20.08.0010.00 e 20.08.0192.00, este no valor de R\$180.000,00.	001	Abster-se de realizar contratação por inexigibilidade de licitação quando não restarem configuradas as hipóteses legais.	AJUR	Em atendimento à recomendação, a Área Jurídica da FINEP somente realizará contratações por inexigibilidade nas hipóteses permitidas pela lei.	Imediato	Ok (Área)	A AJUR, através do MEMO/AJUR/112/2009, informou que a providência está implementada.
		002	Quando configurada a inexigibilidade de licitação, proceder à justificativa de preços.	AJUR	A Área Jurídica da FINEP sugeriu ao Departamento de Processos Organizacionais – DEPO e a Área de Serviços Corporativos – ASEC, o aperfeiçoamento das normas internas de contratação administrativa, a fim de inserir a exigência de justificativa de preços também nos casos de inexigibilidade de licitação. Essa providência deve ser adotada em conjunto por Área Jurídica - AJUR, Área de Serviços Corporativos - ASEC e Departamento de Processos Organizacionais – DEPO.	31/01/2010 (novo prazo)	Em Andamento	Através do MEMO/AJUR/Nº 112/2009, a Área Jurídica informou que a norma geral de contratações de obras e serviços e aquisições de bens e materiais está em fase de revisão pela Área de Serviços Corporativos – ASEC, AJUR e Comissão Permanente de Licitação e contempla no item 4.1.1. "e" a pesquisa de preços com potenciais fornecedores do bem ou serviço (v. anexo). Estima-se que a minuta da norma, sob orientação do DEPO, possa ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva na primeira quinzena de janeiro. Desta forma, solicitou a extensão do prazo para 30/01/09.
5.3.1.1	Falta de tempestividade da FINEP em adotar as medidas preparatórias para a utilização do SICONV na celebração, acompanhamento da execução e prestação de contas de convênios, em desacordo ao art. 13 do Decreto n.º 6170/2007.	001	Garantir que o Grupo de Trabalho instituído para especificar o novo Sistema de Informações da FINEP dê prosseguimento às suas ações, visando à implementação do sistema de forma satisfatória e tempestiva, tendo em vista a imperatividade do Decreto 6.170/07, que torna obrigatória a utilização do SICONV a partir de 01/09/2008.	DRAF / GT- SICONV	A FINEP vem adotando diversas iniciativas visando o atendimento da determinação contida no Decreto nº 6170/2007 e na Portaria nº 127, no Tocante à preparação da empresa para o uso do referido sistema. Destaca-se, inicialmente, que, em 05 de março do presente ano, por meio de comunicação do Presidente da FINEP à Coordenadora da equipe da CGU, foram apresentados esclarecimentos quanto às medidas adotadas para o cumprimento da determinação de uso do SICONV. Nos dias 16 e 17 de junho de 2008, nas dependências do MPOG foi feito um primeiro treinamento de funcionários da FINEP sobre o assunto, ocasião em que pode-se realizar uma avaliação preliminar do impacto das novas medidas na gestão de convênios. Em 11/07/2008, foi aprovada pela Diretoria da FINEP a constituição de Grupo de Trabalho para analisar as mudanças na legislação sobre convênios (Decreto nº 6170/07 e Portaria 127/08), e propor a adequação dos procedimentos internos da empresa a essas mudanças, em particular, para o uso do SICONV. (...) Face ao exposto, a FINEP vem adotando todas as providências necessárias para a utilização do sistema, procurando encontrar soluções que permitam contornar as restrições de sistema que o SICONV apresenta e as inúmeras dificuldades enfrentadas e relatadas anteriormente. Cabe, por último, informar que, até o presente, não recebemos manifestação formal em resposta às correspondências encaminhadas este ano ao MPOG e ao MCT, o que compromete a estratégia definida para a utilização do SICONV e atendimento ao disposto no normativo vigente.	Indeterminado	Em Andamento	Em reunião realizada em 11/11/2009, na FINEP, com representantes da CGU, que tratou de temas relevantes, entre os quais o cumprimento legal da inserção da FINEP no Portal dos Convênios – SICONV, foram apresentadas as providências em curso nesta empresa para o cumprimento do assunto em questão.
5.3.1.2	Impropriedades na formalização de convênios quanto à utilização indevida da IN STN 01/97 como fundamento legal, bem como pela não apresentação de todos os requisitos previstos no Decreto 6170/2007.	001	Garantir que as alterações na legislação referente a convênios sejam aplicadas tempestivamente pela UJ.	AJUR	A Área Jurídica da FINEP adotará a atualização constante da minuta padrão de convênios e demais instrumentos jurídicos previstos na legislação vigente.	Imediato	Aceita pela CGU	Recomendação Atendida (CGU)
		002	Inserir nos Termos de Convênios todas as cláusulas obrigatórias exigidas pela legislação atinente.	AJUR	A minuta padrão de convênios foi atualizada pelo Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica - DCCJ, com o visto da Superintendência da AJUR, no sentido de incluir as cláusulas apontadas pela fiscalização.	Imediato	Aceita pela CGU	Recomendação Atendida (CGU)
5.3.2.1	Controle deficiente no acompanhamento dos prazos para apresentação e análise das prestações de contas finais dos convênios. Reincondição.	001	Estudar os processos do departamento responsável pelas análises de prestações de contas dos convênios e elaborar uma proposta objetiva, consistente e viável, considerando o tempo necessário para eliminar o estoque de convênios antigos na situação de "a aprovar", bem como os ritismos necessários para proceder às análises dos convênios contemporâneos de forma tempestiva.	ACRD	Os processos do Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas (DAFP), responsável pela análise das prestações de contas financeiras dos convênios, estão sendo estudados pelo Departamento de Processos Organizacionais (DEPO) e pela Área de Recursos Humanos (ARH). O DEPO já elaborou uma primeira minuta sobre a melhoria de processos e reestruturação da unidade organizacional do DAFP (cópia em anexo) e agendou para dia 31/07/09 a apresentação da metodologia aplicada ao projeto, baseada no Método de Identificação, Análise e Solução de Problemas (MIASP). Tal apresentação teve como objetivos o nívelamento e a antecipação das questões e debates em torno da metodologia, como preparação para as etapas subsequentes de detalhamento do projeto e realização de reuniões de mobilização do grupo de trabalho.	30/1/2010	Em Andamento	O estudo em questão está em pleno andamento, sendo coordenado pelo Departamento de Processos Organizacionais – DEPO, em conjunto com o DAFP. Atualmente o mesmo se encontra na atividade de "validação dos resultados, formulação e consolidação do plano de ação", conforme previsto no cronograma apresentado.
		002	Proceder à cobrança devida dos convênios na situação de "a comprovar".	ACRD	Em 11/05/2009, o Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas (DAFP) realizou um levantamento no SIAFI Gerencial dos convênios da FINEP vencidos até 01/03/2009 e que se encontravam na situação "A comprovar", para as UGS Concedentes 240001, 240131 e 350001. Foram verificados 565 convênios em tal situação. Tendo em vista o acima exposto, o DAFP formou um grupo de trabalho para analisar todos os convênios, identificar a situação de cada um deles e propor às áreas pertinentes as medidas corretivas cabíveis. Fixou-se o prazo de 60 dias para conclusão do referido trabalho, a contar da data de 18/05/2009. O trabalho de identificação da situação já foi concluído, tendo sido mapeadas as seguintes causas para o número expressivo de convênios na situação "A comprovar". (...) O DAFP cobrou a apresentação da prestação de contas final de convênios cujo prazo de execução venceu há mais de 60 dias e encontrava-se na situação "a comprovar" no SIAFI. Os convênientes que encaminharam a documentação solicitada passaram para a situação "a aprovar" no SIAFI, enquanto que aqueles que não encaminharam foram incluídos no cadastro de inadimplentes do referido sistema.	Imediato	Ok (Área)	

5.3.2.3	Falhas na atuação da FINEP como concedente de recursos públicos por convênios.	001	Estabelecer um calendário de visitas de fiscalização sob os aspectos técnico e financeiro, com o devido registro na pasta do convênio.	ACRD	O DAFP, a partir de 2007, estipulou como necessário à aprovação da Prestação de Contas Final e encerramento de convênio a realização de visita de fiscalização financeira. Nas mesmas, os analistas averiguam a documentação fiscal, os processos licitatórios e a existência dos bens relacionados nas prestações de contas, fotografando-os e verificando tanto sua localização quanto a existência da plaqueta de identificação. Após cada fiscalização, é elaborado o Relatório de Visita de Acompanhamento Financeiro, o qual é submetido à apreciação da chefia do DAFP como condição para aprovação da Prestação de Contas Final e encerramento do convênio e cuja cópia é arquivada na pasta do projeto. No período de janeiro a julho de 2009, foram fiscalizados pelo DAFP 62 convênios. Visando melhorar o acompanhamento dos convênios, identificando possíveis falhas na execução financeira ainda no decorrer do desenvolvimento do projeto, a partir de agosto de 2009 o DAFP realizará, além da fiscalização para aprovação da prestação de contas final, visitas a convênios durante seu prazo de execução.	Imediato	Parcialmente atendida	As instituições supra-mencionadas foram visitadas pelo DAFP, a partir de agosto de 2009. Além da fiscalização de uma média de 6 convênios por instituição, também foi ministrado treinamento sobre Gestão Financeira aos convenientes, de forma a capacitá-los quanto a correta execução financeira dos convênios. Dado o acúmulo de trabalho no DAFP e o reduzido quantitativo de analistas, as visitas de fiscalização da Fundação Euclides da Cunha – FEC, da Rede de Tecnologia Rio de Janeiro – Redetec e da Fundação BIO-RIO, forma reagendadas para o 1º semestre de 2010.
		002	Não aprovar a liberação de recursos dos convênios sem o atendimento dos condicionantes previstos no termo do convênio ou sugeridos em parecer técnico.	ACRD	O Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas – DAFP da FINEP somente recomenda as liberações de parcelas de recursos dos convênios após cumpridas as condicionantes estipuladas em cláusulas contratuais específicas, salvo em casos devidamente autorizados pelas Áreas competentes e com base em documentos normativos desta Financiadora.	Imediato	Reiterada pela CGU	O DAFP reitera que somente recomenda as liberações de parcelas de recursos dos convênios após cumpridas as condicionantes financeiras. Caso hajam condicionantes técnicas previstas nos convênios, estas são verificadas pela área operacional que acompanha o projeto
		003	Abster-se de prorrogar a vigência dos convênios após expirado seu período de vigência.	AJUR	A Área Jurídica da FINEP orientará os analistas e chefes operacionais no sentido de que os mesmos verifiquem o prazo de vigência do convênio antes de aprovar os pedidos de prorrogação de prazo, evitando com tal ato que os convênios vencidos sejam prorrogados, uma vez que a competência para determinar a prorrogação de prazos é do Chefe Operacional, cabendo à AJUR apenas a formalização.	Imediato	Aceita pela CGU	Recomendação atendida (CGU)
		004	Manter atualizados os registros referentes aos convênios no Sistema SIAFI, notadamente no que se refere à data de vigência.	ACRD	O Departamento de Tesouraria – DTES adotará medidas para atualizar os prazos dos convênios, no Sistema SIAFI. Ião logo seja informado pelo sistema automático da FINEP (Intranet – Caixa de Trabalho) ou por Comunicação interna do Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica – DCCJ.	Imediato	Ok (Área)	O DTES informou que os prazos dos convênios estão sendo prorrogados no SIAFI, Ião logo o mesmo receba as informações pelo sistema automático da FINEP (Intranet – Caixa de Trabalho) ou por Comunicação interna do Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica).
		005	Adotar medidas efetivas que permitam o adequado acompanhamento técnico e financeiro dos recursos transferidos por convênios, sobretudo quanto aos prazos para apresentação e análise das prestações de contas.	ACRD	Em junho de 2008, o DAFP montou um subgrupo de trabalho cuja responsabilidade é o gerenciamento e acompanhamento de toda correspondência emitida pelo DAFP aos convenientes, controlando: - os prazos tanto para apresentação de Prestação de Contas Final quanto para regularização de convênios; - o recebimento das respostas e, - a inclusão e retirada de convênios como inadimplente no SIAFI. Este grupo de controle iniciou suas atividades focando nos convênios com prazo de utilização de recursos até 2004 que estavam aguardando acerto de irregularidades por parte dos convenientes. Em 01/05/2009, tal grupo ampliou seu trabalho, registrando no pré-cadastro do SIAFI todas as correspondências emitidas pelo DAFP aos mutuíários solicitando regularização de impropriedades ou envio de prestação de contas, assinando o prazo máximo de 30 dias para atendimento. Após o vencimento, caso o mutuíário não tenha atendido ao solicitado, o mesmo é incluído, automaticamente, no cadastro de inadimplentes do SIAFI. (...) Já foi implementado pelo Departamento de Sistema (DSIS), em 16/08/06, visando atender ao disposto no § 7º do artigo 31 da IN STN 01/97, o fluxo de "Aviso de Convênio sem Prestação de Contas Final". Através deste, o técnico financeiro é informado pelo sistema que o conveniente não encaminhou a referida Prestação de Contas Final e gera uma correspondência solicitando o envio da mesma, assinando um prazo máximo de 30 dias para regularização. Observa-se que, desde a implantação deste fluxo, diminuiu o quantitativo de convênios cujas Prestações de Contas Finais não foram apresentadas nos prazos regulares sem que tenha havido notificação temporária aos convenientes. No entanto, é necessário o aperfeiçoamento do sistema para melhoria do processo. Assim, a fim de controlar os prazos concedidos, em fins de 2007 foi solicitado ao DSIS que desenvolvesse um novo fluxo, no qual fosse avisado ao técnico financeiro que o prazo expirou e a solicitação não foi atendida, com a recomendação de inclusão do convênio no cadastro de inadimplentes do SIAFI. O sistema ainda está em fase de desenvolvimento, com prazo para entrada em vigor previsto para dezembro.	31/12/2009	Em Andamento	O sistema complementar ao "Aviso de Convênio sem Prestação de Contas Final" está sendo desenvolvido pelo DSIS.
5.3.2.4	Morosidade da FINEP em instaurar tomada de contas especial - Reincidência	001	Impedir maior celeridade e efetividade aos procedimentos de tomada de contas especial da UU, em especial quanto aos convênios n.º 63.95.0216.00, 63.96.0550.00 e quanto ao contrato firmado com a empresa Ticket Serviços Ltda.	AUDI / ACRD	Em relação aos convênios 63.95.0216.00 e 63.96.0550.00, firmados com a Nhocq Produções Artísticas Ltda, já houve autorização do Presidente da FINEP para instaurar a Tomada de Contas Especial, com a comunicação ao TCU sobre o encaminhamento do processo até 31/08/2009. Em paralelo, o DAFP vem buscando levantar informações junto à conveniente que possibilitem apurar os fatos levantados pelo TCU. Para tanto e tendo em vista que a mesma afirmou não possuir mais quaisquer documentos relacionados com os projetos em questão, foram expedidas as correspondências protocoladas sob o nºs 008221 e 008222, em 21/07/09, (cópias em anexo), através da qual esta Financiadora encaminhou cópias dos documentos de ambos os projetos para a instituição conveniente, em meio eletrônico e físico. Em 31/07/09, a Área de Auditoria (AUDI) solicitou ao DAFP que se manifeste, até dia 12/08/09, sobre os cálculos estimados do dano ao erário, de forma a dar continuidade ao devido processo de instrução processual da TCE, atendendo à determinação do TCU. Quanto ao contrato firmado com a empresa Ticket Serviços Ltda, a TCE foi instaurada e já possui o Relatório do Tomador de Contas. Também foi enviada, aos responsáveis, a carta de cobrança determinando o prazo limite para o recolhimento dos valores em questão.	31/8/2009	Ok (Área)	Os processos de Tomada de Contas Especial – TCE dos Convênios nº 63.95.0216.00 (SIAFI nº 124777) e nº 63.96.0550.00 (SIAFI nº 319.141), foram enviados, em 19/10/2009, à CGU através do Ofício PRES/FINEP nº 011.837/2009. Entretanto, em 06/11/2009, a CGU através do Ofício nº 35783/DP/PE/DP/SFC/CGU-PR retornou os mesmos à FINEP, para que fossem feita a devida formalização e juntada em um único processo, em conformidade com o § 3º item IV art. 5º da IN/TC nº 56/2007, anexando aos autos relatório complementar (consolidado) do Tomador das Contas. Tais providências já estão sendo tomadas pela FINEP. Quanto ao contrato firmado com a empresa Ticket Serviços Ltda, o tomador de contas informou que os responsáveis já foram notificados, e considerando o decurso do prazo, o processo de Tomada de Contas seria encaminhado à AUDI, para fins de elaboração de relatório e encaminhamento à CGU-RJ.
6.1.1.1	Não cumprimento de atividades relevantes previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2008 e registro parcial do acompanhamento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive para a própria Auditoria Interna.	001	Apresentar a reprogramação das atividades da Auditoria Interna no Plano de Providências	AUDI	A Auditoria Interna – AUDI apresentará, sempre que necessário, a reprogramação de suas atividades previstas no PAINT, considerando os trabalhos mais relevantes, o tempo disponível e outras demandas externas.	Imediato	Ok	Recomendação atendida (CGU).
		002	Dotar a Auditoria Interna de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna.	AUDI	A AUDI ainda não dispõe de um sistema informatizado que permita o eficiente monitoramento das informações pertinentes a sua área de atuação. Considerando a necessidade da revisão trimestral do Plano de Atividades, onde será acompanhada cada uma das recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria da CGU, Notas de Auditoria e demais recomendações, a AUDI utilizará uma planilha em EXCEL como suporte para o seu monitoramento. No tocante ao sistema próprio, a AUDI consultará o Grupo de Trabalho do Novo Sistema – GTNS, a respeito da viabilidade de investimento em Software de Auditoria (que provavelmente não interagirá com o novo sistema da FINEP) ou se aguarda a sua inclusão no desenho lógico e sistêmico da empresa.	31/12/2009	Em Andamento	A AUDI, através do MEMO/AUDI/Nº 856/2006, encaminhou consulta ao GTNS sobre a viabilidade de investimento em Software de Auditoria.
6.1.2.1	Ausência de dados e informações, ou a presença desses de forma incompleta no processo de contas apresentado pela FINEP, em desacordo com a Decisão Normativa TCU n.º 94/2008.	001	Implementar mecanismos internos de verificação dos conteúdos mínimos obrigatórios nas prestações de contas anuais em cumprimento das determinações/orientações exaradas das unidades de controle interno e externo.	APLA	A FINEP observará esta recomendação no próximo Relatório de Gestão.	Próximo Relatório de Gestão	Em Andamento	Em andamento

6.1.3.1	Ausência de suporte documental que respalde decisão de não cumprimento de determinação do TCU.	001	Estipular um prazo para que as funcionárias atendam à solicitação de encaminhamento ao DARH de cópia completa do recurso interposto junto ao TCU. Em não atendendo à solicitação dentro do prazo estipulado, proceder ao desconto integral ou parcelado da dívida de R\$2.000,00 (dois mil reais) nos seus salários, observados os limites previstos na legislação pertinente.	ARH	O DARH solicitou que as funcionárias apresentassem cópia do pedido de reconsideração apresentado ao Tribunal de Contas da União – TCU, bem como do protocolo de entrada do documento no TCU. Como as cópias apresentadas não são suficientes para comprovação, foram encaminhadas novas correspondências, sendo que o DARH só recebeu resposta de uma funcionária, que enviou cópia do documento sem assinatura dos signatários. O Presidente da FINEP, por meio do Ofício PRES/FINEP/Nº04.485/2009, solicitou o esclarecimento do TCU em relação a duas questões: i) se o pedido de reexame refere-se as três funcionárias; e ii) se o pedido garante efeito suspensivo do desconto. Tendo em vista que o DARH não recebeu cópia da resposta ao referido ofício, ainda não realizou nenhum desconto. Foi encaminhado e-mail ao Tribunal de Contas da União, solicitando posicionamento sobre o ofício.	31/12/2009	Em Andamento	Conforme e-mail enviado pelo funcionário do TCU, consta naquele tribunal pedido de reexame, solicitado pela funcionária Flávia Maria Costa, cadastrado sob o nº 42.915.366-0, cuja data de entrega é 04.07.2008. Como não consta o nome das demais funcionárias, o DARH encaminhou em 12.12.09 correspondência à Sra. Lindaura Campos de Faria e Heloisa Arduino concedendo prazo de 10 dias para apresentação da comprovação do pedido de reexame do processo junto ao TCU.
---------	--	-----	--	-----	--	------------	--------------	--

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
CÓDIGO: 365001

NOTA DE AUDITORIA - CGU Nº 22267/001

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA / DEPTº	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1	Inversão da responsabilidade pelo ônus da remuneração na formalização da cessão de empregado - reincidência.	1	Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ nº 208046, no sentido de providenciar junto ao MCT a retificação da Portaria MCT 822, referente à cessão do empregado de mat. 515 ao MAST, com vistas a estabelecer a responsabilidade pelo ônus de sua remuneração à entidade cessionária.	ARH	A referida portaria foi retificada, sendo publicada no DOU em 13/04/2009, pg. 6 – Seção 2.	30/6/2009	Aceita pela CGU	Recomendação atendida (CGU).
2	Autorização de cessão de empregado por prazo indeterminado - reincidência.	1	Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ nº 208046, no sentido de providenciar a adequação dos atos que autorizaram a cessão de pessoal sem a estipulação de prazos, de modo a atender as disposições contidas na norma interna que regulamenta a matéria.	ARH	O DARH encaminhará até 31 de agosto as adequações necessárias para deliberação da Diretoria Executiva.	31/12/2009	Ok (Área)	O DARH encaminhou à Diretoria Executiva proposta de adequação das cessões de pessoal, que encontravam-se irregulares. Conforme determinação expressa nas Resoluções de Diretoria RES/DIR/191/09, 192/09, 193/09, 194/09 e 195/09, foi regularizada a situação da cessão do funcionário Luis Martins de Mello e determinado o retorno dos demais funcionários. Em entendimentos com os órgãos cessionários foi acordado que o retorno dos funcionários ocorrerá em 04.01.2010.
3	Ausência de portarias de autorização/prorrogação de cessão de pessoal - reincidência.	1	Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ nº 208046, no sentido de providenciar a cópia das portarias de autorização e prorrogação da cessão do empregado de mat. 129, publicadas no DOU. Recomendamos providenciar a publicação da portaria que autoriza a cessão do empregado de mat. 1215, considerando os termos do art. 93, § 3º, Lei 8.112/90.	ARH	O DARH encaminhará até 31 de agosto as adequações necessárias para deliberação da Diretoria Executiva.	31/12/2009	Ok (Área)	Conforme resposta anterior, a situação foi regularizada através das Resoluções de Diretoria nºs RES/DIR/191/09, 192/09, 193/09, 194/09 e 195/09.
4	Ausência de reembolso do ônus da remuneração dos empregados cedidos de mat. 1174 e 1287, referente ao mês de dezembro de 2008.	1	Recomendamos à FINEP efetuar a cobrança junto aos órgãos cessionários dos valores não pagos relativos ao reembolso de remuneração dos empregados de matrícula 1174 e 1287, referentes ao mês de dezembro de 2008.	ARH	Tais reembolsos foram realizados nos dias 26 e 31 de março de 2009, conforme registrado nas Notas de Crédito nº 000041/09 e 000043/09.	30/6/2009	Aceita pela CGU	Recomendação atendida.
5	Ausência de registro de frequência dos empregados da FINEP devido a falhas no sistema eletrônico de controle de frequência.	1	Recomendamos que o Departamento de Administração de Recursos Humanos tome as providências cabíveis ao tratamento da frequência dos empregados da Empresa nos meses de maio e julho, tendo em vista a perda do registro de frequência neste período, devido ao defeito na catraca eletrônica. Recomendamos também que o controle de frequência seja aprimorado de forma a impedir a recorrência de falhas no sistema.	ARH	A FINEP implantou novo sistema de controle eletrônico de frequência que realiza as apurações e cálculos necessários das ocorrências diárias, previstas na norma específica da FINEP.	30/6/2009	Ok (Área)	Através do MEMO/DARH/195/09, o DARH ratificou a informação anterior, informando que a providência está implementada.

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
CÓDIGO: 365001

NOTA DE AUDITORIA - CGU Nº 22267/002

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA / DEPTº	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1	Ausência de Projeto Básico na contratação emergencial para prestação de serviços de preservação de microfílm originais	1	Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ nº 208046, no sentido de fazer constar nos processos licitatórios para contratação de serviços o projeto básico, inclusive quando for o caso de dispensa ou inexigibilidade.	ASECIA/JUR	A ASEC informou, através do MEMO ASEC Nº 020/2009, que "Concordamos com a recomendação tendo em vista que esta já é prerrogativa interna de formalização de processos. No caso em tela acreditamos que a excepcionalidade da ocorrência (um contrato de inexigibilidade por fornecedor único que perdeu sua exclusividade) fez com que este processo caminhasse sem o devido projeto básico inserido. Lembramos que nova licitação já foi procedida, onde consta o devido Termo de Referência."	30/6/2009	Ok (Área)	Providência implementada
2	Falhas na formalização de contrato por inexigibilidade de licitação.	1	Verificar a observância de todos os requisitos legais necessários à celebração de contratos por inexigibilidade de licitação, bem como atender às recomendações constantes de parecer jurídico prévio à contratação.	ASECIA/JUR	A ASEC informou, através do MEMO ASEC Nº 020/2009, que foram corrigidas as falhas apontadas ao contrato nº 20.08.01892.00 com a emissão de termo aditivo incluindo a cláusula de rescisão e o quantitativo estimado, conforme abaixo: "2.2 – A estimativa de envios de unidades pela FINEP será de 50.000 (cinquenta mil) unidades por ano, aproximadamente 4.160 (quatro mil, cento e sessenta) unidades por mês." "3.1 – c) O contrato será automaticamente rescindido, no caso de a Contratada não ter o seu contrato de franquia empresarial com a EBCT renovado, quando entrarem em vigor os contratos celebrados de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.668 de 02 de maio de 2008." Em complemento, através do MEMO/AJUR/Nº074/2009, a AJUR informou que observará os requisitos legais na celebração de contratos por inexigibilidade de licitação e adotará nas minutas as recomendações constantes de parecer jurídico prévio à contratação.	30/6/2009	Ok (Área)	Providência implementada.

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
CÓDIGO: 365001

NOTA DE AUDITORIA - CGU Nº 224918/001

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA / DEPTº	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1	Não preenchimento do SIGPLAN de informações gerais e execução física da Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas	1	Fornecer as informações necessárias sobre a execução física e dados do coordenador das ações sob a responsabilidade da FINEP, observando o prazo final para atualização do SIGPLAN previsto na Lei nº 11.653/2008.	APLA	A APLA entende que é função do MCT alimentar o SIGPLAN. Cabe à FINEP repassar as informações ao Ministério, através do SIGMCT, para que este possa fazer a validação e alimentação do SIGPLAN. Para solucionar as divergências a FINEP se compromete a comunicar ao MCT o conteúdo da presente recomendação e respectiva resposta, bem como, sempre que o SIGMCT for atualizado.	15/2/2010	Aceita pela CGU	Recomendação atendida (CGU).
2	Inadimplência da FINEP quanto à obrigação de apresentação de prestação de contas de convênio em que figura como convenente.	1	Atentar para os prazos de apresentação de prestação de contas dos convênios em que figura como convenente, encaminhando tempestivamente as prestações de contas aos concedentes ou solicitando a prorrogação de prazo com a devida antecedência, antes de sua expiração.	AJUNI/AFIC	Quanto aos fatos relacionados nesta constatação, o Departamento de Controle Financeiro de contratos Nacionais e Internacionais – DCOF esclareceu que: "Trabalhamos com o prazo solicitado (30/04/2009), pois antes de qualquer ação da FINEP o MCT foi consultado por telefone acerca da viabilidade desta data. Como não houve objeções, oficializamos o pedido de extensão através do ofício em 06/03/2009, a resposta do MCT, final e positiva, no entanto, apenas foi enviada em 15/04/2009, recebida pela FINEP em 22/04/2009, pela DRAF em 24/04/2009 e pelo DCOF em 27/04/09. (...) o relatório de Cumprimento de Objeto foi enviado por correspondência registrada ao MCT, sob o protocolo FINEP nº 004099, em 30/04/2009, ou seja, dentro do prazo solicitado pela FINEP e autorizado pelo MCT, não nos expondo à condição de inadimplência e não nos possibilitando ser inscritos no CADIN."	30/6/2009	Ok (Área)	Implementado

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

CÓDIGO: 365001

NOTA DE AUDITORIA - CGU Nº 224918/002

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA / DEPTº	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1	Formalização de convênios sem o atendimento do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.	1	No caso de a conveniente estar inscrita com pendência no CAUC e apresentar medida cautelar que suspenda a inscrição de inadimplência, adotar medidas capazes de verificar se a medida cautelar ainda está em vigor à época da assinatura do convênio, dada sua natureza provisória.	AJUR	O DCCJ esclarece que, quando do encaminhamento do convênio à assinatura dos representantes legais da FINEP, o advogado responsável auferiu que o documento estava apto à assinatura, tendo anexado ao processo uma cópia da liminar concedida. A vigência da mesma é consultada através da internet que fornece a informação quanto ao trâmite do processo. Entendendo que a falha apontada se deu em função da ausência de um documento específico que comprove a consulta realizada tempestivamente, foi incluído no Checklist de convênios – documento a ser preenchido pelo advogado quando do encaminhamento do contrato à assinatura – um item a ser atestado quando há liminar vigente no Supremo Tribunal Federal.	IMEDIATO	Acelta pela CGU	Recomendação atendida (CGU).
2	Deficiência nos controles internos da Empresa com relação à situação funcional de empregados cedidos.	1	Aprimorar os controles internos no que se refere às informações sobre a situação dos empregados cedidos.	ARH	O DARH aprimorou os controles das cessões em vigor, realizando mensalmente cobranças em relação aos ressarcimentos de meses anteriores que encontram-se pendentes, além de, no caso de novas cessões, liberar o funcionário para o órgão cessionários, apenas quando receber a publicação da autorização no Diário Oficial realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.	30/6/2009	Ok (Área)	O DARH ratificou a informação anterior, informando que a providência está implementada.

UNIDADE EXAMINADA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

CÓDIGO: 365001

NOTA DE AUDITORIA - CGU Nº 227591/001

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO		ÁREA / DEPTº	RESPOSTA ENVIADA À CGU	PRAZO	STATUS	ATUALIZAÇÃO - DEZ/09
		Nº	DESCRIÇÃO					
1	Entendimento equivocado da Empresa a respeito da amplitude do limite fixado pelo DEST para o quantitativo do quadro próprio.	1	Recomendamos à FINEP que observe o limite fixado pelo DEST para o quantitativo de pessoal, de acordo com o entendimento do mesmo sobre a amplitude do limite, que deve incluir os empregados efetivos, nomeados para cargos comissionados, cedidos, requisitados e afastados.	ARH	Através do MEMO/DARH/006/10, o DARH informou que após o encaminhamento do Ofício nº 410/2009/MP/SE/DEST pela CGU, a FINEP passou a adotar o entendimento explicitado pelo DEST, considerando todos os seus funcionários de carreira, requisitados e funcionários de livre nomeação e exoneração no limite de 619 empregados. Após entendimentos com o DEST, em 07/12/09, foi autorizado o aumento do quadro próprio da FINEP para 642 funcionários. Sendo que este limite está sendo observado pela Área de Recursos Humanos ao realizar as convocações de candidatos aprovados no concurso público vigente.	IMEDIATO	OK	Providência implementada

ANEXO ITEM 11.B 1

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	031.081/2008-0	1071-19/2009-PL	9.2	DE	Ofício 1241/2009/TCU/SECEX-RJ-DT1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
<p>(...) 9.2. Determinar à Financiadora de Estudos e Projetos que:</p> <p>9.2.1. em futuros processos licitatórios realizados pela entidade para a contratação de empresas especializadas na implementação do “auxílio alimentação” a seus empregados, nas modalidades refeição e alimentação, sejam claramente explicitados e definidos, no processo atinente à licitação, os critérios técnicos referentes à fixação das quantidades mínimas de estabelecimentos credenciados ao recebimento dos referidos vales e que tais critérios técnicos sejam oriundos de levantamentos estatísticos, parâmetros e de estudo previamente realizados;</p> <p>9.2.2. em futuros processos licitatórios concernentes ao fornecimento de vales-alimentação aos empregados, sejam formulados estudos detalhados acerca dos quantitativos ou das proporções ideais de redes de supermercados credenciados à Associação Brasileira de Supermercados (Abbras), de modo que não se prejudique o caráter competitivo do certame licitatório, observados os princípios da isonomia, oportunidade e razoabilidade;</p> <p>9.2.3. nos estudos realizados em atendimento aos itens 9.2.1. e 9.2.2. deste acórdão, introduza aperfeiçoamentos na fixação dos quantitativos de estabelecimentos credenciados requeridos, que levem em conta, além da população dos municípios, o porte das respectivas praças comerciais, a contigüidade com regiões metropolitanas e a abrangência interestadual das redes de supermercado, entre outros aspectos, de forma a evitar a ocorrência de distorções tais como as apontadas nos itens 7/8 e 16/19 da proposta de deliberação que fundamentou o Acórdão 115/2009-Plenário;</p> <p>9.2.4. em suas contratações, faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir, na contratação de serviços de fornecimento de vales-refeição e alimentação para seus empregados, a inscrição no Conselho Regional de Administração, por falta de fundamentação legal; (...)</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças / Comissão Permanente de Licitação - CPL					----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Todos os empregados da FINEP que atuam na Comissão Permanente de Licitação e ainda os Pregoeiros da FINEP em exercício, tomaram ciência das determinações em questão. Neste caso, especificamente, a Área de Recursos Humanos da FINEP, responsável pela demanda licitada, participou da análise do Acórdão 1071/2009-PL onde se consolidou a orientação emanada pelo TCU, de que fossem sempre observados os apontamentos ali descritos.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Em razão deste Acórdão, a Comissão Permanente de Licitação acrescentou à sua rotina de trabalho, a análise prévia das orientações dadas pelo TCU, através de seus Acórdãos e Jurisprudências, sempre com o fito de não prejudicar o caráter competitivo dos certames licitatórios, observando ainda os princípios da isonomia, oportunidade e razoabilidade na elaboração dos editais e na condução dos certames.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

A CPL sempre atuou no sentido de trazer para a FINEP contratações que se mostrassem vantajosas, sob a ótica da legalidade, da economicidade e ainda da eficácia. A partir da rotina implementada de estudos das orientações do TCU, os processos de licitação passaram a ter mais qualidade na sua confecção, resultando em procedimentos licitatórios mais eficientes, tendo ainda sido reduzidos os questionamentos e impugnações a cerca dos editais publicados. Buscando zelar pelos princípios constitucionais, a CPL também adotou a rotina de orientar as áreas internas da Finep que demandam contratações através de licitação.

ANEXO ITEM 11.B 2

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.811/2007-3	2549/-XX/2009-PL	1.5.1	DE	Ofício nº 314/2009-TCU/SECEX-SE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					-----
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1 Determinar à Finep que:</p> <p>1.5.1.1. envie esforços com vistas a fazer com que as atividades dos auxiliares de arquivo, arquivistas e assistentes de administração incluídas nos Contratos 2007.0006.00 (sucedido pelo Contrato 2007.0054.00) e 2006.0022.00 (com um aditivo) passem a ser assimiladas pelas responsabilidades dos Técnicos A, B1 e B2, conforme previsto no Anexo II do Plano de Cargos e Remuneração da empresa;</p> <p>1.5.1.2. intensifique as providências pertinentes à sua esfera de competência no sentido de substituir os empregados terceirizados vinculados aos Contratos 2006.0022.00 (com um aditivo) e 2006.0024.00 (com um aditivo), por empregados efetivos da Finep, objeto da solicitação encaminhada ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), visando à ampliação do quadro de pessoal da empresa;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Recursos Humanos – Departamento de Recursos Humanos					----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>O DEST, após solicitação da FINEP e entendimentos realizados ao longo de 2007, autorizou em 07/12/07 o aumento do quadro de pessoal próprio da FINEP para 619 funcionários. Tal ampliação deveu-se à necessidade da Empresa em substituir 50 prestadores de serviços vinculados aos contratos 20.06.0022.00 e 20.06.0024.00, que exerciam atividades compatíveis com aquelas exercidas pelos analistas da FINEP, além de suprir a carência de funcionários em virtude do grande aumento de operações da Empresa nos últimos 5 anos. A substituição dos terceirizados por funcionários finalizou-se em julho de 2008. Em 09/12/09 foi autorizado outro aumento do quadro de pessoal, em virtude de solicitação da FINEP, devido ao esclarecimento do DEST a respeito da definição de quadro de pessoal próprio. Em relação aos terceirizados atualmente existentes nos contratos que sucedam aqueles de números 20.06.0022.00 e 20.06.0024.00, que exercem atividades de secretariado e assistentes de administração, e no contrato 20.07.0054.00, que exercem atividade de auxiliar de arquivo, a FINEP está em entendimentos com o Ministério Público do Trabalho para assinatura de Termo de Ajuste de Conduta e com o DEST para novo aumento de quadro, a fim de viabilizar a substituição dos referidos prestadores de serviço.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Os prestadores de serviço estão sendo substituídos por técnicos da própria FINEP, conforme determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demora do DEST em autorizar o aumento de quadro necessário para o adequado funcionamento da FINEP, em face do elevado crescimento de atividades nos últimos anos.					

ANEXO ITEM 11.B 3

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	008.645/2007-9	3451/-XX/2009-2	1.6.1	DE	Ofício nº 1626/2009-TCU/SECEX- RJ/DT1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					-----
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1 à Financiadora de Estudos e Projetos-Finep/MCT que, em suas próximas contas anuais, informe acerca da situação dos contratos e convênios a seguir, em especial no que se refere à adimplência das prestações dos contratos, à prestação de contas dos convênios e ao alcance dos objetivos pactuados nas avenças:</p> <p>Contrato/Convênio Mutuário/Beneficiário Valor (R\$) Origem Recursos</p> <p>30.04.0061.00 Troller Veículos Especiais 9.346.000,00 Finep</p> <p>02.05.0296.00 Troller Veículos Especiais 8.337.853,00 FAT</p> <p>01.04.0590.00 Instituto Atlântico 3.287.188,25 FNDCT</p> <p>01.04.0861.00 CESAR 921.349,56 FNDCT</p> <p>01.05.0688.00 Instituto Atlântico 2.880.000,00 FNDCT</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Crédito – Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas e Área de Financiamento (Operacional)					----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Sob o ponto de vista técnico/operacional: Os objetivos do projeto foram alcançados e constam do relatório técnico final.</p> <p>Sob o ponto de vista Financeiro:</p>					
Contrato/convênio nº	Mutuário/beneficiário	Valor(R\$1,00)	Origem Recursos	Situação atual e/ou posição no SIAFI	
30.04.0061.00	Troller Veículos Especiais	9.346.000,00	FINEP	Encerrado/totalmente amortizado	
02.05.0590.00	Troller Veículos Especiais	8.337.853,00	FAT	Em amortização (data prevista última parcela:15/06/2011)	
01.04.0590.00	Instituto Atlântico	3.287.188,25	FNDCT	Adimplente/valor a aprovar	
01.04.0861.00	Centro de Estudos Avançados do Recife-CESAR	921.349,56	FNDCT	Adimplente/valor a aprovar	
01.05.0688.00	Instituto Atlântico	2.688.000,00	FNDCT	Encerrado	
Síntese dos resultados obtidos					
Demonstrado na síntese acima.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO ITEM 11.B 4

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.1	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que:</p> <p>1.6.1.1. nos próximos relatórios gerenciais relativos à inadimplência de operações reembolsáveis, cuide para que contemplem:</p> <p>1.6.1.1.1. apresentação das operações dos exercícios separadamente, para que se possa aferir a participação de cada ano no valor total das operações contratadas e na inadimplência;</p> <p>1.6.1.1.2. nota explicativa, quando houver menção à Provisão Para Perdas prováveis, informando acerca do período a que se referem as operações que deram origem a tal provisão;</p> <p>1.6.1.1.3. nota explicativa informando, quando for o caso, as operações em que os recursos foram contratados em um determinado exercício, mas que o início de pagamento se dará em exercícios seguintes, em virtude do prazo de carência dos contratos;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Planejamento					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Área de planejamento da FINEP, responsável pela confecção dos Relatórios de Gestão, foi cientificada do Acórdão e inserirá as informações no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009 na forma recomendada pelo TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

ANEXO ITEM 11.B 5

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.3	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que:</p> <p>1.6.1.3. em relação à contratação temporária :</p> <p>1.6.1.3.1. confeccione normativo interno próprio, amparado em legislação específica, que estabeleça os critérios objetivos e limites para a contratação de força de trabalho temporária, inclusive remuneratórios, inserindo-o na política de recursos humanos adotada pela entidade;</p> <p>1.6.1.3.2. abstenha-se de contratar, via RPA - Recibo de Pagamento de Autônomo, profissionais cujos contratos temporários já tenham alcançado o prazo máximo de vigência previsto na legislação que rege a matéria, evitando-se assim demandas trabalhistas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Recursos Humanos					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Finep já se ampara na legislação específica ao contratar temporários, observando inclusive os prazos de vigência no que tange à contratação de Autônomos via RPA.					
Síntese dos resultados obtidos					
A não ocorrência de causas trabalhistas envolvendo temporários e autônomos após a estrita observação das leis e regulamentos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

ANEXO ITEM 11.B 6

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.4	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que:					
1.6.1.4. realize auditoria interna na área de pessoal com o escopo igual ou superior ao da auditoria prevista na Ordem de Serviço n. 200503, no mesmo setor que restou cancelada;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Auditoria Interna					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
No planejamento de atividades da Auditoria Interna para o ano de 2010 foi incluída no Plano de Atividades a ação de Auditoria de Recursos Humanos - Folha de Pagamentos/Benefícios. A ação foi iniciada no mês de fevereiro de 2010 com previsão para término em março/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ação ainda em curso.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Já estava contemplada no Plano de Atividades da Área de Auditoria Interna a ação sobre a Área de Recursos Humanos.					

ANEXO ITEM 11.B 7

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.5	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que: 1.6.1.5. observe o que preceitua o art.57 da Lei 8.666/1993, só concedendo aos contratos os reajustes necessários à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro com base em planilha de custos apresentada pelo contratado;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Serviços Corporativos e Área Jurídica					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A determinação foi repassada as unidades responsáveis para implementação. A FINEP adotou o procedimento recomendado, passando a exigir as planilhas de seus contratados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ação contínua.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Já estava incorporado na rotina das unidades.					

ANEXO ITEM 11.B 8

Determinações e Recomendações TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.6	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que: 1.6.1.6. realize levantamento de todos os bens adquiridos com recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7", exigindo dos beneficiários a comprovação, mediante prova documental, de sua transferência patrimonial para as entidades definidas nos contratos;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Crédito – Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ofício 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3 que deu conhecimento do teor do Acórdão à FINEP, foi protocolado na empresa em 22/12/2009. As informações foram repassadas às unidades envolvidas no seu atendimento, no entanto, ainda não houve tempo hábil para completa avaliação quanto às medidas que serão adotadas para cumprimento deste item.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

ANEXO ITEM 11.B 9

Determinações e Recomendações TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	011.841/2004-8	6878-XX/2009-1	1.6.1.7	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					---
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que: 1.6.1.7. promova a compatibilização entre os sistemas SID - Sistema Informatizado de Dados e o Siafi, evitando assim existência de divergências entre os dois sistemas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Crédito – Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas					-----
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O sistema SID era utilizado para controlar um programa de investimentos desativado há anos. Assim sendo, não é mais necessária qualquer compatibilização.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

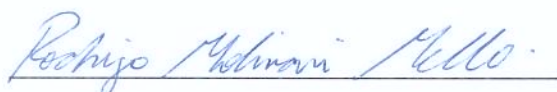
ANEXO ITEM 13

Declaração

DECLARAÇÃO

A Área de Serviços Corporativos – ASEC declara que as informações referentes a contratos administrativos firmados, provenientes de licitações ou de processos de dispensa e inexigibilidades, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2010



Rodrigo Molinari Mello

Superintendente
Área de Serviços Corporativos

ANEXO ITEM 14

Diretrizes

POLÍTICA	Político-Institucional	D1-ATUAR PARA O APERFEIÇOAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MARCO LEGAL E REGULATORIO NO SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO, VISANDO MAIOR EFETIVIDADE NO APOIO A INOVAÇÃO
		(D1-A1) Participar ativamente da formulação e implementação de novo marco legal-regulatório adaptado às necessidades específicas do SNCT&I
		(D1-A2) Sensibilizar os órgão de controle para melhorar a compreensão das necessidades e atividades específicas da área de CT&I
		(D1-A3) Estimular o aperfeiçoamento e simplificação da governança do SNCT&I
		D2-ATUAR POR PROGRAMAS INTEGRADOS A POLITICA NACIONAL DE C,T&I E A PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL
		(D2-A1) Promover a geração do conhecimento necessário para dar sustentabilidade aos grandes projetos de desenvolvimento nacional
		(D2-A2) Definir no ambiente de governança do sistema de CT&I um número reduzido de programas estruturantes, destinando a estes programas parte substantiva dos recursos disponíveis
	SNCTI	D3-ATUAR DE FORMA PROATIVA NA FORMULAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS ADERENTES A SUA MISSÃO
		(D3-A1) Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação
		(D3-A2) Elaborar política para fortalecer a integração e a sinergia intergovernamental para a inovação
		(D3-A3) Garantir presença ativa em todos os fóruns definidores de políticas nacionais de CT&I
		(D3-A4) Participar ativamente da articulação com o Congresso Nacional, Judiciário e outras unidades da Federação para viabilizar esforço nacional para a inovação
		D4-VIABILIZAR OS RECURSOS PUBLICOS NECESSARIOS PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO NACIONAL POR MEIO DA INOVAÇÃO
		(D4-A1) Consolidar as fontes de recursos existentes para investimento público no sistema de CT&I
Sustentabilidade	(D4-A2) Viabilizar novas fontes de captação para investimento público no sistema de CT&I	
	(D4-A3) Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar índices equivalentes aos praticados nos países mais desenvolvidos	
	(D4-A4) Alavancar novos fundos e fontes de recursos para investimento no sistema nacional de inovação	
	D5-ATUAR EM PARCERIAS E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS	
	(D5-A1) Estabelecer e consolidar alianças com parceiros, visando o fortalecimento do ambiente nacional de inovação	
	(D5-A2) Promover, por meio de parcerias, a criação de agências e instituições de apoio a CT&I nos estados da federação com sistemas menos consolidados	
	(D5-A3) Estabelecer aliança estratégica com o BNDES e demais instituições financeiras públicas, potencializando ação integrada e complementar no apoio à inovação	
Operacional	(D5-A4) Estabelecer sistema cooperativo de promoção da inovação na América Latina	
	(D5-A5) Ampliar parcerias internacionais com agências e instituições promotoras da inovação	
	D6-GARANTIR FONTES DE CAPTAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO PARA A SUA CONSOLIDAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SOLIDA	
	(D6-A1) Viabilizar a capitalização da FINEP	
	(D6-A2) Ampliar as fontes de captação	
	(D6-A3) Concluir o processo de reconhecimento da FINEP como instituição financeira e implementar programa de adequação às exigências decorrentes desse reconhecimento	
	(D6-A4) Adequar o orçamento e a operação financeira da FINEP com vistas a sua sustentabilidade	
Organizacional	D7-AUMENTAR A ABRANGÊNCIA E CAPILARIDADE DE SEUS PROGRAMAS, AÇÕES E INSTRUMENTOS	
	(D7-A1) Apoiar setores e elos estratégicos de toda a cadeia da inovação nacional	
	(D7-A2) Criar e capacitar rede de agentes para operar os instrumentos Finep, em especial para cobrir os 20 estados das regiões N, NE e CO	
	(D7-A3) Agir proativamente para promover a distribuição regional da CT&I no país	
	(D7-A4) Tornar-se amplamente conhecida como a Agência Brasileira da Inovação, utilizando todos os recursos existentes de comunicação, em especial a Internet, para divulgação de seus programas e ações	
	(D7-A5) Ampliar significativamente o grau de conhecimento da FINEP entre clientes potenciais e monitorar sistematicamente o grau de satisfação dos clientes existentes	
	D8-INTEGRAR INSTRUMENTOS FINANCEIROS E MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, AMPLIANDO SUA CAPACIDADE DE APOIO A PROGRAMAS DE LONGO PRAZO	
GESTÃO	(D8-A1) Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas	
	(D8-A2) Promover o acompanhamento e a avaliação de impacto dos programas com ampla participação de entidades externas	
	(D8-A3) Monitorar nacional e internacionalmente novos instrumentos e formas de aplicação dos instrumentos existentes	
	D9-INOVAR CONTINUAMENTE SUA GESTÃO GARANTINDO AGILIDADE OPERACIONAL, ADMINISTRATIVA E TRANSPARENCIA INTERNA E EXTERNA	
	(D9-A1) Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE, voltadas para a modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais (D11-A1)	
	(D9-A2) Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos	
	(D9-A3) Adotar gestão que assegure transparência na atuação	
	(D9-A4) Viabilizar a organização e divulgação da informação para o público interno e externo – intranet e internet	
	(D9-A5) Estabelecer canal permanente de captação de propostas para modernização institucional	
	(D9-A6) Implementar programa de gestão de mudança	
	D10-CONSOLIDAR INTERNAMENTE POLITICAS ESTRATÉGICAS INTEGRADAS DE GESTÃO DE PESSOAS, CONHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E MARKETING, INFRAESTRUTURA FISICA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
(D10-A1) Implementar a modelagem, a otimização e a modernização de processos da FINEP		
(D10-A2) Implementar a modelagem, a otimização e a modernização de sistemas da FINEP		
(D10-A3) Desenvolver e adotar práticas de gestão do conhecimento aderentes à missão da empresa		
(D10-A4) Viabilizar infraestrutura com foco na qualidade de vida e na melhoria contínua do ambiente de trabalho		
(D10-A5) Estabelecer política agressiva de comunicação institucional		
(D10-A7) Projetar e implementar o novo site da FINEP (Intranet e Internet)*		
D11-ASSEGUARAR O PLANEJAMENTO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO COMO ATIVIDADES PRIORITARIAS		

	(D11-A1) Implementar a gestão compartilhada do PGE para a execução de uma agenda de mudanças organizacionais (D9-A1)
	(D11-A2) Fortalecer as atividades de formulação, acompanhamento e avaliação de impacto
	(D11-A3) Implementar atividade de monitoramento externo para manter a FINEP atualizada sobre as melhores práticas e tendências nacionais e internacionais sobre C,T&I
Humana	D12-VALORIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS COMO PRINCIPAL ATIVO DA EMPRESA
	(D12-A1) Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa (D12-A3)
	(D12-A2) Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários
	(D12-A3) Implementar novo plano de cargos e salários (com D12-A1)
	D12-A4) Viabilizar proposta de PLR (*)

(*) A ação D12-A4 "Viabilizar proposta de PLR" foi implementada em 2009 decorrente das negociações com o DEST, no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho.

ANEXO ITEM 15a

Deliberações e Resoluções

REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2009
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO


D3

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 – FINEP – FNDCT – UNIDADE FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS – UNIDADE PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP – UNIDADE FUNTEL/FINEP – AGENTE FINANCEIRO


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) o disposto no Artigo 14, Inciso IV, e Artigo 26 do Estatuto da FINEP; (ii) o parecer da Auditoria Interna nº 01/2010, datado de 12/03/2010; (iii) o parecer dos Auditores Independentes nº 35/10, datado de 05/03/2010; (iv) a Resolução de Diretoria nº 0075/10, de 15/03/2010; e (v) o Voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, em sua 3ª Reunião Ordinária do ano de 2010, realizada em 26/03/2009, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,

DELIBERARAM:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009, referente (i) à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; (ii) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (iii) à Unidade FINEP/Contratos e Convênios; (iv) à Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP; (v) à Unidade FUNTEL/FINEP e (vi) ao Agente Financeiro, representadas nos Balanços Patrimoniais e demais peças contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas Anual dos Administradores da FINEP.



ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração



PAULO ROGÉRIO LINS RIBEIRO
Secretário Executivo do
Conselho Fiscal

REFERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 3º TRIMESTRE DE 2009

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

03

ASSUNTO: CONTAS DO 3º TRIMESTRE DE 2009
RELATIVAS À FINEP, AO FNDCT,
A GESTÃO FINEP/CONVÊNIOS E
CONTRATOS E A GESTÃO TESOUREIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando (i) o disposto no Artigo 14, inciso IV, do Estatuto da FINEP, (ii) o Relatório Trimestral de Auditoria Interna nº 06/2009, datado de 03/12/09, e no Relatório de Auditoria nº 31/09 elaborado pela HLBAudilink Auditores e Consultores em 30/10/09, (iii) a Resolução de Diretoria nº 0023/10, de 01/02/2010 e, ainda, (iv) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, em sua 3ª Reunião do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, em relação ao assunto objeto do Processo C.A. nº 17/03/2010, por unanimidade,

DELIBEROU:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do 3º Trimestre de 2009, referentes (i) à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, (ii) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (iii) à Gestão FINEP - Convênios e Contratos - e (iv) à Gestão Tesouro, representadas nos Balanços Patrimoniais e demais peças contábeis.
2. DETERMINAR que seja dada ciência desta Deliberação ao Conselho Fiscal da FINEP.


ADILÉS-REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

REFERÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FNDCT - EXERCÍCIO 2009

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

D3

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DO
FNDCT - EXERCÍCIO 2009**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Norma de Execução da Secretaria Federal de Controle, de 22/12/2004, a Resolução de Diretoria 0080/10, de 24/03/2010, e ainda, com base no voto do Relator, Conselheiro Luís Manuel Rebelo Fernandes, na sua 3ª Reunião Ordinária do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 19/03/2010, por unanimidade,

DELIBERARAM:

1. **MANIFESTAR-SE favorável à aprovação do Relatório de Gestão do FNDCT, relativo ao Exercício de 2009.**



ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração



PAULO ROGÉRIO LINS RIBEIRO
Secretário Executivo do
Conselho Fiscal

REFERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

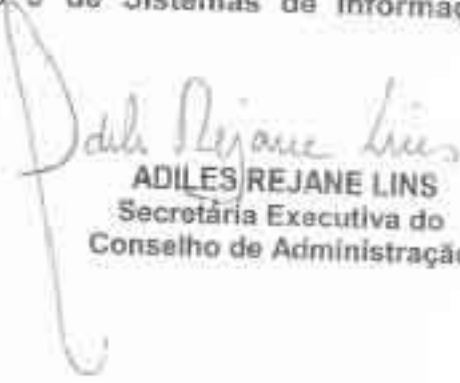
D3

ASSUNTO: DESTINAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO SOCIAL – 2009
DESTINAÇÃO DE LUCROS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009; (ii) a RES/DIR/0088/10, de 24/03/2010; (iii) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, na 3ª Reunião Ordinária Conselho de Administração do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,

DELIBEROU:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação, nos termos do Artigo 14, Inciso IV, do Estatuto da FINEP, a constituição de RESERVA para modernização de processos e de sistemas de informação referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados no valor de R\$ 35.319.964,36 (trinta e cinco milhões, trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos) de forma a atender ao Projeto de Modernização de processos e de Sistemas de Informação da FINEP.


ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

REFERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

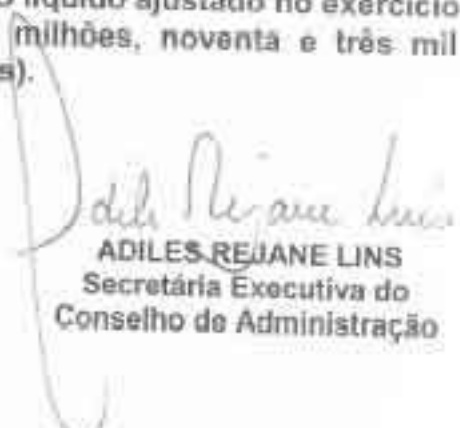
D3

**ASSUNTO: DESTINAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO SOCIAL – 2009
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS
À UNIÃO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009; (ii) a RES/DIR/0087/10, de 24/03/2010; (iii) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, na 3ª Reunião Ordinária Conselho de Administração do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,

DELIBEROU:

1. **MANIFESTAR-SE** favorável à aprovação, nos termos do Artigo 14, Inciso IV, do Estatuto da FINEP, o montante de R\$ 11.773.321,45 (onze milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos) de **DIVIDENDOS** a ser pago À UNIÃO em até três (3) dias após a deliberação do Conselho de Administração, apurado em 25% do lucro líquido ajustado no exercício de 2009 que atinge R\$ 47.093.285,81 (quarenta e sete milhões, noventa e três mil duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos).


ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

REFERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

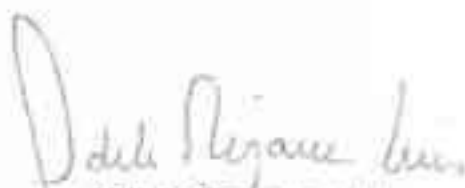
D3

ASSUNTO: DESTINAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO SOCIAL – 2009
PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO
NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009; (ii) a RES/DIR/0079/10, de 24/03/2010; (iii) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, na 3ª Reunião Ordinária Conselho de Administração do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,

DELIBERARAM:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação, nos termos do Artigo 14, inciso IV, e Artigo 26 do Estatuto da FINEP, o montante de R\$ 2.190.601,23 (dois milhões, cento e noventa mil, seiscentos e um reais e vinte e três centavos) de PRL – PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS, a ser paga aos empregados da FINEP, conforme Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho relativo à data base de 2009, assinado entre a FINEP e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, respeitados os limites definidos no Ofício nº 130/DEST – MP, de 03 de fevereiro de 2010.



ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

REFERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

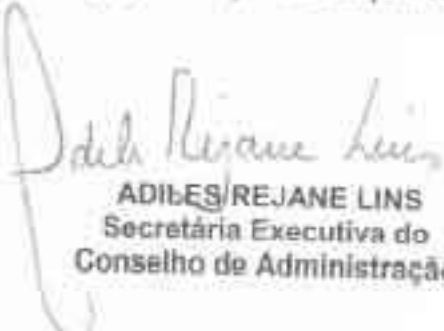
D3

**ASSUNTO: DESTINAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO SOCIAL – 2009
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA
LEGAL**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009; (ii) a RES/DIR/0086/10, de 24/03/2010; (iii) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, na 3ª Reunião Ordinária Conselho de Administração do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,

DELIBEROU:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação, nos termos do Artigo 14, Inciso IV, do Estatuto da FINEP, a constituição da RESERVA LEGAL relativa ao lucro do exercício de 2009 - 5% do lucro líquido acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2009, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, no montante de R\$ 2.478.593,99 (dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.


ADIBES/REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA

Referência: **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS**

**RD 10/10
15/03/2010**

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2009 - FINEP - FNDCT - UNIDADE FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS - UNIDADE PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP - UNIDADE FUNTTEL/FINEP - AGENTE FINANCEIRO

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Item VII do art. 21 do Estatuto da FINEP, o Relatório de Auditoria nº 35/10 elaborado pela HLB Audilink Auditores e Consultores, de 31/10/2009, e o Relatório Trimestral de Auditoria Interna Nº 01/2010, de 12/03/2010,

RESOLVE:

1. APROVAR as Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009 referente à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, à Unidade FINEP/Contratos e Convênios, à Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP e à Unidade FUNTTEL/FINEP - Agente Financeiro, representadas nos Balanços Patrimoniais e demais demonstrativos e peças contábeis.
2. SUBMETER as Demonstrações objeto desta Resolução à manifestação do Conselho de Administração para posterior encaminhamento ao Conselho Fiscal.


ADILES REJANE LINS
Chefe da Assessoria de Apoio
aos Colegiados - ASCL

Referência: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

RD 11/10
24/03/2010

Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL - PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2009,

RESOLVE:

1. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X, e Artigo 30 do Estatuto da FINEP, o montante de R\$ 2.190.601,23 (dois milhões, cento e noventa mil, seiscentos e um reais e vinte e três centavos) de PLR - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS, a ser paga aos empregados da FINEP, conforme Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho relativo à data base de 2009, assinado entre a FINEP e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, respeitados os limites definidos no Ofício nº 130/DEST - MP, de 03 de fevereiro de 2010.
2. SUBMETER às referidas destinações, objeto desta Resolução, à deliberação do Conselho de Administração e manifestação do Conselho Fiscal.



ADILES REJANE
Chefe da Assessoria de
Ass. Colegiados - AS

Referência: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

RD 11/10
24/03/2010

Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL - CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2009,

RESOLVE:

1. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X, do Estatuto da FINEP, a constituição da RESERVA LEGAL relativa ao lucro do exercício de 2009 - 5% do lucro líquido acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2009, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ou montante de R\$ 2.478.693,99 (dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

2. SUBMETER às referidas destinações, objeto desta Resolução, à deliberação do Conselho de Administração.



ADILES REJANE LINS
Chefe da Assessoria de Apoio
aos Colegiados - ASCL



FINEP

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA

RES/DIR/0087/10

Referência: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

RD 11/10
24/03/2010

Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS À UNIÃO

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2009,

RESOLVE:

1. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X, e Artigo 30 do Estatuto da FINEP, o montante de R\$ 11.773.321,45 (onze milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos) de DIVIDENDOS a ser pago À UNIÃO em até três (3) dias após a deliberação do Conselho de Administração, apurado em 25% do lucro líquido ajustado no exercício de 2009 que atinge R\$ 47.093.285,81 (quarenta e sete milhões, noventa e três mil duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).
2. SUBMETTER às referidas destinações, objeto desta Resolução, à Deliberação do Conselho de Administração.



ADILES REJANE LINS
Chefe da Assessoria de Apoio
aos Colegiados - ASCI

Referência: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

RD 11/10
24/03/2010

Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 -
DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL - DESTINAÇÃO DE LUCROS

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2009,

RESOLVE:

1. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X, do Estatuto da FINEP, a constituição de RESERVA para modernização de processos e de sistemas de informação referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados no valor de R\$ 35.319.904,30 (trinta e cinco milhões, trezentos e noventa mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos) de forma a atender ao Projeto de Modernização de processos e de Sistemas de Informação da FINEP.

2. SUBMETER às referidas destinações, objeto desta Resolução, à deliberação do Conselho de Administração.



ADILES REJANE LINS
Chefe da Assessoria de Apoio
aos Colegiados - ASCL

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA

Referência: **APROVAÇÃO DE PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO DA EMPRESA**

**RD 0/10
00/00/2010**

Assunto: APROVAÇÃO DE PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

A DIRETORIA EXECUTIVA da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições, e considerando os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2009,

RESOLVE:

1. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X do Estatuto da FINEP a constituição da RESERVA LEGAL relativa ao lucro do exercício de 2009 - 5% do lucro líquido acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2009, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, no montante de R\$ 2.478.593,99 (dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76
2. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X e Artigo 30 do Estatuto da FINEP o montante de R\$11.773.321,45 (onze milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos) de dividendos a ser pago a União em até três dias após a deliberação do Conselho de Administração, apurado em 25% do lucro líquido ajustado no exercício de 2009 que atinge R\$47.093.285,81 (quarenta e sete milhões, noventa e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos).
3. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X e Artigo 30 do Estatuto da FINEP o montante de R\$2.190.601,23 (dois milhões, cento e noventa mil, seiscentos e um reais e vinte e três centavos) de PLR - Participação de Lucros e Resultados, a ser paga aos empregados da FINEP, conforme Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho relativo à data base de 2009, assinado entre FINEP e Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, respeitados os limites definidos no Ofício nº 130 /

DEST - MP, de 03 de fevereiro de 2010.

4. APROVAR, nos termos do Artigo 21, Inciso X do Estatuto da FINEP a constituição de reserva para modernização de processos e de sistemas de informação referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados no valor de R\$35.319.964,36 (trinta e cinco milhões, trezentos e dezanove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos) de forma a atender ao Projeto de Modernização de processos e de Sistemas de Informação da FINEP.

4. SUBMETER as referidas destinações, objeto desta Resolução, à deliberação do Conselho de Administração.

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social de 2009

Lucro Líquido do Exercício	49.326.837,12
Reserva de Reavaliação Realizada	408.738,00
IRPJ sobre Reavaliação Realizada	(102.184,68)
CSLL sobre Reavaliação Realizada	<u>(61.310,64)</u>
Base para Destinações	49.571.879,80
Reserva Legal	<u>(2.478.593,99)</u>
Base para Dividendos	47.093.285,81
Dividendos Obrigatórios (25%)	(11.773.321,45)
PLR máximo (25% dos dividendos)	2.943.330,36
PLR pago pela Finep	<u>2.190.601,23</u>
Resultado do Exercício a Destinar	<u>(35.319.964,36)</u>

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social de 2009

<u>ORIGENS</u>	<u>R\$</u>
- Lucro Líquido do Exercício	49.326.637,12
- Realização da Reserva de Reavaliação, líquida dos efeitos tributários	<u>245.242,68</u>
	<u>49.571.879,80</u>
<u>DESTINAÇÕES</u>	<u>R\$</u>
- Reserva Legal	2.478.593,99
- Reserva p/Modernização de Processos e Sistemas de Informação	35.319.964,36
- Dividendos Obrigatórios (25%)	<u>11.773.321,45</u>
	<u>49.571.879,80</u>



Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social de 2009	
Lucro Líquido do Exercício	49.326.637,12
Reserva de Reavaliação Realizada	408.738,00
IRPJ sobre Reavaliação Realizada	(102.184,68)
CSLL sobre Reavaliação Realizada	(61.310,64)
Base para Destinações	49.571.879,80
Reserva Legal	(2.478.593,99)
Base para Dividendos	47.093.285,81
Dividendos Obrigatórios (25%)	(11.773.321,45)
PLR máximo (25% dos dividendos)	2.943.330,36
PLR pago pela Finep	2.190.601,23
Resultado do Exercício a Destinar	(35.319.964,36)

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social de 2009	
ORIGENS	R\$
- Lucro Líquido do Exercício	49.326.637,12
- Realização da Reserva de Reavaliação, líquida dos efeitos tributários	245.242,68
	49.571.879,80
DESTINAÇÕES	R\$
- Reserva Legal	2.478.593,99
- Reserva p/Modernização de Processos e Sistemas de Informação	35.319.964,36
- Dividendos Obrigatórios (25%)	11.773.321,45
	49.571.879,80

ANEXO ITEM 15b

FINEP Exercício 2009



Finep
Exercício
2009



FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2009

1. A EMPRESA E SEUS OBJETIVOS

1.1- A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto N.º 1.808 de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelo Decreto n.º 2.209, de 18 de abril de 1997, e Decreto, n.º 2.471, de 26 de Janeiro de 1998.

1.2- Seu objetivo é apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

1.3- Exerce também as funções de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

1.4- Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- O regime contábil é o de competência.

2.2- Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, no qual as suas demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76 e 11.638/07.



2.3- No atendimento à Lei n.º 9.249, de 26.12.95, a correção monetária das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido não foi efetuada.

2.4- Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do período.

2.5- A Empresa tem obrigações de longo prazo em relação a empréstimos tomados junto a bancos estrangeiros e nacionais, conforme demonstrado abaixo:

	2009	2008
Mercado interno		
Mercado externo	6.828.345	107.170.737
Outras obrigações	24.668	37.476
Total do passivo circulante	<u>158.069.020</u>	<u>137.519.238</u>
	<u>164.922.033</u>	<u>244.727.451</u>
Mercado interno		
Mercado externo	922.162.738	697.061.558
Total do passivo exigível a longo prazo	<u>244.723</u>	<u>356.145</u>
	<u>922.407.461</u>	<u>697.417.703</u>

	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	2009	2008
Mercado interno:					
FND	REAL	TJLP	15/10/2012	-	500.558.984
FNDCT	REAL	TJLP	31/12/2024	928.991.083	304.312.175
TOTAL				<u>928.991.083</u>	<u>804.871.159</u>
Mercado externo:					
Clube de Paris	EURO	8,25% a.a.	31/12/2024	269.391	393.621
TOTAL				<u>269.391</u>	<u>393.621</u>

Foram quitados os empréstimos com o FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento no montante de R\$433.674.323,57, utilizando-se cotas do FND, de propriedade da FINEP, transferidas pelo Decreto s/nº de 15/12/2009, a título de aumento do capital da Empresa.



2.6- Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, de nº066/68, está sendo computada a quantia de R\$25.470.709,94 a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

2.7- A Constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto a dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão totalizou em 31/12/2009 o valor de R\$54.550.407,33. Nesse exercício de 2009, houve reversão de R\$15.243.425,25, referente aos créditos vencidos há mais de 5 anos sem que tenha havido a sua liquidação, conforme artigo 10º e 2º inciso 4º da lei acima citada e o ingresso de novos provisionamentos no montante de R\$45.118.782,85.

2.8 - A provisão sobre o passivo trabalhista foi atualizada em 31/12/2009 para o montante de R\$124.519.814,92, conforme relatório dos nossos advogados externos.

2.9 - A FINEP mantém um programa com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego com recurso financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT que visa o financiamento de Projetos previamente selecionados pela empresa e aprovados pelo MTE. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT em 31/12/2009 totaliza um montante de R\$ 1.110.726.504,16.

2.10 - O valor recebido do FNDCT referente à equalização de juros dos financiamentos já contratados foi atualizado em 31/12/2009 para R\$325.671.650,51, o montante depositado para investimento em empresas



emergentes em R\$167.017.800,54, o de garantia de liquidez em R\$21.739.301,65.

2.11 - Em 31 de dezembro de 2009, a Finep reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$42.000.000,00, sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis nos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2009 foram ainda realizados R\$163.495,32 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização da reserva de reavaliação, bem como foi constituída provisão para IRPJ e CSLL diferidos, no valor de R\$1.758.362,04, sobre a reserva de reavaliação de terrenos em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 32 e foi atualizado em R\$189.862,56 o crédito fiscal sobre diferenças temporárias.

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE-INVESTIMENTO

3.1- Os valores de custo, depreciação e amortização do Ativo Investimento estão demonstrados a seguir:

Valores em R\$ 1,00

GRUPOS	CUSTO	DEP./AMORTIZ.	LÍQUIDO
Investimentos Operacionais	92.769.163,25	0,00	92.769.163,25
Técnico Tangível	39.116.019,07	(21.302.600,54)	17.814.018,53
Técnico Intangível	112.052,74	0,00	112.052,74
Diferidos	1.148.948,60	(860.619,04)	288.329,56
TOTAL	133.146.783,66	(22.163.219,58)	110.983.564,08

3.2- O montante de Investimentos Operacionais compõe-se de bens não destinados ao uso e cotas do FND no valor de R\$90.329.695,84.

3.3- O Ativo Imobilizado Técnico Tangível está contabilizado pelo custo de aquisição menos as depreciações, estas, efetuadas pelo método linear à taxa de



10% a.a., para Móveis e Utensílios e Equipamento de Escritório, e de 20% a.a. para Veículos e Equipamentos de Processamento de Dados. O Ativo Intangível compreende as contas "Telefones - Direito de Uso de Linhas" e "Marcas e Patentes", não sendo estas, depreciadas.

3.4- O item "Imóveis" compreende 7 pavimentos do prédio sito à Praia do Flamengo, 200, e respectivas frações ideais de terreno, para uso próprio, sendo depreciado à taxa de 4% a.a. somente os pavimentos. Compreende também 5 terrenos em Campos de Jordão adquiridos em dação de pagamento.

3.5- As contas "Instalações e Benfeitorias em Prédios Próprios e de Terceiros" são amortizadas à taxa de 20% a.a.

3.6- O Ativo Intangível/Diferido compõe-se de aquisições de licenciamentos para utilização de software, sendo aplicada à taxa de 20% a.a. como fator de amortização.

4. CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CUSTO HISTÓRICO)

4.1-Bens, Valores de Terceiros em garantia de financiamento R\$2.518.937.887,62.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1- Conforme autorização concedida através do Decreto nº 3.987, de 29 de Outubro de 2001, o Capital Social Integralizado da FINEP é de R\$857.268.098,97.

Pelo Decreto s/nº de 15/12/2009, em seu Art.1º foi autorizado o aumento de capital em R\$524.000.000,00 a ser integralizado pela União, mediante transferência à FINEP de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.

No seu Art.2º foi autorizada a redução do capital social da FINEP, depois de computado o aumento de capital autorizado nos termos do art.1º, no montante dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$479.716.167,62.



Após essas movimentações o Capital Social Integralizado da FINEP em 31/12/2009 é de R\$901.551.931,35.

5.2- A FINEP apresentou um lucro líquido exercício de 2009 no montante de R\$49.326.637,12 elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$942.112.154,48.

5.3 - Em conformidade ao disposto no inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social, foi reservado o montante de R\$11.773.321,45 a título de dividendos a pagar ao Tesouro Nacional.

5.4 - De acordo com a cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho relativo a setembro de 2009, foi reservado o montante de R\$2.190.601,23 a título de participação dos empregados sobre o lucro do exercício.


Luis Manuel Rebelo Fernandes
Presidente
CPF - 797.578.477/04


Eduardo Moreira da Costa
Diretor
CPF - 201.075.956/72


Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF - 627.437.597/04


Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF - 316.206.477/53


Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Disponibilidades	988.728	687.268
Operações de Crédito	407.913	335.587
Outros Créditos	20.865	20.152
Créditos por Cessão de Pessoal	428	292
Impostos e Contribuições a Recuperar	16.989	17.582
Pessoal	3.354	2.240
Outros	94	58
Outros Valores e Bens	638	623
Almoxarifado	97	82
Despesas Antecipadas	541	541
Total do Ativo Circulante	1.398.144	1.043.626
NÃO CIRCULANTE		
Titulos e Valores Mobiliários	48.790	26.626
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes	48.790	26.626
Operações de Crédito	2.042.255	1.606.002
Operações de Crédito	2.096.805	1.631.088
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.550)	(25.086)
Outros Créditos	107.260	65.070
Depósitos Judiciais	169	169
Créditos com o Tesouro Nacional	25.471	25.471
Imposto de Renda e Contribuição Social Difendos	81.620	39.430
Investimentos	92.769	2.440
Imobilizado de Uso	17.814	12.061
Imóveis de Uso	19.309	12.679
Reavaliações de Imóveis de Uso	12.582	12.582
Outras Imobilizações de Uso	7.226	6.806
Depreciações Acumuladas	(21.303)	(20.006)
Intangível	400	522
Total do Ativo Não Circulante	2.309.288	1.712.721
Total do Ativo	3.707.432	2.756.347


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.958/72


 Fernando de Melander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04



 Eogenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-318.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/D-7
 CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Obrigações por Repasses do País	1.117.554	1.103.525
Obrigações por Repasses do Exterior	25	37
Outras Obrigações	158.070	142.186
Fiscais e Previdenciárias	4.894	4.170
Participações sobre o Lucro a Pagar	2.191	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	124.520	124.045
Provisão para Férias	12.221	11.763
Consignatários e Fornecedores	2.445	2.180
Dividendos a Pagar	11.773	-
Outras	31	10
Total do Passivo Circulante	1.275.549	1.245.730
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações por Repasses do País	522.161	487.652
Obrigações por Repasses do Exterior	245	358
Outras Obrigações	4.423	4.439
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.840	245
Depósitos e Cauções	2.583	4.194
Recita Diferida e Obrigações sobre Recursos	562.640	426.443
Recursos para Equalização	325.672	235.457
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	237.168	190.986
Total do Passivo Não Circulante	1.489.671	1.128.300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	901.552	867.268
Reserva de Capital	1	1
Reserva de Reavaliação	2.760	4.784
Reserva Legal	2.478	-
Lucro a Destinar	35.920	-
Prejuízos Acumulados	-	(479.716)
Total do Patrimônio Líquido	942.112	382.317
Total do Passivo	3.707.432	2.756.347


 Luis Manoel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-737.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72

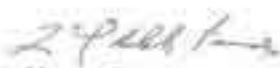

 Fernando de Nicolander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/63



 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/3-1
 CPF-596.262.907/34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO


	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas da Intermediação Financeira	347.878	303.318
Operações de crédito	239.145	183.732
Aplicações do disponível e em títulos mobiliários	64.743	77.874
Rendas com administração de fundos	43.990	41.642
Despesas da Intermediação Financeira	(184.771)	(185.285)
Captação - financiamentos e repasses	(149.749)	(144.892)
Provisão para risco de crédito	(45.027)	(20.393)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	<u>153.107</u>	<u>138.063</u>
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(140.861)	(139.512)
Provisão para contingências trabalhistas	(475)	(11.492)
Despesas com pessoal e encargos	(112.438)	(105.449)
Despesas administrativas	(19.933)	(15.506)
Despesas tributárias	(9.260)	(8.109)
Outras receitas operacionais	1.137	1.034
Outras receitas (despesas)	108	10
RESULTADO ANTES DO IRPJ, DA CSLL E DAS PARTICIPAÇÕES	<u>12.246</u>	<u>(1.449)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.082)	(1.729)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.353	39.430
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>51.517</u>	<u>36.252</u>
Participação dos empregados no lucro	(2.191)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>49.326</u>	<u>36.252</u>


 Luis Manuel Rebeio Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.958/72



 Fernando de Nielande Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkorewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53



 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 058.592/0-7
 CPF-598.262.907/34


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	49.326	36.252
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	1.419	1.215
Valor residual do imobilizado alienado	-	1
Ajuste de inventário de bens móveis	(73)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(42.353)	(39.430)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.022	20.393
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	(3.884)	(8.408)
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	9.577	6.453
Variação cambial sobre financiamentos	(95)	97
Reversão de provisão para perdas em Fundos Emergentes	-	(4.804)
Baixa de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	-	3.034
Atualização de investimentos	(4)	-
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(919)	(982)
Juros equalizados	(97.765)	(66.061)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	12.835	28.421
Atualização de recursos para equalização	17.632	20.201
Baixa de depósitos e cauções	-	(91)
Atualização de depósitos e cauções	173	209
Participação de empregados sobre o lucro	1.594	-
Provisão para contingências trabalhistas	475	11.492
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	18.481	5.889
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	<u>11.441</u>	<u>13.881</u>
Financiamentos concedidos	(879.808)	(741.066)
Retorno de Financiamentos concedidos	330.643	265.967
Financiamentos tomados	799.201	525.000
Pagamento de Financiamentos tomados	(137.452)	(174.925)
Recursos recebidos para equalização	170.148	87.759
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	33.547	39.945
Recursos recebidos para garantia de liquidez dos Fundos	-	5.635
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Empresas Emergentes	(22.380)	(9.730)
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	216	-
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	(12.756)	(14.878)
Imposto de Renda pago por antecipação	(4.233)	(2.884)
Contribuição Social paga por antecipação	686	1.063
Depósitos e cauções recebidos	(1.846)	-
Devolução de depósitos e cauções	1.030	1.624
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	1.030	1.624
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	<u>288.437</u>	<u>(2.389)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(6.977)	(345)
Aquisição de Intangível	-	(288)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(6.977)</u>	<u>(633)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES		
	<u>281.460</u>	<u>(3.022)</u>
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	687.268	690.290
Caixa e equivalentes no final do exercício	968.728	687.268
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES		
	<u>281.460</u>	<u>(3.022)</u>


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF: 797.578.477-04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF: 201.075.956-72


 Fernando de Nader Ribera
 Diretor
 CPF: 627.437.597-04


 Eugênio Kaszkiewicz
 Diretor
 CPF: 316.206.477-53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRB/RJ 066.592/O-7
 CPF: 598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais - R\$

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Lucro a Destinar	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	457.268	-	9.418	-	-	(516.377)	346.310
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	(408)	-	-	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	(645)	-	-	438	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	36.262	(245)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	887.268	-	4.764	-	-	(479.716)	382.317
Aumento de Capital Social	524.000	-	-	-	-	-	524.000
Absorção de Prejuízos Acumulados	(479.716)	-	-	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(428)	-	-	479.716	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	163	-	-	(163)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(1.758)	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	2.479	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	49.325	(1.788)
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	35.326	(2.479)	49.326
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	901.552	-	2.760	2.479	35.326	(11.773)	842.115

[Assinatura]
 Lus Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-767.578.477/04

[Assinatura]
 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72

[Assinatura]
 Edgênio Kaszkiewicz
 Diretor
 CPF-319.206.477/53

[Assinatura]
 Rubem Silveira Melo Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.807/34

ANEXO ITEM 15c

Memória de cálculo



Memória de Cálculo das Demonstrações Contábeis da Finep

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanco Patrimonial em 31/12/2009

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
A T I V O	3.707.430.151,37	1.659,59	0,00	3.707.431.810,86
Ativo Circulante	1.398.142.619,48	1.659,59	0,00	1.398.144.279,07
Disponibilidades	968.727.667,87	0,00	0,00	968.727.667,87
111129902 Banco do Brasil (Moeda nacional)				0,00
111220000 Bancos C/Movimento (Moeda Estrangeira)	32.097,08			32.097,08
111131100 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	599.420.256,13			599.420.256,13
112160400 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagto	369.275.314,66			369.275.314,66
Operações de Crédito	407.912.755,60	0,00	0,00	407.912.755,60
Operações de Crédito	407.912.755,60	0,00	0,00	407.912.755,60
112320100 Financiamentos Concedidos	394.448.766,84			394.448.766,84
112340601 Juros Pro-Rata s/Financiamento	11.388.960,11			11.388.960,11
112350100 Encargos s/Emprest e Financiamentos	2.075.028,65			2.075.028,65
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
112390000 Provisão p/ Devedores Duvidosos				0,00
Outros Créditos	20.865.468,29	0,00	0,00	20.865.468,29
Créditos por Cessão de Pessoal	428.549,47	0,00	0,00	428.549,47
112190700 Credito a Rec.p/Cessão de Pessoal	1.817.520,63			1.817.520,63
112190000 Provisão p/Dev.duvid.(Cessão de Pessoal)	(1.388.971,16)			(1.388.971,16)
Diversos	20.436.918,82	0,00	0,00	20.436.918,82
Impostos e Contribuições a Recuperar	16.988.966,26	0,00	0,00	16.988.966,26
112150300 IRPJ a Compensar - Antecipação				0,00
112150500 IRPJ a Recuperar	12.756.388,83			12.756.388,83
112150800 IRPJ a Compensar				0,00
112150900 CSLL a Recuperar	4.232.579,43			4.232.579,43
112151600 CSLL a Compensar - Antecipação				0,00
112197002 Imposto pago a maior (3560)				0,00
Pessoal	3.354.446,64	0,00	0,00	3.354.446,64
112190800 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	3.354.446,64			3.354.446,64
Outros	93.505,92	0,00	0,00	93.505,92
112290300 Desfalques ou Desvios	58.827,59			58.827,59
112290400 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80			333,80
112290800 Falta ou Irregularidade de Comprovação	34.344,53			34.344,53
112440000 Adiant. A Suprimento de Fundos				0,00
Provisão para Outros Créditos				0,00
Outros Valores e Bens	636.727,72	1.659,59	0,00	638.387,31
Outros Valores e Bens	97.443,34	0,00	0,00	97.443,34
112180100 Material de Consumo	97.443,34			97.443,34
Despesas Antecipadas	539.284,38	1.659,59	0,00	540.943,97
113220300 Vales, Tickets e Bilhetes	535.140,09			535.140,09
114110300 Prêmios de Seguro a Apropriar	4.144,29	1.659,59		5.803,88
114119900 Outras Despesas Antecipadas				0,00

Resultados Compensatórios				
3.3.3.9.0.39.67 - Serviços de Process. de Dados	(996.581,33)	702.862,23	293.719,10	0,00
3.3.3.9.0.67.02 - Depósitos Judiciais				0,00
6.1.3.1.2.03.00 - Depósitos Realizáveis Vinculados				0,00
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral				0,00
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas	(15.459,02)	(3.693,33)		(19.152,35)
3.3.3.9.0.30.04 - Aquisição de Softwares de Aplicaç	15.459,02	3.693,33		19.152,35
6.1.3.1.4.01.00 - Gastos Operacionais				0,00
3.3.3.9.0.39.98 - Outros Serv. Terc. P.J- Pagtº Antecip				0,00
6.1.3.1.2.04.00 - Créditos Administ. - Recebimentos				0,00
6.1.3.1.2.05.00 - Adiantamentos Concedidos				0,00
3.3.3.9.0.47.10 - Taxas				0,00
3.4.4.9.0.61.00 - Aquisição de Imóveis	(130.000,00)			(130.000,00)
3.4.4.9.0.61.00 - Obras e Instalações	(6.500.000,00)			(6.500.000,00)
6.1.3.1.1.01.00 - Bens Imóveis	6.630.000,00			0,00
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Mat. Permanente	(326.728,28)			6.630.000,00
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	326.728,28	(4.790,70)	(15.650,00)	(347.168,98)
3.4.5.9.0.65.04 - Cotas/ Ações de Fundos	(22.379.681,61)	4.790,70	15.650,00	347.168,98
6.1.3.1.1.03.00 - Títulos e Valores	22.379.681,61			(22.379.681,61)
3.4.5.9.0.66.01 - Empréstimos Concedidos				22.379.681,61
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	(879.808.030,91)			0,00
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	879.808.030,91			(879.808.030,91)
3.4.6.9.0.71.01 - Amort. Dívida Cont./Instt Financeir	(66.216.389,57)			879.808.030,91
3.4.6.9.0.71.03 - Amort. Dívida Contratada no Exterior	(26.975,60)			(66.216.389,57)
6.1.3.3.1.00.00 - Operações de Créditos-em Contrato	66.243.365,17			(26.975,60)
6.1.3.3.5.00.00 - Créditos de Exercícios Anteriores				66.243.365,17
4.2.1.1.2.00.00 - Obrigações do FND				0,00
4.2.1.1.4.00.00 - Obrigações Créd. Internas-FNDCT	619.200.686,00			0,00
4.2.1.1.0.00.00 - Outras Operações de Crédito Intern				619.200.686,00
6.1.3.3.1.01.01 - Operações de Crédito Cont. internas	(619.200.686,00)			0,00
6.2.3.3.1.02.00 - Operações de Créditos - em Títulos				(619.200.686,00)
4.2.2.1.6.00.00 - Alienação de móveis e utensílios				0,00
4.2.2.1.9.00.00 - Alienação de Outros Bens Móveis				0,00
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente				0,00
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	210.615.135,32			0,00
4.2.3.0.0.70.02 - Amortizações de Contratos	215.853,25			210.615.135,32
4.2.3.0.0.80.01 - Amortizações de Bens				215.853,25
4.2.3.0.0.80.02 - Amortizações de Projetos	331.267.659,35			0,00
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	(542.098.647,92)			331.267.659,35
4.1.3.2.4.04.00 - Fundos de Aplicações em Cotas-R				(542.098.647,92)
5.2.3.2.2.01.00 - Desvalorização de Títulos e Valores				0,00
5.2.3.1.4.00.00 - Bases de Títulos e Valores (Ret.Fun)				0,00
5.2.3.1.7.01.99 - Outros Créditos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.99.00 - Incorporação de Outros Direitos				0,00
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exerc. Anteriores				0,00
5.1.3.3.2.00.00 - Aumento de Capital				0,00
5.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Concedido	(1.015.454,57)			0,00
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido				(1.015.454,57)
5.2.2.1.3.00.00 - Títulos e Valores		707.486,50	307.968,07	1.015.454,57
6.2.2.1.3.00.00 - Títulos e Valores				0,00
5.2.2.2.1.01.00 - Transferências Concedidas				0,00
5.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Créditos SD n/Financeir				0,00
6.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Débito SD n/Financeiro	20.440,70	(4.790,70)	(15.650,00)	(20.440,70)
5.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Créditos SD Financeiro	(1.567,46)			20.440,70
6.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Débito SD Financeiro				(1.567,46)
5.2.2.3.3.01.00 - Incorp / Desin.Saldos n/ Financeiros		166,43	1.401,03	1.567,46
6.2.2.3.3.01.00 - Incorp / Desin.Saldos n/ Financeiros				0,00
5.2.2.3.3.02.00 - Incorp / Desin.Saldos Financeiros				0,00
6.2.2.3.3.02.00 - Incorp / Desin.Saldos Financeiros				0,00
5.2.2.3.3.07.02 - Ajustes de Outros Dispendios				0,00
6.2.2.3.3.07.03 - Ajuste Sistemas Contábeis - N/Finan				0,00
6.2.2.3.3.07.03 - Ajuste de Sistemas Contábeis- N/ Fir	11.773.321,45			0,00
5.2.2.3.3.07.04 - Ajuste de Sist. Contábeis Financeiros	(11.773.321,45)			11.773.321,45
				(11.773.321,45)

Ativo Não Circulante	2.309.287.531,79	0,00	0,00	2.309.287.531,79
Títulos e Valores Mobiliários	48.789.513,95	0,00	0,00	48.789.513,95
1231302000 Fundos Aplic. Cotas Empresas Emergentes Prov. pr perdas com Títulos e Valores	48.789.513,95			48.789.513,95
Operações de Crédito	2.042.254.248,16	0,00	0,00	2.042.254.248,16
Operações de Crédito	2.098.804.655,49	0,00	0,00	2.098.804.655,49
122320100 Financiamentos Concedidos	1.985.144.616,33			1.985.144.616,33
122360000 Cobrança Judicial	111.660.039,16			111.660.039,16
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	(54.550.407,33)	0,00	0,00	(54.550.407,33)
122800000 Prov. pr Créd. Realiz. L.P. Perdas Prováveis	(54.550.407,33)			(54.550.407,33)
Outros Créditos	107.260.205,60	0,00	0,00	107.260.205,60
Diversos	169.134,89	0,00	0,00	169.134,89
112510200 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	0,00			0,00
121220000 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	169.134,89			169.134,89
Créditos Específicos	25.470.709,94	0,00	0,00	25.470.709,94
122900000 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94			25.470.709,94
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	81.620.360,77	0,00	0,00	81.620.360,77
122151600 (2319) IRPJ Diferido	51.012.725,48			51.012.725,48
122151600 (2469) CSLL Diferida	30.607.635,29			30.607.635,29
	110.983.504,08	0,00	0,00	110.983.504,08
Investimentos	92.769.163,25	0,00	0,00	92.769.163,25
Outros Investimentos	92.769.163,25	0,00	0,00	92.769.163,25
141120100 Participações em Empresas-MC	0,34			0,34
141120200 Participações em Fundos-MC	90.329.895,84			90.329.895,84
141310200 Bens Móveis - Obras de Arte	2.439.467,07			2.439.467,07
Imobilizado de Uso	17.814.018,53	0,00	0,00	17.814.018,53
142110000 Imóveis de Uso	19.308.532,49			19.308.532,49
142110000 Reavaliações de Imóveis de Uso	12.581.713,53			12.581.713,53
142120000 Bens Móveis- Outras Imobilizações de Uso	7.226.373,05			7.226.373,05
142900000 Depreciações Acumuladas	(21.302.600,54)			(21.302.600,54)
Intangível	400.382,30	0,00	0,00	400.382,30
142300000 Intangível	112.052,74			112.052,74
143000000 Diferido	288.329,56			288.329,56

NOTA (1) Valor relativo à inscrição de responsabilidade de Carlos Gonçalves de Brito qualificado no processo administrativo disciplinar NR. 1200/001465/94-11 conforme relatório da Comissão de Tomada de Contas designada pela POR/PRES/028/95 em análise no TCU em 1005.

(2) Pagamento em duplicidade a Luiz Antonio Vitorino por serviços prestados em 1996 conf. Processo Administrativo Memo/SJUR/097/96, em apuração na Polícia Federal.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanco Patrimonial em 31/12/2009

P A S S I V O

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
	3.707.430.151,27	1.689,59	0,00	3.707.431.840,86
Passivo Circulante	1.275.648.537,06	0,00	0,00	1.275.648.537,06
Obrigações por Repasses do País	1.117.554.848,88	0,00	0,00	1.117.554.848,88
211490800 FAT	1.110.726.504,16			1.110.726.504,16
212310202 Empréstimos Internos				0,00
212310203 Juros pró-rata Emprést. Internos	6.828.344,72			6.828.344,72
Obrigações por Repasses do Exterior	24.668,02	0,00	0,00	24.668,02
212320200 Empréstimos Externos	20.626,29			20.626,29
212320100 Juros pró-rata Emprést. Externos	4.041,73			4.041,73
Outras Obrigações	158.069.020,16	0,00	0,00	158.069.020,16
Fiscais e Previdenciárias	4.893.634,98	0,00	0,00	4.893.634,98
211230100 IRRF	1.832.194,23			1.832.194,23
211230200 INSS	1.465.577,48			1.465.577,48
211230600 FGTS	653.890,89			653.890,89
212140301 Provisão para IRPJ				0,00
212140302 Provisão para CSLL				0,00
212150700 Collins	810.556,89			810.556,89
212150900 PIS	131.715,49			131.715,49
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	0,00			0,00
Participações sobre o Lucro a Pagar	2.190.601,23			2.190.601,23
212141200 Prov para Participações e Empregados	2.190.601,23	0,00	0,00	2.190.601,23
Diversas	150.984.783,95	0,00	0,00	150.984.783,95
Provisão para Contingências	124.519.814,92	0,00	0,00	124.519.814,92
212140700 Prov para indeniz. Trabalhistas	124.519.814,92			124.519.814,92
Provisão para Férias e 13º Salário	12.220.594,94	0,00	0,00	12.220.594,94
212140100 Provisão para 13º Salário				0,00
212140200 Provisão de Férias	12.220.594,94			12.220.594,94
Consignatários e Fornecedores	2.440.166,63	0,00	0,00	2.440.166,63
211150000 Planos de Previd. Assist. Médica	1.987.813,96			1.987.813,96
211160000 Entidades Represent. de Classe	42.993,46			42.993,46
211190000 Diversos Consignatários	38.719,73			38.719,73
212110100 Fornecedores	370.639,48			370.639,48
212210300 Entidades Previd. Complementar	0,00			0,00
Dividendos a pagar	11.773.321,45	0,00	0,00	11.773.321,45
212180100 Dividendos a pagar - Tesouro Nacional	11.773.321,45			11.773.321,45
Outras	30.886,01	0,00	0,00	30.886,01
211480000 Depósitos a Transferir	287,26			287,26
211490100 Depósitos de Terceiros				0,00
212120100 Pessoal a pagar - Exercício				0,00
212190400 Obrigações ref. pessoal requisitado	30.598,75			30.598,75
212195001 Diárias				0,00
212195008 Indenizações e Restituições				0,00
212900000 Outras Obrigações				0,00
Passivo Não Circulante	1.489.671.119,32	0,00	0,00	1.489.671.119,32
Obrigações por Repasses do País	922.162.738,06	0,00	0,00	922.162.738,06
222120000 Contratos Internos	922.162.738,06			922.162.738,06
Obrigações por Repasses do Exterior	244.722,68	0,00	0,00	244.722,68
222220000 Contratos Externos	244.722,68			244.722,68

Outras Obrigações	4.423.565,51	0,00	0,00	4.423.565,51
Fiscais e Previdenciárias				
222310100 IRPJ Diferido	1.840.109,60	0,00	0,00	1.840.109,60
222310500 CSLL Diferida	1.150.068,40			1.150.068,40
	690.041,20			690.041,20
Diversas	2.583.455,91			2.583.455,91
Depósitos e Cauções	2.583.455,91	0,00	0,00	2.583.455,91
221210000 Depósitos e Cauções	2.583.455,91	0,00	0,00	2.583.455,91
				2.583.455,91
Receita Diferida e Obrigações e Recursos	562.840.093,07	0,00	0,00	562.840.093,07
214119100				
Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes	167.017.800,54			167.017.800,54
Recursos Aplicados em Fundos Emerg.	47.536.196,14			47.536.196,14
Recursos Retornados de Fundos	875.144,23			875.144,23
Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos	21.739.301,65			21.739.301,65
Sub Total	237.168.442,56			237.168.442,56
Recursos para Equalização	325.671.650,51	0,00	0,00	325.671.650,51
Patrimônio Líquido	942.110.494,89	1.659,59	0,00	942.112.154,48
Capital	892.785.517,36			892.785.517,36
De Domiciliados no País				
241210000 Capital Social	892.785.517,36	0,00	0,00	892.785.517,36
242120000 Reservas de Capital	301.551.331,35			301.551.331,35
242210000 Reservas de Reavaliação	1.500,00			1.500,00
242300000 Reservas de Lucros	2.790.184,78			2.790.184,78
243000000 Prejuízos Acumulados	2.478.593,99			2.478.593,99
	(14.006.672,76)			(14.006.672,76)
Contas de Resultado	49.324.977,53	1.659,59	0,00	49.326.637,12
Receitas da Intermediação Financeira	347.878.356,06			347.878.356,06
Despesas da Intermediação Financeira	(194.771.164,61)	0,00	0,00	(194.771.164,61)
Outras receitas/despesas Operacionais	(142.164.952,72)	0,00	0,00	(142.164.952,72)
Resultados Compensatórios	(986.581,33)	(701.202,64)	(293.719,10)	(143.159.874,46)
Outras receitas/despesas	107.909,85	702.862,23	293.719,10	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.081.947,60)	0,00	0,00	107.909,85
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.353.357,88	0,00	0,00	(3.081.947,60)
		0,00	0,00	42.353.357,88

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2008

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
1- Receitas da Intermediação Financeira	347.878.356,06	0,00	0,00	347.070.356,06
1.1 Operações de Crédito	239.145.455,28	0,00	0,00	239.145.455,28
4.1.6.0.0.02.98 - Outros Serviços Financeiros				0,00
4.1.6.0.0.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização	8.748.677,47			8.748.677,47
6.2.3.2.3.05.04 - Juros Vencidos	888.926,76			888.926,76
6.2.3.2.3.05.05 - Juros Equalizados	97.764.909,24			97.764.909,24
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Morais	113.026.231,77			113.026.231,77
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pro-rata	634.390,26			634.390,26
6.2.3.2.3.05.99 - Juros Renegociados	1.154.113,60			1.154.113,60
6.2.3.2.3.08.00 - Multas	305.428,12			305.428,12
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contrat				305.428,12
4.2.3.0.0.99.00 - Amortizações de Empréstimos Divs	13.982.192,40			13.982.192,40
4.9.8.0.0.00.00 - Reliquações				13.982.192,40
6.2.3.2.3.04.02 - Diversos Responsáveis				0,00
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber				0,00
6.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Finan. Concedidos	2.416.520,17			2.416.520,17
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	1.080.254,90			1.080.254,90
5.2.3.1.7.02.10 - Créditos Diversos	(623.106,51)			(623.106,51)
5.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Finan. Concedidos				0,00
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial Não Financeira	(672.366,80)			(672.366,80)
				0,00
1.2 Resultado com aplic.do disponível e em títulos mobiliár	54.742.591,14	0,00	0,00	54.742.591,14
4.1.3.2.5.00.00 - Remuneração Depósitos Bancários	50.310.490,47			50.310.490,47
4.1.3.2.8.00.00 - Remuneração Depósitos Especiais	131.073,70			131.073,70
4.1.3.2.9.00.00 - Outras Receitas Valores Mobiliários				131.073,70
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	14.297.007,56			14.297.007,56
6.2.3.2.2.01.00 - Valorizações de Títulos e Valores	4.019,41			4.019,41
6.2.3.2.2.02.07 - Fundos de Aplic. em Cotas/Renda V.				0,00
6.2.3.1.7.10.50 - Investimentos				0,00
5.2.3.2.2.01.00 - Desvalorização de Títulos e Valores				0,00
				0,00
1.3 Rendas com administração de fundos	43.960.309,64	0,00	0,00	43.960.309,64
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	38.174.922,32			38.174.922,32
4.1.9.2.2.99.00 - Outras Restituições	5.815.387,32			5.815.387,32
2- Despesas da Intermediação Financeira	(194.771.164,61)	0,00	0,00	(194.771.164,61)
2.1 Captação no mercado - financiamentos e repasses	(149.749.003,22)	0,00	0,00	(149.749.003,22)
3.3.2.9.0.21.01 - Juros Div Contratada c/Instit Finan	(50.816.873,96)			(50.816.873,96)
3.3.2.9.0.21.03 - Juros Dívida Contratada no Exterior	(17.915,17)			(17.915,17)
3.3.2.9.0.21.00 - Outros Juros da Dívida Contratada	(643,82)			(643,82)
5.2.3.4.1.03.00 - Encargos	(4.389.026,78)			(4.389.026,78)
5.2.3.4.1.01.00 - Atualização Monetária Financeira	(93.561.822,85)			(93.561.822,85)
5.2.3.4.1.02.00 - Atualização Monetária n/ Financeira				0,00
5.2.3.4.1.05.03 - Juros e Encargos -Dív Contratada n/	(1.058.111,72)			(1.058.111,72)
5.2.3.4.2.03.00 - Variação Cambial não Financeira Di	(13.494,53)			(13.494,53)
6.2.3.4.1.04.00 - Variação Cambial não Financeira				0,00
6.2.3.4.2.03.02 - Variação Cambial não Financeira Di	108.885,61			108.885,61
				0,00
2.2 Provisão para risco de crédito	(45.022.161,38)	0,00	0,00	(45.022.161,38)
5.2.3.2.3.01.00 - Provisão p/Devedores Duvidosos	(45.118.782,85)			(45.118.782,85)
6.2.3.2.3.01.00 - Reversão da Prov. p/Dev Duvidosos	96.621,46			96.621,46
3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(139.974.351,49)	(701.202,64)	(293.719,10)	(140.969.273,23)
3.1 Provisão para contingências trabalhistas	(474.856,42)	0,00	0,00	(474.856,42)
5.2.3.3.1.07.09 - Obrigações Trabalhistas em Litígio	(474.856,42)			(474.856,42)

3.2 Despesas com pessoal	(112.430.504,11)	(6.877,05)	(796,05)	(112.438.177,21)
3.2.1 Proventos	(72.338.099,58)	(220,00)	(351,05)	(72.338.670,63)
3.3.1.9.0.11.01 - Vencimentos e Salários	(57.565.617,80)			(57.565.617,80)
3.3.1.9.0.11.05 - Incorporações	(353.787,97)			(353.787,97)
3.3.1.9.0.11.30 - Abono Provisório - Pessoal Civil				0,00
3.3.1.9.0.11.33 - Gratificação p/ Exercício de Função	(3.078.730,66)			(3.078.730,66)
3.3.1.9.0.11.42 - Férias Indenizadas	(539.623,44)			(539.623,44)
3.3.1.9.0.11.43 - 13º Salário	(5.221.409,50)			(5.221.409,50)
3.3.1.9.0.11.44 - Férias - Abono Pecuniário	(1.222.928,87)			(1.222.928,87)
3.3.1.9.0.11.45 - Férias - Abono Constitucional	(3.059.642,23)			(3.059.642,23)
3.3.1.9.0.11.46 - Férias - Pagamento Antecipado				0,00
3.3.1.9.0.11.08 - Vencimentos e Vantagens-Pagto Ar				0,00
3.3.1.9.0.11.99 - Outras Despesas Fixas-Pessoal Civ				0,00
3.3.1.9.0.13.04 - Contribuição de Salário-Educação				0,00
3.3.1.9.0.16.34 - Aviso Prévio				0,00
3.3.1.9.0.16.44 - Serviços Extraordinários	(32.217,46)			(32.217,46)
3.3.1.9.0.17.78 - Auxílio Moradia				0,00
3.3.1.9.0.94.01 - Indenizações Trabalhistas-Ativo Civ	(105.890,60)			(105.890,60)
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	(711.740,58)	(220,00)	(351,05)	(711.740,58)
3.3.3.9.0.93.03 - Ajuda de Custo - Pessoal Civil	(28.680,56)			(28.680,56)
5.2.3.1.7.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	(2.301.119,92)			(2.301.119,92)
5.2.3.1.7.02.05 - Créditos a Receber - Folha de Pagt				0,00
5.2.3.1.7.05.02 - Adiantamentos Concedidos n/Financ				0,00
5.2.3.1.7.06.01 - Depósitos Computorizados				0,00
5.2.3.3.1.07.01 - Provisão p/13º Salário				0,00
5.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/ Férias	(2.312.459,89)			(2.312.459,89)
6.1.3.1.2.04.00 - Créditos Diversos a Receber				0,00
6.2.3.1.1.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	2.340.790,90			2.340.790,90
6.2.3.3.1.07.01 - Provisão p/13º Salário				0,00
6.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/Férias	1.854.387,97			1.854.387,97
0.2.3.3.1.07.09 - Obrigações Trabalhista em Litigio				0,00
3.2.2 Benefícios Sociais	(6.747.488,76)	(6.657,05)	0,00	(6.754.145,81)
3.3.1.9.0.08.01 - Auxílio Funeral Ativo Civil				0,00
3.3.1.9.0.08.90 - Integ.Dados Orgão Envid. Parc. SIAI				0,00
3.3.1.9.0.08.99 - Outros Benefícios Assistenciais				0,00
3.3.3.9.0.08.51 - Auxílio Doença				0,00
3.3.3.9.0.08.56 - Auxílio Creche	(531.484,17)			(531.484,17)
3.3.3.9.0.39.40 - Programa Alimentação-PAT	(5.994.819,77)			(5.994.819,77)
3.3.3.9.0.39.72 - Vale-Transporte	(229.643,31)	(6.657,05)		(229.643,31)
5.2.3.1.4.00.00 - Caixa de Títulos e Valores	(6.621.134,37)			(6.621.134,37)
6.2.3.1.4.00.00 - Incorporação de Títulos e Valores	(6.622.935,81)			(6.622.935,81)
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	(1.640.738,06)			(1.640.738,06)
3.3.1.9.0.11.71 - Remuneração de Diretores	(1.370.538,70)			(1.370.538,70)
3.3.3.9.0.36.45 - Jetons a Conselheiros	(270.197,36)			(270.197,36)
3.2.4 Encargos Sociais	(25.245.790,01)			(25.245.790,01)
3.3.1.9.0.07.01 - Complent. de Providência-PIPECO	(4.083.290,30)			(4.083.290,30)
3.3.1.9.0.13.01 - FGTS	(5.996.359,17)			(5.996.359,17)
3.3.1.9.0.13.02 - INSS	(15.166.140,54)			(15.166.140,54)
3.3.1.9.0.13.16 - Contr.0.5% s/Rens. mês Anterior-LC				0,00
3.2.5 Assistência Médica	(6.458.834,70)	0,00	(445,00)	(6.458.834,70)
3.3.3.9.0.39.30 - Serviços Médicos e Odontológicos	(5.342.967,79)		(445,00)	(5.343.412,79)
3.3.3.9.0.39.50 - Serv. Méd.Hosp. Diagn. e Laborator	(1.115.421,91)			(1.115.421,91)
3.3 Despesas administrativas	(18.981.892,87)	(601.131,28)	(289.810,80)	(19.932.834,95)
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.418.107,00)	0,00	0,00	(1.418.107,00)
5.2.3.2.8.01.01 - Administração	(1.296.446,10)			(1.296.446,10)
5.2.3.2.8.02.00 - Amortizações	(121.660,90)			(121.660,90)
3.3.2 Locação de Imóveis	(4.603.861,17)	(319.376,28)	(171.063,36)	(5.094.300,81)
3.3.3.9.0.36.01 - Condomínios				0,00
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	(102.608,29)	(120.000,00)		(222.608,29)
3.3.3.9.0.36.02 - Condomínios	(2.243.468,78)	(79.376,28)	(15.775,56)	(2.338.620,62)
3.3.3.9.0.36.10 - Locação de Imóveis	(2.267.784,10)	(120.000,00)	(155.287,80)	(2.633.071,90)
3.3.3 Locação de Bens Móveis	(7.298,96)	(5.760,00)	0,00	(13.058,96)

3.3.3.9.0.36.16 - Locação de Bens Móveis Intangíveis				0,00
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares				0,00
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamen	(2.700,00)	(5.760,00)		(8.460,00)
3.3.3.9.0.39.14 - Locação Bens Móv. outras Nat. Intan	(4.598,96)			(4.598,96)
3.3.4 Manutenção e Conservação de Bens	(220.507,32)	(8.298,16)	(20.715,00)	(249.520,48)
3.3.3.9.0.36.18 - Manut.e Conservação Equipamento			(700,00)	(700,00)
3.3.3.9.0.36.20 - Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.36.21 - Manut.e Cons.Bens Móv. outras Nat				0,00
3.3.3.9.0.36.22 - Manut.e Conservação de Bens Imó				0,00
3.3.3.9.0.39.16 - Manut.e Conservação de Bens Imó	(12.150,00)		(13.850,00)	(26.000,00)
3.3.3.9.0.39.17 - Manut.e Conservação de Maq. e Eq	(208.357,32)	(5.424,16)	(2.505,00)	(215.286,48)
3.3.3.9.0.39.19 - Manut.e Conservação de Veículos		(414,00)		(414,00)
3.3.3.9.0.39.20 - Manut.e Cons. Bens Móv. outras Na		(2.460,00)	(3.960,00)	(8.120,00)
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	(1.425.832,14)	(84.543,89)	(49.693,67)	(1.560.069,70)
3.3.3.9.0.39.43 - Serviços de Energia Elétrica	(502.951,42)	(24.007,00)	(7.383,55)	(534.341,97)
3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	(922.880,72)	(60.536,89)	(42.310,12)	(1.025.727,73)
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	(1.126.963,61)	(42.489,00)	(8.788,00)	(1.178.240,61)
3.3.6.1 Diárias	(420.876,36)	(40.976,00)	(8.788,00)	(470.640,36)
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	(319.862,26)			(319.862,26)
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	(61.260,50)			(61.260,50)
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias e Colab Eventuais no País	(11.169,60)			(11.169,60)
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias e Colab Eventuais no Exterior				0,00
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias e Conselheiros	(28.584,00)			(28.584,00)
3.3.6.2 Outro Serviços	(706.087,25)	(1.513,00)	0,00	(707.600,25)
3.3.3.9.0.36.04 - Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.36.05 - Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	(698.967,25)			(698.967,25)
3.3.3.9.0.36.27 - Serviços de Comunicação em Geral				0,00
3.3.3.9.0.36.28 - Serviço de Seleção e Treinamento				0,00
3.3.3.9.0.36.34 - Serviços de Perícias Med. p/ Benefi	(7.120,00)	(1.513,00)		(8.633,00)
3.3.3.9.0.36.35 - Serviços Apoio Adm., Tec e Operac.				0,00
3.3.3.9.0.36.39 - Fretos e Transportes de Encomenda				0,00
3.3.3.9.0.36.42 - Juros				0,00
3.3.3.9.0.36.59 - Serviços de Audio, Video e Foto				0,00
3.3.3.9.0.36.96 - Outros Serv de Terc. PF-Pagrº Anter				0,00
3.3.3.9.0.36.99 - Outros Serviços				0,00
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	(8.209.876,13)	(110.135,89)	(19.703,84)	(8.339.715,86)
3.3.7.1 Diversos Serviços	(1.774.626,98)	(2.838,24)	(5.287,59)	(1.782.752,81)
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	(877.058,77)			(877.058,77)
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Proces. de Dados	(27.098,90)	(804,50)	(4.400,00)	(32.303,40)
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral			(887,59)	(887,59)
3.3.3.9.0.36.77 - Vigilância Ostensiva	(849.665,02)			(849.665,02)
5.2.3.1.7.09.01 - Despesas Antecipadas	(26.349,68)	(2.033,74)		(28.383,42)
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas	7.545,39			7.545,39
3.3.7.2 Outros Serviços	(6.437.349,15)	(107.297,65)	(14.416,25)	(6.559.063,05)
3.3.3.9.0.31.02 - Premiações Artísticas				0,00
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.n Operac	(1.677.319,70)			(1.677.319,70)
3.3.3.9.0.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuál	(109.989,79)	(984,80)	(1.252,94)	(112.227,53)
3.3.3.9.0.39.03 - Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.39.04 - Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	(1.309.773,19)			(1.309.773,19)
3.3.3.9.0.39.09 - Armazenagem				0,00
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congres. e Conferênci	(1.334.399,08)		(150,00)	(1.334.549,08)
3.3.3.9.0.39.23 - Festividades e Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.39.25 - Taxa de Administração				0,00
3.3.3.9.0.39.29 - Honorários Advocatícios				0,00
3.3.3.9.0.39.45 - Serviços de Gás				0,00
3.3.3.9.0.39.47 - Serviço de Comunicação em Geral	(51.166,75)	(587,10)		(51.753,85)
3.3.3.9.0.39.49 - Produções Jornalísticas				0,00
3.3.3.9.0.39.53 - Serviços de Assistência Social				0,00
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Audio, Video e Foto	(1.275,00)			(1.275,00)
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	(71.917,00)			(71.917,00)
3.3.3.9.0.39.65 - Serviço de Apoio ao Ensino	(1.233.756,75)	(65.946,31)		(1.299.703,06)
3.3.3.9.0.39.66 - Serviços Judiciários	(410.286,91)			(410.286,91)
3.3.3.9.0.39.67 - Serviços Funerários				0,00
3.3.3.9.0.39.73 - Transporte de Servidores				0,00

3.3.3.9.0.39.74 - Fretas e Transportes de Encomend	(2.847,42)	(1.107,84)	(1.300,00)	(5.255,26)
3.3.3.9.0.39.78 - Limpeza e Conservação		(34.173,96)	(11.713,31)	(46.887,27)
3.3.3.9.0.39.79 - Serv. de Apoio Adm. Tec. e Operac		(4.497,84)		(4.497,84)
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagens				0,00
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópia e Reprod.de Do				0,00
3.3.3.9.0.39.86 - Patrocínio	(230.000,00)			(230.000,00)
3.3.3.9.0.39.92 - Serviço de Publicidade Institucional				0,00
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicaçã				0,00
3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	(4.617,56)			(4.617,56)
3.3.8 Material de Consumo	(584.366,53)	(22.657,72)	(9.054,64)	(616.078,89)
3.3.3.9.0.30.01 - Combustíveis e Lubrif. Automotivos		(1.707,19)		(1.707,19)
3.3.3.9.0.30.04 - Gás e Outros Materiais Engarrafado	(2.500,00)			(2.500,00)
3.3.3.9.0.30.07 - Gêneros de Alimentação	(21.666,80)	(2.677,05)	(466,40)	(24.809,25)
3.3.3.9.0.30.09 - Material Farmacológico	(28.220,71)			(28.220,71)
3.3.3.9.0.30.10 - Material Odontológico				0,00
3.3.3.9.0.30.14 - Material Educativo e Esportivo				0,00
3.3.3.9.0.30.15 - Material p/Festividades/ Homenager				0,00
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente				0,00
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	(250.266,67)	(1.224,50)	(1.989,07)	(253.480,24)
3.3.3.9.0.30.19 - Material de Acondic. e Embalagem	(28.992,38)	(10.009,24)	(4.170,64)	(43.172,26)
3.3.3.9.0.30.20 - Material de Cama, Mesa e Banho				0,00
3.3.3.9.0.30.21 - Material de Copa e Cozinha				0,00
3.3.3.9.0.30.22 - Material de Limpeza e Prod.Higieniz	(20.838,50)	(2.228,19)		(23.066,69)
3.3.3.9.0.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	(79.559,00)	(1.886,38)	(2.428,53)	(83.873,91)
3.3.3.9.0.30.24 - Material p/Manut. de Bens Imóveis	(5.763,80)			(5.763,80)
3.3.3.9.0.30.25 - Material p/Manut. de Bens Móveis	(976,00)			(976,00)
3.3.3.9.0.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	(76.104,82)	(2.457,78)		(78.562,60)
3.3.3.9.0.30.28 - Material de Proteção e Segurança	(27.788,76)	(467,39)		(28.256,15)
3.3.3.9.0.30.29 - Material p/Audio Video e Foto				0,00
3.3.3.9.0.30.30 - Material p/Comunicações	(278,38)			(278,38)
3.3.3.9.0.30.35 - Material Laboratorial	(1.124,54)			(1.124,54)
3.3.3.9.0.30.36 - Material Hospitalar				0,00
3.3.3.9.0.30.39 - Material p/Manutenção de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.30.41 - Material p/Utilização em Gráfica				0,00
3.3.3.9.0.30.42 - Ferramentas				0,00
3.3.3.9.0.30.47 - Aquisição de Softwares de Base				0,00
3.3.3.9.0.30.96 - Material de Consumo-Pagto Antecip				0,00
3.3.3.9.0.30.99 - Outros Materiais Consumo				0,00
3.3.3.9.0.32.00 - Material de Distribuição Gratuita				0,00
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	(56.400,00)			(56.400,00)
5.2.3.1.2.02.01 - Consumo p/Requisição	(318.990,44)			(318.990,44)
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	(238.778,09)	(22.657,72)	(9.054,64)	(270.488,45)
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	544.066,36	22.657,72	9.054,64	575.778,72
6.1.3.1.3.04.38 - Incorporação Serv.Terciros P.J	29.800,00			29.800,00
3.3.9 Transporte de Pessoal	(1.208.955,76)	(67.734,14)	(10.792,29)	(1.287.482,19)
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	(698.129,15)	(54.822,75)	(10.792,29)	(763.744,19)
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	(122.012,75)			(122.012,75)
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transportes	(388.813,86)	(9.518,68)		(398.332,54)
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana		(1.843,21)		(1.843,21)
3.3.3.9.0.33.08 - Passagens		(1.549,50)		(1.549,50)
3.3.3.9.0.33.96 - Pas. Desp. c/Locomoção- Pagto Ant				0,00
3.3.10 Diversos	(176.024,25)	(136,20)	0,00	(176.160,45)
3.3.3.9.0.39.07 - Entradas Representativas de Cláss	(167.863,73)			(167.863,73)
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis				0,00
3.3.3.9.0.39.36 - Multas Indedutíveis	(2.111,18)			(2.111,18)
3.3.3.9.0.39.37 - Juros		(136,20)		(136,20)
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	(5.197,68)			(5.197,68)
5.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	(421,71)			(421,71)
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas	(39.076,14)			(39.076,14)
6.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	38.646,39			38.646,39

3.4 Despesas Tributárias	(9.223.812,10)	(33.194,31)	(3.112,25)	(9.260.118,66)
3.3.3.9.0.47.02 - IPTU	(232.999,76)	(30.276,52)	(3.112,25)	(266.388,53)
3.3.3.9.0.47.05 - IPVA	(1.092,14)	(2.301,91)		(3.394,05)
3.3.3.9.0.47.09 - IOF				0,00
3.3.3.9.0.47.10 - Taxas	(28.683,18)	(815,86)		(29.499,04)
3.3.3.9.0.47.14 - GHMF				0,00
3.3.3.9.0.47.15 - Multas				0,00
3.3.3.9.0.47.16 - Juros				0,00
3.3.3.9.0.47.18 - Contribuições Prev.-Serviços Tercei	(229.363,63)			(229.363,63)
3.3.3.0.0.47.27 - Multas Inadimplíveis				0,00
3.3.3.9.0.47.28 - Imposto Transmissão de Imóvel				0,00
3.3.3.0.0.47.99 - Outras Obrig Tributárias e Contribu	(1.902,19)			(1.902,19)
8.2.3.1.7.09.01 - Valores Pendentes / Desp. Antecipa				0,00
3.3.3.9.0.47.11 - COFINS	(7.509.480,60)			(7.509.480,60)
3.3.3.9.0.47.12 - Contribuição p/o PIS/PASEP	(1.220.290,60)			(1.220.290,60)
3.5 Outras receitas operacionais:	1.136.514,01	0,00	0,00	1.136.514,01
5.2.3.2.3.07.01 - Variação Cambial Financeira	(12.509,46)			(12.509,46)
4.1.3.2.2.00.00 - Dividendos	73,78			73,78
6.2.3.2.3.05.07 - Juros sobre Créditos Tributários	919.207,88			919.207,88
6.2.3.2.3.07.01 - Financeira	1.521,50			1.521,50
4.1.9.2.2.07.00 - Recuperação de Desp Exerc Anter.	228.220,31			228.220,31
6.2.3.3.1.01.00 - Operações de Crédito - em Contrat				0,00
4- Outras receitas (despesas)	107.909,85	0,00	0,00	107.909,85
5.2.3.3.1.00.00 - Correspondência de Créditos				0,00
6.2.2.3.1.00.00 - Correspondência de Débitos				0,00
5.2.3.1.2.01.03 - Perda	(550,08)			(550,08)
5.2.3.1.2.01.04 - Doações				0,00
5.2.3.1.2.01.12 - Transferências				0,00
5.2.3.1.2.01.16 - Inservibilidade				0,00
6.2.3.1.2.00.00 - Incorporação de Bens Móveis				0,00
6.2.3.1.2.01.18 - Incorp Bens Móveis/Localização	73.582,75			73.582,75
6.2.3.1.2.01.19 - Incorp Bens Móveis/Classificação	320,30			320,30
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	34.344,53			34.344,53
6.2.3.2.8.01.00 - Reversão da Depreciação	212,35			212,35
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	13.240.749,81	(701.202,64)	(293.719,10)	12.245.828,07
5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.081.947,60)	0,00	0,00	(3.081.947,60)
3.3.3.0.0.47.03 - Imposto de Renda	(1.875.264,55)			(1.875.264,55)
3.3.3.9.0.47.13 - Contribuição Social s/ Lucro	(1.206.683,05)			(1.206.683,05)
6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.353.357,88	0,00	0,00	42.353.357,88
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (IRPJ)	26.470.848,78			26.470.848,78
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (CSLL)	15.882.509,10			15.882.509,10
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO S/ LUCRO	52.512.160,09	(701.202,64)	(293.719,10)	51.517.238,35
5.2.3.3.1.07.16 - Provisão de participação de empreg	(2.190.601,23)	0,00	0,00	(2.190.601,23)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	50.321.558,86	(701.202,64)	(293.719,10)	49.326.637,12

ANEXO ITEM 15d

Contratos e Convênios



Finep - Contratos e Convênios

Exercício
2009



UNIDADE GESTORA - FINEP-CONTRATOS E CONVÊNIOS
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO DE 2009

1. OBJETIVOS DA GESTÃO

1.1- A Unidade Gestora Finep-Contratos e Convênios foi criada com a finalidade de operacionalizar os programas administrados pela FINEP (U.G. 365001) no sentido de que os mesmos não interfiram no resultado operacional da empresa.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora Finep/Contratos e Convênios, onde são registradas:

a) A entrada, como receita financeira dos recursos depositados pelos programas;

b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos programas de responsabilidade da Finep, contabilizados como despesas;



c) O lucro no exercício de 2009 no valor de R\$31.262.677,76 está composto pelo resultado da movimentação das contas da própria unidade gestora.

Luis Manuel Rebelo Fernandes
Presidente

CPF - 797.578.477/04

Eduardo Mofeira da Costa
Diretor

CPF - 201.075.956/72

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor

CPF - 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor

CPF - 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7

CPF - 598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

ATIVO	<u>2009</u>	<u>2008</u>
ATIVO CIRCULANTE	400.858	378.776
DISPONIBILIDADES		
DISPONÍVEL MOEDA NACIONAL	385.135	333.049
	385.135	333.049
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	15.723	45.727
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.951	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.525	4.050
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	2.569	37.647
	5.682	3.121
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.788	11.071
REALIZÁVEL LONGO PRAZO		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.101	11.071
	15.101	11.071
TOTAL DO ATIVO	416.646	389.847


 Luis Manuel Rebeio Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04



 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Niélander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53



 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	<u>26.116</u>	<u>30.580</u>
RECURSOS DA UNIÃO E DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	254	69
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	25.862	30.511
FORNECEDORES	864	151
CONVÊNIO A PAGAR	5.374	6.709
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	16.932	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES - SUBVENÇÃO	2.692	23.651
NÃO CIRCULANTE	<u>21.038</u>	<u>21.038</u>
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	21.038	21.038
DIFRAÇÕES DE CRÉDITO FUNTTEL	21.038	21.038
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>389.492</u>	<u>338.229</u>
RESULTADO ACUMULADO	338.229	170.241
RESULTADO DO PERÍODO	51.263	167.989
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>416.646</u></u>	<u><u>389.847</u></u>


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.958/72


 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-621.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-318.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RL 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
 Demonstração do Resultado em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2009	2008
1- RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>62.956</u>	<u>153.378</u>
1.1- SERVIÇOS FINANCEIROS / OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.114	32.312
1.2- INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS DO FNDCT	54.842	121.066
2- DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>(11.613)</u>	<u>(12.102)</u>
2.1- DESPESAS COM PESSOAL	-	-
2.2- LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-
2.3- SERVIÇOS PÚBLICOS	(1.453)	(1.444)
2.4- SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	-	-
2.5- MATERIAL DE CONSUMO	(7.799)	(8.524)
2.6- TRANSPORTE DE PESSOAL	-	-
3- DESPESAS DE CONVÊNIOS	(2.361)	(2.135)
4- RESULTADO COMPENSATÓRIO	<u>(58.489)</u>	<u>(84.642)</u>
5- DESPESAS FINANCEIRAS	-	-
6- RECEITAS FINANCEIRAS	(14.197)	(18)
7- RESULTADO OPERACIONAL (1+2+3+4+5+6)	52.606	111.374
8- LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	31.263	167.989
	<u>31.263</u>	<u>167.989</u>


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nielandor Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.208.477/63


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.267.907/34



Memória de Cálculo das Demonstrações Contábeis da Finep - Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balço Patrimonial em 31/12/2009

ATIVO

	416.646.248,52
CIRCULANTE	400.858.010,55
DISPONIVEL	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	385.134.956,09
BANCOS CONTA MOVIMENTO	385.134.956,09
1.1.1.1.2.01.02 - Banco do Brasil	0,00
1.1.1.1.2.02.99 - Banco do Brasil	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONTA ÚNICA	
1.1.1.1.3.11.00 - Fundo de Aplicação - Extramercado	385.134.956,09
	385.134.956,09
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	15.723.054,46
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	
1.1.2.1.5.08.00 - IRRF a Compensar	2.950.836,41
	2.950.836,41
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	4.524.518,15
1.1.2.3.4.06.01 - Juros Pró-Rata s/ Financiamentos	4.510.827,75
1.1.2.3.5.01.00 - Encargos s/ Empréstimos e Financiamentos	4.690,40
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	
1.1.2.1.6.01.00 - Recursos a Receber p/ Transferencia	2.565.470,96
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pgtº	
	2.565.470,96
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	
1.1.2.2.9.06.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	5.682.228,94
	5.682.228,94
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	
1.1.2.4.1.00.00 - Adiantamentos a Prestadores de Serviços	0,00
1.1.2.4.2.00.00 - Adiantamentos a Pessoal	
1.1.2.4.3.00.00 - Adiant. Operações Especiais	
1.1.2.4.6.00.00 - Adiant. a Unidades e Entidades	
1.1.2.4.9.00.00 - Adiant. Diversos Concedidos	
VALORES EM TRÁNSITO REALIZÁVEIS	
1.1.2.6.1.00.00 - Valores a Creditar	0,00
1.1.2.6.2.00.00 - Ordens Bancárias emitidas a Compensar	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.788.237,97
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.101.497,97
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	15.101.497,97
	15.101.497,97
IMOBILIZADO	
BENS MÓVEIS	686.740,00
1.4.2.1.2.00.00 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	686.740,00
1.4.2.1.2.34.00 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	
1.4.2.1.2.35.00 - Equipamentos de Processamento de Dados	
	686.740,00

DIFERIDO

1.4.3.3.0.00.00 - Projetos e Softwares

1.4.3.9.0.00.00 - Amortização

0.00

660.198,81

(660.198,81)

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009

PASSIVO	416.646.248,52
CIRCULANTE	26.116.322,97
DEPÓSITOS	253.871,58
CONSIGNAÇÕES	
2.1.1.1.4.02.00 - ISS	0,00
2.1.1.1.9.00.00 - Outros Consignatários	0,00
	0,00
RECURSOS DA UNIÃO E DEP. DE DIVERSAS ORIGENS	253.871,58
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	214.463,87
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	39.407,71
2.1.1.4.8.00.00 - Depósitos a Transferir	
2.1.1.4.9.01.00 - Depósitos de Terceiros	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	25.862.451,39
FORNECEDORES	
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	863.976,16
2.1.2.1.1.02.00 - De Exercícios Anteriores	863.976,16
CONVÊNIOS A PAGAR	
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	5.374.287,24
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	431.608,09
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	4.942.678,15
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios anteriores	16.932.210,14
	18.932.210,14
PESSOAL A PAGAR	
2.1.2.1.2.01.00 - Do Exercício	0,00
2.1.2.1.9.60.01 - Diárias	
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	
2.1.2.1.3.01.00 - INSS Contribuição s/Salários	0,00
2.1.2.1.3.03.00 - FGTS	
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	
2.1.2.2.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Liberar	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
2.1.2.3.2.10.01 - Financiamentos do Ativo Permanente	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES - SUBVENÇÃO	
2.1.2.9.1.00.00 - Outras Obrigações - Exercícios	2.691.977,85
2.1.2.9.2.00.00 - Outras Obrigações - Exercícios Anteriores	2.691.977,85
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	21.037.831,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	
2.2.2.2.3.01.00 - Financiamentos do Ativo Permanente	21.037.831,23
	21.037.831,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	369.492.094,32
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00

PATRIMÔNIO	
2.4.1.1.0.00.00 - Patrimônio	0,00
RESULTADO ACUMULADO	
2.4.3.0.0.00.00 - Lucros ou Prejuízos Acumulados	338.229.416,56
	338.229.416,56
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	
2.4.9.1.0.00.00 - Resultado Financeiros Apurado	0,00
2.4.9.2.0.00.00 - Resultado Patrimonial Apurado	0,00
RESULTADO DO PERÍODO	
	31.262.677,76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

2009

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
1.1. SERV. FINANCEIROS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.855.741,48
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	8.113.625,50
4.1.6.0.0.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização	
4.1.6.0.0.22.00 - Serviços de Estudos e Pesquisas	
4.1.6.0.0.99.00 - Outras Receitas de Serviços	
4.1.7.0.1.00.00 - Transferências Convênios da União	157.632,73
4.1.9.2.2.07.00 - Recup.de Desp.de Exerc. Anteriores	
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	7.516.355,93
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pró-rata	439.345,34
5.2.3.2.3.06.01 - Empréstimos e Finan. Concedidos	291,50
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pro- Rata	
1.2. INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS DO FNDCT	54.842.115,98
4.1.6.0.0.02.08 - Serviços de Remun. Rep. Prog.	54.842.115,98
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	
4.1.7.8.4.00.00 - Transf. Convênios de Instituições	
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.612.967,40)
2.1. DESPESAS COM PESSOAL	0,00
3.3.1.9.0.07.01 - Contribui. de Previdência	
3.3.1.9.0.08.99 - Outros Benefícios Assistenciais	
3.3.1.9.0.11.01 - Verbas e Salários	
3.3.1.9.0.11.33 - Gratificação por Exercício de Funções	
3.3.1.9.0.11.43 - 13º Salário	
3.3.1.9.0.13.01 - FGTS	
3.3.1.9.0.13.02 - INSS	
3.3.1.9.0.13.04 - Salário Educação	
3.3.3.9.0.36.30 - Serviços Médicos e Odontológicos	
3.3.3.9.0.39.40 - Programa de Alim. Trabalhador-PAT	
3.3.3.9.0.39.50 - Serv.Médico-hosp., Odont. e Labor.	
3.3.3.9.0.39.72 - Vale Transporte	
5.2.3.1.7.02.00 - Créditos Diversos a Receber	
5.2.3.1.7.05.02 - Adiantam. Concedidos N/Financeiros	
6.1.3.1.2.04.00 - Créditos Diversos a Receber	
2.2. LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	(1.453.134,77)
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	(784.410,77)
3.3.3.9.0.39.02 - Condomínios	
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equip.	
3.3.3.9.0.39.14 - Locação Bens Móveis out. Nat. e Intang.	(668.724,00)
2.3. SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00
3.3.4.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	
2.4. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	(7.798.661,56)
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	(14.461,20)
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	

3.3.3.9.0.36.02 - Diárias Cotab Event. no País	(41.964,00)
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias Colaboradoras Event. Exterior	
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	(163.460,32)
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros	
3.3.3.9.0.36.99 - Outros Serviços	
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec. e Operac.	(2.414.258,92)
3.3.3.9.0.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuidades	
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	(1.891.579,10)
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	(650.351,41)
3.3.3.9.0.39.17 - Manut. e Conserv. de Máq. e Equip.	
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conf.	(1.166.493,26)
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	(652.438,30)
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	(81.640,94)
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados	(146.090,64)
3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	
3.3.3.9.0.39.74 - Fretes, Transportes de Encomendas	
3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Administ. Tec. e Oper.	(15.580,75)
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagens	
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	(580.442,69)
3.3.3.9.0.39.91 - Serviços de Publicidade e Mercadologia	
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Software de Aplicação	
3.3.3.9.0.39.96 - Outros Serv. Terceiros PJ-Pfís. Antecipado	
3.3.3.9.0.39.97 - Despesas de Teleprocessamento	
3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	
2.5. MATERIAL DE CONSUMO	0,00
3.3.3.9.0.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	
3.3.3.9.0.30.07 - Gêneros de Alimentação	
3.3.3.9.0.30.15 - Material para Festiv. e Homenagens	
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente	
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	
3.3.3.9.0.30.25 - Material para Manut. de Bens Móveis	
3.3.3.9.0.30.29 - Material para Audio, Video e Foto	
3.3.3.9.0.32.09 - Material para Divulgação	
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	
2.6. TRANSPORTE DE PESSOAL	(2.361.271,07)
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	(2.304.164,52)
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	(65.629,97)
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	(1.456,58)
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana	
3. DESPESAS DE CONVÊNIO	(88.488.640,01)
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cult. Educ.	(38.334.605,15)
3.3.3.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisa e Desenvol.	(12.623.790,98)
3.3.3.5.0.41.99 - Outras Instituições Privadas	
3.3.3.6.0.41.02 - Inst. de caráter Industrial	
3.3.3.6.0.41.05 - Inst. de caráter Comercial	(7.530.052,88)
3.3.3.9.0.20.01 - Auxílio a Pesquisadores	
3.4.4.5.0.41.00 - Contribuições	
4. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS	0,00
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	(586.740,00)

6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	688.740,00
3.4.5.9.0.68.02 - Financiamentos Concedidos	(9.221.678,96)
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	9.221.678,96
3.4.6.9.0.71.01 - Amortização da Dívida Cont. c/ Instit.Financ.	
6.2.3.3.1.23.00 - Entidades Credoras	
5.2.2.2.8.00.00 - Restituições de Receitas Federais	
6.2.2.2.8.00.00 - Restituições de Receitas Federais	
5.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Créditos-Saldos Financ.	
6.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Créditos-Saldos Financ.	
5.2.2.3.3.01.00 - Incorp./ Desin.Saldos Não Financeiros	
6.2.2.3.3.01.00 - Incorp./ Desin.Saldos Não Financeiros	
5.2.2.3.3.02.00 - Incorp./ Desin.Saldos Financeiros	
6.2.2.3.3.02.00 - Incorp./ Desin.Saldos Financeiros	
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	
4.2.1.1.9.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas	
5.1.2.1.3.01.00 - Sub-repasso Concedido	
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-repasso Recebido	
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	
4.2.3.0.0.80.02 - Amortização de Projetos	439.345,34
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	5.745.410,22
4.1.6.0.0.11.02 - Metrologia Científica e Industrial	(6.184.755,56)
4.1.9.2.2.01.00 - Restituições de Convênios	
4.9.8.0.0.00.00 - Retificações	
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	

5. DESPESAS FINANCEIRAS

	(14.197.311,30)
3.3.2.9.0.21.01 - Juros da dívida contrat. c/Inst.Financ.	
3.3.2.9.0.22.01 - Encargos	
3.3.3.9.0.35.01 - Asses. e Consult.Técnica ou Jurídica	
3.3.3.9.0.39.07 - Descontos Concedidos	
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	(3.158,20)
3.3.3.9.0.39.36 - Multas Indedutíveis	
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	(272,69)
3.3.3.9.0.39.38 - Encargos Finan. Dedutíveis	
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	
3.3.3.9.0.47.18 - Contribuições Previdenciárias - Serviços de Terceiros	
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	
3.3.3.9.0.93.05 - Indenização de Trans - Pessoal Civil	(8.081.543,07)
5.1.2.1.3.00.00 - Sub-Repasso Concedido	
5.2.2.3.1.00.00 - Correspondência de Créditos	
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	
5.2.3.1.7.02.11 - Créditos a Receber Curto Prazo	(4.051.370,35)
5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Cancelamento	
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	(2.051.904,65)
5.2.3.1.7.05.02 - Adiant. Concedidos n/Financeiros	
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial n/Financeira	
5.2.3.2.8.02.00 - Amortizações	(9.062,34)
5.2.3.3.1.01.00 - Operações de Crédito - em Contrato	
5.2.3.4.1.03.00 - Encargos	
5.2.3.8.2.00.00 - Ajustes n/ Financeiros	

6. RECEITAS FINANCEIRAS

4.1.3.2.5.00.00 - Rendimento de Depósitos Bancários	57.605.863,99
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	27.234.467,57
	13.278.140,98

4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	9.781,54
6.1.3.1.2.05.00 - Adiantamentos Concedidos	
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	7.002.206,78
6.2.3.1.7.01.05 - Recursos Especiais a Receber	
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	4.612.967,42
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	89.936,00
6.2.3.2.3.04.05 - Emprést. e Financ. Concedidos	38.587,39
6.2.3.3.1.23.00 - Entidades Credoras	
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	339.736,33
7. LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL (1+2+3+4+5+6)	31.262.677,75
8. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00
9. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO (7+8)	31.262.677,75

ANEXO ITEM 15e

Programas de Ações Especiais MCT-FINEP



Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

Exercício 2009



*PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO DE 2009*

1. OS SEUS OBJETIVOS

1.1- A Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para execução do orçamento a partir de 1993.

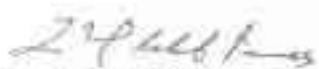
2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a) A entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios.



c) O lucro do exercício de 2009 no valor de R\$344.020,09 é composto pelo resultado da atualização monetária e execução judicial dos financiamentos concedidos com recursos do convênio firmado entre a FINEP e o Ministério da Cultura.


Luis Manuel Rebelo Fernandes
Presidente
CPF - 797.578.477/04


Eduardo Moreira da Costa
Diretor
CPF - 201.075.956/72


Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF - 627.437.597/04


Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF - 316.206.477/53


Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

ATIVO	<u>2009</u>	<u>2008</u>
NAO CIRCULANTE	11.388	11.044
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.388	11.044
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	10.826	11.044
COBRANÇA JUDICIAL	561	
TOTAL DO ATIVO	11.388	11.044


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 058.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

	PASSIVO	
	2009	2008
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.388	11.044
PATRIMÔNIO/CAPITAL	11.044	11.017
RESULTADO DO PERÍODO	344	26
TOTAL DO PASSIVO	11.388	11.044


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 066.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
 Demonstração do Resultado em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2009	2008
1- RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-
1.1- REPASSES RECEBIDOS	-	-
2- DESPESAS FINANCEIRAS	344	26
3- RECEITAS FINANCEIRAS	-	-
4- RESULTADO OPERACIONAL (1+2+3)	344	26
5- RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4+5)	-	-
6- LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	344	26


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.958/72


 Fernando de Nielande Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugonius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.208.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34



**Memória de Cálculo
das Demonstrações Contábeis da UG.
Programa de Ações Especiais
MCT/FINEP**

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009

ATIVO

CIRCULANTE	11.387.728,77
DISPONÍVEL	0,00
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00
1.1.1.1.2.01.02 - Banco do Brasil	0,00
1.1.1.1.2.89.02 - Banco do Brasil	0,00
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	0,00
1.1.1.2.2.00.00 - Bancos Conta Movimento	0,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	0,00
1.1.2.3.5.01.00 - Encargos s/ empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	0,00
1.1.2.1.6.01.00 - Recursos a Receber por Transferência	0,00
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque n/ vinculação de Pagamento	0,00
1.1.2.1.6.12.00 - Recursos a Receber para Pagmº de RP	0,00
1.1.2.1.8.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento	0,00
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	0,00
1.1.2.2.1.01.00 - Entidades Federais	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00
1.1.2.6.1.00.00 - Valores a Creditar	0,00
1.1.2.6.2.00.00 - Ordens Bancárias emitidas a Compensar	0,00
ESTOQUES	0,00
1.1.3.1.9.98.00 - Estoque a Incorporar por Inscrição RP	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
1.1.4.1.3.00.00 - Bens / Dir. a Incorporar por Inscrição RP	0,00
NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.387.728,77
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	11.387.728,77
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	11.387.728,77
1.2.2.2.2.00.00 - Créditos Parcelados	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.387.728,77
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	10.826.268,40
1.2.2.3.6.00.00 - Cobrança Judicial	561.460,37
MOBILIZADO	
BENS MÓVEIS	0,00
	0,00

- 1.4.2.1.2.08.00 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
- 1.4.2.1.2.32.00 - Máquinas e Equipamentos Gráficos
- 1.4.2.1.2.34.00 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos
- 1.4.2.1.2.35.00 - Equipamentos de Processamento de Dados
- 1.4.2.1.2.36.00 - Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório
- 1.4.2.1.2.99.00 - Outros Bens Móveis

DIFERIDO

1.4.3.3.0.00.00 - Desenvolvimento de Projetos 0,00

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009

PASSIVO

CIRCULANTE	11.387.728,77
DEPÓSITOS	0,00
CONSIGNAÇÕES	0,00
2.1.1.1.4.02.02 - RSS	0,00
RECURSOS DA UNIÃO	
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	
2.1.1.4.9.01.00 - Depósitos de Terceiros	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	
OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.2.1.1.01.00 - De Exercício	0,00
2.1.2.1.1.02.00 - Fornecedores - do Exercício Anterior	
2.1.2.1.1.03.01 - De Exercício	
2.1.2.1.1.03.02 - Convenios a pagar - de Exercícios Anteriores	
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	
2.1.2.1.6.01.00 - Recursos a Liberar por Transferência	0,00
2.1.2.1.6.02.00 - Restos a Pagar	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	
2.1.2.3.2.02.00 - Em Contratos (Externos)	0,00
EX3650011 - 501655 BIRD/4266/BR PADCT III	0,00
EX3680160 - BID e UNIÃO N. 880/OC	
EX3690108 - BID/620 CAD 501174	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
2.1.2.9.0.00.00 - Outras Obrigações	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	
2.1.4.2.2.00.00 - Cota recebida Diferida	0,00
2.1.4.2.3.00.00 - Repasse Recebido Diferido	
NÃO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00
2.2.2.2.2.00.00 - Em Contratos (Externos)	0,00
EX3650011 - BIRD/4266/BR PADCT III CAD 501655	0,00
EX3680160 - BID e UNIÃO N. 880/OC	
EX3690108 - BID/620 CAD 501174	
TRIMÔNIO LÍQUIDO	

11.387.728,77

PATRIMÔNIO/CAPITAL	
PATRIMÔNIO	11.043.708,68
2.4.1.1.0.00.00 - Patrimônio	11.043.708,68
RESULTADO ACUMULADO	11.043.708,68
2.4.3.0.0.00.00 - Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	
2.4.9.1.0.00.00 - Resultado Financeiro Apurado	0,00
2.4.9.2.0.00.00 - Resultado Patrimonial Apurado	
RESULTADO DO PERÍODO	344.020,09

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2008

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

4.1.6.0.0.02.00 - Juros de Empréstimos	0,00
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	
4.1.6.0.0.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização	
4.2.1.2.3.00.00 - Operações de Crédito Externas	
4.2.1.2.9.00.00 - Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	
6.1.2.1.2.00.00 - Repasse Recebido	
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido	
6.2.2.2.9.00.00 - Transferências Diversas Recebidas	

2. DESPESAS DE CONVÊNIOS

3.3.3.3.0.41.01 - Acre	0,00
3.3.3.3.0.41.29 - Paraná	
3.3.3.3.0.41.99 - Outras Contribuições	
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. Caráter Assist. Cultural e Educacional	
3.3.3.5.0.41.02 - Assessoria Jurídica Org. Populares - GAJOP	
3.3.3.5.0.41.03 - Instituições de Pesquisa e Desenvol. Tecnológico	
3.3.3.5.0.41.99 - Outras Instituições Privadas	
3.3.3.9.0.20.01 - Auxílio a Pesquisadores	
3.4.4.3.0.42.01 - Acre	
3.4.4.3.0.42.29 - Paraná	
3.4.4.5.0.41.02 - Instituições de Caráter Comercial ou Financeiro	
3.4.4.5.0.41.99 - Outras Instituições Privadas	
3.4.4.5.0.42.01 - Instituições de Caráter Assist. ou Cultural	
3.4.4.5.0.42.02 - Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento	
3.4.4.5.0.42.99 - Outras Instituições Privadas	
3.4.4.5.0.52.34 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos	
3.4.4.5.0.52.99 - Outras Instituições Privadas	
5.1.2.1.2.00.00 - Repasse Concedido	
5.2.2.2.9.00.00 - Transferências Diversas Concedidas	

3. DESPESAS DE CONVÊNIOS/RESTOS A PAGAR

3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	0,00
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.39.51 - Serviços de Análise e Pesquisa	
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente	
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	
3.4.4.9.0.51.80 - Estudos e Projetos	
3.4.4.9.0.52.08 - Apar. Equip. Utens. Médicos, Odont., Labor., Hospitalar	

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

0,00

4.1 SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS

3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	0,00
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias a Colaboradores Eventuais no País	
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior	
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros	
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo, Tec. e Operacional	
3.3.3.9.0.39.06 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	

- 3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conferências
- 3.3.3.9.0.39.23 - Festividades e Homenagens
- 3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral
- 3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento
- 3.3.3.9.0.39.53 - Serviços de Assistência Social
- 3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados
- 3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações
- 3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos
- 3.3.3.9.0.39.74 - Fretes e Transportes de Encomendas
- 3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Adminst., Técnico e Operacional
- 3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagens
- 3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicação
- 3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

4.2 MATERIAL DE CONSUMO

- 3.3.3.9.0.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos 0,00
- 3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente
- 3.3.3.9.0.30.17 - Material de Processamento de Dados
- 3.3.3.9.0.30.25 - Material p/Manutenção de Bens Móveis
- 3.3.3.0.0.00.26 - Material Elétrico e Eletrônico
- 3.3.3.9.0.30.29 - Material p/ Áudio, Vídeo e Foto
- 3.3.3.9.0.30.30 - Material p/ Comunicações
- 5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato
- 6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque

4.3 TRANSPORTE DE PESSOAL

- 3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior 0,00
- 3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transportes
- 3.3.3.9.0.33.96 - Passagens
- 3.3.3.9.0.33.99 - Outras Despesas com Locomoção

5. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS

- 3.4.4.9.0.41.98 - Restos a Pagar 0,00
- 6.1.3.1.8.00.00 - Bens / Dir. a Incorporar pela Inscrição RP
- 3.4.6.9.0.71.03 - Amortização da Dívida Contratada no Exterior
- 6.1.3.3.1.00.00 - Operações de Créditos em Contrato
- 5.2.3.1.1.00.00 - Baixa de Bens Imóveis
- 6.1.3.1.1.01.00 - Bens Imóveis
- 3.4.4.9.0.52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados
- 3.4.4.9.0.52.99 - Outros Materiais Permanentes
- 5.2.3.1.2.01.12 - Transferências
- 6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente
- 6.2.2.3.3.01.00 - Incorporação/Desincorporação de Saldos N/Financ.
- 6.2.2.3.3.01.00 - Incorporação/Desincorporação de Saldos N/Financ.
- 6.2.2.3.3.02.00 - Incorporação/Desincorporação de Saldos Financ.
- 6.2.2.3.3.02.00 - Incorporação/Desincorporação de Saldos Financ.
- 5.2.3.1.3.00.00 - Baixa de Bens Intangíveis
- 5.2.3.1.7.05.02 - Adiantamentos Concedidos - não Financeiros
- 6.1.3.1.2.05.00 - Adiantamentos Concedidos
- 4.2.1.1.9.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas

6. DESPESAS FINANCEIRAS

- 3.3.2.9.0.21.01 - Juros Dívida Contratada (50,00)
- 3.3.2.9.0.21.03 - Juros
- 3.3.2.9.0.21.99 - Outros Juros da Dívida Contratada
- 3.3.2.9.0.22.01 - Encargos da Dívida Contratada c/ Inst. Financeiras

3.3.2.9.0.22.99 - Diversos Encargos da Dívida Contratada	
3.3.3.9.0.35.01 - Asses. e Consult. Técnica ou Jurídica	
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	
5.1.2.1.5.01.00 - Cota Diferida	
5.1.2.1.6.02.00 - Repasse Diferido - Inscrição	
5.1.3.3.1.00.00 - Operações de Crédito em Contratos	
5.2.2.3.2.00.00 - Fornecimentos a Receber	
5.2.3.1.7.01.01 - Fornecimentos a Receber	(50,00)
5.2.3.1.7.01.03 - Recursos de Limite a Receber de RP	
5.2.3.1.7.01.05 - Recursos Especiais a Receber	
5.2.3.1.7.02.99 - Outras Créditos Diversos a Receber	
5.2.3.1.7.03.01 - Entidades Devedoras	
5.2.3.2.8.01.00 - Depreciações	
5.2.3.1.8.00.00 - Bens/ Créditos a Incorporar pela Inscrição RP	
5.2.3.1.8.00.00 - Bens/ Créditos a Incorporar pela Inscrição RP	
5.2.3.2.3.04.05 - Atual Monetária n/ Finan.-Emprest. Finan Concedidos	
5.2.3.2.3.07.00 - Variação Cambial	
5.2.3.3.1.14.00 - Recursos a Liberar	
5.2.3.3.1.16.00 - Recursos Orçamentários a Liberar	
5.2.3.4.2.02.00 - Variação Cambial não Financeira	
5.2.3.4.2.03.00 - Variação Cambial não Financeira Div.Cont. Externa	
5.2.3.8.1.00.00 - Ajustes Financeiros	
5.2.3.8.2.00.00 - Ajustes não Financeiros	

7. RECEITAS FINANCEIRAS

4.1.9.2.2.00.00 - Restituições	344.070,09
4.1.9.9.0.05.01 - Saldo de Exercícios Anteriores - Convênios	
4.1.9.9.0.99.00 - Outras receitas	
4.1.9.2.2.07.00 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	50,00
5.1.2.1.2.00.00 - Repasse recebido	
5.1.2.1.5.02.00 - Repasses Diferidos	
5.1.2.1.5.02.00 - Sub-Repasse Diferido	
5.1.3.1.4.01.00 - Gastos Operacionais	
5.2.2.2.1.01.00 - Transferências Recebidas	
5.2.2.2.1.02.00 - Recebimento de Transferências Concedidas	
5.2.2.3.1.00.00 - Correspondência de Débitos - Saldo não Financeiros	
5.2.3.1.2.01.01 - Aquisição	
5.2.3.1.2.01.99 - Outras Incorporações de Bens Móveis	
5.2.3.1.7.01.00 - Créditos a Receber	
5.2.3.1.7.05.00 - Recursos Especiais a Receber	
5.2.3.1.7.09.02 - Valores Diferidos	
5.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	
5.2.3.2.3.04.04 - Devedores - Entidades e Agentes	292.978,24
5.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Financ. Concedidos	
5.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	
5.2.3.2.3.07.01 - Financeira	
5.2.3.2.3.08.00 - Multas	
5.2.3.3.1.01.00 - Operações de Créditos - em Contratos	51.041,85
5.2.3.3.1.02.00 - Operações de Créditos - em Títulos	
5.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	
5.2.3.3.1.05.00 - Restos a Pagar	
5.2.3.3.1.16.00 - Recursos a Orçamentários a Liberar	
5.2.3.4.2.02.00 - Variação Cambial não Financeira	
5.2.3.4.2.03.02 - Variação Cambial não Financeira Div.Cont.Externa	
5.2.3.8.1.00.00 - Ajustes Financeiros	
5.2.3.8.2.00.00 - Ajustes n/ Financeiros	

8. LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL (1+2+3+4+5 +6+7)	344.020,09
9. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	
5.2.3.1.2.01.12 - Transferências	0,00
5.2.3.1.2.01.04 - Doações	
10. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO (8+9)	344.020,09

**ANEXO
ITEM 15f

FUNTTTEL**



FUNTEL
Exercício de
2009



FUNTTTEL / FINEP - AGENTE FINANCERIO DO FUNTTTEL
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2009

1. OS SEUS OBJETIVOS

1.1- A Unidade Gestora 410049, foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, para a execução orçamentária e financeira do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações-FUNTTTEL, criado através da Lei nº 10.052 de 28.11.2000, sendo que a mesma se encontra vinculada ao Ministério das Comunicações exercendo a condição de Agente Financeiro.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a) A entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pelo Ministério das Comunicações;



- b) As saídas diretas dos recursos, para aplicação nos pagamentos dos convênios como despesa.;
- c) O Lucro do Exercício de 2009 no valor de R\$ 9.284.240,76 é composto pelo resultado da movimentação das contas da própria Unidade Gestora.

Luis Manuel Rebelo Fernandes
Presidente
CPF - 797.578.477/04

Eduardo Moreira da Costa
Diretor
CPF - 201.075.956/72

Fernando de Niefander Ribeiro
Diretor
CPF - 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF - 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FUNTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTEL
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE	<u>10.014</u>	-
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	<u>10.014</u>	-
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
ENCARGOS S/EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-
RÉCURSOS ESPECIAIS A RECEBER	<u>10.014</u>	-
Rec.a Receber p/Transferências	-	-
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	10.014	-
Recursos a Receber para Pagº de RP	27.839	-
Recursos a Receber para Pagº de RP	(27.839)	-
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	-	-
NÃO CIRCULANTE	<u>-</u>	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>-</u>	-
INVESTIMENTOS	<u>-</u>	-
TOTAL DO ATIVO	<u><u>10.014</u></u>	-


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nielande Ribeiro
 Diretor
 CPF-827.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FUNTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTEL
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009 e 31/12/2008
 Em Reais Mil

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	730	-
DEPÓSITOS	-	-
RECURSOS DA UNIÃO	-	-
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	730	-
FORNECEDORES	730	-
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR / RP	-	-
Recursos a Liberar por Transferência	-	-
Não-Processados a Liquidar	37.123	-
Retificação de RP Não Processados	(37.123)	-
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-
Subvenção no Exercício	-	-
Subvenção no Exercício Anterior	-	-
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.284	-
PATRIMÔNIO / CAPITAL	-	-
RESULTADO DO PERÍODO	9.284	-
TOTAL DO PASSIVO	10.014	-


 Lum Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04

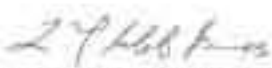

 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nilander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2009	2008
1- RECEITA OPERACIONAL BRUTA	37.853	-
1.1- ARRENDAMENTOS	-	-
1.2- JUROS DE EMPRÉSTIMOS	-	-
1.3- REPASSE RECEBIDO	-	-
1.4- SUB-REPASSE RECEBIDO	10.014	-
1.5- RECURSOS DE LIMITES A RECEBER DE RP	27.839	-
1.6- RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-	-
2- DESPESAS DE CONVENIOS / REPASSE DE RECURSOS	(37.853)	-
2.1- DESPESAS DE CONVENIOS	(37.123)	-
2.2- REPASSE DE RECURSOS	(730)	-
2.3- DESPESAS DE SUBVENÇÃO	-	-
3- DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	-
3.1- SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	1	-
3.2- TRANSPORTE DE PESSOAL	-	-
3.3- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	-	-
3.4- MATERIAL DE CONSUMO	-	-
4- RESULTADOS COMPENSATORIOS	-	-
5- RESULTADO OPERACIONAL (1+2+3+4)	0	-
6- DESPESAS FINANCEIRAS	(27.839)	-
7- RECEITAS FINANCEIRAS	37.123	-
8- LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO (7+8)	9.284	-


 Luis Manuel Rebelo Fernandes
 Presidente
 CPF-797.578.477/04


 Eduardo Moreira da Costa
 Diretor
 CPF-201.075.956/72


 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04


 Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53


 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34



Memória de Cálculo das Demonstrações Contábeis do FUNTTEL

ATIVO	10.014.000,00
CIRCULANTE	10.014.000,00
DISPONIVEL	0,00
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00
1.1.1.1.2.01.02 - Banco do Brasil	
1.1.1.1.2.99.02 - Banco do Brasil	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	0,00
1.1.1.2.2.00.00 - Bancos Conta Movimento	
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	10.014.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	
1.1.2.3.5.01.00 - Encargos s/Empréstimos e Financ.	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	10.014.000,00
1.1.2.1.6.01.00 - Rec.a Receber p/Transferências	
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	10.014.000,00
1.1.2.1.6.12.00 - Recursos a Receber para Pagamento	
1.1.2.1.6.22.00 - Recursos a Receber para Pagº da RP	27.839.152,86
1.1.2.1.6.24.00 - Recursos a Receber para Pagº da RP	(27.839.152,86)
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	0,00
1.1.2.2.1.01.00 - Entidades Federais	
1.1.2.2.9.06.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	
RECURSOS VINCULADOS	0,00
1.1.2.5.1.04.00 - Depósitos Especiais	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
1.1.4.1.3.00.00 - Bens / Dir. a Incorporar por Inscrição RP	
NÃO CIRCULANTE	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	
INVESTIMENTOS	0,00
1.4.1.1.1.02.00 - Participações em Fundos - MEP	

FUNTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTEL
 Balanço Patrimonial em 31/12/2009

PASSIVO	10.014.000,00
CIRCULANTE	729.759,24
DEPÓSITOS	0,00
CONSIGNAÇÕES	0,00
2.1.1.1.4.02.00 - ISS	
RECURSOS DA UNIÃO	0,00
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários- GPS a emitir	
2.1.1.2.3.07.00 - Recursos da GRU	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
2.1.1.4.9.01.00 - Depósitos de Terceiros	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	729.759,24
FORNECEDORES	729.759,24
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	729.759,24
2.1.2.1.1.02.00 - Do Exercício Anterior	
CONVÊNIOS A PAGAR	0,00
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	
2.1.2.1.9.00.05 - Contratos de Cooperação Técnica	
2.1.2.1.9.00.10 - Contratos de Coop. Técnica - Exercício anteriores	
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	0,00
2.1.2.1.1.13.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios Anteriores	
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	0,00
2.1.2.1.6.01.00 - Recursos a Liberar por Transferência	
2.1.2.1.6.02.02 - Não Processados a Liquidar	37.123.393,62
2.1.2.1.6.02.09 - Retificação de RP Não Processados	(37.123.393,62)
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00
2.1.2.1.9.00.01 - Diárias	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
2.1.2.3.2.02.00 - Em Contratos	
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	0,00
2.1.2.6.2.00.00 - Ordens Bancárias a emitir	
2.1.2.6.3.00.00 - Ordens Bancárias Canceladas	0,00

OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00
2.1.2.9.1.00.00 - Outras Obrigações - Exercício	
2.1.2.9.2.00.00 - Outras Obrigações - Exercícios anteriores	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00
2.1.4.2.3.00.00 - Repasse Recebido Diferido	
2.1.4.2.4.00.00 - Sub- Repasse Recebido Diferido	
PASSIVO NAO CIRCULANTE	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
2.2.2.2.2.00.00 - Em Contratos	0,00
EX3690102 - JBI/Cad.501671	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.284.240,76
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00
PATRIMÔNIO	0,00
2.4.1.1.0.00.00 - Patrimônio	
RESULTADO ACUMULADO	0,00
2.4.3.0.0.00.00 - Lucros ou Prejuízos Acumulados	
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00
2.4.9.1.0.00.00 - Resultado Financeiro Apurado	
2.4.9.2.0.00.00 - Resultado Patrimonial Apurado	
RESULTADO DO PERÍODO	9.284.240,76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		2009
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA		37.853.152,86
4.1.3.1.2.00.00 - Arrendamentos		
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos		
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros		
4.2.1.2.9.00.00 - Outras Operações de Crédito Externas		
6.1.2.1.2.00.00 - Repasse Recebido		
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido		10.014.000,00
6.1.2.1.5.02.00 - Repasse Diferido		
6.2.2.2.9.00.00 - Transferências Diversas Recebidas		
6.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Débitos - Saldo Financeiros		
6.2.3.1.7.01.03 - Recursos de Limites a Receber de RP		27.839.152,86
6.2.3.1.7.01.05 - Recursos Especiais a Receber		
6.2.3.1.7.01.13 - Balsa de recursos a receber por retificação		
2. DESPESAS DE CONVÊNIO / REPASSE DE RECURSOS		(37.853.152,86)
2.1. DESPESAS DE CONVÊNIO		(37.123.393,62)
3.3.3.3.0.39.00 - Outras Transferências a Estados e ao Distrito Federal		
3.3.3.3.0.41.00 - Contribuições		
3.3.3.4.0.41.00 - Contribuições		
3.3.3.4.0.41.99 - Restos a Pagar		
3.3.3.5.0.39.04 - Instituições de Pesq. e Desenvolvimento Institucional		
3.3.3.5.0.39.99 - Restos a Pagar		
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cultural e Educacional		(31.466.714,24)
3.3.3.5.0.41.02 - Assessoria Jurídica Organ. Populares - GAJOP		
3.3.3.5.0.41.03 - Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		
3.3.3.5.0.41.90 - Restos a Pagar		
3.3.3.5.0.41.99 - Outras Instituições Privadas		
3.3.3.6.0.41.02 - Instituições de Caráter Industrial		
3.3.3.6.0.41.03 - Instituições de Pesquisa e Desenv. Tecnológico		
3.3.3.8.0.41.02 - Instituições de Caráter Técnico ou Científico		
3.3.3.8.0.41.34 - Instituições de Caráter Comercial ou Econômico		
3.3.3.9.0.39.51 - Serviços de Análises e Pesquisas Científicas		
3.3.3.9.0.39.99 - Restos a Pagar		
3.3.3.9.0.93.99 - Restos a Pagar		
3.4.4.3.0.41.35 - Contribuições		
3.4.4.3.0.41.99 - Restos a Pagar		
3.4.4.3.0.51.00 - Outras Transferências a Estados e ao Distrito Federal		
3.4.4.4.0.41.00 - Contribuições		
3.4.4.4.0.51.00 - Outras Transferências a Municípios		
3.4.4.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cultural ou Educacional		(5.657.679,38)
3.4.4.5.0.41.02 - Inst. de Caráter Comercial ou Financeiro		
3.4.4.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisas Científicas		
3.4.4.5.0.41.99 - Restos a Pagar		
3.4.4.5.0.41.99 - Outras Instituições Privadas		
3.4.4.5.0.42.01 - Instituições de Caráter Assistencial ou Cultural		
3.4.4.5.0.42.02 - Instituições de Pesquisa e Desenv. Tecnológico		
5.1.2.1.2.00.00 - Repasse Concedido		
5.1.2.1.5.02.00 - Repasse Diferido		
5.1.2.1.5.03.00 - Sub-Repasse Diferido		
5.1.2.1.6.02.00 - Repasse Diferido - Inscrição		
5.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Crédito - Saldo Financeiros		
5.2.3.3.1.14.00 - Recursos a Liberar		
2.2. REPASSE DE RECURSOS		(729.759,24)
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cultural e Educacional		
3.3.3.5.0.41.03 - Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		
3.3.3.9.0.39.79 - Apoio Administrativo Terceiros e Operacional - Taxa		(729.759,24)
3.3.3.9.0.45.02 - Equalização de Preços e Taxas/Diferencial de Juros		

- 3.4.4.9.0.51.80 - Estudos e Projetos
- 3.4.5.3.0.41.35 - Contribuições
- 3.4.5.9.0.65.04 - Cotas/Ações de Fundos

3. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
3.1. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	0,00
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o país	
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias a Colaboradores Eventuais no País	
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior	
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.36.14 - Armazenagem	
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	
3.3.3.9.0.36.36 - Serviço de Conservação e Rebeneficiamento de Mercadoria	
3.3.3.9.0.36.39 - Fretos e Transportes de Encomendas	
3.3.3.9.0.36.45 - Jetons a Conselheiros	
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros	
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	
3.3.3.9.0.39.01 - Assinatura de Periódicos e Anuidades	
3.3.3.9.0.39.02 - Condomínio	
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	
3.3.3.9.0.39.14 - Locação de Bens Móveis Outras Nat. e Intangíveis	
3.3.3.9.0.39.17 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	
3.3.3.9.0.39.19 - Manutenção e Conservação de Veículos	
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conferências	
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados	
3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	
3.3.3.9.0.39.74 - Fretos e Transporte de Encomendas	
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagens	
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	
3.3.3.9.0.39.91 - Serviços de Publicidade Mercadológica	
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicação	
3.3.3.9.0.39.97 - Despesas de Teleprocessamento	
3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
3.3.3.9.1.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	
3.4.4.9.0.36.02 - Diárias Colaboradores Eventuais no País	
3.2 TRANSPORTE DE PESSOAL	0,00
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens Para o País	
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens Para Exterior	
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana	
3.3 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00
3.3.3.9.0.39.25 - Taxa de Administração	
3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Admin. Técnico Operacional	
3.4.4.9.0.39.79 - Apoio Administrativo Técnico e Operacional	
3.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00
3.3.3.9.0.30.07 - Gêneros de Alimentação	
3.3.3.9.0.30.15 - Material pr Festividades e Homenagens	
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente	
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Processamento de Dados	
3.3.3.9.0.30.21 - Material de Copa e Cozinha	

3.3.3.9.0.30.22 - Material de Limpeza e Prod. de Higienização
 3.3.3.9.0.30.23 - Uniformes, Tecidos e Afiamentos
 3.3.3.9.0.30.24 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis
 3.3.3.9.0.30.25 - Material p/ Manutenção de Bens Móveis
 3.3.3.9.0.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico
 3.3.3.9.0.30.29 - Material p/ Audio, Video e Foto
 5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato
 6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque

4. RESULTADOS COMPENSATORIOS

0,00

3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
 6.1.3.3.9.01.00 - Desincorporação de Passivo por Retificação
 6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente
 3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos
 6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos
 4.1.2.2.0.18.00 - Conta-parte Adic. Frete p/renov Marinha Mercante
 4.1.2.2.0.24.00 - Contr. s/rec. Concess.permisss energia elétrica
 4.1.2.2.0.27.01 - Contr. das empresas instaladas na Amazônia
 4.1.2.2.0.27.02 - Contr. das empresas instaladas nas demais regiões
 4.1.3.3.1.02.03 - Rec.Outorg.Direito de uso radiodifusão
 4.1.3.3.1.02.99 - Outras receitas conc.perm. - serv. Comunic.
 4.1.3.4.0.02.00 - Util. Recurso Hídricos - Demais Empresas
 4.1.3.4.0.03.00 - Exploração de recursos minerais
 4.1.6.0.0.01.07 - Receita de utilização de posições
 4.1.9.1.2.34.00 - Multas e juros de mora Cont.Rec.Conc.Energia
 4.1.9.1.2.99.01 - Multas e juros de mora - outras contribuições
 4.1.9.1.8.14.00 - Multas, j.de mora. rec. Exploração de recursos minerais
 4.1.9.1.8.99.00 - Outras multas e juros de mora

5. DESPESAS FINANCEIRAS

(27.839.152,86)

3.3.2.9.0.21.01 - Juros da Dívida Contratada c/ Instituições Financeiras
 3.3.2.9.0.21.03 - Juros Dívida Contratada no Exterior
 3.3.2.9.0.21.99 - Outros Juros da Dívida Contratada
 3.3.2.9.0.22.01 - Encargos da Dívida Contratada c/ Instituições Financeiras
 3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis
 3.3.3.9.0.39.36 - Multas Indedutíveis
 3.3.3.9.0.39.37 - Juros
 3.3.3.9.0.39.38 - Encargos Financeiros Dedutíveis
 3.3.3.9.0.45.02 - Diferencial de Juros
 3.3.3.9.0.47.10 - Taxas
 3.3.3.9.0.47.15 - Multas
 3.3.3.9.0.47.18 - Contribuição Previdenciárias - Serv. de Terceiros
 3.3.3.9.0.93.02 - Indenizações e Restituições
 3.3.3.9.0.93.98 - Restos a Pagar
 3.3.3.9.1.39.35 - Multas Dedutíveis
 3.3.3.9.1.39.37 - Juros
 5.1.3.3.1.00.00 - Operações de Crédito em Contratos
 5.2.2.2.1.02.00 - Devolução de Transferências Recebidas
 5.2.3.1.4.00.00 - Baixa de Títulos e Valores
 5.2.3.1.7.01.01 - Fornecimentos a Receber
 5.2.3.1.7.01.02 - Recursos de Restos a pagar
 5.2.3.1.7.01.03 - Recursos de Limite a Receber de RP
 5.2.3.1.7.01.05 - Recursos Especiais a Receber
 5.2.3.1.7.02.99 - Outros Créditos Diversos a Receber
 5.2.3.1.7.03.01 - Entidades Devedoras
 5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis
 5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos
 5.2.3.1.8.00.00 - Bens / Direitos a Incorporar pela Inscrição RP
 5.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos
 5.2.3.2.3.07.01 - Variação Cambial Financeira
 5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial não Financeira

(27.839.152,86)

6. RECEITAS FINANCEIRAS

37.123.393,62

4.1.3.2.5.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários

4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	
4.1.9.2.2.07.00 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	
4.1.9.9.0.05.01 - Saldos de Exercícios Anteriores - Convênios	
4.1.9.9.0.05.02 - Saldos de Exercícios Anteriores - Rec. do Tesouro	
4.1.9.9.0.05.03 - Saldos de Exercícios Anteriores - Rec. Diretos Arrecadados	
4.1.9.9.0.05.99 - Saldos de Exercícios Anteriores-Recursos Diversos	
6.1.3.1.1.03.00 - Títulos e Valores	
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	
6.1.3.1.8.00.00 - Bens / Direitos a Incorporar pela Inscrição RP	
6.1.3.2.0.00.00 - Bens / Direitos a Incorporar pela Inscrição RP	
6.1.3.3.9.01.00 - Desincorporação de Passivo por Retificação	37.123.393,62
6.2.2.2.1.02.00 - Recebimento de Transferências Concedidas	
6.2.2.2.9.99.00 - Outras Transferências Recebidas	
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	9.284.240,76
8. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00
5.1.3.1.1.00.00 - Alienação de Bens	
5.2.3.1.2.01.04 - Doações	
9. LUCRO /PREJUÍZO LÍQUIDO (7+8)	9.284.240,76

ANEXO ITEM 15g

Composição Acionária do Capital Social

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS				
Texto FINEP				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Gov Governmental	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais	0	0	0
	Fundos de Pensão	0	0	0
	Ações em Tesouraria	0	0	0
Não Gov Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	0	0	0
	Pessoas Jurídicas	0	0	0
	Capital Estrangeiro	0	0	0
	Total	100	100	100
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Gov Governmental	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Gov Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro	100	100	100
	Pessoas Físicas	0	0	0
	Pessoas Jurídicas	0	0	0
	Capital Estrangeiro	0	0	0
	Total	0	0	0

ANEXO ITEM 15h

Composição Acionária do Capital Social 2009

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
<p>A FINEP é uma Empresa Pública criada nos termos do Decreto Lei nº 200 de 25.02.67, modificado pelo Decreto-Lei nº 900 de 29.09.69.</p>	
<p>O Capital da FINEP é composto por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme artigo 7º do estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterado pelo Decreto nº 2.471 de 26.01.1998, sendo 100% do seu capital de propriedade da União.</p>	
<p>A União é reservada, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.</p>	
<p>CAPITAL SOCIAL APROVADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONFORME ART. 3º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29/10/2001.</p>	537.268.098,97
<p>(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND INTEGRALIZADAS PELA UNIÃO EM 28.12.2001 CONFORME ARTIGO 4º DO DECRETO 3.987 DE 29.10.2001.</p>	320.000.000,00
<p>VALOR DA CONTA CAPITAL(conta 24.121.00.00) 31/12/2008</p>	857.268.098,97
<p>(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND EM 15/12/2009 CONFORME ARTIGO 1º DO DECRETO S/N E INTEGRALIZADAS EM 18/12/2009 CONFORME CI-FND Nº 078A.</p>	524.000.000,00
<p>(-) REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONFORME ARTIGO 2º DO DECRETO S/N DE 15/12/2009 REFERENTE AOS PREJUÍZOS ACUMULADOS ATÉ 31/12/2008.</p>	479.716.167,62
<p>VALOR DA CONTA CAPITAL (conta 24.121.00.00) 31/12/2009</p>	901.551.931,35
 Ruben Silveira Mello Filho Contador - CRC-RJ 056.592/O-7 CPF - 598.262.907/34	

**ANEXO
ITEM 15i**

**PARECER
Auditoria
Independente**

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

*DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2009 E 2008*

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0159

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8000

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2939.2988

www.Audilink.com.br

PARÊCER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Rio de Janeiro, 05 de março de 2010.

Imos, Srs.
ASSOCIADOS E ADMINISTRADORES da
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Rio de Janeiro - RJ

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) A FINEP mantém consignada na rubrica Outros Créditos - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 25.471 mil, referente à variação cambial subsidiada para empréstimos ativos (Risco Cambial). Conforme mencionado na nota explicativa 6, a FINEP continua mantendo entendimentos para ressarcimento desse montante junto ao Tesouro Nacional.
- 5) Conforme mencionado na nota explicativa "3e", no presente exercício, a empresa registrou como ativo fiscal diferido o montante líquido de R\$ 42.190 mil, decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e de diferenças temporais nas bases tributáveis da imposto de renda e contribuição social, nos termos da NBC T.19.2. A realização deste crédito fiscal depende da geração de lucros futuros em montantes suficientes para abstração desse crédito fiscal.
- 6) As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, e nosso parecer, emitido em 06 de fevereiro de 2009 sem ressalvas, contendo ênfase quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos 4 e 5.



NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-023584/O-8-S-RJ
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0158
Salvador - (71) 3351.8080

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2530.2988

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	R\$ Mil	
	2009	2008
CIRCULANTE	<u>1.398.144</u>	<u>1.043.626</u>
Disponibilidades	968.728	687.268
Operações de crédito	407.913	335.583
Outros créditos	<u>20.865</u>	<u>20.152</u>
Créditos por cessão de pessoal	429	292
Impostos e contribuições a recuperar	16.988	17.562
Pessoal	3.354	2.240
Outros	94	58
Outros valores e bens	<u>638</u>	<u>623</u>
Amonstação	97	82
Despesas antecipadas	541	541
NÃO CIRCULANTE	<u>2.309.288</u>	<u>1.712.721</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>48.790</u>	<u>26.626</u>
Cotas de fundos em empresas emergentes	48.790	26.626
Operações de crédito	<u>2.042.255</u>	<u>1.606.002</u>
Operações de crédito	2.096.805	1.631.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.550)	(25.086)
Outros créditos	<u>107.260</u>	<u>65.010</u>
Depósitos judiciais	169	169
Créditos com o Tesouro Nacional	25.471	25.471
Imposto de renda e contribuição social diferidas	81.620	39.430
Investimentos	92.769	2.440
Imobilizado	17.814	12.061
Intangível	400	522
TOTAL	<u>3.707.432</u>	<u>2.756.347</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0158

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8060

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2530.2088

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	R\$ Mil	
	2009	2008
CIRCULANTE	<u>1.275.649</u>	<u>1.245.730</u>
Obrigações por repasses do país	1.117.554	1.103.525
Obrigações por repasses do exterior	25	37
Outras obrigações	<u>158.070</u>	<u>142.168</u>
Fiscais e previdenciárias	4.894	4.170
Participações sobre o lucro a pagar	2.191	0
Provisão para contingências trabalhistas	124.520	124.045
Provisão para férias	12.221	11.763
Consignatários e fornecedores	2.440	2.180
Dividendos a pagar	11.773	0
Outras	31	10
NÃO CIRCULANTE	<u>1.489.671</u>	<u>1.128.300</u>
Obrigações por repasses do país	922.163	697.062
Obrigações por repasses do exterior	245	356
Outras obrigações	<u>4.423</u>	<u>4.439</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.840	245
Depósitos e cações	2.583	4.194
Receita diferida e obrigações sobre recursos	<u>562.840</u>	<u>426.443</u>
Recursos para equalização	325.672	235.457
Obrigações sobre recursos do FNDCT	237.168	190.986
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>942.112</u>	<u>382.317</u>
Capital social	901.552	857.268
Reserva de capital	1	1
Reserva de reavaliação	2.760	4.764
Reservas de lucros	37.799	0
Prejuízos acumulados	0	(479.716)
TOTAL	<u>3.707.432</u>	<u>2.756.347</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Global in Reach, Local in Touch
 Brasília - (61) 3321.5481
 Curitiba - (41) 3322.8284

 Fortaleza - (85) 3254.0155
 Salvador - (71) 3351.8080

 Recife - (81) 3465.0036
 São Paulo - (11) 3819.2207

 Porto Alegre - (51) 3342.5858
 Rio de Janeiro - (21) 2530.2988

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$ Mil	
	PERÍODOS DE	
	01/JAN/09 A 31/DEZ./09	01/JAN/08 A 31/DEZ./08
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>347.878</u>	<u>303.348</u>
Operações de crédito	239.145	183.732
Aplicações de disponível e em títulos mobiliários	64.743	77.974
Rendas com administração de fundos	43.990	41.642
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(194.771)</u>	<u>(165.285)</u>
Captação - financiamentos e repasses	(149.749)	(144.892)
Provisão para risco de crédito	(45.022)	(20.393)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>153.107</u>	<u>138.063</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(140.969)</u>	<u>(139.822)</u>
Provisão para contingências trabalhistas	(475)	(11.492)
Despesas com pessoal e encargos	(112.438)	(105.449)
Despesas administrativas	(19.933)	(15.506)
Despesas tributárias	(9.260)	(8.109)
Outras receitas operacionais	1.137	1.034
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(2.138)</u>	<u>(1.459)</u>
OUTRAS RECEITAS	108	10
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	<u>12.246</u>	<u>(1.449)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	(3.082)	(1.779)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	42.353	39.430
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(2.191)	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>49.326</u>	<u>36.252</u>
por lote de mil ações do capital social final	164,42	120,84

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0158

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.6284

Salvador - (71) 3351.8080

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2536.2688

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(PERÍODO DE 01/01/2009 A 31/12/2009)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	TOTAL		
SALDOS EM 31/12/2007		857.268	1	5.418	0	0	0	(516.377)	346.310
Realização de reserva de reavaliação		0	0	(909)	0	0	0	409	0
Constituição de imposto de renda e contribuição social		0	0	0	0	0	0	0	0
diferidos sobre a reserva de reavaliação		0	0	0	0	0	0	0	0
Lucros líquidos do exercício		0	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS EM 31/12/2008		857.268	1	4.504	0	0	0	35.252	36.252
Aumento do capital social		524.000	0	0	0	0	0	(479.716)	382.317
Aborção de prejuízos acumulados		(479.716)	0	0	0	0	0	479.716	0
Realização de reserva de reavaliação		0	0	(409)	0	0	0	409	0
IRPJ e CS.L sobre realização da reserva de reavaliação		0	0	163	0	0	0	163	0
Constituição de imposto de renda e contribuição social		0	0	0	0	0	0	0	0
diferidos sobre a reserva de reavaliação		0	0	(1.798)	0	0	0	0	(1.798)
Lucros líquidos do exercício		0	0	0	0	0	0	49.356	49.356
Reserva Legal		0	0	0	2.479	0	2.479	(2.479)	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	(18.773)	(18.773)
Lucros remanescentes a distribuir		0	0	0	0	35.320	35.320	(35.320)	0
SALDOS EM 31/12/2009		901.892	1	2.760	2.479	35.320	37.799	0	942.112

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Global in Reach, Local in Touch

 Brasília - (61) 3321.5481
 Curitiba - (41) 3322.0284

 Fortaleza - (85) 3284.0158
 Salvador - (71) 3351.6060

 Recife - (81) 3485.0036
 São Paulo - (11) 3819.2207

 Porto Alegre - (51) 3342.5858
 Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ Mil

PERÍODOS DE

01/JAN/09	01/JAN/08
A	A
31/DEZ/09	31/DEZ/08

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do exercício	<u>49.326</u>	<u>36.252</u>
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades	<u>(37.885)</u>	<u>(22.371)</u>
Depreciações e amortizações	1.419	1.215
Valor residual do imobilizado alienado	0	1
Ajuste de inventário de bens móveis	(73)	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.353)	(39.430)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.022	20.393
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	(3.854)	(6.408)
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	9.577	6.453
Variação cambial sobre financiamentos	(95)	97
Reversão de provisão para perdas em Fundos Emergentes	0	(4.804)
Baixa de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	0	3.034
Atualização de investimentos	(4)	0
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(919)	(982)
Juros equalizados	(97.765)	(66.061)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	12.635	28.421
Atualização de recursos para equalização	17.832	20.201
Baixa de depósitos e cauções	0	(91)
Atualização de depósitos e cauções	173	209
Participação de empregados sobre o lucro	1.594	0
Provisão para contingências trabalhistas	475	11.492
Impostos e contribuições liquidadas por compensação	18.481	5.889
Outras movimentações	<u>276.996</u>	<u>(16.270)</u>
Financiamentos concedidos	(879.808)	(741.066)
Retorno de financiamentos concedidos	330.643	265.987
Financiamentos tomados	799.201	525.000
Pagamento de financiamentos tomados	(137.452)	(174.925)
Recursos recebidos para equalização	170.146	87.759
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	33.547	39.945
Recursos recebidos para garantia de liquidez dos Fundos	0	5.635
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(22.380)	(9.730)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	216	0
Imposto de renda pago por antecipação	(12.756)	(14.678)
Contribuição social paga por antecipação	(4.233)	(2.884)
Depósitos e cauções recebidos	686	1.063
Devolução de depósitos e cauções	(1.846)	0
Variação líquida de outros ativos e passivos	1.030	1.624
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	<u>288.437</u>	<u>(2.389)</u>

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0156

Rio de Janeiro - (21) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8080

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2530.2988

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de imobilizado	(6.977)	(345)
Aquisição de intangível	0	(288)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(6.977)</u>	<u>(633)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	281.460	(3.022)
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	687.268	690.290
Caixa e equivalentes no final do exercício	968.728	687.268
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	281.460	(3.022)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481
 Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3284.0158
 Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
 São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5856
 Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

[Valores Expressos em R\$ Mil]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos - Finep é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808 de 07/fev./96, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18/abr./97 e 2.471, de 26/jan./98.

Seu objetivo é apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nas planas do Governo Federal.

Exerce também as funções de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, no qual as suas demonstrações contábeis são elaboradas em conformidade com as Leis nº 6.404/76 e 11.638/07.

NOTA 3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Dentre as principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) REGIME CONTÁBIL

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

Global in Reach, Local in Touch

b) DIREITOS E OBRIGAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) CORREÇÃO MONETÁRIA

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31/dez./95, já que a Lei nº 9.249 de 26/dez./95 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão acrescidas dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitas, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31/dez./09, a Finep reconheceu em seu ativo o imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante líquido de R\$ 42.000 mil, sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores. Tal registro tornou-se possível, em virtude da obtenção de resultados tributáveis consecutivos nos últimos três exercícios, bem como pela expectativa de geração de resultados fiscais futuros em montante suficiente para absorção dessas diferenças temporárias. Foram ainda realizados R\$ 163 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização da reserva de reavaliação, bem como foi constituída provisão para IRPJ e CSLL diferidos, no valor de R\$ 1.758 mil, sobre a reserva de reavaliação de terrenos em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 32 e foi complementada em R\$ 190 mil o crédito fiscal sobre diferenças temporárias.

f) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

A constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430, de 27/dez./96, em seus artigos 9º e 12.

A referida provisão totalizou em 31/dez./08 o valor de R\$ 54.550 mil. Nesse exercício, foi revertido o montante de R\$ 15.243 mil, referente aos créditos vencidos há mais de 5 anos sem que tenha havido a sua liquidação, conforme inciso 4º, § 2º do art. 10 da lei acima citada e o ingresso de novos provisionamentos no montante de R\$ 45.119 mil.

g) INVESTIMENTOS

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95.

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0159

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8960

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2538.2088

h) IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95 e de reavaliação espontânea, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis	4% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

NOTA 4. DISPONIBILIDADES

DESCRIÇÃO	2009	2008
Banco em moeda nacional	-	3
Banco em moeda estrangeira	32	43
Fundo de aplicação extra-mercado	599.421	682.966
Limite de saque com vinculação de pagamento	369.275	4.256
TOTAL	968.728	687.268

NOTA 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESCRIÇÃO	2009	2008
Financiamentos concedidos	394.449	323.396
Juros pró-rata s/ financiamentos	11.389	10.755
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	2.075	1.432
TOTAL	407.913	335.583

NOTA 6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	3.783	2.532
Créditos a receber por cessão de pessoal	1.817	1.778
Provisão para crédito de cessão de pessoal	(1.388)	(1.486)
Créditos a receber - folha de pagamento	3.354	2.240
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	16.988	17.562
IRPJ a recuperar	12.756	14.678
Contribuições a recuperar	4.232	2.884

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3264.0156

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8000

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2630.2688

OUTROS	94	58
Desfalques ou desvios	94	58
TOTAL CIRCULANTE	20.865	20.152
OUTROS	169	169
Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	169	169
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	25.471	25.471
Risco cambial	25.471	25.471
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	81.620	39.430
IRPJ diferido	51.013	24.644
CSLL diferido	30.607	14.786
TOTAL NÃO CIRCULANTE	107.260	65.070

Com base na Resolução nº 066/68 do Conselho Monetário Nacional - CMN está sendo mantido o crédito junto ao Tesouro Nacional do montante de R\$ 25.471 mil, correspondente à recuperação do risco cambial. A Finep há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
Bens não destinados a uso	92.769	7.440
TOTAL	92.769	2.440

NOTA 8. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2009	2008
Imóveis de uso	19.309	12.679
Reavaliações de imóveis de uso	12.582	12.582
Outros imobilizações de uso	7.226	6.806
Depreciações	(21.303)	(20.006)
TOTAL	17.814	12.061

De acordo com o pronunciamento CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos- os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31/dez./09, a administração da empresa entende que não são identificáveis ativos que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

NOTA 9. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	2009	2008
Telefones - direitos de uso de linhas	112	112
Projetos e softwares	1.149	1.149
(-) Amortizações	(861)	(739)
TOTAL	400	522

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3284.0159

Recife - (81) 3485.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.8960

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2538.2988

NOTA 10. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações dos bens reavaliados, foi no ordem de R\$ 163 mil e o movimentação da conta Reserva de Reavaliação está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A realização e consequente tributação dos valores da reserva de reavaliação, pelo imposto de renda e contribuição social, dão-se à medida da ocorrência dos fatos previstos pela legislação fiscal, estando sujeitos, portanto, a tributação futura os valores mantidos nessa reserva.

NOTA 11. OBRIGAÇÕES POR REPASSÉS

As obrigações por repasses do País são demonstradas como segue:

DESCRIÇÃO	2009	2008
FAT	1.110.726	996.353
Empréstimos internos	6.828	107.171
TOTAL CIRCULANTE	1.117.554	1.103.524
Empréstimos internos	922.163	697.062
TOTAL NÃO CIRCULANTE	922.163	697.062

A Finep mantém um programa com o Ministério do Trabalho e Emprego com o apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que visa o financiamento de projetos previamente selecionados pela empresa e aprovado pelo MTE. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, sendo representado por R\$ 25 mil no circulante (R\$ 37 mil em 2008) e R\$ 245 no não circulante (R\$ 356 mil em 2008).

As características das obrigações são demonstradas como:

DESCRIÇÃO	MOEDA	VCTO.	TAXA DE JUROS	2009	2008
Mercado interno					
FND	Real	out./12	TJLP	-	500.559
FNDCT	Real	dez./24	TJLP	928.991	304.312
TOTAL				928.991	804.871
Mercado externo					
Clube de Paris	Euro	dez./24	8,25% a.a.	270	393
TOTAL				270	393

Foram quitados os empréstimos com FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento no montante de R\$ 434 mil, utilizando-se cotas do FND, de propriedade da FINEP, transferidas pelo Decreto s/n de 15/dez./09, a título de aumento de capital da empresa.

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Fortaleza - (85) 3204.0158

Recife - (81) 3465.0036

Porto Alegre - (51) 3342.5858

Curitiba - (41) 3322.8284

Salvador - (71) 3351.6060

São Paulo - (11) 3819.2207

Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

NOTA 12. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Com base no relatório dos assessores jurídicos da entidade, a provisão sobre o passivo trabalhista, em 31/dez./09, foi atualizada para R\$ 124.520 mil (R\$ 124.045 mil em 2008).

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme autorização concedida por meio do Decreto nº 3.987, de 29/out./01, o capital social integralizado da Finep é R\$ 857.268 mil.

Pelo Decreto s/nº de 15/dez./09, foi autorizado o aumento de capital em R\$ 524.000 mil, a ser integralizado pela União, mediante transferência à Finep de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.

Na seu art. 2º foi autorizada a redução do capital social da Finep, depois de computado o aumento de capital autorizado nos termos do art. 1º, no montante dos prejuízos acumulados até 31/dez./08, no valor de R\$ 479.716 mil.

Após essas movimentações o Capital Social Integralizado na Finep em 31/dez./09 é de R\$ 901.552 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Finep apresentou um lucro líquido no exercício de 2009 no montante de R\$ 49.326 mil elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$ 942.112 mil.

Foi destinado o montante de R\$ 11.773 mil a título de dividendos a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do art. 30 do seu estatuto social.

De acordo com a cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho relativo a set./09, foi reservado o montante de R\$ 2.191 mil a título de participação dos empregados sobre o lucro do exercício.

O saldo da conta retenção de lucros será destinado após a deliberação e ser estabelecida em Assembleia Geral.

NOTA 14. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - FIPECq

A Finep é co-patrocinadora da FIPECq - Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA. Seu principal objetivo é completar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de sua patrocinadora Finep e a própria FIPECq.

A FIPECq tem planos de benefícios definidos e regime atuarial de capitalização para financiamento desses benefícios.

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481

Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3284.0158

Salvador - (71) 3351.8080

Recife - (81) 3465.0036

São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5855

Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Em atendimento a NPC nº 26 do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovada pela deliberação CVM nº 371, de 13/dez./00, a Finep contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuação e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial datado de 10/fev./10, informando não haver passivo atuarial a ser reconhecido pela Finep em 31/dez./09.

NOTA 15. COBERTURA DE SEGUROS

A Finep possui cobertura de seguros para seus automóveis, com menos de dez anos de uso e para as suas edificações, contratadas nas seguintes modalidades:

TIPO DO SEGURO	BENS SEGURADOS
Colisão, incêndio e roubo	Veículos
Incêndio, raio, explosão e danos elétricos	Edificações

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3466.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

**ANEXO
ITEM 15j**

**PARECER
Auditoria FINEP**

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

Examinamos as Demonstrações Contábeis das Gestões: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FINEP - Contratos e Convênios e Tesouro Nacional, relativas ao exercício 2009, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria Executiva da FINEP

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis nas circunstâncias, considerando, principalmente, a avaliação das práticas contábeis adotadas e registros representativos.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando em condições de serem aprovadas pelos órgãos competentes.

Adicionalmente, sugerimos atentar para as recomendações contidas no Anexo I – Quadro de Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Interna – do Relatório da Auditoria Interna nº 01/2010, que tratam de apontamentos de natureza administrativa e/ou contábil.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2010



Rosilene Matos Domingues
CRC/SC nº 020.331/O-8 T



Hudney Antunes de Jesus
CRC/RJ nº 089.667/O-4

ANEXO ITEM 15k

PARECERES FINEP

REFERÊNCIA

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

DATA

26/03/2010

DISTRIBUIÇÃO

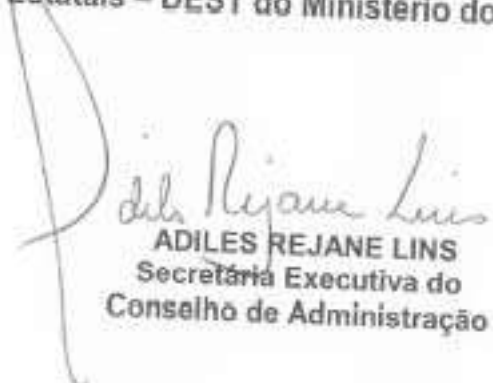
D3


ASSUNTO: PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO
NOS LUCROS OU RESULTADOS
DA FINEP PARA 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) a RES/DIR/0078/10, de 24/03/10; (ii) o voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes; e (iii) a apresentação do Diretor da Diretoria de Administração e Finanças - DRAF, na 3ª Reunião Ordinária Conselho de Administração do ano de 2010, realizada em 26/03/2010, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 20/03/2010, por unanimidade,

DELIBERARAM:

1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação, nos termos do Artigo 14, inciso IV e X, e Artigo 26 do Estatuto da FINEP, das metas e dos critérios apresentados para a elaboração do PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS PARA 2010,
2. DETERMINAR que o assunto seja submetido à aprovação do Ministro da Ciência e Tecnologia e após ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST do Ministério do Planejamento.


ADILES REJANE LINS
Secretária Executiva do
Conselho de Administração


PAULO ROGÉRIO LINS RIBEIRO
Secretário Executivo do
Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando: (i) o disposto no Artigo 14, Inciso IV, do Estatuto da FINEP; (ii) o parecer da Auditoria Interna, datado de 12/03/2009; (iii) o parecer dos Auditores Independentes nº 35/10, datado de 05/03/2009; (iv) a Resolução de Diretoria nº 0075/10, de 15/03/2010; e (v) o Voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, em sua 3ª Reunião Ordinária do ano de 2010, realizada em 26/03/2009, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,


DELIBEROU:


1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009, referente (i) à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; (ii) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (iii) à Unidade FINEP/Contratos e Convênios; (iv) à Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP; e (v) Unidade FUNTEL/FINEP - Agente Financeiro, representadas nos Balanços Patrimoniais e demais peças contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas Anual dos Administradores da FINEP.
2. ENCAMINHAR as referidas Demonstrações Contábeis e Financeiras ao Conselho Fiscal para as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2010.

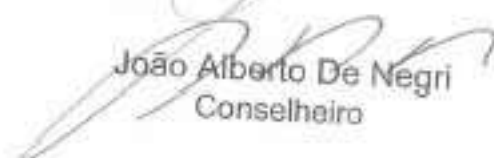

Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiro Presidente


Newton Lima Neto
Conselheiro


Cesar Santos Alvarez
Conselheiro


Luis Manuel Rebelo Fernandes
Conselheiro


Alexandre Cairo
Conselheiro


João Alberto De Negri
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e as Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício de 2009 referente à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, à Unidade FINEP/Contratos e Convênios, à Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP e à Unidade FUNTEL/FINEP - Agente Financeiro, representadas nos Balanços Patrimoniais e demais demonstrativos e peças contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2009, à vista do Parecer da Auditoria Interna de 12 de março de 2010 e do Parecer dos Auditores Independentes – HLB/AUDILINK Auditores e Consultores, de 5 de março de 2010, sem ressalvas, elaborados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.


O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão, tanto da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável a submissão da proposta de destinação do resultado do exercício ao Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da FINEP projetada para o exercício 2010, bem como pela aprovação do Parecer da Auditoria Interna sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2010.



Joe Carlo Viana Valle
Presidente



Raul Pequeno Sá Carvalho
Conselheiro



Luiz Fernando Alves
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DO FNDCT
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009**

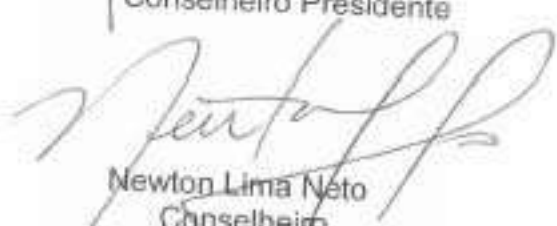
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Norma de Execução da Secretaria Federal de Controle, de 22/12/2004, a Resolução de Diretoria nº 0080/10, de 24/03/2010, e ainda, com base no voto do Relator, Conselheiro Luis Manuel Rebelo Fernandes, na sua 3ª Reunião Ordinária do ano de 2010, realizada em 26/03/2009, conjunta com a 276 Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, em relação ao assunto em referência, objeto do Processo C.A. nº 18/03/2010, por unanimidade,


DELIBEROU:


1. MANIFESTAR-SE favorável à aprovação do Relatório de Gestão do FNDCT, relativo ao Exercício de 2009.
2. ENCAMINHAR o referido Relatório ao Conselho Fiscal para as providências cabíveis.

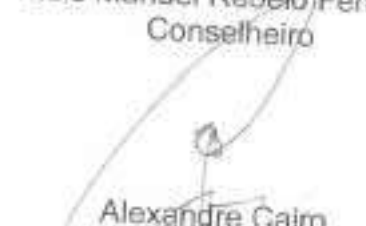
Rio de Janeiro, 26 de março de 2010.


Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiro Presidente


Newton Lima Neto
Conselheiro


Cezar Santos Alvarez
Conselheiro


Luis Manuel Rebelo Fernandes
Conselheiro


Alexandre Gairo
Conselheiro


João Alberto De Negri
Conselheiro

ANEXO ITEM 16a

Remuneração Paga

FICHA FINANCEIRA DE 2009		25-01-2010		PAG. *	1
NOME LUIZ FERNANDO ALVES		PASSAPORTE			
CPF 000.260.116-89					
MES/ANO 05/2009					
PAGTO DE PRO-LABORE REF AOS MESE DE ABRIL E MAIO/2009.					
CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
6.707,10	1.084,14	354,08	5.268,88		
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.					
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47		
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE JULHO/2009.					
CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22		
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE AGOSTO/2009.					
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71		
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO 2009.					
CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71		
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009					
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71		
Pagto de Pro-labore ref ao mes de novembro/2009.					
Conselho Fiscal					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71		
PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.					
CONSELHO FISCAL					
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR		
4.872,70	579,68	354,08	3.938,94		
TOTAL	26.419,46	2.035,62	2.340,49	22.043,35	
TOTAL	26.419,46	2.035,62	2.340,49	22.043,35	

FICHA FINANCEIRA DE 2009		25-01-2010	PAG. :	2
NOME GERALDO TEODORO FRANCISCO GONÇALVES				
CPF 132.222.791-87		PASSAPORTE		
MES/ANO 01/2009				
Pagamento de Pro Labore ref ao mes de Janeiro/2009.				
Conselho Fiscal				
	VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
	2.318,77	47,18	255,06	2.016,53
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.				
CONSELHO DE ADMINISTRACAO				
	VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
	2.705,23	92,30	297,57	2.315,36
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.				
CONSELHO FISCAL				
	VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
	2.705,23	92,30	297,57	2.315,36
TOTAL	7.729,23	231,78	850,20	6.647,25
TOTAL	7.729,23	231,78	850,20	6.647,25

FICHA FINANCEIRA DE 2009	25-01-2010	PAG. :	3
NOME CEZAR SANTOS ALVAREZ			
CPF 222.268.260-68	PASSAPORTE		
MES/ANO 01/2009			
Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Janeiro/2009.			
Conselho de Administracao			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	78,97	0,00	2.239,80
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.			
CONSELHO DE ADMINISTRACAO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	136,94	0,00	2.568,29
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	136,94	0,00	2.568,29
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009			
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	78,97	0,00	2.239,80
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.			
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	543,82	0,00	3.844,42
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.			
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	94,13	0,00	2.325,73
Pagto de Pro labore ref. ao mes de julho/2009.			
Conselho de Administracao			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	153,17	0,00	2.660,27
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MÊS DE AGOSTO/2009.			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	91,39	0,00	2.310,20
PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO/2009.			
CONSELHO DE ADMINISTRACAO			
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	91,39	0,00	2.310,20

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	91,39		2.310,20

Pagto de Pro-labore ref ao mes de Novembro/2009.

Conselho de Administração

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	91,39		2.310,20

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.872,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	34.148,60	2.168,18	354,08	31.626,34
-------	-----------	----------	--------	-----------

TOTAL	34.148,60	2.168,18	354,08	31.626,34
-------	-----------	----------	--------	-----------

FICHA FINANCEIRA DE 2009

25-01-2010

PAG.: 5

NOME JOE CARLO VIANA VALLE

CPF 308.642.911-91

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagamento de Pro Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho Fiscal

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO-LABORE REF AS MES DE MAIO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.069,47	30,54	227,64	1.811,29

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE JULHO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22

Pagto de Pró-labore ref ao mes de Abril/2009.

Conselho Fiscal

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MÊS DE AGOSTO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO 2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

Pagto de Pro-labore ref ao mes de novembro/2009.

Conselho Fiscal

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.672,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	34.148,60	1.308,16	3.574,37	29.266,07
-------	-----------	----------	----------	-----------

TOTAL	34.148,60	1.308,16	3.574,37	29.266,07
-------	-----------	----------	----------	-----------

NOME ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

CPF 385.346.061-53

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	78,97	0,00	2.239,80

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	136,94	0,00	2.568,29

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	136,94	0,00	2.568,29

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	78,97	0,00	2.239,80

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	543,82	0,00	3.844,42

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	94,13	0,00	2.325,73

Pagto de Pro labore ref. ao mes de julho/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	153,17	0,00	2.660,27

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE AGOSTO/2009

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	91,39	0,00	2.310,20

TOTAL	22.071,13	1.314,33	0,00	20.756,80
-------	-----------	----------	------	-----------

TOTAL	22.071,13	1.314,33	0,00	20.756,80
-------	-----------	----------	------	-----------

FICHA FINANCEIRA DE 2009

25-01-2010

PAG.:

8

NOME LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

CPF 549.900.767-53

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagamento de Pro Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	446,45	354,08	3.587,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Julho/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE AGOSTO/2009

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Novembro/2009.

Conselho de Administração

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.672,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

FICHA FINANCEIRA DE 2009

25-01-2010

PAG: : 10

NOME JOAO ALBERTO DE NEGRI

CPF 620.169.979-15

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagamento de Pro Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	446,45	354,08	3.587,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47

Pagto de Pro labore ref. ao mes de julho/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE AGOSTO/2009

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Novembro/2009.

Conselho de Administração

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.872,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

FICHA FINANCEIRA DE 2009

25-01-2010

PAG.: 12

NOME ALEXANDER CELESTINO DE BARROS

CPF 713.055.057-00

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagamento de Pro Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho Fiscal

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	446,45	354,08	3.587,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE JULHO/2009.

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22

Pagto de Pro Labore ref ao mês de Agosto/2009.

Conselho Fiscal

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO (01 A 24/09/2009)

CONSELHO FISCAL

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
1.921,27	20,65	211,33	1.689,29

FICHA FINANCEIRA DE 2009		25-01-2010		PAG.:	13
TOTAL	23.992,40	959,73	2.510,49	20.522,18	
TOTAL	23.992,40	959,73	2.510,49	20.522,18	

FICHA FINANCEIRA DE 2009

25-01-2010

PAG.: 14

NOME NEWTON LIMA NETO

CPF 762.524.428-87

PASSAPORTE

MES/ANO 09/2009

PAGTO DE PRO LABORE REF AO PERIODO DE 07/08 A 30/09/2009

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.322,86	428,47	354,08	3.540,31

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

Pagto de Pro-labore ref ao mes de novembro/2009.

Conselho de Administração

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.872,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	13.998,74	1.113,57	1.236,50	11.648,67
-------	-----------	----------	----------	-----------

TOTAL	13.998,74	1.113,57	1.236,50	11.648,67
-------	-----------	----------	----------	-----------

NOME ALEXANDRE CAIRO

CPF 847.250.957-53

PASSAPORTE

MES/ANO 01/2009

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Janeiro/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE FEVEREIRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MARÇO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.705,23	92,30	297,57	2.315,36

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE ABRIL/2009

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.318,77	47,18	255,06	2.016,53

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE MAIO/2009.

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.388,24	446,45	354,08	3.587,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE JUNHO/2009.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.419,86	54,21	266,18	2.099,47

Pagto de Pro labore ref. ao mes de julho/2009.

Conselho de Administracao

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.813,44	106,75	309,47	2.397,22

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE AGOSTO/2009

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO LABORE REF AO MES DE SETEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

Pagto de Pro-Labore ref ao mes de Novembro/2009.

Conselho de Administração

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71

PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR
4.672,70	579,68	354,08	3.938,94

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

TOTAL	34.148,60	1.676,89	3.445,75	29.025,96
-------	-----------	----------	----------	-----------

FICHA FINANCEIRA DE 2009	25-01-2010	PAG. :	17	
NOME RAUL PEQUENO SA CARVALHO				
CPF 934.581.423-04	PASSAPORTE			
MES/ANO 09/2009.				
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE SETEMBRO/2009.				
CONSELHO FISCAL				
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR	
480,31	0,00	52,83	427,48	
PAGTO DE PRO-LABORE REF AO MES DE OUTUBRO/2009				
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL				
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR	
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71	
Pagto de Pro-labore ref ao mes de novembro/2009.				
Conselho Fiscal				
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR	
2.401,59	52,71	264,17	2.084,71	
PAGTO DE PRO-LABORE REF A DEZEMBRO/2009.				
CONSELHO FISCAL				
VALOR BRUTO	DESCONTO IRRF	DESCONTO INSS	VALOR A PAGAR	
4.872,70	579,68	354,08	3.938,94	
TOTAL	10.156,19	685,10	935,25	8.535,84
TOTAL	10.156,19	685,10	935,25	8.535,84

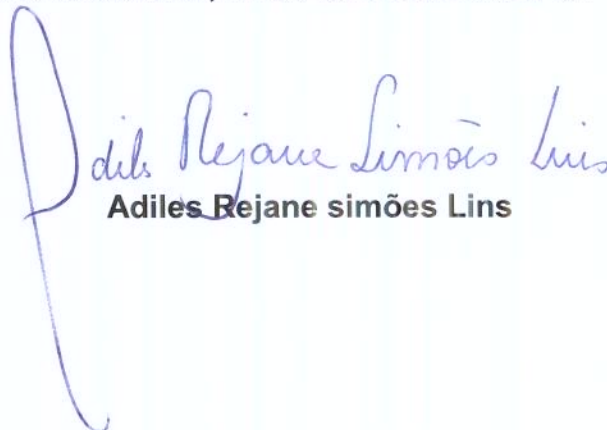
ANEXO ITEM 16b

Declaração Documentos Administrativos

DECLARAÇÃO

DECLARO na qualidade de Secretária Executiva do Conselho de Administração e Chefe da Assessoria de Apoio aos Colegiados - ASCL que as atas das reuniões do Conselho de Administração da FINEP estão à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2010.


Adiles Rejane simões Lins

ANEXO ITEM 16c

Declaração Documentos Fiscais

DECLARAÇÃO

(Anexo II da DN-TCU-100/2009 – Letra C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada - Item 13)

Declaramos que as Atas das reuniões do Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.



Paulo Rogério Lins Ribeiro
Superintendente da Área de Auditoria

